

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (IFCH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Laila Sabrina Shams

MOVIMENTO SOCIAL DAS PROFISSIONAIS DO SEXO NO BRASIL
As associações em Salvador e Porto Alegre (1987-2020)

Porto Alegre

2022

Laila Sabrina Shams

MOVIMENTO SOCIAL DAS PROFISSIONAIS DO SEXO NO BRASIL
As associações em Salvador e Porto Alegre (1987-2020)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Davide Carbonai.

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Shams, Laila Sabrina
MOVIMENTO SOCIAL DAS PROFISSIONAIS DO SEXO NO
BRASIL: As associações em Salvador e Porto Alegre
(1987-2020) / Laila Sabrina Shams. -- 2022.
164 f.
Orientador: Davide Carbonai.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Trabalho Sexual. 2. Feminismos. 3. Cidadania. 4.
Prostituição. 5. Movimento Social. I. Carbonai,
Davide, orient. II. Título.

Laila Sabrina Shams

MOVIMENTO SOCIAL DAS PROFISSIONAIS DO SEXO NO BRASIL
As associações em Salvador e Porto Alegre (1987-2020)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Prof. Orientador: Dr. Davide Carbonai.

Conceito final:
Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Davide Carbonai – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^ª. Dra. Jussara Reis Prá – Examinadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^ª. Dra. Maria Lúcia R. de Freitas Moritz – Examinadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^ª. Dra. Monica Karawejczyk – Examinadora
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof^ª. Dra. Tatiana Vargas Maia – Examinadora
Universidade La Salle Canoas

Porto Alegre

2022

“Muita Loucura faz Sentido –
A um Olho esclarecido
Muito Sentido – é só loucura –
É a Maioria
Que decide, suprema
Aceite – e você é são –
Objeto – é perigoso
E merece uma Algema.”

Emily Dickinson
“Não sou ninguém”: Poemas [Trad. Augusto de Campos]. Campinas: Unicamp, 2009.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe que permaneceu ao meu lado durante as noites sem dormir.

Ao meu orientador que não desistiu de mim.

Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pela bolsa de estudos que possibilitou a dedicação integral ao Mestrado e a realização da presente dissertação.

À amiga e colega Marina G. Giongo pela paciência, afeto e amizade.

E principalmente às profissionais do sexo que me ensinaram muito durante este estudo.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender o movimento social das profissionais do sexo sob a ótica da teoria política feminista, da sexualidade e da biopolítica. A história da prostituição está relacionada com a problemática do sexo e o corpo feminino, percebido na lógica heteronormativa como território masculino. A ascensão do sistema capitalista esteve atrelada à dependência extensiva do trabalho reprodutivo das mulheres, cercando-as com princípios ético-morais cristãos, associando sexo ao pecado, e assim restringindo sua liberdade. Neste contexto, as prostitutas constituiriam um risco ao *status quo* ao desafiar a lógica heteronormativa e o sexo como ferramenta apenas reprodutiva. Uma das formas de invisibilizar essas mulheres como protagonistas políticas é através do estigma, base para a violência institucional e instrumento político de controle. O “putafeminismo” surge como movimento de resistência no qual há a reapropriação e a ressignificação da palavra “puta”. A “puta”, portanto, é a cidadã que ergue a voz e ocupa seu espaço, orientada à desconstrução do estigma atribuído ao seu corpo e sua ação. A partir disso, será realizada uma conceituação do “trabalho sexual” e as diferenças existentes com o conceito de “exploração sexual”, de modo a compreender as demandas representadas pela “putaresistência”. De abordagem qualitativa, a pesquisa compreende a análise de três associações do movimento social das profissionais do sexo do Brasil. Os procedimentos metodológicos consistem na realização de entrevistas com as fundadoras, coordenadoras e outras profissionais do sexo que em algum momento participaram como ativistas. Os eixos norteadores das entrevistas incorporam os seguintes temas: Segurança e saúde; Estado e sociedade; Educação e ativismo; Cidadania e estigma. Com base nos dados obtidos, a análise de conteúdo visa compreender os modelos jurídico - políticos sobre trabalho sexual, as demandas reivindicadas pelas profissionais do sexo e o papel da universidade como mediadora entre governo, sociedade e movimento social. Por fim, busca-se estabelecer um esboço com os princípios de um modelo de ruptura para o trabalho sexual que atenda a realidade da conjuntura socioeconômica e política brasileira.

Palavras-chave: Trabalho Sexual; Feminismos; Cidadania; Prostituição; Movimento Social.

ABSTRACT

The present study aims to comprehend the social movement of sex workers from the perspective of feminist political theory, sexuality and biopolitics. The history of prostitution is related to the problem of sex and the female body, perceived in the heteronormative logic as male territory. The rise of the capitalist system was linked to extensive dependence on women's reproductive work, surrounding them with Christian moral-ethical principles, associating sex with sin, and thus restricting their freedom. In this context, prostitutes would pose a risk to the status quo by challenging the heteronormative logic and sex as a purely reproductive tool. One of the ways to make these women invisible as political protagonists is through stigma, the basis for institutional violence and a political instrument of control. "Putafeminism" emerges as a resistance movement in which there is a re-appropriation and re-signification of the word "puta" (whore). The "puta" is a citizen who raises her voice and occupies her space, oriented towards deconstructing the stigma attributed to her body. From this onwards, a conceptualization of "sex work" will be carried out, and the existing differences with the concept of "sexual exploitation", in order to understand the demands represented by "putaresistência". With a qualitative approach, the research comprises the analysis of three associations of the social movement of sex workers in Brazil. The methodological procedures consist of conducting interviews with founding members, coordinators and other sex workers who at some point of their lives participated as activists in the social movement. The guiding axes of the interviews incorporate the following themes: Public security and health; State and society; Education and activism; Citizenship and stigma. Based on the data obtained, the content analysis aims to understand the political legal models on sex work, the demands claimed by sex workers and the role of academia as a mediator between government, society and social movement. At last, it seeks to establish an outline with the principles of a rupture model for sex work that meets the reality of the Brazilian socioeconomic and political situation.

Keywords: Sexual Work; Feminisms; Citizenship; Prostitution; Social Movement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Nível de desenvolvimento das ONGs analisadas (Segundo fases de Gohn)	42
Quadro 2 - Síntese dos dados, método e questões de pesquisa	63
Figura 1 - O protagonismo do movimento social na sociedade civil	69

LISTA DE ABREVIATURAS

AIDS/SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APROSBA	Associação das Profissionais do Sexo da Bahia
ANPROSEX	Articulação Nacional das Profissionais do Sexo
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CUTS	Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sexo
ISER	Instituto de Estudos da Religião
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
NEP	Núcleo de Estudos da Prostituição
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
RBP	Rede Brasileira de Prostitutas
PL	Projeto de Lei
PrEP	Profilaxia Pré-Exposição
PR	Partido Republicano
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PV	Partido Verde
SUS	Sistema Único de Saúde
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE O TRABALHO SEXUAL.....	14
2.1 Contribuições e críticas existentes nos estudos sobre trabalho sexual	17
2.2 Binarismo de gênero, biopoder e socialização do sexo biológico.....	20
2.3 Sobre a patologização e a romantização do trabalho sexual	25
2.4 Diferenciando “trabalho sexual” e “exploração sexual”	27
3 MOVIMENTOS DAS PROFISSIONAIS DO SEXO NO BRASIL: ESTUDO DE TRÊS ORGANIZAÇÕES EM NÍVEIS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.....	33
3.1 Procedimentos metodológicos: entrevistas com profissionais do sexo e avaliação dos movimentos sociais segundo a escala de Gohn.....	35
3.2 A articulação das ONGs no Brasil: histórico e reorganização pós-Gabriela Leite	38
3.3 Nível nacional – Articulação Nacional das Profissionais do Sexo (ANPROSEX)	44
3.4 Nível estadual – Associação das Profissionais do Sexo da Bahia (APROSBA).....	48
3.5 Nível municipal – Núcleo de Estudos da Prostituição de Porto Alegre (NEP/Poa)....	54
4 DISCUSSÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS EM EVIDÊNCIA NAS ENTREVISTAS... 63	63
4.1 O trabalho sexual e temas relacionados na perspectiva das entrevistadas	63
4.2 O exercício da cidadania como ação coletiva para desconstrução do estigma.....	67
4.3 Das leis e da “putaresistência”	73
4.4 Princípios para um modelo de ruptura	76
4.5 O papel da universidade no diálogo entre movimento social e governos e sociedade	83
4.6 Pós-pandemia e novos desafios.....	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	99
ANEXO I.....	105
ANEXO II.....	116
ANEXO III.....	120
ANEXO IV	128
ANEXO V.....	136
ANEXO VI	145
ANEXO VII.....	150
ANEXO VIII	154
ANEXO IX	156
ANEXO X.....	160
ANEXO XI	164

1 INTRODUÇÃO

O Movimento Social das Profissionais do Sexo no Brasil iniciou sua organização formal no final da década de 80, com a fundação da Rede Brasileira de Prostitutas pelas profissionais do sexo Gabriela Leite e Lourdes Barreto. Desde então, o movimento tem crescido em todo o Brasil com a criação de ONGs em nível municipal e estadual. O Movimento Putafeminista, termo pelo qual também é reconhecido atualmente, serve como uma ponte entre as profissionais do sexo, governo e sociedade, agindo como ferramenta fundamental para a construção coletiva da cidadania.

A articulação das profissionais do sexo em coletivos que as representem está de acordo com a tendência observada nos últimos anos por representação e resistência, vinculada a outras formas de vivenciar o feminismo. Feminismos, no plural, traz intrinsecamente que não há apenas um caminho para se alcançar equidade e direitos fundamentais, “falamos de movimentos de mulheres, mas de mulheres diferentes, que existem e resistem a partir de lugares e realidades diversos” (PRADA, 2018, p. 32). Assim, diferentes experiências, *locus* social, orientação sexual, classe, raça, geração, gênero, plasticidade (TIBURI, 2018), devem ser considerados para uma análise feminista descolonizadora, anticapitalista e não universalista.

Através dessa perspectiva de *feminismos*, busca-se analisar no presente estudo como o Movimento Social das Profissionais do Sexo contribui na desmarginalização da *puta*, palavra usada como ofensa, cuja reapropriação é transformada em resistência perante uma sociedade conservadora e um Estado que ainda inviabiliza a pauta política de grupos minoritários. Será necessário analisar a legislação sobre trabalho sexual no Brasil, a interação entre ONGs e o Estado, o papel da universidade e as dificuldades durante a pandemia do COVID-19. É importante salientar aqui o papel da universidade como mediadora para mudança social de grupos minoritários, uma vez que ela exerce um papel preponderante nas pesquisas e estatísticas entre as minorias e os movimentos sociais.

O presente estudo é qualitativo e de método indutivo. Encontra-se dividido em duas partes: revisão teórica e análise de conteúdo de entrevistas e depoimentos juntamente com processo de observação em campo. A pesquisa está inserida no âmbito da Ciência Política, porém tem caráter interdisciplinar, trazendo contribuições das áreas da Sociologia, Antropologia, Direito, Relações Internacionais e Psicologia.

Nos primeiros capítulos são investigados alguns conceitos-chave para a compreensão do trabalho sexual como tabu. Essa problemática considera que, nas dinâmicas de poder que são perpassadas pelo sexo, este, ao mesmo tempo em que visivelmente repele e reprime a liberdade sexual feminina, promove com ânsia e violência a liberdade sexual masculina. A relação sexo *igual* reprodução e não prazer, é a base para o estigma associado ao comportamento de profissionais do sexo. Isto está relacionado em como as dicotomias bom/ruim ou certo/errado vêm atreladas a binarismos masculino/feminino ou sexual/assexual, de modo a controlar as relações na sociedade com o objetivo da manutenção de um *status quo* (WOLF, 2019).

Paralelo a isso, busca-se compreender qual a conexão do controle dos corpos, do prazer e do desejo com o sistema capitalista, o qual ao articular as diversas explorações que atingem os indivíduos conforme sua posição na pirâmide social, também estabelece papéis de acordo com a funcionalidade necessária para o sistema continuar operando (FEDERICI, 2018). A laicidade do Estado é figurativa quando se percebe que as bases da sociedade estão cimentadas sobre uma moral estritamente religiosa, que reforça a lógica da produção e do patriarcalismo.

“Mulheres”, um constructo social no espaço-tempo – o “tornar-se mulher” de Beauvoir (2009) – é a categoria mais atingida pela dinâmica de poder que cerca o corpo e estipula condutas e comportamentos. Por não seguirem os códigos morais que são a base desse regramento, as profissionais do sexo são classificadas pela sociedade como indivíduos desviantes. Por isso, é necessário compreender o sexo como fator primordial nas interações de poder, e sua resultante, o estigma, a base que confere legitimidade à violência institucional.

Será abordada a teoria política feminista radical antiprostituição, uma vez que essa teoria influenciou grande parte dos modelos jurídico-políticos sobre trabalho sexual espalhados pelo mundo e pautou debates importantes sobre tráfico sexual. Contudo, argumenta-se que a referida perspectiva é insuficiente. Em contraponto, adota-se na presente exposição o uso de feminismos descolonizadores, anticapitalistas, putafeministas com abordagem interseccional, de modo a compreender a diferença entre trabalho sexual e exploração sexual. Essa diferenciação é importante para a análise da prostituição sob a ótica trabalhista dentro do sistema capitalista.

Na segunda parte do estudo, focaliza-se o movimento social das profissionais do sexo e o que prevê a legislação brasileira vigente sobre o trabalho sexual. O trabalho busca, portanto, analisar o trabalho sexual a partir dos movimentos sociais sob a ótica da teoria política feminista anticapitalista e a problemática do sexo como a base do tabu que sustenta o

estigma da profissional do sexo. Foram realizadas dez entrevistas com profissionais do sexo, que atuam em diferentes cidades do Brasil e que estão conectadas de alguma forma ao movimento social. As entrevistas ocorreram no ano de 2020, por telefone, devido às restrições decorrentes da pandemia de COVID-19. Nesse ínterim, investiga-se como o movimento social se articula na conjuntura nacional, estadual e municipal e qual sua interação com o Estado, sociedade e universidade. Quanto à legislação, o Código Penal Brasileiro não classifica a prostituição como crime. Não obstante, o ato de se valer da prostituição alheia, é considerado como crime de rufianismo (artigo 230, Decreto-Lei n. 2848/40), o que enquadra cafetões, cafetinas ou qualquer pessoa que se utilize dos ganhos diretos da prostituição de outrem. Porém, como a prostituição não é regulamentada, não há uma política que enfrente o estigma de forma adequada. Ou seja, não existe nenhuma previsão legal sobre a prostituição deixar de constituir crime, ou políticas que desestimulem a criminalização da prostituta no imaginário social, imagem amplamente influenciada pelos princípios tradicionais e moralistas de fundo religioso.

A pergunta de pesquisa que orienta a presente discussão é: esse modelo de legalização sem regulamentação é o mais indicado para o contexto socioeconômico brasileiro? Tal questão é complexa, pois existem divergências dentro do próprio movimento das profissionais do sexo sobre quais mudanças seriam necessárias na legislação. Esse ponto será tratado mais profundamente no momento da análise sobre o Projeto de Lei n. 4.211/2012, também conhecida como “Lei Gabriela Leite”. Proposta apresentada pelo ex-deputado federal Jean Wyllys, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) o referido projeto legal tem como objetivo principal a regulamentação do trabalho sexual.

Antagonicamente, cresce uma onda conservadora e moralista para a total criminalização da prostituição, como visto no Projeto de Lei n. 377/2011 proposto pelo deputado federal João Campos, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que se aprovado, marcaria um retrocesso na questão penal (PRADA, 2018).

Nesse debate conflituoso marcado pelas diferentes reivindicações entre projetos de leis, as profissionais do sexo brasileiras se organizam como protagonistas políticas para serem representadas e consultadas na elaboração de políticas públicas que as beneficiem. Pressionado, em certa medida pelo movimento, o Ministério do Trabalho e Emprego, inseriu em 2002 a prostituição e outras formas de trabalho envolvendo sexo na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o número 5.198-05, como “Profissionais do sexo”, o que permitiu a mudança de ocupação na Previdência Social (RODRIGUES, 2009).

Desta forma, é devido a essa terminologia utilizada pela CBO e majoritariamente aceita pelas próprias profissionais que se optou por utilizar o termo “Profissionais do Sexo” ao invés de trabalhadoras sexuais ou prostitutas. Destaca-se que nem trabalhadora sexual nem prostituta são termos ofensivos ou pejorativos e podem ser usados ao longo do estudo, trata-se apenas de uma escolha organizacional para o desenvolvimento da pesquisa.

Uma vez que a movimentação política tem ocorrido mais proficuamente nos últimos trinta anos e são mais de trinta tipos de grupos espalhados pelo Brasil, foi necessário dividir em dois períodos a história do movimento: período Gabriela Leite e pós Gabriela Leite. A análise dos dois períodos será feita através do estudo de três associações: Associação das Prostitutas da Bahia (AprosBa), com sede em Salvador; o Núcleo de Estudos sobre Prostituição (NEP), com sede em Porto Alegre; e a Articulação Nacional das Profissionais do Sexo (ANPROSEX), na esfera nacional. Como o objetivo de qualquer movimento social é dar voz a quem está sendo silenciado ou marginalizado, não faria sentido o desenvolvimento de um estudo apenas teórico e revisionista. Por isso, foram utilizadas entrevistas e depoimentos de profissionais do sexo para analisar mais profundamente esse movimento social.

No final do presente estudo, será possível ter uma visão elucidativa da realidade das profissionais do sexo no âmbito sócio-político, bem como vislumbrar caminhos alternativos para estudos futuros que viabilizem a universidade como mediadora para mudança social de grupos minoritários, sem invisibilizar a luta dos coletivos. O estudo também se propõe a refletir sobre os princípios de um modelo de ruptura, ou seja, um modelo jurídico-político que rompa com a legislação que desconsidera em sua elaboração as demandas das profissionais do sexo. Esse modelo só poderá ser concebido junto com o movimento social e deve atender as necessidades da conjuntura socioeconômica e política brasileira.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE O TRABALHO SEXUAL

Grande parte da legislação sobre exploração sexual nos países ocidentais foi influenciada pela perspectiva feminista radical antiprostituição, a qual não fazia uma separação entre exploração e trabalho sexual. Segundo essa perspectiva, se pressupõe a existência de uma estrutura normativa masculina na qual o corpo da mulher está subjugado, tendo como possíveis resultados dessa estruturação a prostituição, pornografia e a indústria do sexo que se caracterizaria como uma violência contra a mulher (DWORKIN, 1989; MACKINNON, 1991; MILLET, 2000; JEFFREYS, 1997; 2009; RUBIN, 2010; BARRY, 1995; RAYMOND, 2013). Portanto, a exploração sexual que incluiria todas as resultantes somente teria fim com a eliminação de todas as entidades que compõem o patriarcado.

A falha na análise das radicais repousa, principalmente, sob dois aspectos principais ignorados: o sistema capitalista como a base da contínua exploração, e as dinâmicas de raça e classe dentro deste sistema. Constitui, em síntese, um feminismo “com viseiras”, que não permite um olhar de compreensão ao outro. Ignorar fatores socioeconômicos que estão na raiz da problemática e tratar de forma paternalista as profissionais do sexo é de certa forma agir a favor do sistema que se espera combater. Não é de surpreender que o feminismo radical antiprostituição esteve alinhado à ala direita da política dos Estados Unidos em questões relacionadas à criminalização do trabalho sexual e em políticas transfóbicas. Isso fica nítido principalmente nos trabalhos de Sheila Jeffreys (2014) e Janice Raymond (1994), que colocam a transexualidade como um transtorno que necessitaria de um tratamento.

Aqui é importante acrescentar que embora as radicais tenham exercido grande influência na concepção de políticas em várias instâncias, isso não significa que outras vertentes do feminismo ou feminismos não ocidentais não estivessem produzindo. Na verdade, a influência radical diz mais respeito ao sistema ao qual elas estavam servindo, do que propriamente ao feminismo como um movimento social.

Há uma distorção quando se fala de feminismo e de universalização do movimento, como se o ponto de partida fosse o mesmo para todas as mulheres, e que as margens estariam inertes por estarem sujeitas a uma resposta do centro. Essa concepção é equivocada, porque apesar de o feminismo *mainstream* ser aquele importado dos EUA e Europa, “o feminismo não é uma invenção ocidental” (EL SAADAWI, 2018), e muitas mulheres de todas as regiões do mundo há muito tempo produzem feminismos de forma independente.

O feminismo negro, por exemplo, não ganhava as manchetes, não era televisionado, não tinha um espaço dentro de fóruns de discussão, mas desde antes da primeira onda do feminismo *mainstream* esteve na vanguarda das lutas pelos direitos do povo negro – aqui colocado como povo, porque a luta das mulheres negras não se restringe a elas. Foi o movimento feminista negro o responsável por inaugurar uma nova perspectiva ao cunhar o termo “interseccionalidade” e trazer a questão racial para o centro da problemática política e social (COLLINS, 2019; DAVIS, 2017; CRENSHAW, 1989; GONZALEZ, 1984; AKOTIRENE, 2019).

Para entender o trabalho sexual no contexto socioeconômico brasileiro, é necessário um feminismo que considere a abordagem interseccional na avaliação dos fenômenos sociais, que compreenda que não há uma experiência e ponto de partida únicos. Deve estar comprometido com o fim da hierarquização de exploração e de julgamentos baseados em uma moral cristã, a qual também restringe a diversidade de crenças. E, ainda, deve-se partir do reconhecimento primário de que vivemos em um sistema capitalista onde as mulheres mais pobres na base da pirâmide social são ao fim de tudo as mais exploradas dessa cadeia.

É contraproducente lutar contra o trabalho sexual sob a justificativa do mesmo ser explorador, enquanto que o sistema que o permite – um capitalismo patriarcal – permanece intacto e naturalizando inúmeras outras explorações (FEDERICI, 2019). Sendo assim, é possível ser anticapitalista e não querer a criminalização da prostituição justamente por entender que a última não irá contribuir com a desconstrução do sistema, mas tão somente irá viabilizar uma exploração legitimada da profissional do sexo.

A vida das mulheres que dependem do trabalho sexual, assim como qualquer outro cidadão que depende da venda de sua força de trabalho em um emprego formal para sua sobrevivência, está vinculada a uma lógica mercantil. Desta forma, somente uma ruptura sistemática com a estrutura capitalista, com políticas de redistribuição de renda/recursos, e a criação de novas oportunidades econômicas e sociais, garantiria que a exploração fosse eliminada em todos os níveis.

O “putafeminismo” surge como um manifesto e exigência de lugar de fala das profissionais do sexo em contraponto ao feminismo radical antiprostituição que muito produziu a favor da criminalização de qualquer atividade envolvendo o sexo (PRADA, 2018). Mas não só isso, é também a forma de resistência de pessoas que são lembradas apenas pelo estigma relacionado à sua atividade de sustento ou vistas como marginalizadas – ou seja, um estigma que não é abordado pelas leis e afeta diretamente a elaboração de políticas para segurança, saúde e integração desse grupo à sociedade.

Portanto, para tratar o trabalho sexual sem silenciar as vozes das profissionais do sexo, este trabalho utiliza como marco teórico a teoria política feminista anticapitalista e descolonizadora junto à “putaresistência”. A adoção das referidas perspectivas do feminismo permite entender as realidades próprias de cada contexto socioeconômico. Os trabalhos de teóricas como Silvia Federici (2017; 2018; 2019) são de especial relevância, pois tratam da questão da divisão sexual do trabalho, os efeitos do capitalismo patriarcal e a caça às bruxas, perseguição que ainda se faz presente nas sociedades modernas, criminalizando e punindo principalmente mulheres negras e grupos vulneráveis de mulheres marcadas pela estigmatização.

Nesse contexto, é central a questão da punição uma vez que está se tratando de crime e pena. O Brasil está entre as cinco maiores populações carcerárias do mundo, sendo a maior parte desta população composta por negros e pobres. A criminalização da prostituição tem um alvo específico com raça, gênero, orientação sexual e classe. O encarceramento em massa tem levantado a discussão sobre a privatização dos presídios – mais um efeito do neoliberalismo – conduzindo a mais uma forma de lucro sobre o corpo subjugado e condenado (DAVIS, 2018; ALEXANDER, 2019; BORGES, 2018).

Importante estabelecer uma diferenciação aqui entre abolicionismo penal e o modelo abolicionista que trata do trabalho sexual. O “abolicionismo penal” diz respeito à teoria popularizada no final da década de 1960, que propõe a eliminação do sistema carcerário e sistema penal, em razão de sua seletividade e ineficácia (DAVIS, 2018). O “modelo abolicionista”, por sua vez, refere-se à criminalização parcial da prostituição, onde o cliente é criminalizado e a profissional do sexo não. Para não gerar confusão, este trabalho adota a expressão “modelo sueco”, terminologia mais recente vista na literatura para referir-se ao modelo abolicionista.

O trabalho de Foucault (2018; 2018b; 2018c; 2010) sobre comportamentos desviantes e biopolítica é relevante para o presente estudo, pois fornece aportes importantes para situar a sexualidade em um processo histórico-teórico, e assim entender a política da carne e a moral cristã na concepção das leis que tratam sobre corpo e sexo. Será igualmente utilizada a teoria da dominação masculina de Bourdieu (2019) que traz a questão da naturalização através da biologia de todos os constructos sociais em papéis binários do “homem viril” e da “mulher feminina”, e como isso está diretamente relacionado com a percepção e tratamento da sexualidade nos tempos modernos.

Como será visto durante as entrevistas, o movimento social é uma das principais pontes entre as profissionais do sexo e os governos. Argumenta-se que o feminismo como movimento social precisa ser revisto além da teoria, sendo necessário, portanto, entender o que é movimento social e seu processo emancipatório. Nesse momento da discussão, será utilizada a Teoria do Estado Ampliado de Gramsci (1977a; 1977b), para compreender o papel da educação e da universidade dentro deste processo de transformação radical da sociedade. A remodelagem teórica para o contexto socioeconômico e político brasileiro atual é de suma importância para a funcionalidade da aplicação da teoria na prática.

Por fim, afirma-se que a teoria deve servir à prática ou são apenas palavras infladas sem serventia. Nas considerações finais, apresenta-se uma reflexão sobre alternativas possíveis de se unir a teoria à prática, e assim fornecer subsídios e princípios norteadores para estudos futuros, abrindo caminhos para elaboração de um modelo normativo que atenda às necessidades do Brasil pós-COVID-19.

2.1 Contribuições e críticas existentes nos estudos sobre trabalho sexual

A presente seção trata da abordagem epistemológica adotada e a explicação de alguns conceitos importantes para a análise sobre trabalho sexual através de uma perspectiva teórica feminista. Ao longo da dissertação será propiciado um resumo das múltiplas experiências vividas pelas profissionais do sexo enquanto coletivo, e como seus corpos estão subjetivados na esfera pública a estereótipos que são resultados de uma interação histórica social.

Para entender esse processo histórico é essencial compreender como a sexualidade das mulheres tem sido tratada ou subjugada à heteronormatividade. Esse processo de socialização de papéis estruturados através do binarismo de gênero atrelados ao sexo biológico – tratados como complementares – tem sido desconstruído nos últimos anos pelo movimento feminista, que reconta a história para além de uma perspectiva naturalista, biológica e patriarcal. A problemática do biopoder e como este controla as relações sociais envolve também uma moral ética cristã que até hoje é utilizada como parâmetro para definir o que são condutas consideradas corretas dentro da sociedade, bem como para a formulação de leis e normas (BOURDIEU, 2019).

Outro ponto a considerar é o sistema capitalista enquanto questão central para uma episteme sobre exploração. O capitalismo segue a lógica patriarcal, portanto, a “categoria mulher” está subjugada à exploração pelo agente dominante – a “categoria homem”. As relações são baseadas pela força, pela dureza, pela violência, permeando os espaços tanto

públicos como privados, os quais não configuram duas esferas independentes, mas sim sobrevivem da retroalimentação e devem ser analisadas conjuntamente (OKIN, 2008). Conseqüentemente, as mulheres que ocupam as ruas, espaços públicos, trabalhando, estudando e sendo ativistas, estão subordinadas às regras de uma sociedade violenta, e precisam responder às necessidades diárias de adaptação para a sobrevivência (FEDERICI, 2017).

Isso é visto principalmente nas grandes cidades, onde a necessidade de se reestruturar os espaços urbanos, para que sejam mais inclusivos e seguros, se faz imediata nas sociedades contemporâneas. As profissionais do sexo geralmente ocupam espaços não contemplados pela segurança pública, com riscos constantes à sua integridade física e com suas vidas invisibilizadas pelo próprio Estado, o qual deveria funcionar como garantidor de direitos e deveres.

Um ponto central do debate é como a sociedade participa dessa dinâmica ao marginalizar pessoas que não seguem os preceitos morais adotados, e como as feministas antiprostituição, ao demonizar as prostitutas ou colocando-as como vítimas, contribuíram para a legitimação desses preceitos. Elas analisaram o trabalho sexual pela ótica da exploração sexual sem tentar compreender o “sujeito prostituta”, a cidadã prostituta, colonizando, indiretamente, o corpo desta com a sua perspectiva moral de uma política sexual vista como adequada.

Por isso, quando se está tratando de quaisquer grupos sociais, a análise não deve limitar-se a apenas uma variável. É necessário interseccionar para entender, para empatizar e não oprimir. Não existe uma única experiência no trabalho sexual, as existências são múltiplas, fato que é sinalizado ou destacado pelas profissionais do sexo:

“[...] dentro do feminismo, eu acho que tinha que se parar de ser objetificada, porque eu acredito que é dessa forma, né, quando você enxerga o outro como alguém que não tem opinião própria, que não tem voz, você tá [sic] objetificando. Então, eu gostaria que, sabe, a gente fosse entendida não como vítimas de algum problema, mas como pessoas, né, como trabalhadoras, que têm voz e precisam falar, porque se você for pegar uma mulher branca e uma mulher negra, as prioridades não são as mesmas. A mulher branca teve que lutar pra trabalhar fora, a mulher negra sempre trabalhou fora. A mulher branca lutou pela liberdade sexual, a mulher negra, ela luta para não ser objetificada sexualmente. Então, a gente já viu que tem que haver recortes, porque a realidade de uma, é diferente da realidade da outra.” (Entrevista 6, A., 27 anos, 2020).

Diferentemente de como algumas feministas enxergam a objetificação da prostituição não como parte de uma suposta “venda” de um corpo que seria dominado por outro sexualmente, mas sim de como a sociedade percebe isso como exploração sexual, e não como trabalho. O “vender” o corpo é uma expressão carregada de estigma, já que a profissional do sexo presta um serviço sexual onde utiliza o seu corpo como *ferramenta*, mas não o cede, não o “vende” no sentido literal da palavra, ele continua lhe pertencendo. No sistema capitalista o ato de “vender” algo para poder receber algo em troca é prática comum, porém só é visto como exploração quando se trata de sexo.

A conduta de quem utiliza esse argumento para ser antiprostituição é de proteger as vítimas de algo tão indigno, sujo e inferior como o trabalho sexual. Ao criminalizar o trabalho sexual, essa objetificação mascarada como defesa dos direitos das mulheres acaba por excluir as próprias profissionais do sexo do debate, supostamente por querer protegê-las do “grande lobo mau do sexo”, alusão aos contos de fadas nos quais as mulheres precisam ser salvas de um vilão. Isso está vinculado aos nossos conceitos de tradição, valores e normalidade, pois o sexo é visto muitas vezes de forma deturpada como algo sujo, proibido, impróprio para mulheres, exceto se for para reprodução.

Como mencionado anteriormente, aquilo que é considerado diferente do tradicional, do padrão – esse inexistente, apenas concebido pelo mercado como valor tangível e desejável – é relegado ao grupo de “anormalidade”. Mulheres e homens transexuais, por exemplo, interseccionam mais de uma opressão e não são alcançados por quase nenhuma política relacionada à equidade. São indivíduos rotulados com o estigma do transgressor ético e moral, e sujeitos à transfobia mesmo dentro de algumas vertentes feministas. Para esta análise é necessário ter um olhar atento para essas faltas e falhas relacionadas à própria luta política feminista, e o tratamento conferido pelas leis e normas da nossa sociedade quando colocadas diante do que é tratado como diferente.

Desse modo, a sexualidade deverá ser vista através de um processo histórico-teórico, a fim de determinar se o conservadorismo quanto ao trabalho sexual está condicionado a uma moral cristã que reprime o sexo (na mulher), ou se essa repressão não seria um subterfúgio para opressão de papéis considerados desviantes e para o controle da sociedade. Ou se ainda, a repressão é apenas aparência e ao fim de tudo a sociedade repele o sexo porque se sente atraída por ele, porém o sublima para manter a ordem social estabelecida. Questiona-se também a persistência de certas dicotomias: de gênero, sexo biológico, de certo e errado, bom e mau, baseados na ética e moral cristã.

Entender sexo como algo normal, quando consentido, e prazeroso, não somente como meio para reprodução, é primordial para desconstrução do estigma que o ordenamento político atribui às profissionais do sexo. Mas essa proposta de *legalizar* o desejo, de explorar as diversas sensações advindas do sexo de forma mútua, respeitosa e equilibrada, é um desafio ao *status quo*, que se beneficia das interações conflituosas e violentas (WOLF, 2019).

Também é relevante compreender como funciona a legitimação da violência sexual através da desculpa do inconsciente ou da exceção. Ao mesmo tempo em que existe uma vitimização da profissional do sexo, na qual o trabalho sexual é condenado por confundir-se com exploração sexual, homens são isentados diariamente de atos de violência sexual, muitos inclusive noticiados como passionais, na investida de “mostrar seus crimes como excepcionalidades, como patologias isoladas, e construir uma casuística do ‘desvio’.” (GAGO, 2020, p. 80). A questão que aqui se coloca é: porque a violência sexual masculina e institucional não é abordada por esses mesmos valores que negam a liberdade sexual da mulher?

É preciso entender no sentido ontológico a dinâmica da exploração no capitalismo e no patriarcado – “ser explorado” *versus* “ser explorador” – para que então, seja possível fixar pontos norteadores que levem a compreender como o trabalho sexual deveria ser mediado na sociedade. Essa clareza é decisiva para que haja uma legislação objetiva fundamentada na realidade, e que junto com a criação de ferramentas antiexploração e políticas públicas efetivas, as profissionais do sexo possam exercer o direito de realizar seu trabalho de forma digna e segura.

2.2 Binarismo de gênero, biopoder e socialização do sexo biológico

O mundo como é conhecido está separado em dicotomias que justificam comportamentos, deveres e direitos. Portanto, o homem e a mulher, o macho e a fêmea são opostos e complementares. É desta naturalização binária do ser humano que deriva o que será considerado como normal e natural, e o que será taxado como comportamento desviante e transgressor, durante parte do que Foucault (2018a; 2018b; 2018c) descreveu como história da sexualidade. A base de todo poder será retida no sexo, dominante *versus* dominado, condicionado ao entendimento biológico, que é fixo e natural (BOURDIEU, 2019).

Porém, aquilo que é concebido como natural é também um aspecto do biopoder, que estipula um *modus operandi* a fim de controlar os corpos e mentes através de tecnologias da sexualidade (FOUCAULT, 2010). Já na educação sexual, aqui considerada como meramente

um arcabouço de normas e regras a serem seguidas dentro da sociedade, somos programados para atender os requisitos do sistema através de um arranjo de valores culturais.

A crença e o costume têm por objetivo a domesticação do subalterno. Justamente por isso que a primeira medida de governos fascistas é censurar a informação, limitar a educação a um certo grupo conivente e adotar uma necropolítica. A educação é elaborada no molde dos princípios que se deseja fomentar e imposta pelos grupos dominantes aos grupos minoritários na busca pela manutenção do poder (GRAMSCI, 1977; SILVA, 2020). A naturalização em dualidades permeia toda a estrutura da sociedade. Nota-se como o binarismo de gênero e a socialização do sexo biológico fundamentam o aparato estatal a partir de teorias de controle social.

A teoria da sexualidade freudiana analisou a perversão baseada na libido, não ignorando a questão biológica, mas indo além de uma abordagem tradicional da sexualidade. O desenvolvimento sexual começaria na infância, onde a curiosidade seria um impulso para a construção da personalidade, uma vez que é “organicamente condicionado, fixado hereditariamente, e pode se produzir, às vezes, sem qualquer auxílio da educação” (FREUD, 2016, p. 80). Seria ainda no período de latência que a sublimação ocorreria desviando comportamentos sexuais instintivos em práticas sexuais aceitáveis pela sociedade, praticamente em um caráter de utilidade para ordem social.

O diálogo ou conflito interno entre o “*id*” e o “*ego*” (Eu), resultaria no “*superego*”, que separaria os comportamentos aceitáveis daqueles considerados como nocivos ou amorais pela sociedade, já em tenra idade num processo de civilização.

Como colocado por Harding,

Assim o superego torna-se o guardião da probidade e pertencimento social individual, pressionando o ego a moderar e modificar os impulsos instintivos e atrelando o ego aos ideais da pessoa que eles aspiram ser. Neste ponto, o superego aparece como o ‘representante-da-sociedade-em-mente’, como um ‘complemento’ necessário para que as pessoas se tornem socialmente adaptáveis (HARDING, 2019, p. 2, tradução minha).

Em suma, o *superego* é o compasso moral, o lado consciente, enquanto o *id* representa a inconsciência, e o *ego* o “caminho do meio” entre eles. Desta forma, na sexualidade, a perversão seria aquilo que não se enquadra dentro da normalidade percebida pela ordem social, não significando por sua vez em algo criminoso, mas estando condicionado à moralidade da época e sendo sublimado na infância para que o sujeito se adapte à sociedade a qual pertence. Esse equilíbrio que neutraliza os instintos do indivíduo em prol de um comportamento social aceitável está correlacionado com os dispositivos de controle baseados

nos papéis de gênero, e conseqüentemente, ao estigma como atributo desviante do grupo social dominante (GOFFMAN, 1986).¹

A naturalização de certas práticas relacionadas à psique e ao prazer, baseadas em uma ética moral social, parte do pressuposto que só existem dois gêneros, o feminino e o masculino, vinculados aos respectivos sexos biológicos feminino (correspondente à vagina) e masculino (atrelado ao pênis). A funcionalidade do punitivismo na sociedade criaria a condição para os crimes de transgressão ao limitar o que é considerado normal. A própria concepção de normalidade é sociológica e varia no espaço-tempo.

Esse binarismo é também a base para que o sexo seja tratado como dentro de um quadro de práticas certas e erradas. Para Foucault (2010; 2018), sexo e proibição também estão vinculados. A repressão e a liberação sexual se entrelaçam em uma dança que atribui a indivíduos papéis fixos, ou seja, a busca pelo desejo em sua análise não é vista como negativa, embora a identidade sexual seja limitada aos padrões socialmente aceitos.

As condutas são estipuladas a partir de uma moral entendida como “um conjunto de valores e regras de ação propostos para os indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas, etc.” (FOUCAULT, 2018b, p. 32). É esse conjunto que irá nortear a criação de leis e implementar um sistema punitivista e de penitência baseado em papéis fixos.

É necessário que se separe gênero de sexo biológico para que esses binarismos e dualidades sejam rompidos. Quando Preciado (2019) descreve a contrassexualidade ele está se referindo a isso, definindo

a sexualidade como tecnologia, considera que os diferentes elementos do sistema sexo/gênero denominados “homem”, “mulher”, “homossexual”, “heterossexual”, “transsexual”, bem como suas práticas e identidades sexuais, não passam de máquinas, produtos, instrumentos, aparelhos, truques, próteses, redes, aplicações, programas, conexões, fluxos de energias e de informação, interrupções e interruptores, chaves, equipamentos, formatos, acidentes, detritos, mecanismos, usos, desvios... (PRECIADO, 2019, p. 412).

A história da sexualidade é permeada por simbolismos e moralismos, passando desde a crença em uma economia sexual, a dietética, à experiência moral da carne, ou à medicina que usou da tecnologia científica para revestir as condutas desviantes de um caráter patológico (FOUCAULT, 2018a; 2018b; 2018c). Cesare Lombroso fez isso ao criar uma tipologia tanto para o homem delinquente como para a mulher, especificamente dedicando-se

¹ Durante as entrevistas realizadas no segundo semestre de 2020, a Articulação Nacional das Profissionais do Sexo ainda abreviava seu nome como ANPS. A partir de 2021, passou a adotar a sigla ANPROSEX.

ao estudo das prostitutas e das lésbicas (LOMBROSO; FERRERO, 2004), no qual a prostituição é classificada como a forma feminina de criminalidade:

A prostituta é, portanto, psicologicamente uma criminosa. Se ela não comete crimes reais, é porque é fisicamente fraca, ou intelectualmente atrasada, ou é capaz de conseguir o que precisa por métodos mais fáceis. De acordo com a lei do mínimo esforço, ela prefere a prostituição. Nas mulheres, a criminalidade geralmente assume a forma de prostituição. (LOMBROSO; FERRERO, 2004, p. 386, tradução minha).

Em síntese, Lombroso “criou grupos de pessoas consideradas indesejáveis pela sociedade marcadas pela associação a uma tipologia criminal a partir do sexo, da sexualidade e da loucura como doença mental” (SILVA, 2012, p. 38-39). Estudos como esse tentavam mapear o perfil do delinquente mirando em comportamentos que já eram considerados desviantes, e a partir daí criar uma categorização que serviria para ostracizar, quando não perseguir e punir com ainda mais repressão estes grupos já marginalizados da sociedade.

Não muito diferente do que Lombroso tentou fazer ao determinar as especificidades da mente e as características genéticas do criminoso nato, atualmente essa lógica está presente no encarceramento em massa de pessoas negras e pobres, que por sua vez, fundamenta-se na busca de uma suposta “supremacia racial” (BORGES, 2019). Gênero, sexo e raça são, portanto, constructos sociais utilizados como instrumentos da biopolítica para o controle da própria sociedade na qual foram gerados.

O sexo toma caráter apenas reprodutor, porque sua função é continuar alimentando a máquina da produção e do ciclo de exploração, e para produzir sem cessar é necessário um estoque de corpos novos e saudáveis. Desta forma, “todos os trabalhos considerados femininos são desvalorizados, e a prostituição – por estar associada à imagem da mulher independente, sozinha e impura – é marginalizada, elevada ao ostracismo” (SHAMS; GIONGO, 2019).

Há uma constante tentativa de hostilizar e caracterizar através de estereótipos pejorativos aquelas mulheres que fogem do padrão tradicional: a “puta”, a “vagabunda”, “vadia”, “quenga”, ou associando-as negativamente a animais em função do seu comportamento e atributos sexuais (como “vaca”, “cadela”, “piranha”, “galinha”, etc.), enquanto que na mesma lógica de associação, os homens têm atribuído para si termos que denotam virilidade e força (como “garanhão”, “touro”, “galo”, etc.), sugerindo que quanto maior o número de fêmeas e mais intensa for sua vida sexual, mais valorizada é sua imagem e reputação social. Historicamente, os rótulos sempre serviram como maneira de atribuir valores a condutas, seguindo uma lógica falocêntrica (BOURDIEU, 2018).

A etimologia da palavra *puta*, segundo Fernandes e Souza (2013, p. 65) “decorre de deslizamentos metafóricos, que historicamente foram produzindo sentidos outros”:

Segundo Silva (1789) *puta* em sua origem italiana significa *donzella*, moça honesta. Ferreira (1999) diz que a origem da palavra é latina e significa menina, do mesmo modo Houaiss (2001) traz a origem etimológica como feminino do latim vulgar *puttus*, rapazinho, menino (em Portugal: puto), cujo feminino é *putta*. Somente Pinto (1832) não traz uma acepção da origem do termo *puta*. [...] Segundo Bueno (2003), a mudança na palavra *puta* – do sentido de menina para os atuais (prostituta, meretriz) – sofreu um deslizamento, pelo simples fato de que a prostituta apresentou-se e ainda apresenta-se, para a sociedade, simulando a condição de menina. Nesse sentido, trata-se de uma mulher que se faz de menina, que simula, que finge, que aparenta uma condição que não é a sua, assim, a *puta* é o simulacro de si mesma. Razão pela qual os sentidos anteriores da palavra passam a justificar os atuais, através da falha, do equívoco, pois a *puta* é a mulher simulando a menina, fingindo inocência, pureza, fazendo entrar em circulação um sentido que é também, historicamente, atribuído à condição feminina: o comportamento ardiloso, traiçoeiro, enganador, de constante logro (FERNANDES; SOUZA, 2013, p. 65).

O deslizamento metafórico entre o sentido inocente da menina, rumo ao uso da palavra *puta* para designar o comportamento feminino ardiloso e dissimulado, consolidou o estigma social à mulher que se prostitui. A Igreja e outras entidades formadoras da sociedade, como a escola nos moldes do cristianismo, contribuíram para instalar sentidos que vinculam o verbete a uma moral religiosa, servindo – e em certo nível o fazem ainda hoje – para garantir o controle do Estado sob a população. A tecnologia do sexo surgida no final do século XVIII tornava, portanto, o sexo como “negócio do Estado; ainda melhor, uma questão em que todo corpo social e quase cada um de seus indivíduos eram convocados a porem-se em vigilância” (FOUCAULT, 2018a, p. 126).

O regramento sociológico não permite fugir do “padrão” de obediência civil. Quem rotaciona em torno dele, acaba sendo excluído. A própria ideia de um padrão a ser alcançado é uma construção colaborativa com o mercado, que com a passagem do feudalismo para o sistema capitalista, designou como bruxas as mulheres independentes que ameaçavam o *status quo* (FEDERICI, 2017). O contrato sexual fortalecido durante esse processo, nada mais é que um aparato de correntes que aprisionam a mulher ao local de reprodução e subjugação matrimonial, já que, “ela deve se dedicar aos cuidados do lar e à criação dos filhos. Sua existência é para reprodução, e sua essência é a maternidade” (SHAMS; GIONGO, 2019).

Tanto Foucault (2018a; 2018b; 2018c) como Bourdieu (2019) são limitados nas suas análises sobre sexualidade. A história da sexualidade de Foucault se restringe à perspectiva sobre sexualidade de um homem branco ocidental e às dinâmicas de poder as quais ele observa de seu *locus* social, ignorando a problemática de gênero ao estipular que a sexualidade teria apenas uma forma, essencialmente masculina (LAURETIS, 2019). Do

mesmo modo, ao longo de sua pesquisa, Foucault tenciona toda a narrativa da sexualidade curiosamente em dicotomias. Ao focar na questão do inconsciente e dos símbolos, Bourdieu também ignora o fato de que os atos ditos inconscientes são justamente utilizados de forma orientada, e, portanto, consciente, como mecanismos de controle pelas instituições. Ou seja, não é um repasse automático de comportamentos, é institucionalizado, isso quando não configura um projeto político de controle, vigilância e repressão.

É possível constatar essas nuances de forma mais nítida quando se considera que a violência sexual explícita não é censurada, enquanto que a nudez feminina, como os seios expostos, ou a curiosidade sexual feminina o é. Isso faz parte de uma tecnologia de manutenção da ordem social programada para que a sexualidade feminina seja vista como negativa (WOLF, 2019). Vai além de uma questão psicológica do inconsciente ou como característica das sociedades desde a Grécia Antiga. Se a sociedade de modo geral não questiona os símbolos ou as condutas que são ensinadas, isso não é devido a uma cegueira coletiva compulsória, mas sim porque o aprendizado é *programado* como tal. Desta forma, a cultura, o cinema, a literatura, os discursos, a arte, mídia e instituições são estruturadas segundo os princípios da dominação masculina, tornando a violência sexual como próprias e específicas de nossa época, um destino do qual não se tem escapatória.

É a partir deste conformismo que comportamentos desviantes, que saem do escopo da oposição, do binarismo, do *establishment*, são marginalizados, acreditando-se que a única alternativa para estes indivíduos é a salvação de seus corpos e almas para a reintegração à vida “normal” em sociedade. Quem rejeita essa salvação é por fim demonizado, jogado ao ostracismo de uma vida dita pecaminosa. É esse o constructo social do estigma que afeta as profissionais do sexo enquanto cidadãos e protagonistas políticas.

2.3 Sobre a patologização e a romantização do trabalho sexual

Segundo a lógica supracitada, o trabalho sexual é considerado desviante porque não segue o “padrão” de produção, e por muito tempo, se ainda não o é, esteve ligado à ideia preconcebida de disseminação de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), que fogem do controle estatal. Como será constatado nas entrevistas, a maioria das políticas públicas direcionadas às profissionais do sexo envolvem ISTs. Além disso, o grupo de profissionais do sexo inclui pessoas de todos os tipos de orientação sexual e gênero, que falam abertamente sobre liberdade sexual, o que desafia, mais uma vez, a moral ética cristã pré-estabelecida.

A patologização da prostituta é um método higienista bastante utilizado durante os séculos XIX e XX, e que continua tendo influência nas elaborações de políticas no século XXI. Mas antes mesmo deste período, a partir do século XVII, já havia, o que Foucault (2018b) chama de “dispositivo de aliança”, um sistema familiar de controle e vigilância dos comportamentos, que no espaço público seria praticada pelos médicos, psiquiatras, psicólogos e pedagogos.

Tal quadro fez com que esses comportamentos fossem associados às perversões fundamentadas na psicanálise, que teria no seu centro uma sexualidade burguesa. Isso porque se dizia que é a partir da burguesia que se desenvolve uma construção social de sexualidade predominante e capitalizada pelo aparato estatal. É ela “que induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classes específicas” (FOUCAULT, 2018a, p. 139). Ou seja, há uma universalização do sentido de sexualidade a partir da hegemonia da classe dominante.

Uma das consequências dessa generalização é que um determinado grupo da população, composto por aqueles indivíduos sem acesso aos centros de poder, é taxado indiretamente como foco de disseminação de doenças e serve como bode expiatório para ineficiência do Estado em gerir a saúde pública. A associação do *boom* da AIDS com a homossexualidade é outro exemplo disso. A verdade é que esses grupos são mais vulneráveis em contrair doenças virais justamente devido ao preconceito que os relega à margem, impedindo-os de ter acesso à maioria dos espaços, serviços e direitos que possuem os cidadãos comuns. Essa assimetria, que os governos tratam alguns em detrimento de outros em relação à saúde, é mais uma característica de um sistema explorador.

Outro fator é a patologização psicológica, ou seja, vincular o exercício da prostituição inevitavelmente a um histórico de abusos, traumas e violência sexuais sofridas. Sintetizar o trabalho sexual a uma questão psicológica é ignorar todas as outras razões que levam o indivíduo a se prostituir (WEITZER, 2010; PRADA, 2018), inclusive a livre escolha do indivíduo. Importante não confundir livre escolha com a romantização da vida da profissional do sexo. Livre escolha aqui refletiria que havia mais de uma opção de trabalho que poderia ser exercido, optando o indivíduo pela prostituição. Isso não apaga as dificuldades que essa pessoa terá para o exercício da mesma e não exclui aquelas que não tiveram outras alternativas.

Muitas vezes, a patologização vem acompanhada por um bom samaritanismo que é, não obstante, uma “cruzada moral” pela manutenção das normas, a imposição de valores e a estigmatização das pessoas a quem se diz pretender ajudar (WEITZER, 2019). A vitimização

da profissional do sexo, que é tratada como um caso de caridade, onde deve repousar o olhar humanitário de quem precisa ser salvo, concomitantemente passa pela demonização daquelas que erguem a voz para afirmar que não são vítimas, mas cidadãs com plenos direitos.

Em contrapartida, outra perspectiva incide ainda sobre a romantização do trabalho sexual, que também não é útil quando se trata de cidadania e acesso a direitos fundamentais. Isso porque uma vez que se romantiza uma ocupação (seja ela qual for) que tem raízes socioeconômicas, está se construindo o ideal inexistente de heroísmo sobre-humano. Esse verniz discursivo da trabalhadora “guerreira” serve apenas para reforçar o mito da meritocracia social, legitimando uma sobrecarga de funções cada vez mais violenta sobre o corpo trabalhador. Nessa dinâmica, os indivíduos se submetem literalmente a qualquer coisa, já que precisam daquela contrapartida oriunda da venda de sua força de trabalho para garantir não uma vida digna, mas sim tão somente sua sobrevivência. Precarizar cada vez mais as relações de trabalho, e levar a classe trabalhadora à exaustão é, na realidade, um projeto bem sucedido do capital.

Quando surgem argumentos em defesa da descriminalização do trabalho sexual por se tratar da profissão mais antiga do mundo, encontra-se em sua essência essa romantização, a qual constitui uma falácia, já que algo ser antigo não significa necessariamente que seja bom ou que deva ser eterno. É possível que esse argumento seja uma resposta à prostituição como “o mal necessário” utilizado pela igreja na Idade Média, que restringia a prática sexual ao matrimônio, porém se omitia sobre a prostituição (ROBERTS, 1993). Isso ocorria muito provavelmente pela ineficácia em exterminar essa prática, mesmo porque muitos membros do clero inclusive utilizavam esses serviços. É a velha dinâmica de abertamente condenar, mas nos bastidores usufruir daquilo que se julga como pecado.

Em síntese, é necessário que o trabalho sexual seja analisado pela ótica do sistema sob o qual a nossa sociedade (sobre)vive, o sistema capitalista, patriarcal e heteronormativo. Do mesmo modo, as dicotomias aqui mencionadas precisam ser repensadas e desconstruídas, já que as mesmas servem como propulsores da biopolítica.

2.4 Diferenciando “trabalho sexual” e “exploração sexual”

Talvez o maior debate acerca da descriminalização do trabalho sexual seja em relação à exploração sexual sendo de certa forma “legalizada”. Isso está relacionado ao que foi tratado na teoria sobre sexualização *versus* moralismo, dinâmicas do biopoder, patologização, romantização do trabalho sexual e vitimização das profissionais do sexo. A seguir, são

investigadas três questões que atravessam esse debate: tráfico de pessoas, modelos jurídico-políticos, e matrimônio *versus* prostituição.

Através da análise do contexto socioeconômico e político é possível compreender quais implicações a não diferenciação de trabalho para exploração traz às profissionais do sexo. A nivelção dos dois se dá pela hierarquização do debate centrado no que podemos chamar de “*política da vitimização*”, na qual a profissional do sexo não é tratada como protagonista política, mas como vítima que necessita de proteção.

Quando se verticaliza a discussão do trabalho sexual tem-se como resultado perspectivas excludentes da problemática. São diversas experiências com variadas origens que levam uma pessoa à prostituição. E nenhuma experiência dentro do trabalho sexual é igual à outra. Weitzer (2010) disserta sobre o que ele denomina “paradigma polimórfico”, como alternativa a perspectivas monolíticas que limitam a compreensão ao tratar variáveis como constantes. Sendo assim, “tipo de trabalho sexual, localizações geográficas e outras dimensões estruturais e organizacionais” (WEITZER, 2010, p. 6) devem ser consideradas a cada caso.

É complexo tentar definir uma ideia universal da experiência com trabalho sexual, uma vez que *experiências* estão imbuídas de simbolismo e representações culturais. Como Weitzer coloca (2010, p. 300), “os significados culturais são polissêmicos e abertos a múltiplas leituras e interpretações; representações e discursos são ativamente criados, recriados, negociados e resistidos”. Não raro, princípios ditos universais representam os valores de uma cultura hegemônica na tentativa de colonizar outras. Assim como o estigma atribuído a uma identidade social funciona como uma forma de subjugação pelo grupo dominante.

Quando se está a diferenciar trabalho sexual e exploração sexual, temos que ter o cuidado em perceber essas dinâmicas de simbolismos. Como visto anteriormente, muitas vezes o aparato estatal pode se valer deles para controlar a população. Feministas radicais antiprostituição que se aliaram ao sistema para terem suas perspectivas solidificadas e legitimadas, ao fim, estavam colonizando outros corpos, na mesma lógica de opressão as quais pretendiam combater.

Portanto, o trabalho sexual não deve ser lido como exploração sexual. Explorar sexualmente é forçar, seja através de violência física ou psicológica, a exercer certa atividade sexual. Com ênfase na palavra *forçar*, obrigar, ameaçar alguém a se prostituir, sim, é exploração sexual. Já a prática do trabalho sexual é um trabalho como qualquer outro dentro de um sistema capitalista e não pode ser confundida como exploração sexual. Assim, como

para todos os trabalhadores, a dinâmica do capitalismo entende que a lógica não é a emancipação do indivíduo, mas a produção em massa que enxerga os corpos como meros dispositivos para esse objetivo.

Ao ser questionada em uma conferência sobre trabalho sexual, Silvia Federici (2019) respondeu da seguinte forma:

As mulheres têm vendido seus corpos de diversas formas, vendem seu trabalho, seus corpos, você vende seu corpo no casamento, por exemplo, você casa por segurança. Você vende seu trabalho sexual em um segundo trabalho, trabalhando fora de casa, para manter um trabalho, e não para fazer sexo ou para ganhar uma promoção. Tantas vezes as mulheres tiveram menos acesso aos recursos do que os homens, menos acesso à propriedade, aos salários [...] à remuneração, comparado aos homens. Então, vender serviço sexual tem sido uma forma para as mulheres sobreviverem. É um problema clássico. Também não se enxerga que muitos trabalhos hoje não são opções melhores para as mulheres. E as feministas não deveriam se meter e falar para as mulheres que tipo de exploração queremos, que tipo de exploração é apropriada e que tipo de exploração não é (FEDERICI, 2019, s./p.).

Há outro ponto que deve ser levado em consideração: o tráfico de pessoas não diminui com a não diferenciação entre trabalho sexual e exploração sexual. A criminalização do trabalho sexual torna ainda mais difícil o rastreamento e classificação do que é exploração sexual quando envolve o tráfico de pessoas. O tráfico de mulheres para exploração sexual é muitas vezes utilizado como argumento para criminalização da atividade (WEITZER, 2010; RUIZ, 2003; BLANCHETTE; SILVA, 2018). Contudo, há incoerência nesse argumento, uma vez que, como já mencionado acima, é justamente na ilegalidade que se torna mais provável a exploração.

A partir dessa pesquisa – com análise fundamentada principalmente em estudos do Grupo DAVIDA (2005), das criminologistas Skulj e Aba (2012) e do sociólogo Weitzer (2010) – em relação ao tráfico sexual quando não há leis claras que o diferenciam do trabalho sexual, infere que:

- 1) O tráfico se torna mais profícuo e lucrativo devido ao aumento do risco;
- 2) A demanda recorre a meios ilícitos sem buscar saber a origem de quem oferece o serviço e por ser clandestino tem mais controle sobre a situação;
- 3) A pessoa em situação de exploração teme em denunciar, uma vez que pode ser considerada culpada de dolo;
- 4) Pessoas que não estão sendo exploradas são tratadas da mesma forma que as exploradas, o que impossibilita o acesso a uma estimativa real dos casos de exploração;

- 5) Geralmente atinge imigrantes em situação ilegal que buscam novas oportunidades e, em alguns casos, recorrem ao trabalho sexual como forma de sobrevivência;
- 6) É utilizada mais como ferramenta para controle da imigração, e assim podendo segregar os “indesejados”, do que para exercer um controle no sentido de proteger os direitos humanos de quem realmente está sendo explorado (a).

A questão é problemática quando se analisam outras questões envolvidas como a dificuldade para denúncias, a falta de assistência social e a relação com as leis anti-imigração (MAC; SMITH, 2019). A criminalização do trabalho sexual, portanto, é contra eficaz para o enfrentamento da exploração sexual, já que torna mais difícil e complexo rastrear situações de exploração. Mais complexo ainda é o próprio conceito de tráfico de pessoas estipulado pelo artigo 3º, alínea “a”, do “Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças”, da Organização das Nações Unidas (ONU), mais conhecido como Protocolo de Palermo:

Art. 3º, alínea “a”: Por “tráfico de pessoas” entende-se o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos (Protocolo de Palermo, ONU, 2003).

Observa-se que o referido conceito não se aprofunda em nenhum dos itens inseridos, ficando subjetiva a interpretação dos diversos órgãos que lidam com tráfico de pessoas, uma vez que “não é apenas uma tipificação criminal, mas também ganha progressivamente força no discurso midiático e nas disputas políticas para simplificar uma realidade que é muito mais emaranhada do que sugere essa categoria de orientação conservadora” (GAGO, 2020, p. 92).

Para diferenciar o tráfico de pessoas de tentativas de imigração é necessária uma abordagem mais ampla e interdisciplinar, buscando investigar as ondas migratórias e os conflitos a elas relacionados. Somente assim é possível criar políticas e leis livres de xenofobia e que não se confundam com as relacionadas ao tráfico de pessoas. Igualmente necessário se faz criar instrumentos de assistência social e humanitária para pessoas traficadas que querem denunciar, mas temem ser deportadas (KEMPADOO, 2005).

Infelizmente, muitos dos governos têm ciência dessa necessidade de leis mais objetivas e específicas, porém se beneficiam da arbitrariedade para aplicar formas discriminatórias de controle migratório. Isso acontece principalmente quando nos referimos a países de destino do tráfico, que não por coincidência, quase sempre são países imperialistas, que se beneficiaram de todo tipo de exploração de terras e do povo dos países do Sul Global. O enriquecimento desses países, às custas do sangue e suor dessas populações, faz com que hoje sofram com o fluxo de imigração proveniente dos territórios outrora invadidos, justamente pela desigualdade social que ajudaram a criar nos anos de colonização.

É até estimulado certo pânico moral na população sobre tráfico desmedido de mulheres para exploração sexual, dissimulando dados e publicando apenas informações que induzem à crença de uma prática sexual predatória que precisa ser controlada com leis, mas que ao fim e ao cabo, não são objetivas e ninguém tem muita certeza de como foram fundamentadas (GRUPO DAVIDA, 2019).

Mas como os governos lidam com essa questão, afinal? São eles, na maioria, influenciados pela política sexual da vitimização. Nesse aspecto, os Estados tendem a tratar esta problemática através de diferentes modelos jurídico-políticos, podendo legalizar, regular, descriminalizar ou criminalizar o trabalho sexual. Em termos legislativos, essas quatro palavras possuem os seguintes significados: *Descriminalizar*, podendo ser de forma total ou parcial (também chamada de “criminalização parcial”), significa retirar as penalidades quanto ao trabalho sexual, isto é, o ato deixa de ser crime. Já quando a lei se propõe a *legalizar*, são colocadas algumas regras para o exercício legal do trabalho, ou seja, há um caráter regulacionista por parte do Estado. *Criminalizar*, como o sentido direto da palavra já implica, significa tornar crime a atividade.

Para fins de análise e por apresentar diferenças relevantes entre si, é possível dividir em seis os atuais modelos jurídico-políticos. Com base em Mac e Smith (2019), com algumas modificações como a adição do primeiro modelo a partir da análise da legislação brasileira aponta-se:

- 1) Modelo de Descriminalização Parcial: A prostituição é descriminalizada, porém apenas a prática do rufianismo (explorar o trabalho sexual alheio) é considerada crime. O cliente não é criminalizado. Não é regulamentada pelo Estado. O Brasil se enquadra nesse modelo.

- 2) Modelo de Legalização com regulamentação: O Estado regulamenta o trabalho sexual colocando várias regras a serem atendidas para o exercício do trabalho. É o modelo vigente na Holanda, Alemanha e no Estado de Nevada nos Estados Unidos.
- 3) Modelo Abolicionista (“Modelo Sueco”/Nórdico): criminaliza parcialmente a prostituição. A venda de trabalho não é criminalizada, mas a compra sim e também terceiros que exploram o trabalho sexual alheio. É o caso da Suécia que foi adotado posteriormente pelo Canadá, França e Irlanda. É considerado como o “novo abolicionismo”.
- 4) Modelo de Criminalização Parcial (“Modelo Britânico”): A venda e a compra não são criminalizadas, mas alguns tipos de serviço como a prostituição de rua, o trabalho com colegas (como em casos de compartilhamento de espaço para exercício do serviço), ou a facilitação do trabalho sexual são considerados crimes. Modelo adotado na Grã-Bretanha.
- 5) Modelo Proibicionista/Criminalização Total da Prostituição: A maioria dos países se enquadra nesse modelo. Dentre os principais exemplos, pode-se citar os Estados Unidos (exceto Nevada), África do Sul, Rússia, México, entre outros.
- 6) Modelo de Descriminalização Total da Prostituição: Descriminalização de tudo relacionado ao trabalho sexual e regulamentado através de uma lei trabalhista. Modelo adotado somente na Nova Zelândia, na Bélgica (a partir de uma lei aprovada em março de 2022) e no estado de New South Wales, Austrália.

Como referido anteriormente, o feminismo radical antiprostituição foi um grande influenciador para modelos jurídico-políticos como o modelo nórdico, mais conhecido como “Modelo Sueco” ou “Novo Abolicionismo”. Esse sistema não criminaliza a prostituta, e sim criminaliza o cliente (ou seja, a compra de sexo), e tem sido utilizado como caso de sucesso para a problemática da prostituição.

Porém, criminalizar parcialmente o trabalho sexual não é ao fim e ao cabo, benéfico para prostituta. Isso porque prevalece uma lógica contraditória e de difícil solução, pois se uma pessoa oferece um serviço cujo produto é ilegal para compra, como será possível vender esse produto com segurança? Qual a garantia de que haverá clientes dispostos a arcar com os riscos, para ilegalmente realizar a compra desse serviço? Ou seja, o desenho da política não soluciona a questão de forma sistêmica, pois ao criminalizar parcialmente o trabalho sexual, na prática significa que se está criminalizando subjetivamente o todo. Essas questões serão retomadas e articuladas com os dados obtidos pela perspectiva das entrevistadas.

3 MOVIMENTOS DAS PROFISSIONAIS DO SEXO NO BRASIL: ESTUDO DE TRÊS ORGANIZAÇÕES EM NÍVEIS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

O Brasil conta com mais de trinta movimentos de profissionais do sexo, três em âmbito nacional. Seria impraticável investigar todos durante este estudo. Para isso, foi selecionado um movimento em âmbito estadual, um em âmbito municipal com protagonismo na esfera estadual e um na esfera nacional. A escolha das duas ONGs em âmbito estadual e municipal foi feita a partir das diferenças regionais, socioeconômicas e políticas de uma região para outra e a disponibilidade, durante a pandemia de COVID-19, das coordenadoras dos movimentos em serem entrevistadas. Portanto, foram escolhidas a Associação das Profissionais do Sexo da Bahia (AprosBA), com sede na cidade de Salvador; e o Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), com sede na cidade de Porto Alegre.

A AprosBA foi escolhida em razão da sede estar localizada no Centro Histórico de Salvador, cujo processo de revitalização foi gentrificado através de políticas de exclusão que tentaram afastar prostitutas e classes sociais mais baixas da área. O NEP foi escolhido por estar localizado na cidade que este estudo se passa e desta forma facilitar a observação em campo das ações do núcleo. Essas duas organizações não governamentais, também foram escolhidas pela sua representatividade e solidez no movimento social das trabalhadoras sexuais. A AprosBA, com mais de 20 anos, e o NEP, com mais de 30 anos, são ONGs reconhecidas no Brasil inteiro, com influência nacional, incorporando congressos, conferências e *workshops*, tanto no Brasil como em âmbito internacional.

A análise de conteúdo será feita a partir das entrevistas com uma das fundadoras e atual coordenadora da AprosBA, Fátima Medeiros, e as três atuais coordenadoras e sócio-fundadoras do NEP, Soila Mar, Tina e Lúcia. Também serão utilizadas entrevistas de voluntárias e profissionais do sexo que foram atendidas nas duas organizações.

Por um curto período de voluntariado no NEP, realizado durante o segundo semestre de 2020, foi possível observar a rotina de atendimento às profissionais do sexo da cidade durante a pandemia do COVID-19 e a organização do núcleo. Outras voluntárias acadêmicas e também voluntárias que exercem o trabalho sexual expuseram suas perspectivas sobre o movimento social das profissionais do sexo. Essa experiência de pesquisa de campo permite compreender e enriquecer este estudo, proporcionando contribuição empírica ao contexto estudado. Em âmbito nacional, optou-se por analisar a ONG de fundação mais recente, a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPROSEX). As entrevistadas opinaram sobre a participação nas redes nacionais, especificamente sobre a ANPROSEX e suas

atividades durante a pandemia. Nessas falas, ficou perceptível a necessidade da tecnologia e conhecimentos sobre informática para disseminação e sobrevivência do movimento nesse período.

Ao todo, foram realizadas dez entrevistas por telefone, que não seguiram um roteiro fechado, permitindo que as entrevistadas interpusessem questões que considerassem como importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Porém, alguns tópicos foram abordados em todas elas, como: trajetória pessoal na prostituição; história da ONG; contribuição ao INSS; acesso ao auxílio emergencial e COVID-19; segurança pública e Sistema Único de Saúde (SUS); políticas públicas e legislação quanto à descriminalização; legalização e regulamentação; papel do Estado e da universidade; e estigma e sociedade. As entrevistas tiveram duração de quinze minutos a uma hora.

Nos anexos da presente pesquisa encontra-se transcrita na íntegra uma das entrevistas realizadas, e ao longo da análise foram selecionadas algumas falas extraídas das diversas entrevistas, uma vez que é importante ter o registro da voz dessas mulheres em um estudo que se propõe a ser horizontal e de contribuição mútua. Também, nos anexos, consta um quadro informativo com os dados dos principais coletivos, redes, grupos e associações de profissionais do sexo no Brasil. Com base na legislação brasileira vigente sobre prostituição, investigou-se possíveis melhorias a partir das necessidades reais das profissionais do sexo, tendo como base o Projeto de Lei n. 4.211/2012 (“Projeto de Lei Gabriela Leite”), proposto por Jean Wyllys, e os pontos destacados durante as entrevistas.

Apesar de colocar-se em discussão os modelos jurídico-políticos utilizados em outros países para tratar trabalho sexual, esta dissertação não pretende ser um estudo comparado. Modelos estrangeiros são utilizados apenas como ilustração para as possibilidades existentes de como legislar sobre prostituição na atualidade. Esse procedimento auxilia na compreensão de como o trabalho sexual é visto e tratado no mundo, incluindo o Brasil, e se está de acordo ou contra o que o movimento social das profissionais do sexo vem demandando.

Por fim, através dos resultados alcançados propõe-se uma reflexão crítica utilizando os princípios de um modelo que atenda especificamente a conjuntura socioeconômica e política brasileira. Um modelo de ruptura, por assim dizer, não seria construído a partir de uma visão moralista e punitivista, mas de acordo com o contexto socioeconômico e político brasileiro e em colaboração com o movimento social. Os resultados também abrem caminhos para futuras pesquisas que possam vir a ser desenvolvidas na área.

3.1 Procedimentos metodológicos: entrevistas com profissionais do sexo e avaliação dos movimentos sociais segundo a escala de Gohn

O trabalho visa, portanto, analisar o trabalho sexual a partir dos movimentos sociais sob a ótica da teoria política feminista anticapitalista e a problemática do sexo como a base do tabu que sustenta o estigma da profissional do sexo. Foram realizadas dez entrevistas com profissionais do sexo, que atuam em diferentes cidades do Brasil e que estão conectadas de alguma forma ao movimento social. As entrevistas ocorreram no ano de 2020, por telefone, devido às restrições decorrentes da pandemia de COVID-19.

O elemento norteador durante todo o estudo será o que as profissionais do sexo chamam de “putaresistência” ou “putafeminismo” e se contrapõe ao feminismo radical antiprostituição que influenciou o modelo sueco (também conhecido como modelo nórdico). A abordagem adotada pela Suécia é hoje vista como um caso de sucesso no tratamento legislativo da prostituição e ao modelo proibicionista que criminaliza totalmente o trabalho sexual.

Os temas abordados nas entrevistas foram os seguintes: história pessoal com a prostituição; saúde e segurança; papel do Estado e da universidade; movimento social; legislação atual e o que deveria ser modificado; contribuição como profissional do sexo para previdência privada; auxílio emergencial na pandemia; estigma e cidadania.

Para entender como o movimento social se estrutura como meio, é importante analisar em qual fase de desenvolvimento² as ONGs ainda atuantes se encontram. Será utilizada a categorização de Maria da Glória Gohn (1997) sobre movimento social para analisar o progresso das ONGs ativas e escolhidas para a presente pesquisa (a saber: ANPROSEX, AprosBA e NEP), através de uma reformulação na definição de como localizar nessas fases o movimento social em específico.

² Algumas revisões simplistas de Dworkin colocam que a relação sexual heteronormativa conceberia em uma relação de estupro. Porém, o que a autora se referia era a questão de subordinação da mulher em relação ao homem no ato sexual, constituindo um dos pilares do patriarcalismo. Não obstante, há uma generalização quanto ao sexo heteronormativo como violento entre as feministas radicais, que centraliza a questão da corporeidade da mulher em relação ao falo. Segundo as radicais, estaria subjetivada pela supremacia masculina que qualquer ato advindo do gênero masculino seria opressivo – o que, em síntese, também constitui um binarismo, no caso, opressão (masculina) *versus* sujeição (feminina).

Segundo a referida autora, existem 11 fases pelas quais passam um movimento social:

1) Situação da carência ou ideias e conjunto de metas e valores a se atingir; 2) Formulação das demandas por um pequeno número de pessoas (lideranças e assessorias); 3) Aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno das demandas; 4) Transformação das demandas em reivindicações; 5) Organização elementar do movimento; 6) Formulação de estratégias; 7) Práticas coletivas de assembleias, reuniões, atos públicos etc.; 8) Encaminhamento das reivindicações; 9) Práticas de difusão (jornais, conferências, representações teatrais etc.) e/ou execução de certos projetos (estabelecimento de uma comunidade religiosa, por exemplo); 10) Negociações com os opositores ou intermediários por meio dos interlocutores; 11) Consolidação e/ou institucionalização do movimento (GOHN, 1997, p. 267).

A reformulação das fases de Gohn proposta para este estudo leva em conta a interação entre as diferentes fases, e para isso foram criados cinco blocos para estipular um método de cálculo simplificado: A) Estrutura administrativa relacionada à primeira e à segunda fases; B) Participação das profissionais do sexo na ONG relacionada à terceira, quarta e quinta fases; C) Ações e/ou projetos relacionados à sexta, sétima e oitava fases; D) Parcerias com outros membros da sociedade civil relacionada à nona fase; E) Relação com governos relacionada à décima fase. Para o cálculo, foi utilizada uma escala de pontuação de 1 (um) a 5 (cinco), onde cada bloco representa a seguinte medida:

Bloco A – 0 a 1: Muito baixo

Bloco B – 1 a 2: Baixo

Bloco C – 2 a 3: Médio

Bloco D – 3 a 4: Alto

Bloco E – 4 a 5: Muito alto

Para calcular a fase, serão somados os pontos marcados em cada bloco dividido por 5 (cinco). A média obtida representa a localização da organização nas fases de desenvolvimento. A décima primeira fase, como é referente à consolidação do movimento, considera que a mesma resulta da somatória de todas as outras fases. Ou seja: se marcado o valor máximo (cinco), a organização está consolidada no momento em que foi feita a análise, podendo sofrer alterações conforme a passagem do tempo e as mudanças na conjuntura política.

Esse sistema foi escolhido por acreditar que, embora as fases de Gohn sejam bem delineadas, elas podem não representar totalmente a situação da ONG. Por exemplo, um movimento social pode já estar desenvolvendo a fase 9 (nove) de práticas de difusão juntamente com a fase 5 (cinco) de organização elementar do movimento. Nesse caso específico, não se pode ignorar que já se mostra em curso um desenvolvimento de fases avançadas, mas ao mesmo tempo, não se pode afirmar que esse avanço seria indicativo de que as fases iniciais foram totalmente concluídas.

Importa salientar que, considerando que o período atípico da pandemia do COVID-19 possa ter influenciado em um retrocesso das ONGs, ou em problemas novos que ainda não encontraram uma solução, o período analisado compreende a partir do período de fundação de cada movimento até março de 2020.

A hipótese que se apresenta para discussão do problema é que a base para os desafios encarados pelas profissionais do sexo na sociedade em relação a aspectos como segurança e saúde é o estigma. O estigma ocorre por uma valorização ética e moral de princípios cristãos que determinam o sexo numa lógica patriarcal e mercantil de produção, na qual a mulher está inserida como mero aparelho reprodutor. O sexo não é repreendido ao todo, mas categorizado em práticas certas e erradas, sendo o homem o fator dominante, atribuindo-se à mulher um sentido inferior, de subjugação.

Dentro deste contexto, a profissional do sexo é vista como uma quebra na matriz, uma vez que não se insere na categorização do “*ser mulher*” segundo os princípios éticos e morais cristãos. Ela rompe com a sistematização reprodutiva do sexo, oferecendo este como serviço a ser pago. Esse comportamento desviante é visto como perigoso para a manutenção do *status quo* que coloca o homem como proprietário do corpo da mulher a partir do contrato sexual (PATEMAN, 1993). Ainda que a profissional do sexo esteja sob o mesmo sistema e sob as mesmas regras, ela também se encontra à margem, sendo constantemente invisibilizada pelo Estado e pela sociedade.

A problemática se intensifica pois a partir dessa perspectiva a construção do estigma da profissional do sexo passa pelo tabu do sexo, uma vez que aqui o prazer e o desejo são as forças motrizes para a compra do serviço, e não a reprodução. A violência pela qual elas passam é fruto deste estigma, uma vez que os homens necessitam pagar por aquilo que se consideram donos por natureza. A saúde também é vista apenas sob ótica das ISTs, seguindo o tratamento higienista que é dado a comportamentos desviantes e elaborando pautas que podem ser intituladas como “*políticas da vagina*”, isto é, aquelas que somente visam conter a

disseminação de ISTs e não enxergam a profissional do sexo como cidadã e ator político, políticas nas quais a visão do Estado limita-se apenas ao controle do órgão sexual reprodutivo.

Diante desses elementos, argumenta-se que nenhuma política pública ou lei que seja concebida sem a participação das profissionais do sexo será realmente efetiva em tratar a questão, tanto relativa aos seus desafios diários, quanto no que concerne ao acesso e garantia aos direitos fundamentais e desmarginalização das mesmas. Somente será possível construir um modelo jurídico-político eficaz para a problemática do trabalho sexual quando as profissionais do sexo, representadas pelo movimento social que as organiza enquanto grupo, estiverem incluídas na sua elaboração. Nesse contexto, a universidade tem um papel de mediação dos diálogos, sendo fundamental para o processo de emancipação de grupos minoritários.

Tal justificativa ampara-se no pensamento gramsciano que coloca a educação como ferramenta para transformação radical da sociedade (SILVA, 2020), com a inserção do movimento social feminista (aqui tratado na sua dimensão difusa) e movimento social das profissionais do sexo (dimensão específica) enquanto articuladores do processo emancipatório da mulher trabalhadora brasileira, considerando as contradições existentes dentro de um sistema capitalista e patriarcal (FEDERICI, 2019).

Portanto, o objetivo geral é compreender o movimento social das profissionais do sexo no Brasil no tocante à luta pelos direitos fundamentais e à cidadania e a diferença entre trabalho sexual e exploração sexual. Dentre os objetivos específicos, estão: investigar a questão de segurança e saúde sob o viés do estigma; verificar como a legislação e os projetos de lei abordaram a questão do estigma; elaborar os princípios de um modelo jurídico político brasileiro para o trabalho sexual que atenda as demandas das profissionais do sexo, através das falas de representantes dos movimentos sociais que foram incluídas no estudo.

3.2 A articulação das ONGs no Brasil: histórico e reorganização pós-Gabriela Leite

Durante a década de 1970, o movimento feminista no Brasil começou a integrar mulheres de diferentes classes e níveis de escolaridade, e que buscavam organizar as demandas políticas coletivamente para apresentá-las junto às instituições. Isso foi possível devido a três fatores: o enfraquecimento da ditadura, a dinâmica do mercado de trabalho que passava a incluir mais mulheres na economia, e as instituições religiosas que passaram a adotar projetos sociais voltados para grupos sociais vulneráveis (DE SOUZA *et al.*, 2000).

O aspecto religioso possui relevância nesse contexto, uma vez que, como visto anteriormente, a ética moral cristã é um elemento determinante para o controle das massas, exercendo forte influência nas dinâmicas de poder do aparato estatal. Quando a religião deixa de favorecer totalmente a elite, ocorre uma mudança de valores que altera as interações sociais.

Isso não significa que a igreja alterou a sua postura em relação a alguns princípios, uma vez que esse processo veio vinculado à Teoria da Libertação, ainda sendo revestido pelo objetivo da salvação em relação ao pecado. Porém, essa mudança de orientação em como a igreja olhava para as minorias à margem da sociedade contribuiu para o desenvolvimento formal de alguns dos movimentos sociais. O Instituto de Estudos da Religião (ISER), fundado em 1970 em Campinas, São Paulo, seria uma das organizações a exercer um papel importante na relação entre movimento social, sociedade civil e governo.

É neste contexto, no final da década de 1970, ainda no período da ditadura militar, que o movimento de prostitutas começou a surgir (PRADA, 2018), principalmente com o objetivo de denunciar a violência institucional que sofriam. Gabriela Leite, que deixou o curso de Sociologia na Universidade de São Paulo, e começou na prostituição na década de 70, já lutava ativamente pelo direito das profissionais do sexo. Ao lado de Lourdes Barreto, em 1987 no Rio de Janeiro, fundou a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) durante o I Encontro Nacional de Prostitutas, evento que reuniu profissionais do sexo de onze estados do Brasil (SKACKAUSKAS; OLIVAR, 2010). Gabriela fazia parte do ISER e como muitas profissionais do sexo, participava da Pastoral da Mulher Marginalizada (SKACKAUSKAS, 2007). A RBP tornou-se a primeira rede em nível nacional a representar o movimento social das trabalhadoras sexuais.

Contrária à abordagem da Teoria da Libertação adotada pelo ISER que defendia a necessidade de salvação da prostituta, Gabriela Leite se afastou da referida entidade, e em 1992 criou a ONG Davida. A leitura feita do período permite afirmar que já no início do movimento, estava presente o entendimento de que o estigma social é a base para a marginalização e a violência. O fato de o foco incidir sobre a transformação da mulher prostituída (aqui tratada enquanto vítima, objeto inanimado não pensante) em mulher não prostituída (sujeito atribuído de valor, passível de reinserção na vida em sociedade), demonstrava a persistência da valoração ética-moral cristã, bem como a classificação dos papéis desviantes da sociedade.

Aos moldes de Lombroso, a profissional do sexo ainda era vista como pervertida, criminosa e pecadora. O objetivo de “resgatar” a mulher da prostituição estabelece um verniz aparentemente libertador a um aspecto que na verdade beneficia o sistema, uma vez que o capitalismo se apropria do trabalho reprodutivo, doméstico e sexual no qual as mulheres *devem* e não *cobram* (FEDERICI, 2018). Gabriela Leite compreendeu a importância do ativismo para romper com essa lógica de salvação, influenciando outras mulheres do Brasil a buscarem seus direitos a uma vida digna, e a não temerem o estigma da “puta”, apropriando-se da palavra para assim tornar-se resistência.

Percebe-se do teor das entrevistas que a influência de Gabriela é duradoura, sendo a precursora do movimento de resistência das profissionais diante do descaso do Estado e da sociedade. Isso mostra que quando uma voz se levanta para exigir os direitos de um grupo marginalizado, vai encorajando outras vozes, fortalecendo todo esse grupo. Conclui-se que essa é a base para a construção de um movimento social. Apreende-se que não somente uma causa em comum uniu as profissionais do sexo, mas a necessidade de estar em coletivo, de compartilhar experiências, sentirem-se abraçadas, com a possibilidade de trocar afeto sem serem julgadas.

A cidadania só pode ser plenamente desenvolvida quando o indivíduo age em prol do coletivo. O próprio *boom* do movimento social das profissionais do sexo que ocorre nos anos 2000, pode-se dizer, é resultado do sentimento de coletividade herdado da resistência durante a ditadura. É também efeito da disseminação das políticas sociais e a redemocratização da educação que possibilitou que diferentes estratos sociais tivessem acesso a espaços até então destinados apenas às elites.

Após a morte de Gabriela Leite em outubro de 2013, aos 62 anos de idade, a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) dividiu-se em três organizações: a própria RBP, e ramificou-se em mais duas, a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPROSEX, anteriormente conhecida pela sigla ANPS) e a Central Única de Trabalhadores e Trabalhadoras Sexuais (CUTS).

As associações em nível nacional se articulam entre si, organizando eventos, simpósios, *lives* e *workshops*, mantendo algumas diferenças internas entre si. A RBP, por exemplo, foi importante na colaboração da redação do Projeto de Lei Gabriela Leite, sendo que a CUTS nasceu em 2015, após a Central Única de Trabalhadores (CUT) se opor à possibilidade de regulamentação do trabalho sexual caso o projeto de lei fosse aprovado (PRADA, 2018).

Aqui fica evidente a questão tratada pela teoria sobre algumas vertentes do feminismo servirem ao patriarcado, quando muitas mulheres somaram voz à oposição da CUT, inclusive apoiando projetos conservadores para a criminalização da prostituição. Mas uma voz erguida em coro não pode ser tão facilmente silenciada, e após 2015 testemunha-se um fortalecimento das redes, articulações e associações de profissionais do sexo pelo Brasil.

Esses grupos afirmam sua identidade ao argumentar que trabalho sexual é trabalho, representando assim um lugar seguro para tecer ideais a partir da experiência dessas trabalhadoras. É possível concluir com a insistência em marginalizar o trabalho sexual, que “o ponto sobre o silenciamento de vozes aproxima os feminismos negro e decolonial do movimento de prostitutas, pois partem de sujeitas cujas formulações são invisibilizadas” (MENDONÇA, 2019, p. 49). Traçar paralelos teóricos para compreender como o movimento social das prostitutas interage com outras vertentes feministas, corrobora a construir esses espaços de resistência para justamente viabilizar lutas que possuem diferentes *locus* sociais, raça, idade e orientação sexual, já que a “sujeita” prostituta é diverso e multifacetado.

Portanto, o local do ativismo torna-se rede de afeto, no qual as profissionais do sexo podem falar de suas vivências sem que sejam julgadas ou analisadas como sujeitos-objetos. Dado que a violência é um dos principais problemas que ensejam a formação desses grupos, o espaço coletivo também se torna uma rede de proteção. Como visto na teoria antiprostituição sobre trabalho sexual, muito do que foi produzido sobre violência nessa perspectiva era relacionado à questão da exploração sexual; assim, pouco foi analisado sobre a violência institucional, sobre a violência decorrente do estigma. A coletividade organizada para resistência ao sistema violento, que incorpora o Estado e a sociedade, é o meio para a autorreprodução e autonomia dessas mulheres situadas à margem (FEDERICI, 2019).

No entanto, esse é um processo árduo, uma vez que não é do interesse dos governos que os grupos se autogerenciem, limitando a mobilidade destes grupos. Para que o movimento social supere essas limitações, é necessário que ele se desenvolva e se solidifique, e isso passa inclusive pela interação com os próprios governos. Como mencionado anteriormente na metodologia, foram utilizadas as fases de desenvolvimento de Gohn para compreender qual o nível de desenvolvimento em que se encontram localizadas cada uma das três ONGs analisadas.

Os resultados podem ser vistos no quadro sistematizado a seguir:

Quadro 1 - Nível de desenvolvimento das ONGs analisadas (Segundo fases de Gohn)

	Bloco A: Estrutura Administrativa	Bloco B: Participação das trabalhadoras	Bloco C: Ações e/ou projetos	Bloco D: Parcerias com a sociedade civil	Bloco E: Relação com os governos	Total (soma dos blocos, dividido por 5):
ANPROSEX	3	3	3,5	3	2	2,9
APROSBA	3,5	3	3	4	2,5	3,2
NEP	4	4	3	4	3,5	3,7

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

É possível perceber que nenhuma das três organizações completou totalmente as fases, pontuando o valor total de cinco em um dos blocos. Compreende-se isso não como falha, mas como pontos a serem fortalecidos. Emerge aqui a seguinte pergunta: É possível uma ONG ter um desenvolvimento avançado se não desenvolveu totalmente bem as primeiras fases estruturais do movimento? A partir da presente análise, a resposta é positiva, uma vez que a interação entre as fases é que garante o funcionamento do movimento. Segundo, porque movimentos sociais necessitam estar constantemente se autorreproduzindo, o que faz com que, mesmo aqueles considerados como consolidados, precisem passar mais de uma vez por essas fases, no caso de troca de lideranças, novas demandas, mudanças no contexto socioeconômico e político. Isso não significa que um movimento social que não completou o “Bloco 1 – Estruturas administrativas”, não irá passar por problemas em longo prazo caso não venha a dar uma atenção para isso.

A estrutura administrativa refere-se ao perfil organizacional do movimento social, como este é liderado e gerenciado. Como toda organização, é necessário um corpo administrativo, que preferencialmente deve ser composto por mais de três pessoas, prezando pela transparência e horizontalidade. Quando o movimento social é focado apenas na figura de uma liderança, a estrutura administrativa não é sólida, já que este(a) líder carrega consigo uma grande carga de responsabilidade pela existência e permanência daquela organização. Esta dependerá dos esforços, habilidades e até mesmo, da vida, daquela líder para continuar existindo.

É fundamental que haja uma diversidade de indivíduos dentro do movimento social que saibam como administrar e motivar o grupo para que também não se torne um movimento social uno e totalizador. O indivíduo busca o coletivo racionalizando que precisa daquela interação coletiva, pois faz também do cuidado de si, do processo de auto-estima, por isso o movimento necessita ser um lugar bom de se estar (SILVA, 2020). Neste bloco, a pontuação

irá se centrar em dois pontos: “corpo administrativo” e “perfil organizacional” (colaborativo ou assistencialista).

Seguindo a lógica da estrutura administrativa, um movimento social precisa da participação de indivíduos do grupo, não podendo se limitar às ativistas que o lideram. O movimento social tem que ir além de uma interação social - não se pode resumir a uma questão do *eu* sentir-se pertencente a um grupo. Para isso, é necessário que seja um espaço aberto e diversificado, que possibilite a participação contínua, seja através de ações coletivas, seminários, grupos de estudo e voluntariado.

O principal desafio para movimentos sociais é passar pelos primeiros anos de afirmação e consolidação, no qual o grupo social ao qual se refere necessita se reconhecer naquele movimento, respaldando as suas ações e buscando-o como meio de construção coletiva da cidadania. Outro desafio consiste na manutenção do movimento social e dos níveis de participação ao longo do tempo. Agregar pessoas que tenham consciência da necessidade de lutar e se dediquem a isso é aumentar o poder do grupo (SILVA, 2020).

O terceiro bloco analisa a questão de ações e projetos, aspecto vinculado à questão da participação e real atuação do movimento social na vida das profissionais do sexo – ou seja: averiguar se as ações e projetos são efetivas para a transformação e qual a frequência que estes acontecem. Esse processo não é simples, pois demanda além do trabalho das líderes ativistas e outras participantes, recursos financeiros, aprovação de projetos, e acessibilidade a editais.

Parcerias com outros agentes da sociedade civil e reconhecimento por parte dos governos pesam significativamente na consolidação do movimento, e também são considerados na presente discussão, vez que

Os movimentos sociais se desenvolvem dentro de limites colocados por estruturas prevaletentes de oportunidade política: as organizações formais de governo e de políticas públicas; a facilitação e a repressão das reivindicações dos grupos desafiantes por parte das autoridades e a presença de aliados potenciais, rivais ou inimigos afetam, de forma significativa, qualquer padrão de confronto do sistema político (McADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 26).

Obviamente, os movimentos sociais não podem depender dos governos, uma vez que representam possibilidades à construção de redes de resistência “autônomas” a estes. Mas uma aproximação tática e estratégica é necessária para a mudança política – uma vez que tudo é político, passando por acesso aos direitos, garantia de segurança e saúde, educação e recursos econômicos. Essa aproximação serve como ferramenta de pressão para reconhecimento das necessidades reais dos grupos vulneráveis até que uma transformação

mais radical da sociedade seja alcançada, no qual se “pressupõe o desenvolvimento da autonomia do social e de espaços políticos dentro da sociedade civil e política, espaços estes garantidos e embasados por uma cultura política democrática e por instituições políticas formais representativas” (GOHN, 1997, p. 68).

Quanto à sociedade civil, analisou-se principalmente a interação com outros grupos e movimentos sociais, e a participação da universidade nas organizações, através de voluntariado, ciclo de debates, grupos de estudos, palestras, etc. O movimento social necessita ter um projeto político que, como foi colocado, atraia pessoas à causa, e esse projeto necessita ser uma construção coletiva (SILVA, 2020), que muitas vezes, e de forma a ser fortalecido, vai além do próprio movimento social específico, unindo-se a outros grupos, colaborando mutuamente com a universidade na conscientização da sociedade e na pressão aos governos.

Apesar de não terem pontuado o valor máximo, pode-se dizer que ambas as ONGs – AprosBA e NEP – já são institucionalizadas, devido à sua resistência ao tempo, ao não esmorecimento diante do medo, das ameaças e das dificuldades. A tabela serve para localizar as ONGs e compreender onde as melhorias devem ser implementadas para a continuação do movimento social. Isso será tratado com mais profundidade nos tópicos relativos a cada ONG, vinculando as histórias de cada movimento à conjuntura política atual e às conquistas realizadas.

3.3 Nível nacional – Articulação Nacional das Profissionais do Sexo (ANPROSEX)

A Articulação Nacional das Profissionais do Sexo (ANPROSEX)³ foi a ONG escolhida dentre as três opções em âmbito nacional do movimento social. A razão dessa escolha justifica-se principalmente por ser a organização mais recente das três redes, ao mesmo tempo em que tem sido mencionada como um palco para o diálogo aberto entre as profissionais do sexo de todas as regiões do Brasil, idades e perspectivas, funcionando como uma rede de acolhimento e construção de cidadania coletiva. É atualmente administrada por mais de uma profissional do sexo e possui a tendência de ser uma organização de perfil colaborativo, onde ações coletivas para arrecadação de recursos financeiros e cestas básicas são realizadas com uma certa frequência.

³ Durante as entrevistas realizadas no segundo semestre de 2020, a Articulação Nacional das Profissionais do Sexo ainda abreviava seu nome como ANPS. A partir de 2021, passou a adotar a sigla ANPROSEX.

Após o falecimento de Gabriela Leite, Fátima, integrante da AprosBA, saiu da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) devido à prevalência, segundo sua perspectiva, da excessiva tecnicidade. Após observar a dinâmica da CUTS, também optou por não participar da referida organização. Fundou a ANPROSEX junto com outras trabalhadoras para tentar flexibilizar o espaço de luta:

“[...] lá todo mundo tem voz, e lá todo mundo fala, e a gente quer que as pessoas cheguem pra falar, pra contar, pra o que precisa, o que tá [sic] sentindo, porque a dor de uma é a dor de todas, sabe, alegria de uma é alegria de todas. A gente luta junto, ninguém é obrigada a ficar, mas pra ficar também tem que vestir a bandeira, levantar a bandeira, sabe.” (Entrevista 1, Fátima, 54 anos, 2020).

A ANPROSEX tem um desenvolvimento mediano em relação à participação, que deve ser lido como algo positivo, tratando-se de uma organização nacional que demanda mais tempo e locomoção para a participação local da maioria das ativistas. Nesta questão, a tecnologia aproximou as diferentes regiões do Brasil promovendo uma maior sincronização das atividades e compartilhamento de experiências, ainda que internet e conhecimentos de tecnologia da informação sejam limitados a uma pequena parcela das profissionais do sexo.

Aqui é relevante apontar que ocorreu uma mudança proporcionada em grande parte pela tecnologia, tanto no que Goffman (1971) chamou de atividades da vida pública, no tocante às interações face a face, que hoje incluem as relações virtuais. Quanto à dinâmica de *reunião* dos movimentos sociais, que se antes era concebida a partir de redes sociais locais, agora possui uma vertente tecnológica de alto alcance, globalizada (McADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Mas isso traz um impasse em relação à distância – não somente geográfica, mas de *intensidade* – na participação efetiva no movimento social. O maior desafio aqui é manter a assiduidade da participação das profissionais do sexo para que não haja uma rotatividade exagerada. O movimento social precisa que mais indivíduos juntem-se ao grupo em um vínculo de caráter contínuo, sem dispersarem-se depois de algum tempo de participação (SILVA, 2020).

A tecnologia tem a vantagem de aproximar os indivíduos, mas também distancia a ação coletiva direta. Por isso, o *confronto político direto* – via movimentos sociais, revoluções e ação coletiva (McADAM; TARROW; TILLY, 2009) ainda necessita ser alimentado *fisicamente*, não apenas virtualmente. O toque e o afeto na interação face a face presencial ainda são requisitos importantes para a manutenção da luta coletiva feminista, isso também

devido que mulheres atribuídas com a responsabilidade do cuidado com o outro são geralmente precarizadas no recebimento desse mesmo cuidado e afeto (FEDERICI, 2018), e, provavelmente, isto não mudará tão cedo.

Na ANPROSEX, o fato de haver abertura é o que atrai pessoas jovens ao movimento social, que necessita estar em constante renovação de suas forças. As mudanças sociais são lentas, principalmente no que tange a valores, levando anos para serem alcançadas. A renovação é fundamental para o movimento continuar vivo, pois como adverte Silva (2020), “as relações sociais de exploração e dominação são assim, a luta toda é para destruí-las, fazer as relações sociais se alterarem radicalmente, embora isso leve muito mais tempo do que os anos de nossas vidas” (SILVA, 2020, p. 16).

O movimento jovem, também traz perspectivas das novas realidades, dos novos enfrentamentos e demandas, mantendo ativa a oxigenação da estrutura administrativa, que mesmo quando mostra-se consolidada, não pode estar atrelada apenas à imagem de uma única liderança. A organização deve poder funcionar além daquelas que a originaram, ou correm o risco de ser desmanteladas com o tempo. Mas essa renovação do movimento nem sempre é simples, e como tudo em nossa sociedade, pode estar permeado pelo conflito de gerações. O novo e o velho contrapõem-se em uma dinâmica de poder que pode ser prejudicial para o todo.

Embora a articulação tenha se saído bem em participação e administração, ainda é cedo para compreender exatamente qual será o perfil adotado em longo prazo. Algumas das entrevistadas que participaram da articulação tiveram que se afastar devido à falta de tempo para se dedicar. Em entrevista realizada em 2020, uma das líderes do movimento relatou que estava entusiasmada com os projetos da articulação, porém ao contatá-la novamente em novembro de 2021, ela já havia deixado a articulação por ser difícil conciliar trabalho, ativismo e família. Como não existem recursos financeiros para auxiliar essas pessoas no trabalho do ativismo, geralmente a escolha pesa para o lado econômico. Duas horas de ativismo é igual a duas horas a menos de trabalho, o que pode ser equivalente a uma conta paga, o aluguel ou a cesta básica do mês.

Em âmbito nacional, pode haver gastos adicionais com locomoção, estadia e alimentação para a participação em eventos organizados pela própria articulação ou por terceiros. Apesar de as campanhas para arrecadação de recursos serem realizadas com frequência, ainda não é suficiente para uma poupança coletiva que cubra os gastos das ativistas enquanto elas estiverem se dedicando ao movimento social. A internet pode ter

auxiliado na horizontalidade da participação, porém ainda é um recurso limitado e não cobre as horas não trabalhadas.

Mas o importante aqui é destacar que mesmo sendo uma ONG recente, foi possível se inserir no movimento social promovendo a integração e estimulando a participação coletiva. Esse fator pode ter sido determinante para ter sido selecionada para um Projeto da ONU Mulheres. Ouvir quem está começando se torna fundamental, uma vez que as relações sociais mudam conforme a economia, a política e a sociedade. Por exemplo, as interações com os clientes, apesar de manterem um pouco de sua essência, não são as mesmas do início do movimento social. As dinâmicas informativas mudaram também, já que hoje em dia muitas das vendas de serviço são realizadas de maneira virtual.

Como dito anteriormente, o acesso à tecnologia é um dos principais meios para se conseguir alçar o movimento social a um protagonismo emancipatório. Pessoas mais jovens, que nasceram e foram criadas na era da internet, das relações virtuais, possuem o conhecimento para lidar e transmitir informações utilizando a tecnologia:

“Eu procuro ouvir quem tá chegando agora, eu tô [sic] há nove anos quase e já não é a mesma coisa, é completamente diferente. Elas viveram, elas começaram o movimento e viveram naquela época de boemia, as pessoas iam pras ruas, as pessoas dialogavam mais, né, não tinha influência da tecnologia. Então, era muito boate bombava, sabe, programa de rua bombava, porque as pessoas sabiam que tinham aquele lugar pra ir só. Hoje em dia, já com essa questão da internet, de whatsapp, tudo fica mais fácil, né. Em vez do cara se expor dentro de uma boate, ele entra no site, entendeu.” (Entrevista 6, A., 27 anos, 2020).

Em suma, esse conflito geracional não deve ser visto ao todo como negativo. O debate de ideias é importante para a continuação do movimento. A ANPROSEX parece entender essa dinâmica, fazendo com que gerações de perspectivas e vivências distintas interajam no mesmo movimento em prol do coletivo. Também está afiliada à *Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y El Caribe (RedTraSex)* estimulando uma aliança regional latino-americana para a discussão da problemática do trabalho sexual. Alianças como essa são importantes para a troca de experiências e ideias visando um decolonialismo das perspectivas eurocêntricas.

A articulação incentiva à interdisciplinaridade, trazendo para os debates em *workshops* e webinários promovidos pela ONU Mulheres e financiado pela União Europeia, profissionais das áreas econômicas, da saúde e de outros coletivos. Mas isso não deve ficar restrito ao escopo da ONU Mulheres: um movimento social necessita da autonomia de ação, parcerias são bem-vindas, mas a interferência deve ser calculada. Projetos como este que incentivam a

disseminação de informação e conhecimento são necessários, porém pode se tornar restrito se juntamente a eles não existir uma ação localizada para transformar. Como coloca McAdam, Tarrow e Tilly (2008), as redes sociais locais, mesmo com o efeito da globalização, ainda são o que impulsionam a interação e a luta política.

Em uma análise geral, podemos observar que a ANPROSEX se encontra em um grau de desenvolvimento mediano, próximo à linha divisória com as fases mais avançadas. Porém como destacado anteriormente, isso não significa que as fases anteriores estejam consolidadas, pois esse processo de desenvolvimento é contínuo. É necessário que a ONG desenvolva melhor sua estrutura administrativa e parcerias com outros membros da sociedade civil, promovendo alianças com universidades, trazendo simpatizantes e voluntários que agreguem à luta, e ajudem a construir a ponte com governos ao longo do tempo.

Deve também criar medidas para garantir a participação contínua das profissionais do sexo, para que haja renovação, mas não rotatividade. Essas características são típicas de movimentos sociais novos e que estão em busca da afirmação – não devem ser interpretados como falhas, embora devam ser levados em consideração no planejamento estratégico da organização.

3.4 Nível estadual – Associação das Profissionais do Sexo da Bahia (APROSBA)

Para entendermos o perfil do movimento social da AprosBA, associação com sede no Casarão da Diversidade no centro histórico de Salvador, é necessário conhecer a sua história, principalmente o contexto político social no qual surgiu. Atualmente, a associação tem um caráter assistencialista, não significando algo negativo, já que as mulheres que se dirigem até ela necessitam de assistência. Contudo, esse perfil interpõe uma questão: de onde retirar recursos financeiros quando estes são escassos e não há suporte governamental? Doações não são recursos garantidos e recursos provenientes de editais não duram para sempre, necessitando ser bem aplicados para renderem em longo prazo. A presente análise considera a AprosBA compreendendo seu tempo maior de trajetória.

A fundadora da AprosBA, Fátima, paraibana, de 54 anos, relata que associação nasceu da necessidade de resistência, quando em 1998, durante a revitalização do centro histórico de Salvador pelo então governador Antônio Carlos Magalhães, houve uma tentativa de retirar as trabalhadoras da Praça da Sé, um dos lugares mais antigos de prostituição do Brasil junto com a Ladeira da Montanha e o Largo Dois de Julho.

A revitalização do centro histórico de Salvador, local até então abandonado pelas entidades governamentais, é, segundo Mourad (2011), um processo de gentrificação classista promovida pelas instituições governamentais estimuladas pelo sistema capitalista. A substituição de quem habita os centros populares por uma classe que tenha mais poder aquisitivo e estimule a economia não traz benefícios para a população de baixa renda, que na maioria das vezes, é expulsa de seu local de residência com pouca ou nenhuma assistência do governo.

Nas palavras do autor,

A gentrificação se apropria de espaços residenciais, comerciais, equipamentos e de outros usos da cidade, provoca transformações sociais de elitização das áreas centrais e deportação da população pobre. A política de gentrificação não incorpora a justiça social, o direito à moradia para a população pobre ou o direito à cidade para todos (MOURAD, 2011, p. 11).

O Centro Antigo de Salvador reunia pessoas que lutavam pela sobrevivência diária, enquanto que as classes sociais mais abastadas residiam em zonas mais distantes do centro. Com o ideal de atrair essas classes para o centro, a revitalização também se caracteriza como um processo de higienização, que já havia sido visto em 1933 com a tentativa de expulsar as prostitutas da área. Na década de 1980, várias cidades, principalmente do Nordeste brasileiro, passaram por revitalizações, na perspectiva de que aumentaria o turismo e promoveria o desenvolvimento econômico local.

Dentro deste contexto, a população que vivia de atividades informais e residia em moradias insalubres foi associada a um impedimento à plena realização do plano. O Pelourinho, por exemplo, levava a imagem de “um lugar sujo e perigoso, com várias atividades marginais à sociedade, tais como prostituição e tráfico de drogas” (NOBRE, 2003, p. 7). Essas características estigmatizantes geralmente atribuídas à população pobre no pensamento urbanístico moderno, atingem principalmente mulheres que não são percebidas como cidadãs com direito à cidade (FALÚ, 2014).

A ideia de que a revitalização geraria empregos é destoante quando se constata o aumento dos preços dos aluguéis e a falta de acessibilidade da população moradora a essas oportunidades. Apesar de, até os anos 2000, a maior parte da população que residia no centro histórico ainda ser de pessoas com baixa renda, a participação destas caiu, enquanto que as com renda superior tiveram sua participação aumentada (NOBRE, 2003). O pensamento urbanístico moderno está aliado às demandas das elites por lugares “mais seguros” e “limpos”, automaticamente gerando a necessidade de limitar o acesso da população mais pobre.

Com a movimentação popular dos grupos sociais atingidos – como por exemplo, através da Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH), organização que representa o direito de permanência –, foi possível enfrentar as medidas de revitalização e tentar equilibrar o interesse econômico focado no turismo com a questão social (BRAGA, 2013). A necessidade de resistência das profissionais do sexo e a fundação de uma associação foi fundamental para sua permanência na área, como revela a entrevistada Fátima no seguinte trecho:

“Eu tinha algumas colegas que trabalhavam na praça e já tinham 60 anos, eu pedi pra que elas não saíssem resistissem porque elas iam passar fome, sobreviver de que forma se elas saíssem da Praça da Sé? Porque na Praça da Sé, hoje ainda tem mulheres de 70 anos batalhando, então qual era a boate que ia aceitar...” (Entrevista 1, Fátima, 54 anos, 2020).

Reunidas, as trabalhadoras começaram a se movimentar na criação de uma associação que as representasse, buscando informações em encontros de mulheres onde também denunciavam a violência que sofriam e a perseguição ao não ceder às tentativas de higienização promovidas pelo governo. Apesar do apoio moral que começaram a receber, Fátima afirma que financeiramente houve muita dificuldade devido à burocracia de elaborar um estatuto, e também no processo de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Essa dificuldade burocrática vem alinhada com a invisibilidade da trabalhadora sexual como protagonista política dotada de direitos. Como fica perceptível no desabafo da fundadora, o governo, seja ele em qual nível for, enxerga as trabalhadoras apenas segundo o viés de controle sanitário:

“O Estado vê a gente, agora vou falar como trabalhadora sexual, como “vaginas”, ele só enxerga vaginas, acha que a gente não pensa, acha que não tem desejo, que a gente não sente dor, sabe? Quando eles fazem alguma coisa por nós é só na questão de doença sexualmente transmissível, eu digo isso é do governo federal, é de governo estadual, seja lá do que for, sabe, eles não olham pra gente com um olhar assim que a gente merece, sabe?” (Entrevista 1, Fátima, 54 anos, 2020).

Tal visão é sustentada por outras trabalhadoras sexuais, que também notam a única preocupação do governo com o HIV. Não há uma busca pelos movimentos sociais para estabelecer um diálogo que entenda a realidade das trabalhadoras sexuais e elaborem políticas públicas que atendam às suas necessidades. Isso ficou visível durante a pandemia de COVID-19. Com as diretrizes determinando fechamentos de lugares públicos, restaram as ruas

desertas nas quais não há clientela, e quando existe, há o risco de contaminação pelo coronavírus. A invisibilidade pela qual as trabalhadoras sexuais normalmente são relegadas, se intensifica de forma ainda mais dramática em tempos de emergência civil. Tudo isso, são características do que a análise aqui apresentada nomeia como *políticas da vagina*.

Segundo Fátima, os governantes tendem a não olhar para as trabalhadoras: “parece que a gente não existe para eles, se morrer uma trabalhadora sexual é uma ‘puta’ a menos pra sociedade, eu acho que eles pensam assim” (Entrevista 1, Fátima, 54 anos, 2020). Gentrificação classista, cercamentos de terras, políticas higienistas, punitivismo e biopolítica (MOURAD, 2011; FEDERICI, 2017; FOUCAULT, 2010) são todos aspectos da heteronormatividade aliada ao sistema capitalista.

Dentro dessa realidade do Estado como um dos agentes da exclusão, as parcerias que o movimento das prostitutas consegue fazer são os principais meios de sobrevivência encontrados, a exemplo da parceria da AproSBA com o Olodum, conseguindo a doação de 70 cestas básicas com material de higiene. Porém, quando se trata diretamente do governo local, a burocracia e desorganização é tamanha que torna a ajuda muitas vezes inviável. Fátima conta um caso onde o governo de Salvador direcionou as cestas básicas para um local diferente da sede da AproSBA, dificultando o acesso às doações:

“Outro dia, agora, tem dois meses mais ou menos, eu mandei email para prefeitura de Salvador porque nem cestas básicas tava [sic] rolando, tava rolando umas míseras cestas básicas que o pessoal tava dando pra quem vinha na... [sic] de 1kg, feijão duro que não cozinhava, sabe, mandei o email pedindo para eles ajudarem a gente com cestas básicas e kits de higiene. Você acredita que eles mandaram entregar 60 cestas básicas para uma ONG que nunca trabalhou com trabalhadoras sexuais dizendo que era para as trabalhadoras sexuais? Entregaram para uma ONG que é da periferia, as mulheres disseram que não iam pegar porque pediram uma lista de exigência, eram tantas exigências, e elas você sabe, nem todo mundo quer tirar fotografia, nem todo mundo quer dar sua identidade.” (Entrevista 1, Fátima, 54 anos, 2020).

Quanto ao auxílio emergencial promovido pelo governo federal durante o COVID 19, as dificuldades para o recebimento se deram pela forma que foi feito o requerimento das informações necessárias. A maioria recebeu apenas na terceira parcela. Fátima ajudou no preenchimento dos dados requisitados, teve gastos com internet, além da preocupação com a situação das trabalhadoras, que não estão recebendo para se sustentar. A opção tem sido trabalhar pela internet, mas não são todas as trabalhadoras que possuem acesso, seja por falta de tecnologia, conexão com a internet ou conhecimento.

Para isso, as trabalhadoras se organizaram para fazer *lives* no YouTube e redes sociais para falar sobre a situação de trabalho durante a pandemia e ajudar no ensino do trabalho pela internet, burocracias e valores para acesso. E mesmo com o retorno do funcionamento dos lugares públicos, o movimento se encontra em baixa devido ao medo de contaminação pelo COVID.

“Eu não posso dizer para uma colega não vá trabalhar, porque a AprosBA não tem suporte pra ela. Elas estão usando álcool gel e máscara... Antes na Praça da Sé você sentava e já arranjava um cliente não importava se você está velha, tá [sic] nova, todo mundo ganha na praça. E agora está uma praça fantasma.” (Entrevista 1, Fátima, 54 anos, 2020).

Questionada sobre a contribuição para o INSS, Fátima nos relata que mudou a ocupação para profissional do sexo e que começou a contribuir muito nova ainda quando trabalhava na indústria têxtil. Ela também conta que muitas trabalhadoras não mudaram para profissional do sexo devido à burocracia e ao estigma. A ineficácia da legislação em tratar essa questão acaba afetando até o que são consideradas como vitórias, a exemplo da inserção da ocupação na CBO. Evidenciando que a lei sem conscientização fortalecida por ações conjuntas entre governos e movimento social é apenas um dispositivo escrito.

Desta forma, as reuniões da AprosBA (realizadas todas as terças-feiras antes da pandemia, juntamente com um convidado especial para falar sobre assuntos de interesse das trabalhadoras, como trabalho, política, economia e gestão financeira) são formas viáveis, também, de disseminação da profissional do sexo como cidadã, empoderando sua autoestima, fazendo com que ocupem espaços politizados. Também eram realizados encaminhamentos para consultas médicas, parcerias com ginecologistas, para testes de mamografia que facilitavam a vida da trabalhadora.

Em relação à segurança, Fátima diz que hoje as coisas estão melhores, mas que houve uma época difícil onde a violência policial constituía uma prática diária:

“Olha, deixa eu te contar uma coisa, a gente teve uma fase tão difícil que a gente era presa, eu nem vou contar da história mais do pelourinho porque se eu contar você vai dar risada demais ou então vai chorar, a gente era presa [sic] de manhã e era solta de tarde, eu nunca batalhei na Praça da Sé, mas eu lutei muito por causa da [sic] minhas colegas. Mas na época da revitalização, da higienização, né, eles pegavam as mulheres de manhã e soltavam a noite... isso é um abuso muito grande.” (Entrevista 1, Fátima, 54 anos, 2020).

Policiais que cobravam porcentagem sobre o trabalho dessas profissionais valendo-se de ameaças e violências para receber esse “pagamento”, que as prendiam, abusavam e agrediam é apenas uma parte das histórias que chocam pela crueldade do aparato de segurança estatal, mas que não são novidade no contexto brasileiro, sendo relatadas por outras trabalhadoras em diferentes cidades, como por exemplo as coordenadoras do NEP.

Esta violência institucional autorizada e legitimada pelo Estado é símbolo do que foi trazido na teoria sobre o corpo feminino, tratado como território, sem ser dotado de vida sexual própria. Especialmente os comportamentos desviantes são reprimidos pela biopolítica como forma de controle da população e manutenção do *status quo*. É representativo que o movimento social das profissionais do sexo na Bahia tenha se iniciado como reação à gentrificação vinculada à violência. Pois enfrentar o Estado quando este se desvia de princípios democráticos é atuar politicamente pela transformação da ordem social.

Sobre seu nível de desenvolvimento, a AprosBA está no penúltimo bloco, porém ainda longe de alcançar as fases finais de consolidação. Apesar de ter um alto nível de desenvolvimento, tem um alcance mediano quando se trata da relação com os governos; e mesmo que sua estrutura administrativa seja sólida, ainda é centrada em uma ativista mais proeminente. Também prevalece a característica assistencialista, mais do que o perfil colaborativo, o que não deve ser visto propriamente como uma falha, porém ao longo do tempo esse perfil organizacional pode ser prejudicial para a existência do movimento social. Envolver as mulheres que buscam a AprosBA na construção de um projeto coletivo para que criando um elo de pertencimento, elas queiram participar da luta, mesmo quando tudo parece tranquilo, é fundamental como estratégia de organização (SILVA, 2020).

Por exemplo, no período da pandemia, cujos projetos e ações foram limitados e os recursos financeiros escassos, o espaço para manobra ficou dependente da parceria com o governo, que como visto foi fraca, e também de doações de terceiros. Fora do período pandêmico, esta desenvolveu projetos junto a ONGs em âmbito nacional e internacional, e contribuiu para discussão e visibilidade do movimento das trabalhadoras do sexo, sendo interessante focar no aumento da participação de profissionais do sexo em sua estrutura, que necessita ser renovada e ampliada. Promover lideranças mais jovens talvez seja um caminho a ser estudado para que não ocorra falta de representantes e não sobrecarregue uma única pessoa.

3.5 Nível municipal – Núcleo de Estudos da Prostituição de Porto Alegre (NEP/Poa)

O Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), com sede em Porto Alegre, iniciou seus trabalhos no final da década de 1980, dentro de um contexto de violência institucional. As profissionais do sexo que batalhavam principalmente nas ruas, sofriam violência e abusos da polícia civil e brigada militar, e muitas vezes, da própria cafetinagem a qual recorriam para se proteger da segurança pública.

Como visto, é no final da década de 1980 que Gabriela Leite começa a movimentação formal de uma organização em prol dos direitos das profissionais do sexo. Influenciado por ela em encontros realizados no Rio de Janeiro, um casal formado por um padre⁴ da Igreja Pentecostal e sua esposa Tina, começou a se articular para replicar o movimento na cidade de Porto Alegre.

Tina participou do encontro no Rio de Janeiro em setembro de 1989, ocasião em que conheceu Gerson Vinter, representante do Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS (GAPA), e quando retornou a Porto Alegre, começou a ir às ruas para conversar com as prostitutas. A princípio, as trabalhadoras acreditavam que ela seria mais uma “salvadora” da igreja, porém, Tina persistiu, comprando camisinhas e distribuindo-as junto a um número de telefone anotado em um papel, já que conhecia o trabalho do GAPA e utilizava este como argumento para se aproximar delas.

Porém, como habitual para a época, o assunto que permeava a prostituição era a AIDS, pouco sendo realizado além disso. Lúcia foi uma das trabalhadoras sexuais abordadas pelo grupo do qual Tina participava, e logo destacou que o problema real que elas enfrentavam era relacionado à segurança:

“Eles procuraram as prostitutas nas ruas, inclusive, eu... pra oferecer camisinha. Aí a gente relatou que nosso problema maior não era AIDS, era a violência que a gente sofria na rua. Então, a partir daí eles começaram a nos ajudar a resolver o problema com a polícia. Que a gente tinha, na época, a gente sofria violência, sofria muito na rua com a polícia.” (Entrevista 2, Lúcia, 2020).

A demanda maior observada entre as trabalhadoras era a violência institucional, que ocorria até mesmo na obrigação da realização de exames para prevenção de doenças. Assim, junto com algumas das profissionais do sexo, incluindo Lúcia e Soila –, Tina começou a organizar a estrutura para o que viria a se tornar o NEP:

⁴ Tina se refere a ele sempre como padre. Dentro das normas da referida igreja, é permitido que padres casem no anglicanismo.

“Daí a gente começou a trabalhar num pilar, em três pilares, que eram: saúde, cidadania e autoestima. Saúde não fica sem cidadania, e cidadania tem que ter autoestima, senão você não vai fazer valer nunca. Aí a gente, eu comecei a explicar que elas tinham que pensar nessas três coisas, mas isto demorou uns dois, três meses.” (Entrevista 4, Tina, 2020).

Os três pilares que Tina menciona e que foram a base para o NEP perpassam os direitos fundamentais do indivíduo. O exercício da cidadania é um direito que só é pleno quando há saúde e segurança garantidos. A questão da autoestima, pode ser relacionada ao estigma e marginalização que a sociedade atribui à prostituta, constituindo um fator limitador em potencial que gera obstáculos ao exercício da cidadania. Uma vez que inconscientemente, o estigma é inculcado no *eu* influenciando a corporeidade do indivíduo no ambiente ao qual está inserido (FREUD, 2016; GOFFMAN, 1986).

A percepção de si diante da sociedade está muito relacionada aos “padrões” impostos, tanto de valores quanto de comportamentos. Quando uma pessoa é violentada pelo Estado ela não só está tendo seu direito à segurança e saúde violado, mas o seu sentimento de pertencimento é invalidado. No seu depoimento, Soila relata essa violência no período da ditadura, quando começou a trabalhar nas ruas como profissional do sexo:

“Eu fiquei presa três dias com dezesseis anos no Palácio da Polícia dentro dum porão. Eu tomei choque, eu vi cara apanhando de pau de arara, eu apanhei de palmatória, eu levava jato de mangueira de manhã cedo dentro da cela. Eu fiquei dentro de uma cela, literalmente, uma cela, com dezesseis anos. Então, quer dizer, se falarem pra mim o que que é uma – isso que graças a Deus – graças a Deus, não, que até ateia eu sou acho. Mas assim por um milagre do destino eu consegui sobreviver, entendeu, porque na verdade, se tu ver [sic] tudo que as presepadas que a gente passou, que os brigadianos levavam nós pra Ilha das Flores e deixavam a gente lá amarrada e usavam a gente do jeito que queriam, jogavam gás lacrimogêneo nos nossos olhos pra nós não poder [sic] enxergar nada. Se não fosse o destino eu não estaria aqui falando contigo.” (Entrevista 3, Soila Mar, 52 anos, 2020).

Tina também lembra que nessa época,

“Elas eram levadas pra Ilha das Flores, tudo isso a gente tem registrado, tá [sic]. Então a Ilha das Flores pela Brigada, lá eram espancadas com cacete. E elas não podiam denunciar porque tinham problemas.” (Entrevista 4, Tina, 2020).

Foi a partir de uma dessas situações que trouxe Tina mais perto das profissionais do sexo, quando Lúcia ligou para o número grampeado no papel relatando a prisão de algumas prostitutas sob acusação de vadiagem, procedimento padrão na época. Tina, que já tinha contato com duas advogadas, conseguiu liberar as profissionais do sexo sem a necessidade de assinar qualquer termo, e este foi um fator determinante para o início de relação de confiança entre elas.

“No outro dia cheguei na praça, foram detidas naquela época acho que umas 18 ou 20 mulheres. E no outro dia cheguei na praça, tinha mais de 40. Querendo saber como é que elas, como é que essa, o quê que essa mulher fez que, que elas saíram sem assinar nada e sem apanhar.” (Entrevista 4, Tina, 2020).

O termo ao qual se refere era em relação ao ilícito penal de vadiagem: o Decreto-Lei n. 3.688/41, era em essência uma ferramenta de controle social – não específica, porém discriminatória, já que eram negros e pobres os mais atingidos por esse tipo penal (BORGES, 2019). Muitas prostitutas eram presas durante o dia e soltas à noite sob tal dispositivo. Um fato marcante é quando se registra que ao mesmo tempo em que elas eram presas por vadiar, os mesmos policiais que as prendiam cometiam crimes de cunho sexual contra essas trabalhadoras, como assédio, abuso e estupro, e não eram responsabilizados por esses crimes.

E aqui podemos analisar a questão suscitada por Wolf (2019) ao escrever que o sexo é tratado como algo obsceno quando relacionado à liberdade sexual feminina e quando se trata de prática emancipatória do corpo da mulher das leis patriarcais que as prendem ao sexo como submissão, como domínio e territorialidade. Quanto ao estupro institucional que os seus corpos passam, este é normalizado a favor de um *status quo* que não vê como ofensivo, obsceno e criminoso os comportamentos másculos relacionados ao sexo violento.

Desta forma, é assimétrica a preocupação nos debates no tocante à violência que as profissionais do sexo sofrem de clientes – colocando a prática de compra de sexo como uma exploração, enquanto o próprio Estado que deveria protegê-las, usa da violência, por considerar-se imune à punição e revestido de poder para tanto. Soila acrescenta o seguinte relato:

“Se tu ver minha história, é uma história toda gerada em cima da violência institucional. Eu não posso falar que eu sofri violência de cliente, eu não posso falar, porque eu não sofri, então eu não tenho como argumentar isso, porque eu não vou dizer ‘ah os clientes...’, mentira.” (Entrevista 3, Soila Mar, 52 anos, 2020).

Obviamente, existem relatos de profissionais de sexo que sofreram violência de clientes e que devem ser tratadas com o cuidado devido. Mas a violência institucional é aquela que se soma à violência econômica, psicológica, física, sexual e política. A partir do momento que o Estado cala e, conseqüentemente, consente em situações de abuso de poder das autoridades, quando não proporciona maneiras seguras para denúncia e acesso digno à saúde, está agredindo o princípio da dignidade da pessoa humana, invisibilizando-a como cidadã e marginalizando-a.

O tratamento repressivo do aparato policial é quase uma regra nas periferias e outros locais que não se inserem na categoria “cidadão de bem”, geralmente classes média e alta. A vulnerabilidade e o estigma se reproduzem neste momento, na diferenciação entre quem é considerado digno de proteção; no descaso do Estado em garantir direitos aos que não se inserem nesse perfil; e em se fazer presente de igual forma para que todos os indivíduos se sintam protegidos, e não ameaçados.

“As primeiras pessoas que ouvi falar que eu era uma cidadã foi a Tina, que falou que eu era uma cidadã, ‘meu Deus do céu o que era isso’, nome feio porque eu nunca tinha escutado falar na minha vida. Porque é outro mundo quer queira quer não. É um outro mundo a prostituição, é um mundo bem à parte, tem suas regras, tem seu comportamento, é tudo muito diferente, entendeu.” (Entrevista 3, Soila Mar, 55 anos, 2020).

Tina, então, organizou a vinda de Gabriela Leite para uma fala com o intuito de elaborar uma organização em Porto Alegre nos moldes da RBP, mas também para reforçar denúncia contra a violência cometida contra as trabalhadoras sexuais. Diante das represálias que sofreram pela iniciativa de fundar a ONG, contaram com o apoio dos estudantes do curso de Direito vinculado ao Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) da UFRGS. De 1989 até 1992 aproximadamente, o NEP passou pela construção burocrática de uma organização da sociedade civil. Somente após esse tempo e o nome Associação Gaúcha de Prostitutas ter sido descartado – uma vez que prostituição ainda não constava como profissão impossibilitando a utilização do termo associação –, foi possível o registro da organização.

As primeiras reuniões do NEP ocorreram no prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na Avenida Borges de Medeiros, e depois na Igreja Luterana localizada na Rua Senhor dos Passos, de quinze em quinze dias. Na igreja em específico, a autorização para realizar os encontros só foi possível, pois o pastor responsável pelo local acreditava que o projeto era para resgatar as mulheres da prostituição.

Apesar de encontrar alguns impasses, os encontros ocorreram ali por um ano, até o momento em que a Prefeitura cedeu um lugar na Av. Júlio de Castilhos nos idos de 1995. Mas a sede própria do NEP só foi uma conquista obtida em 1998, junto com o primeiro projeto, tal como detalhou Tina no seguinte trecho da entrevista:

“[...] e o Ministério da Saúde nos chamou numa reunião, que tava [sic] sabendo que tinha um trabalho de prevenção muito lindo em Porto Alegre, e queria apoiar em cima de projetos. Mas a gente não sabia nem o que era projeto, nem como fazia projeto. E daí a gente chamou uma pessoa pra fazer o projeto, e fizemos o nosso projeto que foi Mulher no Ponto. Nós temos esse cartaz onde a gente conseguiu não dar cara pra mulher, nem negra, nem gorda, nem magra, nem preta, nem branca, a gente fez Mulher no Ponto. Era a silhueta de uma mulher só com pontinhos, toda ela feita de pontinhos. Então era Mulher no Ponto, que era a mulher no ponto da saúde, da cidadania, mulher no ponto do cuidado, e mulher no ponto pra trabalhar.” (Entrevista 4, Tina, 2020).

Desde então, o NEP tem participado de vários projetos tanto na esfera municipal, estadual e federal e realizado parcerias com organizações não governamentais internacionais, parcerias que solidificaram o núcleo como representante do movimento social das profissionais do sexo de Porto Alegre e região no Brasil.

“A partir do momento que foi construído o NEP, foi feito [sic] parcerias com o governo estadual, municipal e federal. E a partir daí eles começaram a nos respeitar e também a apoiar os projetos que a gente teve. A gente teve vários projetos, todos apoiados pelos governos. Nós temos uma boa relação com o governo. O governo municipal é quem paga a estrutura da gente, onde a gente fica.” (Entrevista 2, Lúcia, 2020).

Tina destaca as parcerias realizadas e o reconhecimento obtido pela ONG ao longo de sua trajetória:

“Nós tivemos mais de 20 projetos já nesses anos todos, inclusive com uma agência norte-americana, USAID, a... o USAID foi que, teve um projeto muito grande que a gente desenvolveu nos 3 estados. Então hoje também tem essa questão em Curitiba, no Paraná, e tem um grupo que trabalha também em Santa Catarina. Mas a gente fez esses 3 estados no começo um projeto da, [...] de regional. Que a gente usou a nossa região, são 3 estados e a gente trabalhou nisso. Então nosso trabalho é super reconhecido, e... Não me lembro qual é o ano, a gente foi prêmio Direitos Humanos pela UNESCO, Conselho Britânico e Assembleia Legislativa de Porto Alegre, por desenvolver um trabalho social em prol da comunidade local.” (Entrevista 4, Tina, 2020).

Esse reconhecimento traz benefícios diretos para as trabalhadoras como na questão de segurança. Como visto, o NEP foi construído a partir de um contexto de violência institucional, sendo um dos principais objetivos a diminuição e erradicação da mesma. A divulgação do trabalho da ONG também foi feita nas ruas: um exemplo é quando policiais tentavam impedi-las de trabalhar, as próprias profissionais do sexo falavam sobre o NEP como modo de defesa de seu espaço.

Com o apoio do governo e o respeito ao trabalho realizado pelo núcleo, a questão da violência atualmente não é mais tão problemática. Lúcia afirma que após a organização entrar em funcionamento, os policiais passaram a respeitar as prostitutas:

“Hoje a gente tem uma parceria muito legal com a Brigada Militar, com a Polícia Civil, a gente faz denúncias de qualquer tipo de abuso, a gente tem reconhecimento. Fazemos parte hoje do Conselho Municipal de Direitos da Mulher, é o COMDIM, fazemos parte do Fórum de Mulheres e de todos os movimentos.” (Entrevista 4, Tina, 2020).

Em relação à saúde, houve melhorias proporcionadas pelas parcerias e oficinas de saúde, e principalmente, pelo acesso horizontal à informação encontrado no próprio núcleo e facilidade de acesso a consultas médicas. O repasse de preservativos feito pelo NEP vem somado a campanhas de informação sobre ISTs, gravidez, prevenção ao abortamento, e saúde da mulher:

“[...] quando a gente começou, a gente tinha um questionário. 50% delas faziam aborto clandestino, porque não usavam preservativo, engravidavam e era de cliente, acabavam fazendo abortos clandestinos muito horríveis, com agulha de crochê, agulha de tricô, com sonda nasogástrica, com Cytotec, com esse monte de coisas que tem pra aborto, e eram feitos na, [sic] nessa época. E, e hoje, quando uma delas engravida, ela se programou, ou ela vai pro médico, faz acompanhamento.” (Entrevista 4, Tina, 2020).

A parceria de mais de oito anos com o Hospital Presidente Getúlio Vargas contribuiu positivamente na rotina das profissionais do sexo, facilitando o acesso aos serviços de saúde. Graças a essa articulação, hoje elas podem marcar e consultar sem tanta burocracia e espera, visto que muitas deixavam de buscar atendimento pelos horários de trabalho. O encaminhamento para primeira consulta é retirado no NEP, após isso a trabalhadora se direciona para o hospital para marcar a consulta em dia e hora que se adaptem à sua jornada de trabalho, de modo com que ela consiga comparecer ao hospital.

Segundo Soila, durante o período de pandemia, as consultas foram facilitadas, podendo ser feitas por telefone, e sem necessidade de retirar o encaminhamento. Lúcia acrescenta que o atendimento recebido no hospital é sempre feito de forma digna e que nunca houve reclamações por parte de nenhuma trabalhadora.

Tina conta que essas parcerias com o hospital e também com o setor de ISTs são realizadas de acordo com o que elas necessitam. Quanto a pesquisas e testes realizados por acadêmicos ou órgãos públicos devem retornar com os resultados e em caso de detecção de alguma doença, vir acompanhadas de assistência. Tal cobrança por parte do NEP quanto ao retorno sobre as pesquisas feitas com base em dados obtidos junto à organização, é uma questão importante para que a profissional do sexo não seja tratada como mero objeto de estudo em outro processo de higienização. Esse tratamento institucional, baseado no respeito e acolhimento digno das mulheres que se direcionam ao NEP, é o principal responsável pela confiança que elas depositam na organização e também um importante aspecto para continuação do movimento social. Como Silva (2020) relata, o movimento social tem que emanar um sentimento de alegria, identificação e sensação de pertencimento a um coletivo.

O NEP não tem caráter assistencial, o foco é auxiliar as profissionais do sexo em relação à saúde, segurança e outros assuntos pertinentes, funcionando como um centro informativo e social. A captação de recursos financeiros dá-se através de editais e doações voluntárias das próprias profissionais do sexo que buscam o núcleo. Porém, o NEP está sem projeto desde 2019, e com a pandemia a situação ficou ainda mais difícil. Mesmo diante de tamanhas adversidades, as coordenadoras continuam com o trabalho de atendimento presencial:

“Esse ano agora piorou tudo, então, sem projeto, sem nada, a gente tá [...] assim, a gente pede contribuição, porque a contadora vamo [sic] continuar pagando. Ah, embalagem pras camisinhas também, o frete pra buscar as camisinhas também. Então tem coisas que não param. Porque nós não pagamos o espaço da sede, nem luz, nem água, nem condomínio. Então isso é, é uma parceria que a gente tem com a prefeitura e que eles mantêm o nosso trabalho, porque como eu digo: tem muitos que têm que pagar outras contas, instituições que hoje tão fechando, porque não tem condições de pagar.” (Entrevista 3, Soila, 55 anos, 2020).

Se atualmente o NEP tem problemas, é mais um reflexo dos tempos conturbados em que se vive. Mesmo assim, o movimento social se mantém firme na busca pelos direitos das profissionais do sexo, as quais seguem procurando os coletivos e as próprias coordenadoras, que continuam lutando diariamente pela manutenção do núcleo.

“Eu falo em [que o NEP] ‘realiza’, porque eu não quero colocar isso no passado, sabe, Laila. Eu falo realiza porque apesar de tá [...] assim tudo meio fechado, as gurias ainda tão [sic] trabalhando, né... tão trabalhando. E assim de toda nossa equipe lá, as prostitutas que tem lá, atuantes, são mulheres já da antiga, vamos dizer, que são socio fundadoras quando... isso há trinta anos atrás, já tem trinta anos. Pois é, trinta e três anos. Então é uma coisa bem assim – eu ainda falo no presente porque eu não quero deixar – não quero botar essa fala como ‘lá foi, aconteceu’. Não, eu acho que é tudo hoje, assim. Eu continuo mesmo que pouco, a gente fazendo agora, a gente tá [sic] conseguindo fazer bem pouco, né. O máximo é repasse de material pras gurias que tão [sic] ativas e a parte ginecológica.” (Entrevista 3, Soila, 55 anos, 2020).

Segundo Lúcia e Soila, o NEP conta com mais de três mil mulheres cadastradas, sendo que o atendimento antes da pandemia era de cerca de 100 mulheres por mês, contando com 10 a 15 mulheres por reunião. Ocorreram muitas trocas de sede, sendo a última no final de 2020 – da Galeria Malcon passou para o Edifício Uruguai Tower, na Rua Uruguai, centro de Porto Alegre. Ali, os atendimentos presenciais já retornaram.

Atualmente, as profissionais do sexo são as que coordenam o núcleo, onde Tina é a responsável pela parte burocrática da gestão. Lúcia, que foi incentivada pelo núcleo, completou o Ensino Médio e graduou-se em Ciências Sociais, teve sua pesquisa realizada na área dos Direitos Humanos e atualmente é uma das porta-vozes da associação junto com Soila Mar. As decisões centrais das demandas a serem preenchidas tem decisão horizontal, priorizando as necessidades reais das profissionais do sexo.

O NEP está em fase de consolidação praticamente entrando no último bloco, necessitando fortalecer como aspecto primordial o desenvolvimento de projetos e ações. Também seria importante, tal como fez a AprosBA, a renovação das lideranças trazendo profissionais do sexo desta geração para o ativismo, para que não ocorra um retrocesso no caminho já trilhado. E argumenta-se isso, porque nenhuma vitória é permanente, uma vez que a “mulher é o ser marcado para servir ao mundo do privilégio patriarcal” (TIBURI, 2018, p. 66), todas as conquistas realizadas correm o risco de serem desmanchadas com uma nova onda conservadora.

O NEP pontua bem em estrutura administrativa e participação das trabalhadoras por ter um perfil organizacional diferente. Seu corpo administrativo tem mais de uma integrante, cada uma ocupando um papel mais ou menos definido; e cada trabalhadora que busca o núcleo faz contribuições voluntárias, caracterizando-se como uma rede colaborativa. A sede abre regularmente às terças-feiras para esclarecimento de dúvidas, repasse de materiais, e encaminhamento para consultas médicas. Os atendimentos e o funcionamento da estrutura física ocorrem através do trabalho de voluntárias trabalhadoras e não trabalhadoras sexuais.

Esse perfil mais dinâmico contribui para a solidificação do movimento ao descentralizar a responsabilidade de apenas um ou dois membros. Isso não significa que não encontre problemas. A questão de ações e projetos também é dificultada devido às limitações de conhecimentos técnicos e tecnológicos. Apesar das relações com o governo serem melhores, as mudanças políticas sempre representam a possibilidade de um elo fortalecido ser desfeito. A verdade é que o contrário – o fortalecimento desse elo – também pode acontecer, mas diante de um governo nacional abertamente conservador, até mesmo as relações no âmbito estadual e municipal são prejudicadas. Especialmente durante a pandemia, foi nítido o descaso político com esse grupo, e mesmo que a sede tenha sido mantida e as atividades tenham continuado de um modo informal, isso somente foi possível graças às ações das trabalhadoras que administram a sede.

4 DISCUSSÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS EM EVIDÊNCIA NAS ENTREVISTAS

Na presente seção procede-se à análise dos temas que ficaram em marcada evidência a partir das entrevistas, propondo-se assim uma ponte entre os principais aspectos trazidos pelas entrevistadas, com as legislações e a bibliografia revisitada. Dentre esses elementos, constituem objeto de análise a Constituição Brasileira de 1988, o desenvolvimento e a solidificação de três organizações não governamentais (ANPROSEX, AproSBA e NEP) e quais são as demandas mais urgentes das trabalhadoras, bem como o papel da universidade na relação entre prostituta, governo e sociedade, para então se pensar princípios de um modelo jurídico-político para o trabalho sexual.

A síntese desses elementos está disposta no quadro a seguir:

Quadro 2 - Síntese dos dados, método e questões de pesquisa

<u>Variáveis de inferência:</u>	<u>Material analisado:</u>	<u>Revisão e aplicação teórica:</u>	<u>Período:</u>	<u>Hipótese:</u>
Sexo reprodutivo como base do estigma.	Entrevistas realizadas em 2020/2021.	Sociedade capitalista e patriarcal sob a ótica feminista.	1987-2020	A violência institucional é fruto do estigma.
Preocupação com a saúde centrada em ISTs.	Entrevistas realizadas em 2020/2021.	Sociedade capitalista e patriarcal sob a ótica feminista.	1987-2020	O estigma é a força motriz para “ <i>políticas da vagina</i> ”.
Sociedade civil e educação como processos emancipatórios.	Entrevistas realizadas em 2020/2021 e história do movimento social das profissionais do sexo.	Movimento social feminista e teoria do estado ampliado de Gramsci.	1987-2020	A educação é ferramenta para a emancipação de grupos minoritários.
O Estado como responsável pela inviabilização das profissionais do sexo.	Revisão de projetos de leis, modelos jurídico-políticos, e legislação vigente.	Diferença entre exploração sexual e trabalho sexual.	1987-2020	A legislação precisa ser elaborada juntamente com o movimento social das profissionais do sexo para ser efetiva.

Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

4.1 O trabalho sexual e temas relacionados na perspectiva das entrevistadas

Durante o período de 2018-2019, Soila (Entrevista 3, 2020, 55 anos), do NEP, percebeu um aumento no número de profissionais do sexo imigrantes advindas de zonas de conflito, tais como Venezuela e Haiti. Geralmente essas mulheres também são chefes de família, que saem de seus países em busca de oportunidades econômicas e segurança. Porém,

a chegada nos países de recebimento nem sempre é facilitada, sendo o trabalho sexual e o trabalho doméstico duas fontes de renda viáveis, já que não requerem uma titulação, conhecimento gramatical do idioma local ou vínculo formal – elementos que costumam constituir barreiras para quem se encontra em situação de ilegalidade.

Mulheres e crianças são as mais atingidas por conflitos e também as que menos têm acesso a oportunidades econômicas para emancipação financeira (FEDERICI, 2019). Quando as feministas antiprostituição apenas visualizam a questão sexual, cria-se um entrave importante, já que nada é pensado sobre como emancipar economicamente as mulheres para que elas possam livremente escolher suas carreiras.

Além do âmbito internacional do tráfico, existe o âmbito nacional, no qual profissionais do sexo encontram dificuldades e restrições para trabalhar em outros estados, outra consequência conectada ao caráter nebuloso e ambíguo das leis migratórias. Esse seria um dos empecilhos para contribuição à previdência como profissional do sexo, mesmo essa sendo uma possibilidade presente na CBO, uma vez que as profissionais temem as consequências de se autoafirmar como prestadoras de serviços sexuais.

“Sabe, é bem complicado, por exemplo, se a gente vai viajar pra outro país, porque é visto como tráfico humano para fins sexuais e poxa só queria viajar um pouquinho e trabalhar em outro país, ou ir para outro estado numa boa sem ninguém achar que eu tô [sic] sendo vítima de tráfico, sabe. Eu gostaria muito que não fosse confundido os papéis.” (Entrevista 5, Dandara, 27 anos, 2020).

Relatado por mais de uma das entrevistadas como empecilho para o exercício da atividade, isso causa reflexos em terceiros que podem ser enquadrados no crime de rufianismo, caso a profissional seja encontrada em atividade em alguma casa fora de seu estado. Pode-se perceber que o fato do trabalho sexual no Brasil não ser criminalizado não impede o livre exercício da atividade, o que vai na contramão ao que seria o ideal de descriminalização.

“Tem algumas coisas dentro do tráfico sexual que são meio complicadas para o meio que a gente trabalha porque assim, por exemplo, eu moro em Brasília, daí se for para São Paulo e trabalhar numa casa clandestina, mesmo que eu vá porque eu já sou uma trabalhadora sexual, se alguém entrar lá dentro e souber que eu sou daqui e estou indo lá trabalhar, é considerado tráfico sexual.” (Entrevista 7, N., 28 anos, 2020).

A perspectiva presente no feminismo radical antiprostituição, que compreende o trabalho sexual como exploração sexual, trata a prestação de serviço que a profissional do sexo oferece (a relação sexual por um determinado período de tempo), como a venda do corpo. No entanto, em uma relação de venda do “objeto”, no caso o uso do corpo, o cliente passaria a ter posse do mesmo durante aquele tempo que dele usufrui. A interpretação que considera uma relação sexual como a posse do corpo de outrem, sugere por analogia que toda a relação sexual, independente de criar um vínculo monetário, se resumiria ao domínio de um indivíduo sobre o outro.

Segundo essa lógica, seria necessário considerar as relações matrimoniais e até mesmo as relações casuais como subjugação ou exploração, desconsiderando absolutamente a questão do consentimento e das vontades. Sendo assim, a objetificação não ocorreria a partir do momento que se paga por sexo, mas estaria na base do contrato sexual que coloca a mulher como submissa ao homem. Nenhuma relação sexual escaparia disso, uma vez que no sistema capitalista “o sexo só pode existir como força produtiva a serviço da procriação e da regeneração do trabalhador assalariado/masculino e como meio de pacificação e compensação social pela miséria e da existência cotidiana” (FEDERICI, 2019, p. 68).

Isso ocorreria em todas as relações matrimoniais, nas quais as mulheres não possuem uma independência econômica e estão sujeitas ao regramento dos maridos, não sendo remuneradas pelo trabalho doméstico que realizam, nem pelo trabalho reprodutivo que consome boa parte de suas vidas. Ainda que esteja presente o consentimento nas relações matrimoniais, as mulheres têm seus corpos alienados com a certidão de casamento, transferindo assim a sua “posse” ao marido (PATEMAN, 1993).

Em contrapartida, ao contrário do que se veria na relação mercantil da prostituição, as profissionais do sexo podem definir certas regras e o tempo pelo qual o cliente terá disponível o serviço sexual. Essa assimetria entre o tratamento conferido à prostituição e as consequências do contrato de casamento, mostra que a questão da exploração sexual só é evidenciada na primeira com mais ênfase por se tratar de uma troca monetária, crítica presente no seguinte depoimento de uma das entrevistadas:

“Eles querem botar [sic] que a prostituição é o pior lugar do mundo pra uma mulher tá [sic] e que o casamento é a melhor opção, no entanto a gente vê na TV, né, só sobe o número de feminicídio, então... eu me sinto mais segura dentro da prostituição. Falta as pessoas enxergarem isso, sabe. Falta as mulheres enxergarem isso. Não só a gente que trabalha, acho que a dona de casa ela tinha que ter também um salário pelo trabalho que ela exerce dentro da casa, doméstico, sexual, reprodutivo. Então, eu acho que tem que evoluir nesse ponto, pra mulher começar a se reconhecer mais... e cobrar, né.” (Entrevista 6, A., 27 anos, 2020).

Inclusive a questão monetária, o pagar por sexo, conforme analisado em Artemidoro na História da Sexualidade de Foucault (2018c), seria um dos aspectos que diminuiria a experiência positiva de se buscar uma profissional do sexo. O ato de ter que gastar com prazer, constituiria também um desperdício de fluidos vitais, já que segundo os postulados médicos da época, se acreditava que haveria um limite de sêmen em cada homem.

A partir do século XVI, no período dos cercamentos das terras, as prostitutas foram o grupo social mais estigmatizado. Considerando o sentido de “estigma” problematizado por Goffman (1986), a essas mulheres eram atribuídas características estereotipadas: a identidade social do grupo carregava consigo o peso de ser considerada vetor para disseminação de doenças, maculadas pela libertinagem e a bestialidade. No contexto da época, “a bruxa (que vendia sua alma para o diabo) era a imagem ampliada da prostituta (que vendia seu corpo aos homens)” (FEDERICI, 2017, p. 355). O processo envolvendo o cercamento das terras, portanto, não era apenas territorial, mas também simbólico, pois representava o aprisionamento das mulheres segundo uma moral cristã. Esta atuava como ferramenta do biopoder para ascensão do capitalismo, e por conseguinte, de sua classe, a burguesia (FEDERICI, 2017).

Na segunda metade do século XX, com o feminismo radical, críticas ao ato sexual heterossexual – e conseqüentemente da indústria do sexo começariam a ganhar forças, colocando o sexo falocêntrico como opressivo e violento, e de certa forma, generalizando toda relação sexual entre homem e mulher como um ato de submissão (DWORKIN, 1987).⁵

No entanto, importante destacar que essa visão do sexo como denominador central da opressão da mulher é uma interpretação limitada e determinista, e não ajuda a enfrentar as conseqüências sociais do contrato sexual, muito menos desfazê-lo. Isso por que nessa lógica, desconsideram-se particularidades como relações não binárias bem como as dinâmicas de poder nessas relações; e também a dimensão positiva do sexo.

Ao tratar a relação sexual apenas como o domínio de um corpo sobre outrem, deixa-se de considerar a dimensão fundamental que a sexualidade exerce na experiência subjetiva humana e as inúmeras possibilidades proporcionadas por essa vivência. Afinal, ao assumir como verdadeira a afirmação de que “o corpo é político”, afirma-se que independente do

⁵ Algumas revisões simplistas de Dworkin colocam que a relação sexual heteronormativa conceberia em uma relação de estupro. Porém, o que a autora se referia era a questão de subordinação da mulher em relação ao homem no ato sexual, constituindo um dos pilares do patriarcalismo. Não obstante, há uma generalização quanto ao sexo heteronormativo como violento entre as feministas radicais, que centraliza a questão da corporeidade da mulher em relação ao falo. Segundo as radicais, estaria subjetivada pela supremacia masculina que qualquer ato advindo do gênero masculino seria opressivo – o que, em síntese, também constitui um binarismo, no caso, opressão (masculina) *versus* sujeição (feminina).

corpo em questão, o único ser que detém a sua própria posse é o ser que o habita. E como outra entrevistada salienta, o poder de autodeterminação sobre o próprio corpo, é uma questão de cidadania:

“Elas são mulheres cidadãs! Elas são maiores de idade e adultas. Elas podem assumir a profissão que quiser. Crime é a exploração da prostituição. A exploração, a cafetinagem, essas coisas tudo é [sic] crime, mas ela, a mulher em si que se prostitui, não. É um direito que ela tem, um direito ao corpo dela.” (Entrevista 4, Tina, 2020).

Do mesmo modo, não podemos reduzir o debate da prostituição à questão da posse do próprio corpo e da autonomia, eximindo o Estado da responsabilidade de resposta quando os direitos fundamentais dos indivíduos são violados. É necessário entender as razões pela qual uma perspectiva fálica vem alinhada com o sistema capitalista. No caso, determinar papéis sociais fixos, principalmente para o ser mulher, é interessante ao projeto capitalista, fazendo com que o sexo esteja no centro da luta pela manutenção do poder. Portanto, é importante ter em mente as diferenças entre exploração sexual e trabalho sexual, para que as legislações não partam de princípios heteronormativos, mas sim da horizontalização das relações entre os diferentes atores políticos que compõem a sociedade.

4.2 O exercício da cidadania como ação coletiva para desconstrução do estigma

O exercício da cidadania por pessoas à margem da sociedade ou os *outsiders* sempre foi uma problemática relacionada frequentemente às dinâmicas de poder. Aquilo que era considerado como diferente ou amoral era colocado no espectro do anormal, não natural, pecaminoso. Em contraponto a isso, as profissionais do sexo, ao longo de toda história, lutaram politicamente e participaram ativamente da sociedade, mesmo que ofuscadas pelo estigma ou pela perseguição (FEDERICI, 2017).

Os movimentos das profissionais do sexo na busca por maior representatividade política têm crescido de maneira substancial nos últimos anos. Esse crescimento ocorreu concomitantemente com a escalada de políticas sociais voltadas para mulheres, mas que, em muitos casos, são limitadas, não alcançando a pluralidade de existências. De coletivos e organizações específicas tanto na esfera local, regional como nacional, as profissionais do sexo passaram a erguer a voz em espaços de discussão e problematização como fóruns, congressos e consultas públicas.

Mas qual a relação entre o movimento social das profissionais do sexo e o feminismo? Assim como o movimento feminista é um movimento social difuso, ramificando-se em várias vertentes que se organizam em diferentes grupos (SILVA, 2020), o movimento das profissionais do sexo também possui várias articulações, redes e coletivos. Isso não significa que o movimento seja fragmentado ou que um dos grupos seja o porta-voz oficial, considerado a única representação correta do movimento. Partindo dessa perspectiva, podemos colocar o movimento das profissionais do sexo localizado dentro do movimento feminista, subdividido em grupos organizados e específicos.

Por sua vez, é nas articulações de resistência que surge o “putafeminismo” como um manifesto e exigência de lugar de fala. Não foi somente uma resposta ao feminismo radical antiprostituição (PRADA, 2018), mas uma necessidade real de resistência. Grupos minoritários geralmente encontram-se diametralmente opostos aos grupos majoritários. Estes, por possuírem acesso facilitado aos centros de poder formais, acabam influenciando a seu favor as políticas governamentais. Nas palavras de Fátima, coordenadora da AprosBA, os governos *“fazem alguma coisa pra quem tem dinheiro, pra quem é rico. Quem é pobre, quem é negro, quem ganha só um salário eles não fazem nada”* (Entrevista 1, Fátima, 54 anos, 2020), ao invés de trabalhar em prol do povo como um todo.

Essa distância dos centros de poder que as minorias sociais enfrentam não é apenas figurativa, mas também de localização espacial: geralmente a maior parte delas habitam as periferias das cidades. Para conseguirem atravessar o longo caminho que as separa dos governos, é necessário que uma ponte seja construída – e, não menos difícil que isso, que seja mantida através de mudanças políticas. Além disso, como visto no caso da AprosBA e NEP, há uma tentativa constante dos governos junto às elites de isolarem os centros urbanos, muitas vezes o principal lugar de trabalho dessas mulheres. Portanto, compreende-se que é necessário reocupar esses lugares para fortalecer o movimento, criando-se espaços generificados de resistência (TAVARES, 2017).

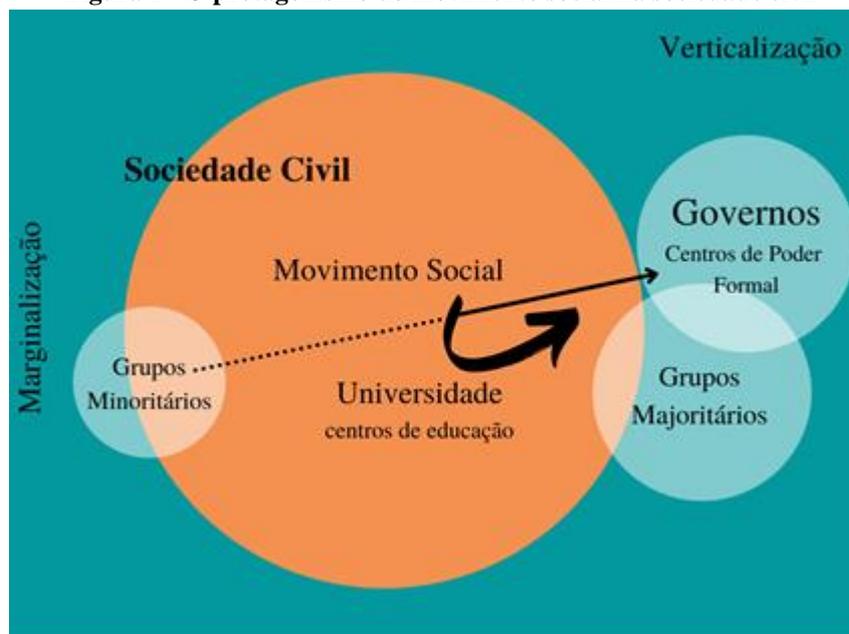
A partir da presente análise, consta esquematizada na Figura 1 a ideia do movimento social como ponte, levando em consideração a perspectiva gramsciana de sociedade civil e sociedade política. A sociedade civil englobaria as organizações não governamentais, igrejas, centros educacionais, partidos políticos; e a sociedade política seria o Estado-coerção (VIOLIN, 2006; SILVA 2020), que juntas formariam o Estado ampliado, uma superestrutura. Essa superestrutura interage com a estrutura econômica como uma unidade, “uma classe é formada com base em sua função no mundo produtivo: o desenvolvimento e a luta pelo poder e pela conservação do poder criam as superestruturas que determinam a formação de uma

estrutura material especial para sua difusão” (GRAMSCI, 1977a, p. 433-434, tradução minha). Seria dentro da superestrutura, na sociedade civil, que as classes dominantes se utilizam da ideologia para promover seus interesses, e por sua vez, garantir junto à sociedade política os meios de coerção para tal.

Para alterar o *status quo*, portanto, são necessárias mais do que mudanças na estrutura econômica: são necessárias transformações no campo das ideias, já que este assegura o poder coercitivo nas mãos da classe dominante, do Estado hegemônico. O movimento social seria um despertar da consciência coletiva dessas ideologias totalizadoras e serviria como máquina para diminuição do poder do Estado. A estrada dos grupos minoritários até a formação do movimento social é fragmentada, pois como indivíduos divididos não há força, enquanto que como coletivo há resistência. O movimento social viabiliza a emancipação de grupos até então invisíveis aos governos, bem como desverticaliza o poder de decisão colocando pressão nos órgãos públicos pelo atendimento de suas demandas e na elaboração de políticas públicas que se enquadrem na realidade da população para o qual elas são direcionadas.

A universidade necessita se unir ao movimento social para, como meio de campo, mediar as relações entre movimento, sociedade e governo, sem ignorar que é apenas o intermediário e não a voz do movimento:

Figura 1 - O protagonismo do movimento social na sociedade civil



Fonte: Elaborado pela Autora (2021).

O espaço da educação tem somente a ganhar com esse papel de mediador, pois aprende com essa interação o que somente vê na teoria. É destacado o papel emancipatório da educação, pois conforme já relatado, ela também pode ser utilizada como ferramenta do biopoder para controle da população. Desta forma, é necessário subverter esse domínio das instituições educacionais, democratizando o acesso e garantindo estrutura adequada e recursos para permanência de grupos vulneráveis dentro dessas instituições.

Esse é outro ponto relevante: nem sempre as políticas públicas atendem as necessidades da população para qual foram elaboradas. Isso ocorre justamente pela falta de consulta à população que será alvo dessa política. Quando existem grupos, associações e coletivos que somam voz na resistência, exigindo mudanças, todo o sistema se movimenta, toda a sociedade cresce. Quem está na base da pirâmide, ao subir, não derruba ninguém, mas ergue (DAVIS, 2016).

Tendo em vista o que foi disposto nos capítulos anteriores, destacam-se três pontos que o movimento social das profissionais do sexo precisaria focar para que continue avançando e solidificando-se, mesmo diante de um contexto político desfavorável. O movimento social não pode ser reduzido à divulgação e participação em eventos. É necessário que possua uma base sólida, estrutura formalizada e administração organizada, que se autorreproduza. Nessa perspectiva, “os processos de luta têm que ter uma certa sistematicidade, um contínuo de ações nas quais pessoas e organizações atuam coletivamente pra fazer com que um problema se torne um problema público, que precise ser enfrentado pelo Estado e pela sociedade” (SILVA, 2020, p. 12).

Esse parece ser atualmente o maior problema que as ONGs do movimento das profissionais do sexo encontram. O nível de participação e de rotatividade nas três organizações analisadas é mediana, o que prejudica trabalhos em longo prazo. Portanto, este é o primeiro ponto que precisa ser reforçado: aumentar a participação de profissionais do sexo e a permanência delas no movimento. Isso está relacionado diretamente com a questão da estruturação do movimento e autorreprodução, já que há uma tendência entre os movimentos de ser liderado por grupos de profissionais do sexo que já estão na ativa há muitos anos.

Talvez isso seja devido a uma certa tendência de quem não vivenciou a violência institucional física como em períodos passados, a acreditarem que o coletivo não é mais tão necessário. Essa percepção também é fruto de uma violência simbólica que é normalizada (WOLF, 2018), tendo como base o estigma que invisibiliza o próprio reconhecimento do *eu* como cidadão portador de direitos. Isso também faz parte da lógica da biopolítica – a ferramenta de controle só funciona quando o estigma atribuído à identidade social do grupo

passa a ser vista como natural (GOFFMAN, 1986; FOUCAULT, 2018; BOURDIEU, 2017). E com o tempo, a internalização do estigma pelo *eu* torna-se parte da corporeidade do sujeito, de como este relaciona-se e enxerga-se na sociedade.

Mas, como já mencionado, outros fatores também pesam, principalmente a obtenção de recursos financeiros para poder se dedicar à luta. Conciliar vida pessoal e ativismo pode se tornar uma batalha pesada, ainda mais quando as contas no fim do mês não param de chegar. Seria importante buscar alternativas que insiram as profissionais do sexo no ativismo, sem que estas sejam prejudicadas financeiramente pelo tempo disponibilizado. Por exemplo, criando meios para que a participação delas seja na região onde atuam trabalhando, o que diminuiria o tempo que gastariam se locomovendo até as sedes. Isto também está relacionado com o segundo ponto a ser reforçado.

Ficou evidente que para o fortalecimento do movimento social medidas focadas para prospecção de recursos deverão ser implementadas. É igualmente importante trazer as profissionais do sexo para dentro da rede, de modo com que ocupem aqueles lugares dos quais foram empurradas durante os processos de gentrificação e higienização. Até porque são justamente estes os lugares com maior possibilidade de ganhos, tal como se observa nos centros das cidades. Isso não foi visto somente em Salvador, mas em outras cidades que passaram por reformas de modo a desenvolver o setor de turismo. Não só possibilitar que as profissionais do sexo possam participar do movimento nas regiões em que trabalham, mas possibilitar que elas consigam acessar esses lugares que proporcionam maiores ganhos.

Em Porto Alegre, durante a pandemia do COVID, houve um distanciamento das profissionais do sexo do centro da cidade para bairros periféricos ou regiões que têm passado por transformações (a exemplo do Quarto Distrito), seja em busca de aluguéis mais baratos, ou visando maior proximidade do local de residência, sem que se precise depender tanto do transporte público. Essa estratégia foi o meio de continuarem trabalhando mesmo com a pandemia, devido às restrições que foram impostas nos prédios onde as salas de prostituição se localizavam. Com o abrandamento da pandemia, medidas terão que ser repensadas para trazer essas profissionais do sexo para os centros novamente ou para que o movimento social as alcance nos seus novos locais de trabalho, já que o direito à cidade também é um direito da mulher (FALÚ, 2014).

Logo, existem duas questões que estão vinculadas: prospecção de recursos e reocupação de espaços. Para isto, recomenda-se aplicar projetos em editais que disponibilizem recursos financeiros para que as ações possam ser ampliadas e não pesem financeiramente para as líderes do movimento. Utilizar os espaços das universidades, promover voluntariado e

buscar alternativas junto a núcleos de pesquisa é uma boa estratégia para conseguir elaborar projetos que atendam aos requisitos dos editais e também para ultrapassar a barreira tecnológica. Para aquelas organizações que possuem um canal aberto com os governos, outra possível medida seria pressionar para que o poder público disponibilize ferramentas que facilitem o trabalho do movimento, por exemplo, suprimindo a demanda por conexão à internet.

O último ponto a ser reforçado tem mais relação com o estigma e a sociedade. No decorrer do trabalho, evidenciou-se como os princípios morais e éticos são utilizados para controlar a ordem social seguindo uma lógica falocêntrica. Essa lógica relaciona-se intrinsecamente com a concepção de família tradicional, nuclear, androcêntrica que a sociedade percebe como correta, mas que também é singular a cada corporeidade, como cada indivíduo toma para si e vivencia o sentido do certo e errado. O dispositivo de aliança e o dispositivo de sexualidade dispostos por Foucault, “não mantém uma relação autoexcludente porque não são ideia-corpo-matéria realizada; são forças. Podem coexistir, sobrepor-se momentaneamente, substituir-se e atualizar-se mutuamente” (OLIVAR, 2013, p. 122).

Assim, essa corporificação de como a sexualidade é percebida na sociedade não é fixa e não pode ser sintetizada. Desta forma, a percepção do sexo fora do núcleo familiar e do dever da esposa, como algo que deve ser remunerado é muito mais político – da biopolítica e do sistema capitalista –, do que essencialmente um efeito social. É inserido na cultura “um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações, que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais” (LAURETIS, 2019). Portanto, o estigma sexual como constructo político pode ser desconstruído da mesma forma que foi criado, através da reconstrução de princípios e valores.

Neste sentido, transformar radicalmente a sociedade é alterar seus valores primários, para que então, dispositivos de controle sejam reconhecidos e rechaçados por todos. Propor uma cartilha de valores que represente as profissionais do sexo como pessoas que também são dignas de respeito, e que seja disseminada por outros agentes da sociedade civil, para que não fique limitada à pressão dos órgãos públicos e a modificação da legislação, talvez seja o caminho mais radical para se alcançar as mudanças na sociedade. O estigma é base da opressão, da violência, da marginalização, mas não é atributo fixo.

Quando organizadas em coletivo, as profissionais do sexo demonstram isso construindo um caminho seguro para cidadania e ocupando seu espaço na sociedade. As mudanças nunca vêm dos grupos que detêm o poder, mas sim daqueles que cansaram de ser silenciados. Em síntese, se “o movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder” (McADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 21), ações

sociais públicas, passeatas, manifestações, união com outros movimentos sociais – são iniciativas que devem ser propostas para somar na resistência que irá lhes garantir poder, pois são um catalisador para a tão necessária revolução.

4.3 Das leis e da “putaresistência”

Como já referido no estudo, a legislação brasileira vigente sobre trabalho sexual segue um modelo de descriminalização parcial. A razão de seu enquadramento nesse modelo parcial é que, apesar de a prostituição não ser tipificada como crime (já que segundo o art. 230 do Decreto-Lei n. 2848/40, configura crime apenas o rufianismo, ou seja, o ato de lucrar com a prostituição de outrem), as profissionais do sexo ainda encontram muitos obstáculos para o pleno exercício da atividade. O fato de ser considerado como ocupação pelo MTE não facilitou o acesso das trabalhadoras à segurança e aos direitos trabalhistas. Na realidade, constitui uma mera formalidade que não acrescenta efetivamente muito progresso na vida das trabalhadoras.

“Acho que do Estado era deixar mais claro isso que eu falei, reconhecer a gente como trabalhadoras, porque não adianta nada a profissão estar lá na CBO, mas até hoje eu leio pessoas falando que prostituição é crime.” (Entrevista 6, A., 27 anos, 2020).

Muitas profissionais do sexo não modificaram a ocupação no INSS para profissional do sexo pelo medo da represália que poderiam sofrer, bem como pelas dificuldades que poderiam surgir a partir desse registro – como por exemplo, quanto ao tráfico de pessoas, se não estiverem no mesmo Estado de cadastro; ou ao alugar um apartamento com uma colega para o exercício dos programas e assim serem enquadradas no crime de rufianismo (PRADA, 2018). Percebe-se que apenas incluir a ocupação na lista da CBO não é o bastante para garantir que as profissionais do sexo tenham acesso aos direitos básicos, da mesma forma que apenas garantir na legislação que o trabalho sexual não seja tipificado como crime também não é o suficiente para que não sejam exploradas, tanto por terceiros, quanto pelo próprio Estado.

Um dos maiores obstáculos que grupos do movimento social como das entrevistadas encontram, é justamente a condição de vulnerabilidade social e a falta de acesso a direitos ligado à problemática da permanência do estigma:

“A gente procura sempre trabalhar com mulheres que estão em situação de vulnerabilidade dentro do trabalho sexual, porque não são todas as mulheres que têm um lugar seguro pra trabalhar, muitas estão trabalhando nas ruas, a gente tem que ficar em cima, questão de preservativo se tá [sic] utilizando, a gente tem que ficar sempre vendo essa questão dos direitos humanos da mulher trabalhadora sexual, né, os direitos civis, os direitos jurídicos com que a gente sofre bastante, principalmente, quem tá [sic] na rua o estigma é muito grande.” (Entrevista 5, Dandara, 27 anos, 2020).

Qualquer legislação ou política pública deve vir acompanhada de iniciativas governamentais que tenham por objetivo mudar como a nossa sociedade age em relação ao trabalho sexual, em suma, iniciativas que enfrentem a questão do estigma. Na lei atual não há nada que trate sobre isso. Na verdade, quando se analisa a legislação atual, observa-se que esta não é clara e objetiva como deveria ser. Há uma confusão entre prostituição e exploração sexual, que apesar de não tipificar a primeira como crime, a coloca na mesma categoria da segunda (VIEIRA; JUNIOR, 2015). A análise das entrevistas mostrou claramente o efeito negativo que essa não distinção causa na vida das profissionais do sexo.

O Projeto de Lei n. 4211/2012, mais conhecido como “PL Gabriela Leite”, foi proposto em 2012 à Câmara dos Deputados pelo ex-deputado federal Jean Wyllys (PSOL), com o objetivo principal de legalizar com regulamentação o trabalho sexual no Brasil, buscando diferenciar a prostituição da exploração. Seguindo o Princípio da Dignidade Humana, o projeto pretende enfrentar o caráter discriminatório dado ao trabalho sexual, para fazer com que o estigma tradicionalmente associado a essa profissão, deixe de configurar um limitador para o pleno exercício da cidadania.

Esse não é o primeiro projeto de lei que tenta regulamentar o trabalho sexual. Em 1997, o ex-deputado federal Wigberto Tartuce (PSDB/DF), propôs a PL n. 3436/1997, que tinha como propósito garantir o exercício da cidadania e o acesso ao direito de aposentadoria pelo INSS, mas também continha um caráter higienista ao exigir cadastramento na rede pública de saúde e a realização de exames mensais para controle de ISTs (VIEIRA; JÚNIOR, 2015; RACHADEL, 2018). No entanto, essa PL foi a base para a inclusão do trabalho sexual no CBO em 2002, sob o número 5198-05, pela Portaria n. 397 do Ministério do Trabalho, que engloba como “Profissional do sexo” os seguintes termos: Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Puta, Quenga, Rapariga, Trabalhador do sexo, Transexual (profissionais do sexo), Travesti (profissionais do sexo).

O Projeto de Lei n. 98/03, do ex-deputado federal Fernando Gabeira, do Partido Verde (PV), que teve parecer desfavorável em 2007 (VIEIRA, 2015), pretendia revogar os artigos 228, 229 e 231 do Código Penal, uma vez que segundo o deputado, não adianta negar a

realidade da prostituição e continuar tratando-a de forma violenta, o melhor a se fazer seria buscar um caminho para desmarginalizá-la (RACHADEL, 2018). Ainda no ano seguinte, o Projeto de Lei n. 4.244/2004, mais robusto e que trazia o princípio da dignidade humana mais delineado, tratando a profissional do sexo como cidadã que de fato é, foi proposto pelo então deputado federal Eduardo Valverde, do Partido dos Trabalhadores (PT), hoje já falecido, que em 2005 solicitou o arquivamento da PL (RACHADEL, 2018).

Houve o Projeto de Lei n. 2169/2003 (proposto pelo dep. federal Elimar Máximo Damasceno, do Partido da República (PR), atual Partido Liberal), que foi arquivada; e o PL n. 377/2011 (proposto pelo dep. federal João Campos, do PSDB) que tipifica o crime de contratação de serviço sexual. Segundo o autor, João Campos, a PL teria como objetivo proteger a pessoa humana da opressão sexual e garantir a integridade sexual. Porém, não articula soluções para quem exerce o trabalho sexual, tampouco estipula um planejamento de políticas públicas em caso de criminalização da atividade, apenas apresenta caráter punitivista (DUARTE, 2016).

Quando abordado esse assunto com as profissionais do sexo, elas apontam que a legislação não é suficiente, mas também não acreditam que apenas leis escritas irão fazer a diferença para a desmarginalização, uma vez que o estigma está presente na percepção de que mesmo não sendo crime, a prostituição é tratada como tal pela sociedade. Há uma falha do Estado em reforçar o que está em lei. Dificilmente esse cenário mudaria com a aprovação do PL Gabriela Leite, pois como reiterado, este não toca na raiz do problema, pois a sociedade patriarcal e capitalista está estruturada segundo uma linguagem de reprodução baseada em papéis fixos de gênero considerados naturais (FEDERICI, 2017).

Emerge, portanto, a seguinte pergunta: se o problema é sistemático, adianta sequer pensar em mudanças legislativas? O estudo que aqui se apresenta traz evidências que sim, pois se o Estado já é ausente com as leis, sem elas é pior, pois é por meio delas que são comunicados comportamentos considerados aceitos ou não pela sociedade. O que deve ser reforçado é que não se pode apenas focar em mudanças legislativas quando todo o sistema interage em uma lógica mercantil, na qual impera a heteronormatividade. É necessário que as mudanças jurídico-políticas venham acompanhadas de medidas para o enfrentamento do estigma na sociedade.

Argumenta-se que para um PL contemplar as demandas das profissionais do sexo as próprias devem ser a principal fonte de consulta na sua elaboração. O PL Gabriela Leite não é suficiente, porém a mudança na distinção entre exploração e prostituição já constitui um ponto importante, mas para ter efeito teria que vir alinhado à conscientização do próprio

Estado que essa mudança não pode ser apenas escrita. Diante da dificuldade que um PL simples como o de Jean Wyllys tem para ser aprovado – propondo fazer uma mudança mínima no conservadorismo político brasileiro –, é que se sustenta ser o movimento social a única forma para uma transformação radical da sociedade. Logo, faz sentido falar em um modelo de ruptura que nasça *a partir do movimento* (isto é, *de baixo para cima*), para que a realidade reverbere no contexto jurídico-político, de modo a atender as demandas reais da vida das profissionais do sexo.

4.4 Princípios para um modelo de ruptura

Na análise que ora se apresenta, parte-se da afirmação de que trabalho sexual é trabalho, e que constitui uma questão de justiça social garantir que as profissionais do sexo possam exercer sua atividade sem riscos de sofrer violência, com a garantia do justo pagamento. Também se considera que a base da violência é o estigma e que políticas que não tocam nessa problemática são vazias, e conseqüentemente, pouco eficazes. Unindo os dados obtidos a partir das histórias das redes do movimento social e no marco teórico referenciado, entende-se que a legislação tem um papel importante a cumprir. Mesmo que paralelamente se lute pela autonomia do Estado, este ainda é o garantidor de direitos e não pode ser ignorado.

Para isso, faz-se necessário a construção de um modelo de ruptura orientado a dismantlar a lógica hegemônica, pautada em uma orientação ético-cristã, caracterizada pelo moralismo, paternalismo, e por fim, a derrocada de toda a estrutura patriarcalista. Nesse modelo, argumenta-se que o estigma e as “*políticas da vagina*” darão lugar a valores transformados, de equidade e valorização da sujeita-mulher considerada em sua integralidade, dando tratamento digno em qualquer atividade que exerça, independente de possuir caráter sexual.

Como visto na parte inicial da dissertação, os diferentes modelos jurídico-políticos existentes no mundo se dividem em criminalizar e descriminalizar parcialmente ou totalmente e com ou sem regulamentação; os que não criminalizam a prostituição, se dividem em duas categorias, descriminalização e legalização, e apresentam diferenças importantes quanto ao papel do Estado. Um dos objetivos do movimento social das profissionais do sexo é conseguir algum tipo de regulamentação que permita acesso a direitos de forma mais rápida e digna (MENDONÇA, 2019), mas que também não seja burocrática e caracterize demasiada interferência do estado. Dentro do próprio movimento social ainda persistem divergências de qual seria esse modelo, principalmente pelos equívocos que os termos jurídicos

“descriminalizar” e “legalizar” tendem a causar. Para fins de compreensão, adota-se na presente pesquisa a conceitualização dos termos proposta por Mac e Smith (2018). Na definição das autoras, “legalizar” tem caráter regulacionista, verbo que sugere que antes a ação seria ilegal e danosa; já “descriminalizar” (isto é, ao deixar de ser crime a atividade), sugere que a ação passa a não ter a intervenção do Estado, o qual atua apenas como garantidor de direitos fundamentais.

Nos modelos jurídico-políticos estudados, observou-se que naqueles modelos legalizadores, o Estado passa a regulamentar o trabalho sexual estipulando algumas normas e regras para o exercício da profissão, burocratizando o acesso à atividade, a exemplo do que ocorre na Holanda. O Brasil não se enquadra nesses modelos, uma vez que o Estado não regulamenta a atividade.

No caso dos modelos que criminalizam parcialmente o trabalho sexual, também há um conjunto de regras a serem seguidas que limitam o espaço da atividade da profissional do sexo, tal como acontece com os modelos sueco e britânico. No modelo proibicionista, a atividade é criminalizada totalmente, como ocorre nos Estados Unidos. Já no modelo de descriminalização total, o mais raro dos modelos, a regulamentação adquire caráter trabalhista, visto apenas na Nova Zelândia e no estado de New South Wales, localizado na Austrália, e mais recentemente na Bélgica (a partir de uma lei aprovada em março de 2022)

Conforme prevê a legislação, o Brasil não criminaliza nem a profissional do sexo nem o cliente, porém, o país não pode ser considerado um modelo de descriminalização total, pois criminaliza terceiros como cafetinas, cafetões, bordéis. Por isso, optou-se, para diferenciação dos outros modelos, como modelo de descriminalização parcial.

Mas esse modelo é o ideal para o Brasil? A resposta direta é não. O Brasil é um país com altas taxas de feminicídio, com violência institucional e uma das maiores populações carcerárias do mundo (BORGES, 2019). Embora a confusão se dê entre os termos “legalizar” e “descriminalizar”, as profissionais do sexo entendem como necessário algum tipo de regulamentação, no qual o Estado se faça presente:

“Eu acho que se o Estado se afastar totalmente não é legal, porque, querendo ou não, nesse momento ele já é afastado, é muito difícil você ouvir falar que alguém foi preso por causa de cafetinagem, mesmo cafetinagem sendo crime. E mesmo assim, fica o que? Alguns dias se tiver dinheiro pra pagar fiança ou no máximo alguns meses. Então, já existe a ausência do Estado e o Estado só garante os direitos básicos, que são os direitos básicos universais que a gente já tem aqui no Brasil, né. Direito à segurança, educação e saúde. Então, não diferencia muita coisa pelo jeito. Precisa de regulamentação. É utópico. O nosso tem que ser feito pra gente, olhando pra gente, no que a gente precisa, não dá pra copiar.” (Entrevista 7, N., 28 anos, 2020).

Um modelo adequado à realidade brasileira não deve ter caráter apenas punitivista, como visto com o rufianismo, mas deve contar com uma legislação que impeça abusos de terceiros, sem limitar o trabalho sexual em casas, bordéis e boates. Pois independente da lei criminalizar a cafetinagem, ela continua existindo, principalmente porque não existem políticas públicas e mecanismos de controle que venham alinhadas com a legislação.

“É regulamentar. Não legalizar e regulamentando a gente teria como criar formas de trabalho mais dignas, acabar com a cafetinagem, um exemplo, que é uma das maneiras que a prostituta é... violentada através da cafetinagem.” (Entrevista 2, Lúcia, 2020).

Os abusos cometidos pela cafetinagem não são resolvidos com a legislação presente, e tampouco uma legislação burocrática e demasiadamente intervencionista resolveria a questão. É preciso considerar que o Brasil é um país diversificado, com necessidades específicas de acordo com a região. Por exemplo, em Porto Alegre a violência institucional não é um dos problemas mais recorrentes encarados pelas profissionais do sexo, porém em outras regiões do Brasil essa relação é bem conflituosa, tal como afirma uma das entrevistadas:

“Aqui em São Paulo que deveria ser um lugar que as lideranças deveriam ser fortes e sabe tá [sic] em cima mesmo, deveria ser exemplo aqui, não tem nada, não tem ninguém, fazendo nada, sabe, a gente tá [sic] realmente à mercê da- [sic] à mercê, porque a casa pra tá aberta, ela tá [sic] lá pagando uma propina pra polícia ou a própria casa é de um policial ou de um delegado ou um sargento, alguma coisa assim, e aquilo ali passa despercebido, porque realmente pra essas pessoas a vida da gente não importa.” (Entrevista 5, Dandara, 27 anos, 2020).

A questão da violência está correlacionada com a corrupção nos órgãos públicos e não é resolvida apenas com a instituição de leis, muito menos com um sistema punitivista. Se a cultura do “jeitinho brasileiro” não é modificada, a punição continua sendo assimétrica, atingindo, na maioria, quem já está vulnerável no sistema.

Embora a violência institucional tenha sido abrandada com o fortalecimento do movimento social, as histórias relatadas por Fátima e as coordenadoras do NEP demonstram que esse tipo de violência ainda ocorre de forma naturalizada em outros sentidos. Exemplo disso é o descaso diante de denúncias de abuso e estupro por parte das profissionais do sexo devido ao estigma, que faz com que o tema não seja tratado com a importância devida em políticas públicas orientadas à conscientização de toda a sociedade.

O depoimento a seguir demonstra o total despreparo entre profissionais do poder judiciário, em sua grande parte formado pela mesma estrutura de poder que, de forma proposital, não insere debates político-sociais nos currículos jurídicos, formando profissionais desprovidos de senso crítico, pois ainda hoje não se consideram os direitos humanos e questões de gênero enquanto uma dimensão fundamental da justiça:

“Quando eu tive problema com cliente que eu tive que tomar a PrEP, que eu fui pra prestar queixa porque ele tirou preservativo na hora e ejaculou dentro de mim mesmo eu falando que não e saiu correndo, me deixou. Eu fui prestar queixa e eles disseram que a única coisa que eu podia fazer era abrir um processo na vara cível porque na verdade foi só quebra de contrato, o que deveria ser considerado um estupro, pra eles foi considerado quebra de contato porque eu era garota de prostituição.” (Entrevista 7, N., 28 anos, 2020).

A dificuldade em conseguir denunciar casos como o relatado acima foram apontados mais de uma vez, inclusive sendo adicionado pela Entrevistada 7, que os únicos clientes com que ela teve problema eram policiais, que se sentiam empoderados em usufruir do serviço e não pagar. Ou seja, o Estado coercitivo funciona na lógica patriarcal da territorialidade que o capitalismo instituiu (TIBURI, 2018; FEDERICI, 2019; DAVIS, 2017; 2018):

“Se eu sofro um estupro hoje dentro do meu ambiente de trabalho, e eu vou denunciar eu não tenho nenhum respaldo, nenhum, sabe. Vão dizer ‘ah, mas você tá recebendo pra isso’, ou vão fazer piada, ou vão querer meu número pra fazer programa, ou vão ficar olhando meu corpo... a instituição polícia, militar, é uma instituição machista pra caramba, sabe, nojenta.” (Entrevista 5, Dandara, 27 anos, 2020).

Quando argumenta-se em favor do abolicionismo penal (DAVIS, 2018), é porque se compreende o fato de que o cacete sempre atinge a cabeça dos mais vulneráveis, e que dificilmente a punição chega para os que possuem poder coercitivo e econômico. E não se trata apenas de corrupção nas instituições governamentais, mas sim, do que foi tratado na teoria, de um sistema capitalista explorador, cuja dinâmica se nutre da submissão dos corpos, dos simbolismos e moralismos que enfatizam condutas violentas em prol do bom funcionamento da sociedade apesar das leis.

Na presente análise, ficou perceptível que a legislação vigente, sem trazer a diferenciação entre prostituição e exploração de fato, não ajuda na questão do estigma e que somente mudar a lei não iria consequentemente mudar os valores da sociedade que repudiam a pessoa prostituta:

“Policial gosta muito de... de zoar puta. Como é que eu posso dizer... Eu tava [sic] escrevendo sobre isso outro dia, que os conservadores e os policiais são os piores. Porque eles acham outras formas de submeter uma mulher, um acha porque tem a bíblia debaixo do braço pode mais e o outro por ter uma arma na cintura. Essa forma que eles veem, olham pra gente, eles não olham pra gente como uma trabalhadora normal. Eles olham como alguém que estivesse fazendo algo ilegal.” (Entrevista 6, A., 27 anos, 2020).

Como se percebe, os relatos recentes sobre violência institucional são de profissionais do sexo mais jovens e que têm vivido essa realidade. A dinâmica de violência é mascarada pelos princípios democráticos e pela ilusão do acesso aos órgãos públicos ser universal. O debate geracional é importante para ver como o posicionamento coletivo mudou algumas coisas no passado, o que pode ser feito novamente e o que deveria ser abordado de outra forma.

“A polícia, eles continuam não dando, não dando oportunidade pra gente, assim, se defender... se a gente precisar de segurança a gente não tem, por ser prostituta, ainda é... ainda é complicado.” (Entrevista 10, Olimpe, 55 anos, 2020).

Segurança ainda faz parte da equação, junto com o estigma, que se entende aqui como a base da opressão. Na teoria política feminista anticapitalista e na biopolítica, foi discutido que os meios de controle do Estado ocorrem principalmente pela padronização de comportamentos e condutas socialmente aceitas (FOUCAULT, 2010; FEDERICI, 2017). Todos os indivíduos passam por um processo de socialização ainda na infância para que qualquer coisa fora desse padrão seja vista como desviante. O estigma, desta forma, é atribuído pela sociedade à prostituta, uma vez que esta não está incluída no que é considerado natural, e em tudo aquilo que é esperado da mulher pela sociedade:

“Eu costumo falar assim, que os homens têm raiva de mulheres que cobram por aquilo que eles acreditam que são deles por direito, sabe. A partir do momento que uma mulher é livre, e ela é tão livre a ponto de cobrar por aquilo que eles acham que é deles, isso já causa um ódio ali instantâneo, sabe. Já é instantâneo. Eu não sei porque tanto tabu com sexo, é uma coisa tão natural, todo mundo transa, todo mundo tem desejos. Quer dizer, a gente sabe o porquê né, mas é tão longo pra explicar isso.” (Entrevista 5, Dandara, 27 anos, 2020).

É uma construção histórica milenar de gênero, que passa pelas questões do binarismo, da sexualidade e da política econômica dos corpos. A “mulher da rua/prostituta” vem de um longo período sendo perseguida por uma sociedade moralista, justamente porque foge do conceito de “mulher do lar”, que do controle do pai passa para o controle do marido (PATEMAN, 1993).

Isso não significa que ela não esteja sujeita a um poder patriarcal. Ela está, ao Estado, e sofre com as consequências mais profundamente porque o estigma também é refletido e continuado por outras mulheres, que ou enxergam a prostituta como vítima, explorada sexualmente, sem capacidade de atuação política, ao qual se necessita proteger, ou como “pecadora”, “criminoso” e “vagabunda”, a qual se necessita combater.

Conforme explicação de Góes (2017, p. 5),

As semelhanças entre os discursos das mulheres brancas sobre as mulheres negras e de parte do feminismo sobre as prostitutas refletem similaridades entre o racismo e a putafobia. Tanto a população negra quanto as prostitutas foram grupos definidos, durante a modernidade, como inferiores na escala de evolução humana (GÓES, 2017, p. 5).

É também necessário romper com esse paternalismo que só beneficia o braço do capitalismo patriarcalista. Ser putafóbica não está protegendo mulheres da violência sexual (PRADA, 2018), está na realidade proporcionando meios para que elas continuem sendo exploradas sem o respaldo da lei, da garantia de serem atendidas com dignidade ao prestarem uma denúncia.

As dinâmicas de poder próprias do sistema capitalista aprisionaram as mulheres tanto na esfera privada como na pública, através de uma divisão sexual do trabalho heteronormativa (FEDERICI, 2017). Para romper esse ciclo exploratório é preciso desconstruir os signos de opressão em todas as instâncias. O estigma é um deles e seu tratamento deve estar incluído em um modelo jurídico-político, pois somente desta forma será possível extinguir a violência institucional, política e econômica. Em mesmo grau de importância deve ser tratada a violência psicológica, pois o estigma provoca consequências sobre o emocional da profissional do sexo. Um dos pilares do NEP é a reestruturação da autoestima dessas trabalhadoras, pois está relacionada diretamente com o bem-estar e a saúde. Fala-se muito de saúde física relacionada às ISTs, porém ainda falta tratar a questão psicossocial com a mesma relevância que é dada às demais esferas.

O SUS foi o mais elogiado por todas as entrevistadas e é o serviço público que atualmente corre o mais alto risco de precarização. Isso teria reflexo direto sobre a vida das profissionais do sexo, ocasionando um grave retrocesso no processo de democratização a acesso a direitos fundamentais.

“Eu defendo o SUS pra tudo, eu sou uma pessoa que já precisou – ah óbvio nasci dentro do SUS, tive que fazer uma cirurgia quando era bebê e foi dentro do SUS. Tive uma situação com um cliente que eu precisei do SUS, eu precisei tomar a PrEP, fui super bem recebida, super bem orientada, foi tranquilo, fiz o teste antes, tomei a PrEP durante 28 dias. Peguei no SUS, tomei o remedinho, depois fiz o teste de novo. A cada três meses eu tenho que fazer o teste de novo, foi super tranquilo. Sou super defensora do SUS, por favor, não acabem com o SUS.” (Entrevista 7, N., 28 anos, 2020).

Garantir que o SUS continue operante e que não seja sucateado também faz parte de uma política que resguarde a profissional do sexo e deve ser pensado como princípio norteador na formulação da legislação e de políticas públicas. São poucos os relatos de atendimento não digno pelo SUS, isso não isenta os governos de tomarem medidas para o treinamento humanitário dos profissionais da saúde e contínuo aperfeiçoamento do serviço prestado, para que não ocorra violência médica ou medidas de higienização que associem o trabalho sexual à disseminação de doenças ou à sujeira.

A higienização de ambientes públicos do oferecimento de serviços sexuais foi vista em Salvador durante a restauração da Praça da Sé. Esse tipo de ação promovida pelo governo é discriminatória e mostra que o Estado está mais preocupado em garantir o acesso das elites a certos espaços do que encontrar uma solução para que estes espaços possam ser habitados por qualquer indivíduo independente de sua classe social.

Também é necessário compreender para construção desse modelo que, apesar de Gabriela Leite ter sido uma grande influência para o Movimento social das Profissionais do Sexo, nem todas as mulheres que chegam à prostituição possuem a mesma história. O fator econômico é sim um determinante para o exercício do trabalho sexual, assim como o é para qualquer outra atividade no sistema capitalista. Gabriela Leite teve a experiência de estar em um ambiente universitário, de estudar, e optou, dentre as escolhas que tinha, pelo trabalho sexual. Porém, ter escolha é restrito, muitas vezes, às classes média e alta.

É impossível em uma análise social do trabalho sexual ignorar fatores econômicos. Histórias como a de Bruna Surfistinha se popularizaram rapidamente no imaginário popular, criando uma romantização de personagens, que na maioria das vezes, não representam a realidade da maior parte daquele grupo social. Utilizar esses personagens como modelos para estabelecer parâmetros para leis e políticas públicas é improdutivo porque não atinge a pluralidade de (r)existências, já que em muitos casos, essas pessoas possuem alternativas para desenvolver outras atividades. Ou seja, raras são as profissionais que podem deliberadamente optar por sair da ocupação caso a situação fique ruim, enquanto que a grande maioria não tem essa escolha.

Isso ficou visível com a pandemia do COVID-19 e o acesso ao auxílio emergencial, em que um vírus contaminou o mundo todo de forma igual, mas com consequências profundamente mais drásticas nas populações vulneráveis. Como medida preventiva, o isolamento social mostrou-se a forma mais correta de se tratar a disseminação do vírus, porém essa medida, sem um auxílio suficiente, foi economicamente prejudicial para pessoas com renda baixa e/ou informal. Assim, sem poder exercer livremente a ocupação durante o auge da pandemia, e amargar a falta de clientes nos períodos de flexibilidade, as profissionais do sexo tiveram seus rendimentos severamente reduzidos. O acesso ao auxílio emergencial disponibilizado pelo governo foi burocrático e, em alguns casos, demorado.

O presente estudo articula que nem tudo será resolvido através de uma legislação escrita, mas sim a partir do costume – lido como conscientização da sociedade e transformação radical dos valores sob os quais as nossas bases políticas estão construídas. Poder econômico e poder social andam juntos e definem os rumos do jogo político (FEDERICI, 2019). Isso necessita ser modificado uma vez que afeta principalmente grupos vulneráveis, como de mulheres, negros, indígenas, crianças, população LGBTQIA+, idosos, pessoas com deficiência, entre outras minorias.

Uma mudança radical da sociedade passa pela emancipação de grupos minoritários e desconstrução da lógica capitalista. A autorreprodução dos movimentos sociais fortalecendo a sociedade civil junto com outros grupos que a formam mitigaria o controle da sociedade política ao longo do tempo até que esta não seria mais detentora do poder hegemônico que age a favor do *status quo*. Até lá, um modelo de ruptura seria o primeiro passo, já que não se pode viver de sonhos e a realidade é urgente.

4.5 O papel da universidade no diálogo entre movimento social e governos e sociedade

Uma das questões interpostas nas entrevistas e relevante para este estudo é o papel da universidade no movimento social das profissionais do sexo. Com a redemocratização do ensino, a universidade ampliou a sua função de campo de debate para temas polêmicos, que geralmente são deixados de lado pelos governos, independente de qual ideologia política seguem. Pouco foi feito pelas profissionais do sexo, até mesmo pela esquerda, que reluta em debater assuntos que possam desafiar o moralismo brasileiro presente nas bancadas do boi, da bala e da bíblia.

A universidade se torna o meio campo entre as profissionais do sexo e governo possibilitando o nivelamento do diálogo a um espaço neutro e seguro. Essa intermediação é essencial, porque apesar do movimento social reunir as vozes das trabalhadoras, elas podem ser invisibilizadas pela burocracia do aparato estatal e a excessiva tecnicidade de editais, projetos e legislação.

Porém, um dos problemas que bloqueiam um caminho de troca mútua entre universidade e movimento social é a falta de resposta da academia quanto a pesquisas realizadas sobre trabalho sexual. Muitos pesquisadores se dirigem até as profissionais do sexo em busca de informações e entrevistas, mas poucos apresentam os resultados finais dos estudos desenvolvidos, ou pouco fazem, além da teoria, para a aplicação desses resultados na sociedade, resumindo-se a um papel escrito.

“A gente precisava que – saber o resultado porque aí a gente faz as pesquisas, participa, participa e no fim da história a gente não fica sabendo qual é o resultado. E então, eu acho que essa é uma das queixas que a gente tem, só da universidade. Sim, é, o retorno seria muito importante.” (Entrevista 3, Soila, 55 anos, 2020).

A problemática de não retornar com os resultados das pesquisas foi destacada mais de uma vez, tanto pela coordenadora da AprosBA, como do NEP:

“Porque eu acho que a gente tem que trazer a universidade pra junto da gente, nunca quero excluir a universidade. Tem uns que vêm, faz pesquisa e some.” (Entrevista 1, Fátima, 55 anos, 2020).

“Acho que a universidade sempre teve papel importante. Sempre foram importantes, também... que a gente sempre reclama o retorno dessa pesquisa, né, pra gente. Só o que falta a universidade fazer é retornar o resultado dessa pesquisa.” (Entrevista 2, Lucia, 2020).

Essa foi uma das dificuldades para a realização desta pesquisa, muitas profissionais do sexo abordadas para entrevistas se mostraram cansadas e relutantes em concedê-las, já que quase nunca conseguem ver efetividade desses estudos:

“Eu estou cansada de tanta pesquisa que não vela [sic] a nada pra sociedade. Nós ‘putas’ só existimos pra ser [sic] pesquisada. Ninguém faz uma campanha para nos ajudar.” (Depoimento de uma profissional do sexo que não quis dar entrevista, 2020).

Outro dos motivos apontados foi o receio que a pesquisa acadêmica que estava sendo realizada seria pela perspectiva feminista radical, utilizando as falas concedidas contra os objetivos do movimento social. Dizem que isso costuma ocorrer já nas entrevistas, em uma tentativa de mudar a visão da profissional do sexo sobre o próprio trabalho sexual, buscando que a entrevistada saia “daquela vida”.

Pode-se relacionar esse medo com o que Gramsci chamou de “*transformismo*”, adaptando o termo para o presente estudo e o contexto social brasileiro onde a educação ainda não é totalmente democratizada. Esse processo se daria quando a universidade e seus intelectuais, sendo cooptados pelo grupo hegemônico detentor do poder, utilizaria de sua base de conhecimento para cooptar, por sua vez, pessoas ou grupos minoritários. Orientados a reforçar a manutenção do *status quo*, estes últimos acabam sendo enganados “pela falsa ideia de possibilidade e exercício de autonomia e liberdade” (SILVA, 2020, p. 43).

Estudos que são utilizados contra grupos que já são vulneráveis, não raro até mesmo a ocorrer tal cooptação através do argumento tecnicista de “saber o que é melhor para o indivíduo por que tem estudo para isso”, com a promessa de realidades utópicas onde ninguém será explorado, são contraproducentes.

“Por mais que tenham pessoas estudando, sabe, que quer [sic] agregar na luta, mas essas precisam entender que a nossa voz também é importante. Que não adianta falar que é A ou B, sendo que a gente acha que é C, sabe. Então, é importante sim, o trabalho acadêmico, sabe, as universidades estarem mediando essa, esse bate-papo entre prostituta e sociedade, é muito importante, porque aí talvez dessa forma as pessoas passem a entender o que realmente é, sabe. Poxa, tem uma universidade fazendo trabalho sobre prostituição, será que eu não tenho que olhar isso com mais carinho? Acredito que esse seja um caminho muito, muito, muito bom.” (Entrevista 5, Dandara, 27 anos, 2020).

Segundo o pensamento gramsciano, seria na sociedade civil que os processos emancipatórios através da resistência e da educação aconteceriam, da mesma forma que ocorre a legitimação do grupo dominante no processo de transformismo (GRAMSCI, 1977b; SILVA, 2020). Os espaços coletivos necessitam ser utilizados como ferramenta de empoderamento, fortalecendo as ideologias dos grupos minoritários diante do grupo dominante. E isso seria possível através da educação.

A educação é a principal fonte de poder, pois age sutilmente, porém com força, na transformação radical da sociedade. É preciso educar para poder viver e não apenas sobreviver. Sendo assim, dentro da concepção de superestrutura de Gramsci que é composta pela sociedade civil e sociedade política (referente ao Estado), a melhor forma de confrontar o

status quo e neutralizar a ação coercitiva do Estado seria através do processo emancipatório realizado por meio da educação e da cultura. Consequentemente, esse processo levaria a sociedade civil e a sociedade política a se transformarem, não havendo mais uma diferenciação de classes. O Estado, por sua vez, não deixa de existir, porém não exerce mais uma funcionalidade punitiva, com meios de repressão e coerção (SILVA, 2020). A economia, contida na estrutura, por fim, também seria modificada, já que estrutura e superestrutura são interrelacionadas. Para Violin, seria desse modo que se passaria de uma democracia apenas formal, para uma democracia de fato material (VIOLIN, 2006).

Quando perguntado sobre o papel da universidade para as profissionais do sexo, o principal objetivo era entender em qual patamar se encontram as relações acadêmicas com o movimento social, para poder aplicar isso na concepção de um modelo jurídico-político.

Aquelas que se dispuseram a participar, mostraram-se favoráveis à participação da universidade como intermediadora e também pela disponibilidade de voluntárias para projetos e serviços técnicos das ONGs. Destacando, porém, a necessidade de horizontalizar a relação entre universidade e movimento para o compartilhamento do conhecimento ser de fato realizado. Também, veem como uma forma de dar continuidade ao trabalho e salvaguardar as memórias construídas ao longo do tempo:

“Deixar morrer, claro a gente não vai tá [sic] aqui de repente mais pra ver se esse trabalho vai morrer ou não, mas pelo menos a gente quer que vocês vivam o – [sic], que isso seja falado, que isso seja conhecido, através das universidades e estudantes que tenham interesse que a gente vai começar, vai conseguir repassar todo esse conhecimento, porque é muita história.” (Entrevista 3, Soila Mar, 55 anos, 2020).

A universidade como um local de poder e resistência também é percebido pelas profissionais do sexo, que buscam a formação acadêmica para ocupar esse espaço e não serem apenas objetos de estudo em pesquisas. A importância de que a universidade esteja aberta para receber as profissionais do sexo como acadêmicas – de forma digna, e enfrentando o estigma – faz parte da democratização do ensino.

“Eu sou acadêmica, hoje eu faço curso bacharelado em Ciências Sociais, então o que eu gostaria é de ver... eu gostaria de ver não, cara, é que eu vejo a universidade como um espaço possível de ação, né. Vejo como um meio, então, tu falaste em mediar, ainda é um caminho né, até porque a universidade é um local de poder, né, onde concentra poder, então é válido pensar nas alianças possíveis.” (Entrevista 8, J., 37 anos, 2020).

Para outra entrevistada, que cursou Literatura, e fez seu trabalho de conclusão de curso sobre o trabalho sexual, a universidade não teve problemas em aceitar seu tema de pesquisa, porém também vê como necessária um maior acompanhamento destes trabalhos:

“Eu não tenho muito que reclamar, entendeu. Só acho que deviam, as universidades deviam seguir esse trabalho mais massivamente, sabe, de servir de palco pra esses diálogos.” (Entrevista, 6, A. 27 anos, 2020).

Porém, não é suficiente que a universidade apenas facilite o acesso aos seus ambientes: é necessário criar mecanismos que garantam a receptividade, desconstruam o preconceito e desestimulem o julgamento. Algumas profissionais do sexo deixam de buscar a universidade por receio de represálias, como revela o depoimento de uma das profissionais:

“Eu tenho muita vontade de fazer um curso, sabe. Entrar pra uma universidade, fazer um curso bonitinho, eu morro de vontade, mas assim... o lugar que eu venho e onde eu tô [sic] hoje me impossibilita totalmente de estar nesses espaços de certa forma. Eu já imagino o tanto de problema psicológico que eu ia ter, porque provavelmente eu ia fazer um TCC, algo do tipo, eu ia fazer voltado pro [sic] que eu conheço, que é o trabalho sexual, sabe. E aí eu teria que falar ‘sou trabalhadora sexual’, e aí eu já imagino, o tanto de problema que isso ia me trazer. E é uma coisa que um dia eu pretendo, mas é uma coisa que eu tenho que me fortalecer muito, porque eu não sei se eu ia aguentar tantos anos dentro de uma instituição que não ia querer eu ali, sabe, a figura que eu represento ali.” (Entrevista 5, Dandara, 27 anos, 2020).

Como espaço de ação, principalmente, em tempos de governos autoritários que percebem a força da educação e a limitam ou a utilizam como ferramenta de coerção como tratado por Gramsci (1977a; 1977b), é importante resistir e unir forças aos grupos vulneráveis.

“Aí que entra vocês, eu digo vocês, a parte mais jovem, as pessoas que tãõ na universidade não se calarem, entendeu. Porque o que o bolsovírus [em referência ao presidente em exercício Jair Bolsonaro] tentou fazer também foi isso, né, calar a universidade, os jornalistas e tentar boicotar, tentar boicotar e tentar derrotar, porque por ele tinha terminado com tudo e só tinha militar no poder e nas instituições. Certo? E ele só foi eleito também, porque o povo tem tanto ódio, tem tanto rancor, tem tanto preconceito que se sentiu identificado com o homem, certo? Senão, não receberia tantos votos.” (Entrevista 3, Soila, 54 anos, 2020).

A resistência não vem somente com a pesquisa acadêmica dentro do ambiente universitário, ela tem que se expandir e ir até onde a sociedade e o governo relutam em chegar. Trabalhos voluntários em coletivos atendendo as demandas que as profissionais do sexo possuem como, por exemplo, na questão tecnológica ou na compreensão de editais e projetos, contribui para a manutenção das organizações.

Muitos movimentos sociais não sobrevivem aos seus primeiros anos devido à falta de estrutura interna, que administre a burocracia e planeje com eficiência as pautas do movimento, em projetos a serem apresentados a órgãos públicos e que também as ações ocorram com certa regularidade, criando-se uma rotina de ação que articule o movimento. Nessa perspectiva, “os processos de luta têm que ter uma certa sistematicidade, um contínuo de ações nos quais pessoas e organizações atuam coletivamente pra fazer com que um problema se torne um problema público, que precise ser enfrentado pelo Estado e pela sociedade” (SILVA, 2020, p. 12).

A aliança entre universidade e movimento social pode ser um caminho para a divulgação das pautas, bem como a instituição de uma cultura organizacional, não somente através de voluntariado, mas com o oferecimento de oficinas, cursos profissionalizantes e palestras. Ao realizar o voluntariado no NEP, foi possível perceber que mesmo durante o isolamento social, profissionais do sexo buscavam o núcleo para o repasse de camisinhas e consultas ginecológicas. Isso demonstra a solidificação da ONG como coletivo e centro informativo para as trabalhadoras. Porém, a falta de tecnologia é um problema que dificulta o acesso a informações. Não existe um banco de dados virtual que facilite o registro das visitas, dos cadastros, dos estoques de material, da organização das pautas.

Durante a mudança de sede, muitos documentos foram separados com o intuito de serem digitalizados para não correr o risco de perda de um material histórico. Essa digitalização, como outros trabalhos que dependem de recursos tecnológicos, ficam à mercê da boa vontade de voluntários. Seria interessante, como mencionado anteriormente, pensar em alianças com departamentos de tecnologia dentro das universidades, que possam fornecer oficinas, assistência e até mesmo doações de material, como computadores e impressoras usados.

Apesar das dificuldades que as ONGs encontram nesse aspecto, a ação coletiva é importantíssima para a construção da cidadania. Ao unir-se, as profissionais do sexo estão fortalecendo umas às outras, criando uma sensação de pertencimento e desvinculando-se do estigma que prejudica a autoimagem, apropriando-se de palavras de tamanha carga negativa como “puta” e transformando-as em grito de resistência. Quando a universidade se soma a esse grito, essa força se amplia, e as perspectivas são transformadas.

Antes mesmo de ganhar a sede, o NEP já contava com voluntários. Logo nos primeiros anos, uma pesquisadora da Antropologia da UFRGS buscou o núcleo e em troca de participação na pesquisa foi-lhe requisitado que fizesse voluntariado. Ela trouxe outros estudantes inaugurando uma parceria entre a universidade e movimento social.

Uma das atuais voluntárias acadêmicas, Gabriela, do Doutorado em Sociologia da UFRGS, relata que foi uma surpresa boa chegar no NEP e descobrir que a maioria das mulheres que faziam o atendimento e a coordenação do núcleo são profissionais do sexo. Que através de interações como essa que são criadas redes de apoio que são primordiais para a construção da cidadania, tanto das mulheres que buscam o núcleo, como das próprias trabalhadoras que o compõem:

“Tem-se uma rede muito grande, poderia se dizer assim de solidariedade, ainda que haja, né, divergências em alguns pontos. Isso faz parte, né, dos processos, dos debates e tudo é sempre feito muito no coletivo, então, nenhuma decisão ali no NEP é tomada individualmente, elas sempre conversam entre si e vão formando isso, conversando com a gente, né, que tá [sic] ali enquanto voluntárias, né, e universitárias.” (Depoimento, Gabriela, voluntária, 2021).

Ela percebe que o atendimento às trabalhadoras sexuais é muito humanizado, e que o fato de ser feito por mulheres que conhecem a realidade do trabalho sexual faz muita diferença na escuta e compreensão das necessidades de cada uma. E que o papel dos voluntários é auxiliar nas demandas que aparecem e na elaboração dos projetos, busca e preenchimento de editais que são processos mais complexos.

Esse relato segue de acordo com o de outra voluntária, Ana, do curso de Ciências Sociais da UFRGS, que foi responsável pela criação das redes sociais do NEP durante a pandemia, e que vê a teoria se aliando à prática no trabalho do NEP sempre sob os três pilares de cidadania, autoestima e saúde que são fundamentais para o atendimento humanizado relatado por Gabriela.

“Vejo que muitas mulheres precisam do NEP, acessam material através dele pela tranquilidade em não sofrer preconceitos e o vínculo de confiança construído com elas. Também, já aconteceram situações nas quais elas não souberam muito bem para quem recorrer pra garantir alguns direitos, e o NEP demonstrou ser bem forte nesse processo.” (Depoimento, Ana, voluntária, 2020).

São essas experiências acadêmicas que trazem esperança de que a parceria entre universidade e movimento social é possível. Segundo as entrevistadas tanto da AproSBA como do NEP, mesmo que não tenham retorno, elas continuam fornecendo suas falas por considerarem importantes esse registro:

“Se tu soubesse quantas falas a gente já fez, e se pra ser assim, vamos botar um número, por exemplo, de 30, foi muito mais, mas se a gente teve cinco de resposta foi muito, entendeu. Conversando com a Lúcia um dia, ainda antes da pandemia, conversando com ela ‘- Lúcia, não adianta, a gente faz porque vai fazer, sem esperar resultado ou então a gente não faz’. Eu acho importante a gente fazer mesmo que não tenha resposta, entendeu.” (Entrevista 3, Soila, 55 anos, 2020).

Fátima, que tem uma filha universitária, diz que sempre recebe bem os acadêmicos (as) que a procuram:

“Porque eu acho que a gente tem que trazer a universidade pra junto da gente, nunca quero excluir a universidade. Tem uns que vem, faz pesquisa [sic] e some. Que que eu posso fazer, não vou matar ninguém, mas de vez em quando, a gente acerta.” (Entrevista 1, Fátima, 54 anos).

Faz parte da pesquisa científica acadêmica a aplicação dos conhecimentos adquiridos na sociedade, pois teoria sem prática é fonte que secou. Para a mudança radical da sociedade necessitamos que espaços de poder, que são abertos ao diálogo, se ampliem para além de seus muros, indo até onde os governos relutam em chegar. Uma vez que, segundo Tiburi (2018),

“desmontar a máquina misógina patriarcal é como desativar um programa de pensamento que orienta nosso comportamento. O patriarcado é um verdadeiro esquematismo do entendimento, um pensamento pronto, que nos é dado para que pensemos e orientemos a nossa ação de um determinado modo, sempre na direção do favorecimento dos homens brancos e de tudo o que sustenta seu poder” (TIBURI, 2018, p. 41).

“Desrobotizar” a educação requer, portanto, desativar uma das ferramentas de controle político utilizadas para manutenção do *status quo*, e conseqüentemente, superar os binarismos de gênero que permeiam a sociedade.

4.6 Pós-pandemia e novos desafios

A COVID-19 atingiu o mundo inteiro nesses últimos dois anos como não era visto há muito tempo. O vírus se espalhou rapidamente, impossibilitando a manutenção das rotinas com as quais a sociedade estava habituada. As relações virtuais se solidificaram pela necessidade imediata de isolamento social. Mas nem todo mundo parou. A falta de um auxílio emergencial que de fato mantivesse as pessoas protegidas economicamente durante a pandemia foi um delimitador entre quem poderia ficar em casa usufruindo da segurança do isolamento, e aqueles que teriam que continuar se arriscando a ir trabalhar. E na

impossibilidade de exercer seu trabalho, o ato de sobreviver foi além de não contrair o vírus, passou pela questão da fome e da moradia.

Como visto, as profissionais do sexo que possuem acesso à internet, criaram novas maneiras de trabalhar virtualmente através de *streamings*, *chats*, *pack* de fotos, videochamadas. Porém, muitas delas continuaram batalhando nas ruas, mesmo com as boates e salas fechadas. As ONGs se articularam em campanhas de arrecadação *online*, recebimento de doações, recebimento de cestas básicas e na ajuda com o preenchimento para o recebimento do auxílio emergencial. Com a flexibilização do isolamento, possibilitada pela vacinação, as profissionais do sexo começaram a voltar às suas rotinas de serviços.

Porém, algumas coisas nesse período de quase dois anos se modificaram. A gestão desastrosa do poder público em coordenar ações em absolutamente todos os aspectos – tanto sanitário para a contenção do vírus, leitos em hospitais e obtenção de vacinas, quanto na administração geral da economia – provocou um abrupto aumento de preços em itens básicos para alimentação, como o feijão, arroz, carne e gás, como também no valor da gasolina e aluguéis. E, como esperado, não houve aumento em relação à renda da população. Consequentemente, é necessário sobreviver com menos em relação ao aumento dos preços. E para o trabalho informal, isso também significa trabalhar mais.

O aumento nos preços dos aluguéis levou a uma transferência das profissionais do sexo, que se deslocaram dos centros para as zonas periféricas das cidades, sendo necessário articular novas formas de prospectar clientes. Segundo Gabriela, voluntária do NEP, trazer as profissionais do sexo que se locomoveram para outras áreas a ocuparem os espaços nos centros das cidades novamente será o maior desafio no período que se segue à estabilização da pandemia.

Em relação à clientela, esta diminuiu com o decorrer da pandemia e o aumento no número de mortes. Mesmo com o avanço da vacinação, o medo de contrair e transmitir o vírus ainda mantém muitas pessoas em casa, priorizando as relações virtuais em detrimento das presenciais. Assim, um dos principais desafios para as ONGs será organizar de maneira eficaz o atendimento às profissionais do sexo que se locomoveram para zonas afastadas e auxiliar na nova dinâmica de interações com o cliente, que poderá apresentar um formato virtual por um bom tempo pós-pandemia. Seria primordial a democratização ao acesso à internet, já que a tecnologia se tornou fundamental para o exercício de praticamente todas as atividades.

Nesse contexto, primordial se pensar em projetos de capacitação em informática e criação de conteúdo, especialmente para as coordenadoras dos diversos coletivos espalhados pelo Brasil, para que estas possam gerir melhor os projetos, utilizar as redes sociais para divulgação dos trabalhos realizados, captação de recursos, entre outras possibilidades proporcionadas pela internet.

Outro desafio é atrair profissionais do sexo para o movimento social. Muitas acabam entrando e se afastando por não conseguirem conciliar vida pessoal, profissional e ativismo. Seria interessante pensar maneiras de agregar a luta que não sejam limitadas pelo tempo. Além do tempo, há duas razões que podem estar associadas com a dificuldade de trazer novas pessoas para o movimento: o estigma e a naturalização da situação de marginalização como normal.

“E a gente não consegue hoje em dia engajar muito as prostitutas que estão trabalhando agora. Porque? Porque elas já pegaram um território mais livre, livre de violência, porque? Porque nós apanhamos lá atrás, entendeu, pra fazer, pra construir isso que tá [sic] acontecendo agora. Então, sim, a gente não tem mais problema com isso, sabe.” (Entrevista 3, Soila, 55 anos, 2020).

Conforme colocado previamente, a violência pode não ser mais tão física, mas ela continua existindo e o livre não pode ser tomado como certo. Muitas profissionais do sexo ainda enfrentam situações de violência e abuso tanto por parte das instituições, como por parte de clientes e sociedade em geral. Essa sensação de liberdade pode ser derivada da ideia de que vivemos em uma democracia e que as coisas são difíceis de se conseguir para se evitar a corrupção, e não porque existe algo obstruindo o acesso a esses espaços e direitos. É necessária a adesão de novas profissionais do sexo ao movimento para que este não esmoreça, e para isso, como mencionado no modelo de ruptura, é necessário lutar pelo fim do estigma, preconceito e julgamentos.

“A gente tá [sic] sempre atrás delas né, sempre fazendo um trabalho de campo, que nós fazemos também. Trabalho de campo, divulgando o nosso trabalho pra que elas venham participar do NEP. E elas vêm, agora tem umas que – tem umas que não, que não querem né, que não querem participar de nada, querem ficar no anonimato, muito pelo estigma, né, porque existe um estigma muito forte... ainda na prostituição, com a prostituta. E a prostituta tem um estigma que não deixa dar visibilidade para a profissão dela, participar do movimento é dar visibilidade.” (Entrevista 2, Lucia, 2020).

Mas como fazer isso se é justamente o estigma que impossibilita a participação de muitos no movimento com receio a represálias? Talvez esse seja o desafio mais complexo que os movimentos sociais irão enfrentar nesse pós-pandemia, porque mais do que nunca a ação coletiva será necessária para garantir os direitos à cidadania.

Para finalizar esse tópico, aborda-se mais um assunto que está relacionado aos resultados do movimento social das profissionais do sexo e que pesam na consolidação das 11 (onze) fases de Gohn, mesmo que essa tenha realizado essa categorização na década de 90, quando o uso de tecnologias virtuais ainda estava em fase embrionária. Atualmente, a tecnologia é o principal meio de informação e, pode-se acrescentar, de socialização existente. Um dos principais veículos de divulgação para as ONGs, principalmente durante o período de isolamento social, são as redes sociais. Através de *lives* no YouTube, reuniões em plataformas como Zoom, Google Meet e divulgação no Instagram e Facebook, tem sido possível alcançar profissionais do sexo do Brasil todo, horizontalizando a disseminação de informações e promovendo oficinas de diversos assuntos e fortalecendo a resistência coletiva.

Não obstante, a tecnologia ainda é um problema para os movimentos sociais por três razões: 1) Falta de acesso à internet; 2) Falta de conhecimento técnico; 3) Falta de pessoal para abastecimento de redes, *blogs* e *sites*. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019, 40 milhões de brasileiros não têm acesso à internet, o que equivale a 12,6 milhões de domicílios. Dois dos motivos apontados são o custo do serviço (26,2%) e a falta de conhecimento em como utilizar a internet (25,7%).

Uma vez que a tecnologia tem relevância para o desenvolvimento da maioria das atividades no século XXI, dado acentuado com a pandemia, o acesso à tecnologia pode ser considerado um fator primário para a construção da cidadania, constituindo em si um direito. No entanto, entendendo como funciona a prestação de serviços de internet no Brasil e a inexistência de políticas sociais para horizontalização desse acesso, seria interessante a parceria com a área tecnológica, cursos de Tecnologia de universidades parceiras e com o segundo setor – empresas de tecnologia que possuem áreas de ensino e voluntariado. Esse conhecimento é imprescindível na hora de acessar e preencher os requisitos de editais para projetos.

Por fim, todos esses desafios passam por um maior: a prevalência do sistema democrático brasileiro. Sob os auspícios da eleição presidencial de 2022, existe a possibilidade de mudança de um governo que representou o retrocesso, o preconceito, o descaso, o fascismo e uma gestão criminoso da pandemia. A eleição é a forma existente para

mudar esse cenário. Somente escolhendo governos melhores é possível que os obstáculos sejam ultrapassados e nesta questão o movimento social também precisa resistir, unindo-se a voz dos que cantam que fascistas não passarão. A esperança no horizonte só será concretizada através da luta coletiva pela transformação política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando é colocado no trabalho das feministas radicais antiprostituição que “trabalho sexual não é trabalho”, nota-se uma tentativa de homogeneizar o que é feminismo. O apagamento de outras vozes é uma das críticas ao feminismo ocidental que coloniza outras mulheres através do subterfúgio da proteção e da luta pelos seus direitos.

Mas o feminismo nunca foi só sobre mulheres brancas e de classe média. Mulheres, de todas as origens, orientação sexual, raça e classe, têm lutado pelos seus direitos e pela transformação radical do mundo há muitas décadas – mesmo que não seja conhecido pelo nome feminismo. A colonização do feminismo *mainstream* é uma das facetas de um sistema opressor que ainda está baseado em moralismos e em dicotomias, mas que já não mais pode falar por todas – porque esse “todas”, são muitas, e que possuem demandas e necessidades diversas.

O “putafeminismo” ou a “putaresistência” luta pelos direitos das profissionais do sexo, pela representatividade política e pelo exercício da cidadania coletivamente, mostrando que não existe uma única forma de enfrentar o sistema, que nenhuma voz pode ser silenciada. Evidencia a necessidade de diálogo aberto, sem a estigmatização e a marginalização como atributos fixos da “puta”, que não é uma palavra ofensiva, mas reivindicada como símbolo de resistência. Quando as trabalhadoras do sexo tomam para si o uso da palavra *puta*, a exemplo do que fazia Gabriela Leite, “elas dão visibilidade à prostituição como profissão, procurando silenciar os dizeres que estigmatizaram, conforme o tempo e o uso” (FERNANDES; SOUZA, 2013, p. 68). De certa maneira,

Esses funcionamentos nos mostram que o sentido não é único, sempre pode vir a ser outro, mas, segundo Orlandi (2002), o preconceito restringe o deslizamento, o deslocamento de sentidos, impedindo sentidos possíveis. Assim, as palavras puta e prostituta continuarão a significar o estigma social da mulher que se prostitui enquanto as relações sociais forem as mesmas (FERNANDES; SOUZA, 2013, p. 69).

O estigma, na verdade, é uma construção social a partir de como o sexo é tratado em uma sociedade capitalista e patriarcalista, que enxerga os corpos como meras ferramentas para produção em massa. O estigma é a base da violência, principalmente institucional, pela qual as profissionais do sexo passam. Está relacionado à questão da saúde e de como essa é tratada pelo Estado. A hipótese apresentada de que o estigma constitui a origem para a violência institucional, comprova-se como verdadeira. E mais do que isso: ele é também a ferramenta do patriarcado pela qual os governos legitimam suas ações sob os auspícios dos valores tradicionais.

Como tratado ao longo da pesquisa, as “*políticas da vagina*” reduzem e limitam a prostituta ao seu órgão sexual. Isso não significa, no entanto, que políticas para saúde pública sobre ISTs não são necessárias. No entanto, estas não podem se limitar a grupos específicos como sendo os seus disseminadores oficiais. Tal perspectiva, além de preconceituosa, marginaliza ainda mais estes grupos, que são, geralmente, os mais vulneráveis às ISTs, e que não obstante, ao preconceito sofrido, são os principais apoiadores de campanhas de prevenção, de uso de preservativos e saúde sexual. Apesar disso, ainda existe uma má concepção nas políticas públicas que focam apenas a *vagina* dessas mulheres, esquecendo-se da saúde mental, por exemplo, resultado do estigma que vê a mulher prostituta como objeto, e não como sujeita atribuída de direitos e valores.

Para que aconteçam mudanças efetivas quanto ao estigma, é preciso romper com o moralismo, conservadorismo e a moral cristã que consolidou no inconsciente coletivo a ideia de que o sexo está atrelado ao pecado. É necessário desconstruir o binarismo de gênero, desvincular a naturalização do sexo biológico como determinante para comportamentos e condutas esperadas, para que prazer e desejo não sejam utilizados como ferramentas para o controle da sociedade. E isso transpassa também pelo imaginário social que é incentivado a reforçar os papéis e binarismos de gênero.

A literatura, a cultura, a música, o cinema, a poesia, os comerciais de televisão, o vocabulário diário, as relações interpessoais orbitam em torno do sexo. Tem aspecto ascendente e vinculante, atravessando várias categorias de análise e estando presente em todo sistema político-social. É através do biopoder que o Estado controla e articula suas ações, utilizando-se do “até onde é permitido”, traçando linhas imaginárias entre a desobediência e a obediência compulsória. O espaço-tempo aqui é contínuo, as entidades são usadas como meio de reprodução da informação estatal para total controle e ocupação da população (FOUCAULT, 2018). Ocupado com a própria sobrevivência, pois um povo ocupado não tem tempo para o ato de pensar, para o exercício do prazer e da reflexão crítica sobre o mundo.

O sistema capitalista e o patriarcalismo se retroalimentam a fim de manter um *status quo* que privilegie os grupos dominantes e continue operando na lógica da produção (FEDERICI, 2017; 2019). É pensando nisso que se faz necessário resistir diariamente às tentativas de apagamento de grupos minoritários e ao silenciamento dos movimentos sociais. Um governo nacional vexatório perante o Brasil e o mundo, com posicionamentos abertamente fascistas, promovendo cortes educacionais, na pesquisa e na saúde, com tentativa de desmonte do SUS e extinção do programa social Bolsa Família, torna o contexto político-

social e econômico ainda mais dramático para a população mais vulnerável, além de tornar complexa a manutenção desses movimentos.

Os retrocessos políticos afetam principalmente os grupos minoritários que dependem de políticas sociais para a sobrevivência. A pressão feita pelos movimentos sociais pode gerar represálias por parte do Estado, o que aumenta os casos de violência institucional. É perante esta conjuntura conflituosa que o coletivo faz mais ainda a diferença como estratégia e instrumento de proteção. Dentro disso, a universidade tem peso relevante como espaço de mediação na articulação entre movimentos, Estado e sociedade para que soluções pacíficas sejam encontradas. A educação é um meio de emancipação, tanto que é a primeira instituição a ser atingida quando o Estado quer controlar a população, juntamente com a censura da imprensa.

A educação deve estar alinhada com estes grupos para fazer força contra o retrocesso. Deve desverticalizar a forma de fazer política e trabalhar na reciprocidade com as profissionais do sexo na construção de políticas públicas melhores e na conscientização da sociedade para que o estigma seja neutralizado. A violência institucional é principalmente uma característica de um Estado patriarcalista e capitalista que se utiliza de artifícios biológicos (e hoje também tecnológicos) para controlar a narrativa hegemônica da sociedade. Para eliminação da violência, é necessário enfrentar o estigma ou então, qualquer campo ganho na batalha contra o patriarcalismo será perdido com o recrudescimento de valores tradicionais e moralismos.

Quanto aos modelos jurídico-políticos, no atual contexto socioeconômico e político brasileiro é utópico pensar em uma legislação similar à da Nova Zelândia por exemplo, que descriminaliza totalmente a prostituição, e preza pela não interferência estatal, tendo caráter meramente regulacionista com viés trabalhista. Isso porque no Brasil, a desigualdade social, a dimensão territorial e as diferenças regionais inviabilizam um desenho semelhante. Mas também não podemos argumentar a favor de um modelo que criminaliza o trabalho sexual com a desculpa de que há exploração sexual, porque a não diferenciação entre ambas as definições é contraproducente.

Conclui-se que é necessário um modelo jurídico-político apto a regulamentar o trabalho sexual, com políticas trabalhistas, mas não burocráticas e que seja baseado nos seguintes princípios: dignidade da pessoa humana alinhada à autoestima da profissional do sexo; desconstrução do estigma como base para enfrentamento da violência; políticas de segurança; acesso à saúde física e psicológica; reconhecimento da profissional do sexo como

cidadã e protagonista política; onde os movimentos sociais das profissionais do sexo as representem enquanto coletivo.

Esses princípios servem como norteadores no debate que deve integrar sociedade civil e sociedade política. Nenhum projeto de lei até agora realmente apresentou uma preocupação em desmarginalizar o trabalho sexual através do processo emancipatório das profissionais do sexo. Também se reconhece que a dificuldade de aprovar o projeto de lei mais simples seja um limitador importante para políticas mais elaboradas e que de fato incluam o movimento social. É tendo isso em mente, que é enfatizada a necessidade de a universidade interferir a favor dos movimentos sociais. Somente a educação pode romper com as barreiras impostas pelo moralismo e transformar radicalmente os valores da sociedade.

Porém, é necessário pensar sobre como é possível trabalhar espaços de resistência que não necessitem do Estado, que sejam autônomos e que se autorreproduzam, para que a vida das mulheres não fique suscetível a trocas de governos e retrocessos legislativos. Nesse ponto específico, a questão da permanência das vitórias é algo que deve ser tratado com cuidado, pois ao mesmo tempo que os governos fazem parte na consolidação dos movimentos sociais, isso se dá somente porque ainda depende-se de um governo para garantir direitos, e não por não ser realizável redes autônomas aquém do sistema. Não é utópico pensar na criação de uma sociedade que não siga a lógica capitalista patriarcal, mas é evidente que não é do interesse dos que detêm o poder que isso ocorra. Por isso, sempre haverá barreiras que deverão ser ultrapassadas. Deve-se pensar como é possível fortalecer essas redes e se desvincular dessa lógica e ao mesmo tempo assegurar os acessos aos direitos fundamentais.

Importa salientar que o estudo proposto também é limitado, como toda a pesquisa o é. Para futuros estudos, é essencial considerar um espectro maior de participação de pessoas transsexuais, travestis e trabalhadores sexuais para que seja possível compreender o quadro de diversidade do trabalho sexual no Brasil, e as consequências da transfobia, homofobia e o machismo em relação a homens que se prostituem. Do mesmo modo, é importante investigar como as políticas públicas e a legislação deveriam abordar essa diversidade para garantir equidade.

Apenas quando todos os grupos estiverem presentes, acolhidos e em união em diálogo com o Estado – o qual deve estar aberto a isso, mesmo que através da pressão pública –, é que será possível desenhar e conceber um modelo jurídico-político brasileiro que seja realista e efetivo, conseqüentemente sendo ratificado e compreendido pela sociedade não como uma característica da perversão, mas como a transformação radical de valores retrógrados que já não mais representam uma sociedade no século XXI.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Pólen, 2019.

ALEXANDER, Michelle. **A Nova Segregação: Racismo e Encarceramento em Massa**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARRY, Kathleen. **The Prostitution of Sexuality**. New York: New York University Press. 1995.

BEAUVOIR, Simone De. **O Segundo Sexo: Volume Único**. 1 ed. Brasil: Nova Fronteira, 2009.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina: A condição Feminina e a Violência Simbólica**. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2019.

BLANCHETTE, T. SILVA, A. P. da. Putas Com Classe: Interseções entre Classe, Gênero, e Trabalho Sexual nas ideologias do Movimento Putafeminista no Brasil. **Contexto Internacional [online]**. 2018, v. 40, n. 3, pp. 549-571. ISSN 0102-8529. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-8529.2018400300007>.

BRAGA, Paula Marques. **Intervenções Urbanas em Áreas Centrais Históricas: Paisagens Particulares versus a Banalização da Paisagem. Contradições entre a Preservação do Patrimônio Cultural e a Promoção do Turismo em Intervenções Realizadas no Centro Histórico de Salvador e no Bairro do Recife**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo - Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**: vol. 1989, ISS. 1, article 8. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=ucf> Acesso em: 20 out. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **A Liberdade é uma Luta Constante**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** 5 ed. Bertrand Brasil, 2018.

DE SOUZA, E. *et al.* A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre: v. 13, n. 3, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722000000300016> Acesso em: 12 out. 2019.

DUARTE, Darlon Costa. Uma análise crítica dos projetos de leis que dispõem sobre a prostituição no Brasil. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4599, 3 fev. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/46246>. Acesso em: 03 nov. 2021.

DWORKIN, Andrea. **Pornography**. Pbk edition. EUA: Plume, 1989.

DWORKIN, Andrea. **Intercourse**. The Twentieth Anniversary Edition. New York: Basic Books, 2007.

EL SAADAWI, Nawal. **Entrevista** [concedida à Channel 4 News – Título: Nawal El Saadawi on feminism, fiction and the illusion of democracy]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=djMfFU7DIB8> Acesso em: 15 dez. 2021.

FALÚ, Ana. El Derecho de Las Mujeres a la Ciudad. Espacios Públicos sin Discriminaciones y Violencias. **Revista Vivienda y Ciudad**. ISSN 2422-670X, v. 2, p. 10-28, 2014.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**. Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. 1 ed. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista. 1 ed. São Paulo: Elefante, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e Caça às Bruxas**: Da Idade Média aos Dias Atuais. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas** [Palestra ministrada em 15/10/2019 no Seminário Internacional “Democracia em colapso?”] Reproduzido pelo canal da TV Boitempo no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OlqhZmCBvIo> Acesso em: 15 dez. 2021.

FERNANDES, Fernanda Surubi; SOUZA, Olimpia Maluf. De puta às profissionais do sexo: uma memória da língua. **ENTRELETRAS**, Araguaína/TO, v. 4, n. 2, p. 58-71, ago./dez. 2013 (ISSN 2179-3948 – online).

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. 1 ed. Edições 70, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: A vontade de saber. 8 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019. Coleção Biblioteca de Filosofia.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2**: O uso dos prazeres. 6 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019. Coleção Biblioteca de Filosofia.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3**: O cuidado de si. 5 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019. Coleção Biblioteca de Filosofia.

FREUD, Sigmund. **Obras completas** – Vol. 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905) I Sigmund Freud. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou desejo de transformar tudo**. 1 ed. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

GÓES, Juliana Moraes de. **O que a Luta das Profissionais do Sexo tem nos ensinado sobre a Exploração dos Corpos das Mulheres?** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em:

http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503847268_ARQUIVO_Artigo-Seminario-Genero-Final-revisado.pdf, Acesso em: 10 out. 2019.

GOFFMAN, Erving. **Relations in Public: Microstudies of the Public Order**. New York: Basic Books, 1971.

GOFFMAN, Erving. **Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity**. Reissue Edition: Touchstone Books, 1986.

GOHN, Maria da Glória M. **Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 11 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf Acesso em: 15 out. 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. 2 ed. Torino: Giulio Einaudi editore, 1977. Volume Primo, quaderni 1 - 5.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. 2 ed. Torino: Giulio Einaudi editore, 1977. Volume Secondo, quaderni 6 -11.

GRUPO DAVIDA. Prostitutas, “traficadas” e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”. Campinas: **Cadernos Pagu**, n. 25, jul/dez 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200007 Acesso em: 10 out. 2019.

HARDING, Celia (ed.). **Dissecting the Superego: Moralities Under the Psychoanalytic Microscope**. EUA: Routledge, 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. 1 reimpressão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

JEFFREYS, Sheila. **The idea of prostitution**. 1 ed. North Melbourne, Australia: Spinifex Press, 1997.

JEFFREYS, Sheila. **The Industrial vagina: The political economy of the global sex trade.** 1 ed. EUA: Routledge, 2009.

JEFFREYS, Sheila. **Gender Hurts: A political analysis of the political of transgenderism.** 1 ed. EUA: Routledge, 2014.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **Criminal Woman, the Prostitute, and the Normal Woman.** Durham and London: Duke University Press, 2004.

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre tráfico de mulheres. **Cadernos Pagu** (25). York University, Canadá, 55-78, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200003 Acesso em: 17 out. 2019

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para Mapear o Confronto Político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, pp. 11-48, 2009

MACKINNON, Catharine A. **Toward a feminist theory of the state.** Reprint Edition. Massachusetts, EUA: Harvard University Press, 1991.

MAC, J.; SMITH, M. **Revolted Prostitutes: The Fight for Sex Workers's Rights.** Londres: Verso, 2018.

MENDONÇA, Caroline Camarotto. Cruzamentos: A prostituição e os feminismos negro e descolonial. **Espirales: Revista para Integração da América Latina e o Caribe – Edição especial**, maio de 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/1715/1601> Acesso em: 21 out. 2019.

MILLET, Kate. **Sexual Politics.** Chicago: University of Illinois Press, 2000.

MOURAD, Laila Nazem. **O Processo de Gentrificação do Centro Antigo de Salvador 2000 a 2010.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura. Salvador, 2011.

NOBRE, Eduardo A. C. **Intervenções Urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho.** X Encontro Nacional da Anpur. Belo Horizonte, 2003.

OHCHR. ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução n. 55/25, de 15 de novembro de 2000:** Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças – Protocolo de Palermo. Assembleia Geral das Nações Unidas, Palermo, ITA, 15 nov. 2000. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/ProtocolonTrafficking.pdf> Acesso em: 15 nov. 2021.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual.** 1 ed. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PRADA, Monique. **Putafeminista.** São Paulo: Veneta (Coleção Baderna), 2018.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Rev. Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, 2008.

RACHADEL, Liliane. **Prostituição como profissão: uma análise relacionada aos direitos humanos**. Monografia. Curso de Direito da Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2018.

RAYMOND, Janice G. **Not a choice, not a job: exposing the myths about prostitution and the global sex trade**. 1 ed. EUA: Library of Congress, 2013.

RAYMOND, Janice G. **The Transsexual Empire: The Making of the She-Male**. Reprint ed. EUA: Teachers College Press, 1994.

ROBERTS, Nickie. **Whores in History: Prostitution in Western Society**. Reprint Edition, Harper Collins, 1993.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Revista Katálysis**, 12. Florianópolis, Santa Catarina, jun./2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000100009> Acesso em: 07 nov 2021.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. **The Norton Anthology of Theory and Criticism**. New York, EUA, Gen. ed. Vincent B. Leitch. 2 ed., pp. 2373-2402, 2010. Disponível em: <http://sites.middlebury.edu/sexandsociety/files/2015/01/Rubin-Thinking-Sex.pdf> Acesso em: 15 out. 2020.

RUIZ, José Luis Solana. **Prostitución, tráfico e inmigración de mujeres**. 1 ed. Granada, Espanha: Comares, 2003.

SHAMS, Laila Sabrina; GIONGO, Marina Grandi. Feminismos, Sexualidades e Espaços Urbanos de Resistência. **Em Sociedade – Revista do Departamento de Ciências Sociais Puc Minas**. v. 3, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2595-7716.2020v3n1p29-46> Acesso em: 29 out. 2021.

SILVA, Carmen (Coord.). **Para onde vamos? Feminismo como Movimento Social**. Recife: SOS Corpo, 2020. 118 p.; il. [recurso eletrônico] (autoria coletiva) ISBN: 978-65-87864-03-7

SILVA, Edjane Esmerina Dias da Silva. **A (Des)Construção Social de Identidades de Mulheres no Mundo do Crime: Estigmas, Negociações e Diferenças**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG). Linha de Pesquisa: Cultura e Identidade. Campina Grande, 2012.

SKACKAUSKAS, Andreia. **Burocratização e Institucionalização das Organizações de Movimentos Sociais: O caso da organização de prostitutas Davida**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

SKACKAUSKAS, Andreia; OLIVAR, José M. N. Prostitutas, Feministas e Direitos Sexuais – Diálogos Possíveis ou Impossíveis? **Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. 23 a 26 de agosto de 2010.

SKULJ, Agustina Iglesias. ABA, Luz María Puente. **Sistema penal y perspectiva de género: Trabajo sexual y trata de personas**. 1 ed. Granada, Editorial Comares, 2012.

TAVARES, R. B. Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades. **XVII ENANPUR**. Sessão Temática 10: Perspectivas para o Planejamento Urbano e Regional. São Paulo, 2017.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em Comum: Para todas, todes e todos**. 7 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VIEIRA, Lucas B. JÚNIOR, Reginaldo A. Lei Gabriela Leite: A Legalização Da Prostituição Sob Uma Nova Perspectiva No Direito Penal Brasileiro. **Revista Transgressões, Ciências Criminais em Debate**. Natal, V.3, N.1, maio de 2015.

VIOLIN, Tarso Cabral. A Sociedade Civil e o Estado Ampliado, por Antonio Gramsci. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006.

WEITZER, Ronald (ed). **Sex for Sale: Prostitution, Pornography and The Sex Industry**. 2 ed. New York: Routledge, 2010.

WEITZER, Ronald. The Campaign against Sex Work in the United States: A successful moral crusade. **Sexuality Research and Social Policy**, pp. 1-16, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs13178-019-00404-1> Acesso em: 02 out. 2019.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. 6 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

ANEXO I

ENTREVISTA 1: Fátima, apelido Fal, 54 anos Sócio fundadora e atual coordenadora da AprosBA.

**Entrevista realizada no dia 12 de agosto de 2020.*

***Obs: A transcrição a seguir considera a fala literal da entrevistada. Portanto, não foi feita a revisão segundo a norma ortográfica padrão, e sim manteve-se a linguagem coloquial própria de diálogos informais, como é comum na obtenção de dados via entrevista gravada.*

Experiência pessoal e fundação da AprosBA

Entrei na prostituição basicamente porque eu queria ganhar dinheiro, muito dinheiro e eu tinha uma amiga que tava e ganhava muito dinheiro, ela mentia pra mim, dizia que era cozinheira, e depois eu descobri... e na época eu trabalhava numa empresa, e a empresa - trabalhava pra caramba, ganhava bem, mas eu não chegava aos pés dessa minha amiga que se dizia cozinheira. Eu falei pra ela “quero cozinhar, porque você ganha bem cozinhando, vou arrumar um trabalho de cozinheira, arrumar pra mim um trabalho de cozinheira”. Aí ela ficava só me enrolando. Um dia eu chamei ela lá para tomar uma cerveja, e a gente tomando essa cerveja, convidei ela pra cozinhar, e ela cozinhava pessimamente. E aí eu... eu comecei a dar em cima pra ela me falar a verdade e ela me disse. Aí ela me levou e eu nunca mais saí, gostei. E vim parar na Bahia, porque eu sempre gostei, eu sempre quis vir pra Bahia. Quando eu conheci essa minha amiga, ela morava em Natal, eu morava em Natal, no Rio Grande do Norte. Sou paraibana, mas me criei em Natal, assim, depois da adolescência eu vim pra Natal. Eu tinha 22 para 23 anos, eu não lembro. E aí eu vim parar em Salvador, passei em várias cidades.

Em Salvador batalhava em boates, batalhava em barzinhos, ia pra navios, me especializei num idioma, porque no navio você vai trabalhando... você precisa se especializar num idioma porque senão, não adianta você só falar inglês. Inglês nem é tão fundamental assim, porque se você fala inglês e uma colega sua fala o idioma que a tripulação... se ela disser no idioma deles que você é ladra, que você tem uma doença, você não vai ganhar dinheiro, você fica voando, então, eu tive que me especializar em alguns idiomas pra poder, ou pelo menos o básico, pra poder ganhar dinheiro.

E fundei a associação das prostitutas da Bahia – AProsBA, fundei em 1998, quando na revitalização do centro histórico queriam tirar as prostitutas da Praça da Sé. Eu tinha algumas colegas que trabalhavam na praça e já tinham 60 anos, eu pedi pra que elas não saíssem resistissem porque elas iam passar fome, sobreviver de que forma se elas saíssem da Praça da Sé? Porque na Praça da Sé, hoje ainda tem mulheres de 70 anos batalhando. Então qual era a boate que ia aceitar. Isso me preocupou muito. E aí na época, sei que senador Magalhães, que mandava no Brasil, né, e principalmente na Bahia disse que não ia ficar nenhuma prostituta... na Praça da Sé e eu falei que ia ficar, porque a gente chegou primeiro que todo mundo, a gente tem a profissão mais antiga do mundo, quando o Pelourinho era entregue aos ratos a gente tava lá, agora que eles iam fazer higienização iam tirar a gente, então a gente ia permanecer, eles iam ter que conviver conosco, em todo que se preza existe a prostituição, as minhas colegas não iam sair. Ao menos que eles bancassem as trabalhadoras sexuais acima de 40 anos, de 50 anos, que elas não podem mais batalhar em boate, boate nenhuma aceita. Aí eu

sei que a gente começou a se reunir e a partir daí... sofri muita perseguição. E aí a gente fundou a AprosBA, com muita dificuldade, muita dificuldade. Teve uma juíza até que me deu um critério pra como fundar uma associação. Eu participei de alguns eventos, entrei de penetra até. Porque era 8 de março, né, 8 de março, dia internacional da mulher, eu aproveitei para participar. Eu fui lá pedir apoio, fui eu e mais quatro colegas. E na hora eu tive coragem de meter a cara e dizer que a gente tava fundando uma associação. Mas, meti a cara entre aspas, mandei uma cartinha. Dizendo que podia mandar uma associação, mas não sabia por onde começar e a gente expôs a questão da violência na Praça da Sé. Aí na hora depois eu me identifiquei e comecei a receber apoio. Apoio moral, não assim financeiramente. Financeiramente foi bem difícil assim pra gente fazer, estatuto, CNPJ, essa coisa toda. Mas a gente conseguiu. A AprosBA, hoje, já tem mais de 20 anos. E a gente estamos aqui firme e forte, mais que nunca, com projetinho aprovado pela ONU Mulheres.

E agora nesse momento de pandemia a gente, passamos o maior perrengue, eu imaginei que ia acabar a prostituição agora, nessa pandemia, acredita? Nem na época de Jesus Cristo, que as minhas colegas, eram apedrejadas, acabou. Agora com essa pandemia, vai acabar. Mas pelo que tudo parece a gente, por incrível que pareça, ainda não soube... só soube de uma que morreu em Aracajú. Mas é cruel a gente chegar no local de prostituição e ver os bares fechados, as praças com as mulheres sentadas sem aparecer um cliente. Eu tive lá esses meses, que eu tenho ido... mas fazer visita, tomando todos os cuidados... eu vejo que as mulheres tão... tá muito escasso, porque os governantes não olham pra gente, a gente é invisível pra eles, entendeu, eles... parece que a gente não existe, sabe, pra eles é como se morrer uma trabalhadora sexual é uma puta menos para sociedade, eu acho que eles pensam assim. Mas a gente está fazendo parceria de todas as formas, encontrando meios de sobreviver, porque é a putaresistência mesmo. E ontem a gente teve o privilégio de ter um projeto aprovado. Eu fiquei muito feliz, nem imaginei, eu acreditava que não ia ser, mas felizmente fomos, aprovado para trabalhar cinco estados do Brasil, norte nordeste, que foi um projeto que foi feito por rede, pela Articulação Nacional das Profissionais do Sexo que eu faço parte, sou fundadora também. E a gente vai trabalhar o Norte- Nordeste nessa questão de fortalecimento. Fizemos uma parceria agora, AprosBA fez uma parceria essa semana com o OLODUM. Porque de tanto eu postar que a gente está precisando de alimento, precisando... porque dinheiro eles não vão dar, mas ainda bem que pelo menos o alimento tá aparecendo, né. Aí a gente fechou ontem, mandei o contato das mulheres pra eles pela internet, com as exigências que eles pediram, e até quando tiver pandemia eles vão ficar doando 70 cestas básicas em Salvador e com o material de higiene. E consegui fechar também uma parceria em Feira de Santana, pras colegas de Feira de Santana que tava toda hora me ligando que tá passando necessidade. Eu particularmente só não cheguei a passar necessidade também porque eu ainda tenho meus clientes antigos né que me ajuda... sempre me ajudaram. Mas é isso. Você me perguntou se a casa é própria? É sim, é própria, é pequena, mas é minha.

Sobre o Auxílio Emergencial

Não, não consegui. Por causa de uma perícia que eu não fiz, por causa que eu entrei na justiça contra o INSS. Mudei o número de telefone, liguei para o meu advogado. A secretária não anotou... o novo número. Teve duas perícias que eu não participei. Mas eu vou receber ainda, fiquei sabendo que eu vou receber.

Sim, sim, está muito difícil. Muito difícil... a maioria receberam agora nessa terceira parcela, na terceira parcela foi que receberam a primeira, aí receberam de vez. Teve gente que ainda não recebeu. A metade que preencheu fui eu, que elas estavam me pedindo ajuda para preencher. Eu gasto muito com internet, porque na ilha eu não tenho e aí toda hora uma me pede uma ajuda pra tirar dúvida de uma coisa e outra, entendeu. Eu preenchi bastante... pra elas. Algumas não sabem ler e eu tive que dar esse auxílio pra que elas... algumas infelizmente não receberam. Teve uma que recebeu essa semana, até ela viajou para o Ceará pra ver o pai dela, porque ela tava sem receber, não tinha recebido nada, tava recebendo só cesta básica, porque eu consegui também. Mas é bem, é bem constrangedor você chegar na praça, na Praça da Sé, é o lugar mais movimentado da Bahia, Salvador. Não sei se você já conhece. Ali é o lugar que teve, o segundo lugar de prostituição mais antigo da Bahia e do Brasil, é a Praça da Sé. O primeiro lugar de Prostituição no Brasil foi a Ladeira da Montanha, que hoje em dia tá tudo fechado. Aí depois foi segundo lugar, terceiro lugar a Praça da Sé, segundo lugar foi a 2 de Julho. E o terceiro lugar do Brasil eu tô falando, foi a Praça da Sé. Daí você chega na Praça da Sé e você vê que as mulheres sentadas - às vezes eu até me escondo, por incrível que possa parecer, é uma vergonha, eu me escondo, porque se elas me veem passar, elas correm atrás de mim "me ajude, me ajude". E eu não sei o que fazer. Sabe? Aí quando eu tenho uma boa novidade, eu entro em contato, eu vou até lá e essa coisa toda. Agora não adianta eu chegar lá e escutar o sofrimento porque... eu baixei hospital esses dias... Eu nunca tinha tido problema de pressão alta, parei na UPA. A minha pressão chegou a 19 - por quando, Carolina, se lembra? minha filha, acho que ela tá lá no computador, não tá escutando. Eu cheguei, num me lembro, acho que pode ser 9 por 10, eu achando que tava com COVID, porque a garganta tava com a tombe. Eu cheguei na UPA, eu tava aqui em Salvador, tem uns quinze dias, eu tava aqui em Salvador, eu tinha acabado de chegar da ilha, fui fazer uma visita na praça, quando eu voltei da praça já que tinha chegado com COVID e eu digo "pronto, já cheguei com COVID", a garganta tudo fechada. Mas eu chorei em casa, fiquei tão triste, quando ouvi as meninas dizendo que estavam morando na rua porque não podiam pagar aluguel. Isso me deixou tão triste, pessoas que eu conheço, que ganha bem, ganha muito dinheiro e que tava sem ganhar, sabe, o salário que elas estavam acostumadas a ganhar, entendeu. Isso me deixou muito pra baixo.

Eu conversei com uma, agora ela não tá mais na rua porque eu pedi apoio pra uma colega ela lá. Ela é de uma outra cidade, ela pagava o aluguel, só pra cê ter ideia, ela pagava 800 reais de aluguel, mandava dinheiro para o filho, mandava dinheiro pra família. E ela não tá ganhando dinheiro. E aí agora a gente tava dando uma ideia de trabalhar, batalhar pela internet, como muitas tão fazendo agora, trabalhando pela internet, pra poder ter um dinheiro porque os clientes tão com medo, tão com medo e é perigoso, a gente sabe que é perigoso. Os bares tudo fechado, agora já tão abrindo. Abrindo agora, não porque que tá abrindo. Se tá aumentando o número de morte, como é que tá abrindo né, será que as pessoas não tão... Não tem nada normal. Cê você liga a televisão, já ultrapassamos de cem mil mortos. Como é que tá tudo aberto? Tá tudo aberto, mas... não tem cliente, porque queira que não queira, a gente trabalha com o corpo, né. É muito difícil, é bem complicado. Muito complicado.

Trabalho na Internet

Pois é, a gente até teve umas lives esses dias de como trabalhar pela internet. E Dandara que é uma menina muito legal que é da articulação. Aí teve um bate-papo junto com a Monique que também trabalha pela internet, pra elas poderem falar de como é que faz, como é que coloca-eu sei que tem um, uma burocracia danada, não sei se eu saberia, mas na hora da necessidade

a gente tem que correr para o lado que dá dinheiro. Tem que fazer de alguma forma entrar dinheiro, porque ninguém vai viver sem dinheiro, porque você precisa para pagar aluguel, você precisa – e as necessidades, e as dívidas que vai chegando, precisa sobreviver.

INSS/Previdência Privada

Totalmente. Sempre. Sempre contribuí. Sempre contribuí. A minha vida toda. E quando em 2002, que a gente teve a classificação brasileira de ocupação do Ministério do Trabalho, eu já mudei como Profissional do Sexo, entendeu. Eu mudei pra Profissional do Sexo, foi terrível, eles não queriam, mas eu consegui, contribuí, e aí... eu contribuo até hoje. Teve uma perícia pra mim, porque eu comecei a contribuir... eu tô com 54 anos, eu comecei a contribuir, menor de idade, eu comecei a contribuir na indústria têxtil. Eu trabalhava de carteira assinada naquela época que podia, então, eu... Eu tenho uma colega que dizia, a Vanda, ela é de Natal, ela dizia a gente nunca pode parar de contribuir, né, porque se a gente parar de contribuir e acontecer alguma coisa – sempre pensava assim. E aí eu já precisei do INSS outras vezes, agora, já passei por... tive que me aposentar definitivamente.

Sim, a um salário. Eu tenho um companheiro, ele também contribui, ele é autônomo, mas todo mês ele contribui, todo mês ele contribui. Eu sou dessas, quero que a pessoa cuide, quero que faça a coisa certa, mas também uma hora eu posso retomar, né, mas tá difícil pra caramba, porque tem uma fila enorme de pessoas precisando e não tá sendo atendido e o telefone não funciona, tá horrível, tá horrível. Aí eu tive que botar advogado, aí mudei o número e deixei o recado com a pessoa, aí ela não anotou na agenda, por isso eu me compliquei. Por isso que eu não recebi o auxílio emergencial. Mas eu já entrei – quando eu entrei em contato com ele “ah eu pensei que você tivesse sumido do mapa, eu tô ligando no número não existe”, “não, mas mudou o número, eu liguei e falei pra que anotasse, se tu tinha uma secretária que não era eficiente é outra coisa”, né.

Sobre política e governos

Olha que eu acho que, eu nem peço algo específico, seria até muito chique da minha parte, eu acho que eles deveriam é olhar para todo mundo de uma forma especial, sabe, que a gente existe, a gente vota, a gente contribui, mas eles não fazem nada, não é nem só por mim, é por todo mundo, a gente – é pelo o povão....eles fazem alguma coisa pra quem tem dinheiro, pra quem é rico, quem é pobre, quem é negro, quem ganha só um salário eles não fazem nada. O SUS pra mim é o lugar melhor do mundo, sabe. Eu acho que, eu viajei pra fora do país, eu tive que fazer um plano de saúde. Aqui nós temos o SUS, mas o SUS, as pessoas que tão lá, a gente vê que é precário o SUS, tá precário, sabe. As pessoas precisam ser mais qualificadas para atender as pessoas que chegam lá também.

O estado vê a gente, principalmente - agora vou falar como trabalhadora sexual, como vaginas, ele só enxerga vaginas, acha que a gente não pensa, acha que a gente não tem desejo, que a gente não sente dor, sabe? Quando eles fazem alguma coisa por nós é só na questão de doença sexualmente transmissível, sabe, eu digo isso é do governo federal, é do governo estadual seja lá de que for, sabe, eles não olham pra gente com um olhar assim que, como a gente merece, sabe? Eles veem a gente, eu digo isso a vida toda, o governo só chega junto, a gente só tem políticas públicas pra HIV, sabe, é específico pra puta, eu nunca vi um negócio desse, é vacina pra puta, sabe, é pesquisa, é teste, tudo tem, sabe, agora mesmo... até mesmo

com o COVID eu já recebi agora esses dias um email de uma pessoa querendo testar, como fazer teste rápido, eu digo olha vai rolar dinheiro pra ir fazer teste rápido, porque a zona tá aberta lá, tem mulheres lá, mulheres não vão querer nem se testar, elas estão tão revoltadas que não vão nem querer se testar... quer dizer liga pra isso, mas poderia convidar os movimentos sociais, sabe pra gente sentar... pra a gente, assim... dar ideias de como a gente gostaria de ser atendidas, sabe.

Outro dia, agora, tem dois meses mais ou menos, eu mandei um email para prefeitura de Salvador porque nem cestas básicas tava rolando, tava rolando umas míseras cestas básicas que o pessoal tava dando pra quem vinha na casa... de 1kg, feijão duro que não cozinhava, sabe, eu mandei o email pedindo pra eles ajudarem a gente com cestas básicas e kits de higiene. Você acredita que eles mandaram entregar 60 cestas básicas pra uma ONG que nunca trabalhou com trabalhadoras sexuais dizendo que era para as trabalhadoras sexuais? Eu fiquei muito chateada com isso, sabe. Fiquei tão revoltada, joguei lá no instagram, no Facebook, eu fiquei revoltada. Entregaram pra uma ONG que não é do – que é da periferia. As mulheres disseram que não iam pegar porque pediram uma lista de exigência, era tanta exigência, e elas você sabe, nem todo mundo quer tirar fotografia, nem todo mundo quer dar sua identidade. Eu fiquei muito chateada porque quando recebi a mensagem eles disseram que já tinham mandado para o IBCN que é uma ong que trabalha com criança que tem HIV, que é HIV positivo, e adolescente, eu até conheço uma pessoa de lá, mas eu nem tenho contato com esse pessoal. E as mulheres disseram que não iam receber... Ligaram pra lá, eu liguei pra lá e eles disseram que as cestas básicas das trabalhadoras sexuais tavam lá. Eu disse “mas quem pediu - era pra terem entregue na AprosBA, a AprosBA é a legítima, eu quem pedi”. Eu achei isso, sabe um descaso tão grande.

Organização da AprosBA

Olha, assim, esses tempos não tava nem rolando, nem rolando, assim, projeto. Tá bem difícil, que eles exigem tanta coisa. Outra coisa difícil é você pleitear um projeto, já foi muito mais fácil, hoje eles exigem tanta coisa. Eles exigem certidão negativa disso, daquilo, CNPJ, é tanta coisa. É tanta burocracia que você desiste. Você olha a lista de coisas que eles pedem você desiste.

Projeto ONU Mulheres

Então, agora assim... a AprosBA, a gente se reunia na sede. Antigamente quando era melhor, quando a gente tinha mais parcerias, a gente se reunia toda terça-feira, depois a gente começou- agora tá difícil pra caramba – a gente começou a se reunir uma vez no mês. E agora a sede não tá mais abrindo. Eu faço as entregas na Praça da Sé, mas a gente se reunia toda a terça-feira. A gente tinha um convidado com temas diferenciados, sabe, a gente pedia opinião delas, o que elas queriam escutar. E aí a gente além de levar informação, sobre o nosso trabalho, sobre tudo que falasse da vida, até de política falava, sabe, temas sobre economia, de como guardar dinheiro, essa coisa toda. A gente encaminhava pra médico, a gente tinha uma parceria boa também com ginecologistas, para marcar testes para fazer mamografia. A gente tinha várias parcerias assim, nesse caso, nesse sentido. A gente fez alguns eventos... a gente já teve vários projetos, mas de uns tempos pra cá, vão mudando os governos e vai piorando a situação, né. A gente teve – já fizemos várias, vários panfletos, materiais, fizemos desfiles. A gente fez um... agora por último, a gente fez simpósio de dois dias, foi bem legal, assim. Mas tem – já fez dois anos, foi em 2018, simpósio, sem dinheiro nenhum, com parceria com a

Universidade e os amigos doando, doando pra quando a gente faz essa parceria. A gente já fez um desfile bonito em Salvador, um Desfile de Puta, já fizemos – a gente fez uma parceria com uma amiga minha que é, ela é arquiteta urbanista, e ela se interessou pelo trabalho da AprosBA e ela fez um projeto e ficou pra falar da história das Mulheres da Ladeira da Montanha, que foi o primeiro lugar de prostituição no Brasil. E ficou em cartaz esse documentário – ela fez tipo um documentário, ela disse até que vai me dar o material. E ficou lá no teatro três meses, e eu consegui, através de meus amigos, trazer várias prostitutas pra Salvador. Trouxe a Monique, trouxe Salcusa, trouxe a Diane de Natal, trouxe amigas de Barretos e do Belém do Pará. E todo dia tinha um tema bem legal, uma exposição de fotografias. E no final a gente fechou com o Desfile, em homenagem a Exu na rua, em referência a Exu. Foi bem legal, bem bacana. Fizemos vários - A gente já teve vários eventos em Salvador já. Já fizemos um evento bacana em 2012, na Casa de Cultura Jorge Amado para participar da mesa, Paloma veio. Fizemos Garota Verão. Mas agora ficou até um pouquinho complicado. Agora a gente - eu nem tava acreditando muito, aí aconteceu esse edital, foi até a Monique que me mandou, aí eu conversei com uma amiga minha e Diane de Natal, nós três fizemos o projeto e foi aprovado. Agora a gente pode tá fazendo, de 15 em 15 dias, para tá levando informações, pra tá doando cestas básicas, tem que doar né, porque barriga vazia não fica em pé né. Mas é um projeto de seis meses. E é isso. Projeto que a gente vai tá participando, o público pode tá interagindo conosco, vou te mandar inclusive o link pra você participar, vai ser bem bacana. A gente tem se reunido na internet, sabe. A gente teve várias colegas que pegou o COVID, tanto em Natal como aqui, agora, mas felizmente elas tão bem. Teve uma amiga minha que era militante lá em Aracajú, que ela era presidenta da ASP – Associação Sergipana de Prostitutas, que faleceu, a Candelária, eu acho que era a terceira trabalhadora sexual da organização do Brasil. Ela sobreviveu, ela teve um AVC por causa do COVID e infelizmente ela se foi. Mas o problema agora é conseguir cliente porque eu não posso dizer pra uma colega minha “não vá trabalhar”, porque AprosBA não tem suporte pra ela, sabe. A gente não tem suporte, elas têm que lutar né. Tem que trabalhar. Elas estão usando álcool gel e máscara... essa coisa toda. Mas não aparece mais o cliente que aparecia antes. Na Praça da Sé você nem podia sentar ali, você sentava e já arranjava um cliente. E aí não tinha essa coisa se você está velha, tá nova, todo mundo ganha na praça, sabe. E agora está uma praça fantasma. Isso que me deixou triste que eu parei na UPA.

Sobre a Fundação da Articulação Nacional das Profissionais do Sexo

Então, eu era da Rede Brasileira de Prostitutas, a convite de Gabriela Leite. Depois que Gabriela Leite morreu eu não me senti parte da rede mais não, sabe, era como se ali, ficou muito os técnicos, a gente não tinha voz, eu me senti bem... aí conversando com a Diana... aí fundaram a CUTS que foi até a Monique que fundou a CUTS junto com a Diana, eu também não me senti contemplada dentro da CUTS, porque não cheguei a ficar nem um dia, na verdade, eu só fui, fiquei só observando. Eu fiquei fora da rede, e aí teve um evento em Santa Catarina, eu participei, aí eu vi tanta briga, tanto o pessoal da rede, só escutava briga, tanta confusão, briga de poderes, essa coisa toda, porque tem muito técnico envolvido. Eu acho que técnico é sim importante, eu tenho técnicos junto comigo, mas os técnicos, eles têm que dar ideais quando a gente pede, quando eles vê que alguma coisa é legal pra gente, eu acho que tem que ter a voz, somos nós. Aí eu disse Diana “ah não, você fundou a CUTS, você vai morrer qualquer hora dessas, larga essa CUTS pra lá”, aí ela disse que que cê sugere, eu disse “olha não a Articulação Norte-Nordeste, vamos fundar uma nacional”. Aí a gente fundou fez quatro anos. E lá todo mundo tem voz, e lá todo mundo fala, e a gente quer que as pessoas cheguem pra falar, pra contar, pra o que precisa, o que tá sentindo, porque a dor de um é a dor de todas, sabe, alegria de uma é alegria de todas. A gente luta junto, ninguém é obrigada a

ficar, mas pra ficar também tem que vestir a bandeira, levantar a bandeira, sabe. A gente tá indo, eu acho que tá – a Monique é uma das – na CUTS ela não ficou nem um ano, ela saiu da CUTS e eu digo não, uma pessoa como a Monique não pode ficar fora de rede, ela tem que tá em uma rede, vou trazer ela pra Articulação. Eu convidei, ela tá aqui conosco, nunca vi ela ter um problema lá, conosco. Chegou, tá somando bastante, nesse momento de pandemia, Monique tem sido, sabe, uma super, uma super mulher pra nos ajudar, sabe. Ela faz vaquinha, se você tá precisando de internet, não sei como ela tá se virando, mas ela consegue internet pras companheiras. Agora mesmo, tem algumas colegas que tão doentes, uma tem câncer de mama, outra tem problema no pulmão, Monique faz a vaquinha. Sei que ela tem ajudado muito a gente. Colocando gente pra contato de pessoas importantes que possam ajudar a Articulação. Eu acho que a gente só tem a ganhar com Monique conosco. A Articulação, eu acho que as pessoas que tão lá, tão felizes. Não é porque... a gente viajou junto pra London, eu e ela, foi – tem dois anos que a gente viajou, vai fazer dois anos agora, já fez, nem lembro. Ela foi pela CUTS e eu fui pela Articulação... e a gente fez uma parceria. Eu conhecia ela – já conhecia ela, na verdade, na Reinada, que era da Rede Latino Americana de Trabalhadoras Sexuais, eu consegui trazer ela para o Brasil, ela veio aqui para Salvador, no nosso simpósio. A gente fez – nos filiamos a essa Rede Internacional, a gente também tem um projeto pequeno com eles. Com o pessoal da Antrasex. E é isso pra se filiar a Articulação precisa ser trabalhadora sexual ou simpatizante. Simpatizante é mais pra contribuir assim, pra ajudar. E no caso a Priscila tá conosco, que ela é de BH e mora aqui, ela tem nos ajudado muito, ela elabora projetos conosco, ela dá ideais boas, a fazer eventos conosco, sabe, ela é da universidade. Porque eu acho que a gente tem que trazer a universidade pra junto da gente, nunca quero excluir a universidade. Tem uns que vem faz pesquisa e some. Que que eu posso fazer, não vou matar ninguém, mas de vez em quando, a gente acerta.

Outro dia eu conheci uma menina chamada Gabriela, que ela tá aqui em Salvador, ela entrou em contato comigo e a gente se conheceu e ela tá aqui pela UFBA, vai fazer uma tese, não direito bem, vou conversar com ela mais, que eu não entendo essas coisas. Carolina que entende, ela tá estudando. E a Gabriela, eu vejo que ela quer ser voluntária da Apros, eu tô bem satisfeita com ela. Ontem a gente teve uma conversa, vai se encontrar, ela tem umas coisas pra doar. Ela coloca crédito no meu celular, é uma coisa com que eu gasto muito, sabe, ela tem sido bem – eu achei que ela só queria falar comigo e depois ia me esquecer. É sempre assim na maioria. Mas ela ficou com meu contato “oi, Fátima, aqui é Gabriela, você tá precisando de crédito?”, eu digo “oi, tô”... Eu conheci o João, é um amigo meu João Pena, também, é um professor também da Universidade. E ele tava fazendo intercâmbio na Holanda. E ele disse “tá vindo pra Holanda, venha pra cá, fique na minha casa” e a gente virou os melhores amigos. Ele tem acho que a idade da AprosBA. Hoje a minha irmã deu cinquenta reais para uma amiga minha pegar uber, porque ela tá fazendo quimio. São essas pessoas que eu quero estar perto de mim, sabe. Ele disse “Fatima, quando passar essa pandemia, vamos se juntar, eu vou ajudar vocês na AprosBA”, sabe. Agora ele já tá em Salvador, já tem mais de um ano que ele voltou da Holanda. Quando a gente foi pra Holanda, a gente ficou na casa dele eu e Monique. E nosso evento, ele já hospedou pessoas na casa dele. A gente não tinha como pagar hospedagem. A gente precisa de pessoas que nos ajude, apoie. Sei que ele não vai ter tempo também, ele disse que tá muito sobrecarregado, mas quando passar ele vai dar uma força na AprosBA... E eu preciso dessas pessoas junto lutando comigo, porque eu não sou técnica, eu sou puta. Eu preciso, eu aprendo as coisas na marra. De tanto eu vê eu vou aprendendo, então, eu preciso de pessoas que...

Universidade como meio campo entre profissional do sexo, governo e sociedade

Com certeza, exatamente. Inclusive, eu sempre digo, nunca digo nunca para um estudante. Se ele não quiser falar comigo depois é problema dele. Mas eu vou sempre dizer sim. Eu tenho uma filha que pode um dia precisar de alguém. E ela também é universitária, tá fazendo universidade E não é só isso, eu acho que um dia... outro dia eu tava conversando com uma pessoa sem saber que eu já tinha ajudado ele. Ele disse “tá lembrado de mim?”, eu digo “não, não sei quem é você não”, ele disse “eu tava me formando e precisei da AprosBA. Eu tava me formando em Jornalismo, eu agora já sou jornalista”, não sei o que, eu digo “ai que maravilha. Manda uma contribuição aí pra gente”. E ele mandou, quer dizer, ele disse que vai ajudar mais, Até eu tive contato com essas pessoas assim, né. Senão quiser falar comigo é um direito que tem, né, mas tem gente que quer falar comigo. Outro dia eu ia passando na rua – outro dia que eu digo, já tem mais de dez anos isso, tá. Aí uma pessoa olhou pra mim... aí uma mulher me acompanhou, com uma menininha assim de uns nove pra dez anos. Ela olhou pra mim no Pelourinho, na Praça da Sé e disse assim “onde é que fica AprosBA?”. Aí eu olhei pra mulher, aí eu disse “é pra lá ó, pode seguir, pode perguntar pra qualquer policial que eles dizem”. Eu tava no horário de almoço, tinha saído. Quando eu cheguei a mulher tava em pé na porta. Mas eu disse que coincidência danada, essa mulher veio perguntar logo pra mim. Aí eu disse “porque que cê perguntou pra mim?”, aí ela “porque eu lhe conheço, meu marido é seu fã”. E eu digo, vixê vou apanhar agora sem saber porque. Aí ela disse “meu marido tá lá do outro lado da rua, ele pode vir?”, eu digo “claro que pode”, ela disse “oi, meu marido é tão seu fã, só cê vendo, ele queria conhecer aqui, cê deixar ele conhecer?”, “deixo, pode entrar”. Menina, a gente virou melhores amigas. Eu não entendi, mas, né. Eu vou fazer o que, quer conhecer a AprosBA, pode conhecer, né, quer conversar comigo, vou dizer que não? Lógico que não vou fazer isso. Aí eu descobri que ela também tava estudando, eu falei pra ela que quando ela quisesse, precisasse de mim, da AprosBA, alguma coisa, que ela fosse lá, ela pode pedir e tal. É assim, a gente vai levando a vida.

Eu perco sede, eu ganho sede. Depois não consigo mais pagar. A gente tinha uma sala própria, a gente perdeu pra prefeitura por causa do condomínio. Aí agora a gente ganhou no Casarão da Diversidade, um espaço, e é assim, a vida da AprosBA é assim, às vezes, tem a sede, mas não tem, as pessoas não vão lá e eu até prefiro, eu gosto de ir nos locais onde elas estão, porque elas não estão perdendo tempo comigo, entendeu. Assim, ao invés delas saírem dos bairros, porque aqui o lugar de prostituição em Salvador é muito grande, não é só no centro, tem Itapuã que é longe de Salvador, tem na Suburbana, que é no centro de Salvador, então... eu gosto de fazer as visitas por que além de conversar com as mulheres, com as minhas colegas, eu vejo como é que elas estão sendo tratadas pelos donos dos bordéis, se tá entendendo. Por isso que eu acho bem legal isso. A gente tinha uma casa no Largo Dois de Julho, que uma mulher, uma carrasca com as mulheres. Isso já tem uns dezesseis anos mais ou menos. E um dia chegou uma pra gente lá que tinha perdido tudo, inclusive os documentos porque não dava o dinheiro que a mulher que exigia dela. Porque ela já pagava- o cliente já pagava o quarto, ela ainda queria cobrar mais. Ela roubava as mulheres, chamava a polícia e dizia, quando as meninas questionava cadê o dinheiro, ela dizia que as mulheres que tinham roubado ela. Ela ficava de olho naquelas que ganhava bem. Chamava a polícia, a polícia metia o cacete nas meninas. Essa – quando a menina chegou lá me contando, eu fiquei muito revoltada, marquei uma reunião com o delegado do... da onde os policiais estavam espancando as meninas. No caso foi no... nos Barris aqui, como é que chama o nome de um lugar pelo amor de Deus, onde a polícia fica, parece que deu um branco na minha cabeça agora. É delegacia, mas não é bem delegacia. Módulo. É módulo é, Carolina? Não minha filha, é que fica nos Barris, é o que é, Módulo? É, minha filha diz que é Módulo. Aí eu

marquei com o delegado “me vê o nome do policial, fiz tudo, aí fui bater lá na reunião, não fui só é claro, né, que eu não sou doida, levei o advogado, amigo meu, levei outras ONGS comigo pra fazer força, né, levei um monte de mulheres. E a gente foi pra essa reunião, foi o maior barraco lá, viu. Quase que ficava todo mundo preso, inclusive o próprio policial. Moral da história: a mulher que foi presa, teve que entregar os documentos, a casa fechou. Chamamos a imprensa, foi o maior barraco. E acabou essa história.

Segurança pública e relação com a polícia

Olha, deixa eu te contar uma coisa, a gente teve uma fase tão difícil que a gente era presa, eu nem vou contar da história mais do pelourinho porque se eu contar você vai dar risada demais ou então vai chorar, a gente era presa de manhã e era solta de tarde, eu nunca batalhei na Praça da Sé, mas eu lutei muito por causa das minhas colegas. Mas na época da revitalização, da higienização, né, eles pegavam as mulheres de manhã e soltavam a noite... isso é um abuso muito grande. Mas aí quando a gente - quando eu chamei a imprensa, na época, e comecei a conversar e comecei a falar e me sentei com Antônio Carlos Magalhães que era o Senador da época, e aí a gente fez um acordo que as mulheres iam permanecer e até hoje elas estão lá.

Mas teve uma fase difícil, muito complicada que as mulheres não podiam sentar na praça por causa de uma policial chamada Aranha, ela batia nas mulheres, no meio da praça na frente de quem estivesse. A gente prestou queixa dela, tivemos várias reuniões, tive audiência, chamamos a imprensa, denunciemos a mulher em tudo que é lugar. Moral da história: a mulher teve que pedir desculpa pra as mulheres. Hoje ela está na Praça da Sé, tá perto até de se aposentar, se encostar, sei lá... não mexe mais com as mulheres, cria até uma filha da puta hoje em dia porque quando faleceu a mulher, a mulher tava grávida, morreu, e ela criou essa menina, tá criando.

E as coisas vão mudando, de acordo com que se vai.... A gente tinha um policial chamado Rambo, era apelidado de Rambo, que ele tomava dinheiro das mulheres, que fazia troco lá, que batalhava nos calçadões na beira da praia. Na verdade, ele tomava dinheiro das travestis e matava travestis quando não dava dinheiro pra ele, chegou a matar três travestis, dois afogado e um de tiro. E o Grupo Gay da Bahia conseguiu... queria denunciar esse cara de tudo que é jeito, mas na hora as pessoas, as testemunhas não queriam, porque ele era perigosíssimo. E aí eu ficava preocupada, ali na Rua da Pituba, na Manoel Dias da Silva, nome da rua, a principal, num lado fica as mulheres trans, no outro as mulheres cis. E aí eu disse que no dia que esse policial mexer com a trabalhadora sexual, ele me paga. Mas não deu outra, parecia que eu tava adivinhando, sabe. Quando foi um dia a gente recebeu ali na AprosBA, chegou uma das mulheres lá pra denunciar que ele tinha dado um tiro numa menina lá que batalhava porque ela não quis dar o dinheiro. Aí eu fui falar na época com a... aí eu me revoltei, chamei a imprensa. Eu não precisei nem de testemunha, eu mesmo meti minha cara na televisão na Band e falei que... falei inclusive o nome do policial, que todo mundo tinha medo de falar o nome dele. Não precisou mais, porque o Marcelo Cerqueira, que é o presidente do Grupo Gay da Bahia, ele tinha conseguido umas testemunhas, inclusive... ele ficou por aquele projeto que proteção, essa coisa toda e no dia da audiência a pessoa não veio com medo. Porque ele intimidava mesmo, ele mandava os colegas intimidar e aí Marcelo não podia fazer muita coisa. Foi nesse dia, eu chamei a imprensa. Aí eu disse, fui - depois que eu dei a entrevista, fui no Centro Administrativo, aí fui falar com a Secretária de Segurança Pública, que era Dra. Cátia Alves, da época, ela num queria- não, ela não tinha chegado. Aí eu fiquei lá esperando e

me perguntaram se eu tinha audiência com ela, e eu disse que não tinha, não, mas que ela ia me atender, que eu precisava, e era urgente. Ela disse que eu não ia - que eu não ia ser atendida, quando ela chegou tomei a frente dela, e ela disse “suba comigo”. Eu subi, aí eu denunciei o cara, levei três testemunhas pra falar diretamente com ela. E aí nesse tempo, o Prefeito que era pra sair, que hoje, que é da direita, que eu não suporto ele, que ele não é mais nem político, mas pelo menos ele me atendeu. Conversei com ele na Prefeitura também. E onde tinha lugar que eu pudesse ir pra falar desse policial eu ia. E ele foi expulso da polícia, foi preso e aí ele mandou um recado, os amigos dele mandou um recado pra mim dizendo que ia me pegar. Eita foi um medo grande, viu, minha amiga. Tu acredita? Nunca vieram me pegar, mas cê acredita que no horário de almoço, eu tava, era no terceiro andar que a gente estava, numa sede que eu pagava todo mês pra poder manter a AprosBA. E aí os policiais da Praça da Sé vinha pegar camisinha lá na minha mão, sabe, que eu dava camisinha pra eles. E eu tinha recebido uma carta, um bilhetinho, dizendo que ele tava preso, mas que eu ia correr atrás do prejuízo. Quando eu olhei pelo olho mágico um monte de policial, mas eu tive até diarréia, acredita? Quando eu abri, o cara disse assim “não, eu vim pegar camisinha”. Eu tava com vontade de me jogar da janela. Ele morreu, agora, tem acho que cinco anos que mataram ele, ele já sido solto e tal. Mas eu tinha muito medo desse Rambo. Porque na hora quando o sangue sobe pra cabeça, né... eu acho que o movimento social é pra isso mesmo, né, não tem que tá denunciando? Então, eu acho que eu tenho que fazer minha parte, se eu assumi uma coisa de risco eu tenho que ir até o fim. Mas quando o sangue esfria... aí eu também tenho meu medo, né. A gente já fez muita coisa engraçada, muita coisa boa, muita coisa legal, a AprosBA, tem... olha a gente foi a primeira ONG a ter um projeto aprovado no Ministério da Cultura, que foi pra criação de uma rádio. Era Rádio Zona e virou Zona FM, mas aí a gente foi boicotada por esses... esses políticos da direita e a gente não conseguiu a concessão. Sabe, a gente chegou a funcionar pela internet.

Papel da Imprensa

Assim, a imprensa tem os dois lados, né, principalmente quando acontece uma violência. Violência qualquer que seja eles chegam rápido, por isso que a gente queria essa rádio zona para ouvir a voz das putas, mas não deu certo. Mas eu acho que de uma forma sim, eu acho. Eu acho.

Agora esses dias eu tava conversando com uma professora da universidade de Feira de Santana. Ela me pediu para participar de uma live, e eu disse, eu participo. Aí ela disse “você conhece... você conhece uma jornalista assim, assim”, digo “ó gente ela foi uma das que eu mais gostei”. O nome dela é Jaciara, ela era do Correio da Bahia. Nossa, essa mulher é tão maravilhosa, que não pode ser jornalista, não. E ela “porque?”, e eu “você é tão boa”. Inclusive, olhe, teve uma vez que um cara roubou a gente, vendeu uma impressora pra gente. E ele fez uma nota fiscal, num valor que não era, e a gente não entendia bem, pagamo caro e depois a gente descobriu que não era nada daquilo. Jaciara conversou com a delegada e ele devolveu o dinheiro pra gente. Assim, teve muita coisa assim, Jean Wyllys, já dei várias entrevistas para Jean Wyllys quando ele era do Correio. Jean Wyllys, ele era mais pro lado do Grupo Gay, mas depois que eu tive toda uma discussão com ele muito feia, quando ele era do Correio, a gente ficou de mal, mas depois a gente ficou de bem. Ele até fala em mim, assim quando ele tá dando as entrevistas dele, ele fala em mim, sempre ele fala em mim. Eu fui pra um evento no Rio de Janeiro, aqueles acampamentos grandes - que fica uma, como se fosse uma - meu Deus, qual era o evento agora, é tanta gente que a gente esquece os nomes, eu sei que foi do lado da Lapa. Era tanta gente, aquelas que chama consulta, que é muita gente, fica gente acampada, essa coisa toda. E aí eu tava no meio da multidão e senti - umas três mil pessoas, “a Fátima da Bahia tá aqui”, ele me conheceu depois de 14 anos que a gente não se

via. Mas ele foi - eu fiz várias entrevistas com ele, inclusive, na época em que as mulheres estavam sendo violadas pelos direitos na Praça da Sé.

Eu acho que a gente tem que lutar sim, pela regulamentação, tem que lutar sempre, mas eu não acredito que vai mudar tanta coisa, não. Claro que não vai passar, com esses políticos que a gente tem não vai passar nunca, mas mesmo que passasse acho que tinha que melhorar muita coisa ainda porque... primeiro porque eu não participei da construção desse projeto, o projeto foi até pequeno, mas eu acho que tinha que mudar algumas coisas, tinha que sentar com todo mundo, pelo menos com uma parte. Mesmo assim acho que ele quis minimizar pra poder ver se passava, mas eu acho que talvez melhorasse em termos assim, mas não tanto.

Conscientização da sociedade

Pois é, tem que ser meio - porque... Essa sociedade é tão, tão hipócrita, eles precisam tanto da gente quanto a gente deles. Mas ninguém vive sem ninguém. Mas quando... olha aqui todo mundo sabe da minha vida aqui nesse bairro onde eu moro em Salvador, sabe. Quando precisam tanto de mim, de internet, pede minha internet, vem na minha porta me pedir alguma coisa, mas quando tu fala da tua vida, eles já ficam com o nariz assim, sabe. E você sabe que eles são piores do que a gente, porque pelo menos pra ficar comigo tem que pagar. Eu vejo tanta besteira envolvida, tanta burrice, tanta bobagem, mas eu não ligo muito pra sociedade não. Eu acho que - às vezes, que eu me revolto e tal, mas de certa forma eu tento não... Antigamente eu ficava muito mais chateada, hoje eu já tenho mais, tô mais madura pra isso, tô levando.

Conservadorismo Brasileiro, quando comparado a outros países

Eu acho, mas é claro, eu acho que o Brasil, nosso projeto nunca vai passar. E não é nem se mudasse todo aquele pessoal lá... mesmo que nenhum desses políticos fosse conservador, talvez ainda passasse, mas a gente ainda tem a questão da sociedade e da igreja, sabe, que é um peso muito grande. Mas eu acho que tem países ainda pior do que o nosso, tem muito pior do que o nosso. Eu percebo nesses eventos que eu participo que a gente ainda pode sair na rua, ainda pode ficar numa praça, mesmo morrendo trabalhadoras sexuais, mas vejo que lá é muito pior, é crime. Na Argentina, por exemplo, na Argentina é terrível, a trabalhadora... não sei como as trabalhadoras sexuais sobrevivem ali. Na Nicarágua, por exemplo, tem até horário para sair na rua, é complicado, muito complicado. O Brasil é conservador, no Brasil é muito descaramento, eu acho, porque esses conservadores são os piores, sabe, mau caratismo, eu acho.

ANEXO II

ENTREVISTA 2: Lúcia

Sócio fundadora e atual coordenadora do NEP.

**Entrevista realizada no dia 17 de agosto de 2020.*

***Obs: A transcrição a seguir considera a fala literal da entrevistada. Portanto, não foi feita a revisão segundo a norma ortográfica padrão, e sim manteve-se a linguagem coloquial própria de diálogos informais, como é comum na obtenção de dados via entrevista gravada.*

Experiência pessoal e fundação do NEP

O NEP foi fundado em 89, por um grupo de pessoas que tava ligada ao trabalho com AIDS. Eles procuraram as prostitutas nas ruas, inclusive, eu... pra oferecer camisinha. Aí a gente relatou que nosso problema maior não era AIDS, era a violência que a gente sofria na rua. Então, a partir daí eles começaram a nos ajudar a resolver o problema com a polícia. Que a gente tinha, na época, a gente sofria violência, sofria muito na rua com a polícia... Daí foi fundado o NEP, a partir daí juntou-se, mais ou menos trinta mulheres numa reunião para denúncia das violências. E esse grupo nos ajudou a acabar com a violência. E ficou de 89 até 93/94 ainda tinha alguma coisa de violência.

Atualmente

Hoje, a polícia respeita as prostitutas. Hoje, não existe mais, graças a Deus, nenhum tipo de violência na rua. Mais é na rua, que eu digo, violência. E hoje existe muita sala de programa, também, não existe quase mulher na rua, na rua é mais na Farrapos, onde elas ficam.

Governo

Sim, a partir do momento que foi construído o NEP, foi feito parcerias com o governo estadual, municipal e federal. E a partir daí eles começaram a nos respeitar e também a apoiar os projetos que a gente teve. A gente teve vários projetos, todos apoiados pelos governos. Nós temos uma boa relação com o governo. O Governo municipal é quem paga a estrutura da gente, onde a gente fica. Na Galeria Malcolm.

Trajetória

Bom, a minha trajetória foi trabalhando na rua, criando meus três filhos. Que a minha mãe cuidou pra mim e me envolvendo com a instituição. Sempre tive envolvida com a instituição. Sempre estive na frente do trabalho junto com mais umas dez mulheres, mais ou menos. A gente sempre teve a frente do trabalho. Batalhei na Praça da Alfândega durante anos. E batalhei de noite também. Uma época, na época que eu conheci o pessoal do NEP, que nos ajudou a fundar o NEP, eu trabalhava na rua, na Vigário José Inácio e depois fui pra Praça da Alfândega. E lá fiquei até pouco tempo. Com essa pandemia agora a gente não tem como ficar na rua né. Não tem como, tem que estar de máscara. Tem que... não pode fazer quase nada, porque... e a clientela também não quer né. A clientela foge. E tá difícil pras gurias que tão trabalhando. Porque as salas nos prédios comerciais tão fechadas. Eles não deixam, o

condomínio não deixa as gurias trabalhar, porque tem que subir cliente né. Então, eles boicotam o trabalho das gurias.

Financeiro

Com certeza.

Ajuda do Estado

Não.

Auxílio Emergencial

Foi, foi geral. Foram muitas as dificuldades de se conseguir o auxílio. A maioria teve dificuldade.

Internet

Essa questão digital, cada uma está fazendo do seu jeito. Cada uma das mulher tão... atuando do seu jeito, porque nós assim como instituição, não temos nenhuma plataforma.

Organização NEP

A gente fazia oficinas de saúde, de cidadania, reuniões com elas, né. Tinha reuniões sempre com palestrantes e com os outros movimentos envolvidos, movimentos de mulheres, movimentos de direitos humanos. Sempre tivemos juntos com outros parceiros. Fórum de ONGS, AIDS, sempre advogados, psicólogos, encaminhamentos para médicos ginecologistas, a primeira consulta. Nós sempre tivemos e na médica de 10 a 15 mulheres por reunião. Nós temos mais de três mil cadastros na instituição e na média de 100 mulheres por mês de atendimento.

Elas vão até vocês?

Elas que vão... Elas que nos procuram, pra retirada de preservativo, pra encaminhamentos médicos, encaminhamentos pra DPU, pra Defensoria Pública. Sempre tem uma demanda.

SUS

Nós temos uma parceria com o Presidente Vargas, hospital, onde a gente encaminha todas as demandas de saúde, e é super tranquilo assim. Elas são atendidas de forma digna. E nenhuma tem reclamado, nunca reclamaram de nada. Sempre teve uma boa parceria.

Nós participamos do movimento da Rede Brasileira de Prostitutas. A gente tem um grupo no whats, e também tem encontros que são feitos, não agora, né, mas são encontros, desde, o NEP tá na rede desde 87. Nós temos participação na rede. Todos os encontros e eventos que acontecem a gente vai e a gente participa também do grupo no whats, que é um grupo só da

rede. É bem importante a Rede Brasileira de Prostitutas. Ela foi fundada em... 85, eu acho, por aí, mais ou menos, pela Gabriela e pela Lurdes Barreto.

São várias organizações. Cada região tem, nas cinco regiões têm organizações que participam da rede. São mais ou menos trinta instituições que fazem parte da rede hoje. Fora as pessoas que não são de instituição.

Tem trabalhadoras de Porto Alegre que participam na rede nacional e não participam do NEP?

Tem, tem bastante. Tem bastante que não participam do NEP. E a gente tá sempre atrás delas né, sempre fazendo um trabalho de campo, que nós fazemos também. Trabalho de campo, divulgando o nosso trabalho pra que elas venham participar do NEP. E elas vem, agora tem umas que - tem umas que não, que não querem né, que não querem participar de nada, querem ficar no anonimato, muito pelo estigma, né, porque existe um estigma muito forte... ainda na prostituição, com a prostituta. E a prostituta tem um estigma que não deixa dar visibilidade para a profissão dela, participar do movimento é dar visibilidade.

INSS

Eu sei, é claro que tem que dizer qual é a profissão. É exatamente isso. Eu acredito sim e sei disso. Grande parte delas não contribui porque tem vergonha de dizer prostituta.

Ah tem, tem muito que evoluir, tem muito que passar por cima da... de vários conceitos e preconceitos que existem, né. Com as prostitutas principalmente, porque se for pedir projeto pra criança é mais fácil, mas se eu pedir projeto pra prostituta já bate no conservadorismo e não consegue.

O que precisa melhorar?

Poderia melhorar o preconceito mesmo que se tem quanto a prostituta. Isso sim podia melhorar.

Papel do Estado

Apoiar os projetos pra prostituição.

Políticas Públicas

É eu sei disso, é difícil, mas nós lá do NEP, por exemplo, a gente tem essa sorte e consegue se inserir nas políticas públicas. A gente tem acesso a todo tipo de política.

Conseguem conversar sobre PPs e mostrar o que é trabalho sexual?

Sim, sim, nós conseguimos. Nós como NEP conseguimos. Nós temos esse apoio. E inclusive somos chamadas para participar das políticas públicas, sempre.

Legislação

Exatamente isso. A gente tem um projeto tramitando, o projeto Gabriela Leite, que tramita na Câmara. Só que ele parou... parou de tramitar porque chegou na base dos evangélicos. E eu acho que é uma maneira de, da gente melhorar e passar por cima dessa... desse preconceito todo, seria descriminalizarem a prostituição – descriminalizar seria legalizar, regulamentar na verdade. Na verdade não é legalizar, é regulamentar. É regulamentar. Não legalizar e regulamentando a gente teria como criar formas de trabalho mais dignas, acabar com a cafetinagem, um exemplo, que é uma das maneiras que a prostituta é... violentada através da cafetinagem, né. Então, seria uma forma de melhorar a situação da prostituição, regulamentando.

Gostaria de acrescentar algo?

Não, acho que é isso.

Universidade

Com certeza. Papel super importante... Na parceria com o movimento social. Acho que a universidade sempre teve papel importante. Sempre foram importantes, também... que a gente sempre reclama o retorno dessa pesquisa, né, pra gente. Só o que falta a universidade fazer é retornar o resultado dessa pesquisa.

É a gente precisava que... saber o resultado porque aí a gente faz as pesquisas, participa, participa e no fim da história a gente não fica sabendo qual é o resultado. E então, eu acho que essa é uma das queixas que a gente tem, só da universidade. Sim, é, o retorno seria muito importante.

Voluntariado

Desde o início, desde que foi fundado. Sempre teve voluntários da UFRGS principalmente. É só ir pra lá nas terças-feiras que é o dia que a gente atende. Não agora, né, agora a gente tá parado. Mas quando tá normal, nas terças-feiras das nove à uma. Ir pra lá e ficar com a gente atendendo as mulheres, que as mulheres vão lá pra ser atendida.

ANEXO III

ENTREVISTA 3: Soila Mar, 55 anos

Sócio fundadora e atual coordenadora do NEP.

**Entrevista realizada no dia 18 de agosto de 2020.*

***Obs: A transcrição a seguir considera a fala literal da entrevistada. Portanto, não foi feita a revisão segundo a norma ortográfica padrão, e sim manteve-se a linguagem coloquial própria de diálogos informais, como é comum na obtenção de dados via entrevista gravada.*

Experiência pessoal e fundação do NEP

E daí a gente um voluntário nosso, que foi o único homem que fez voluntariado no NEP alguns anos atrás, José Miguel Neto, que ele é colombiano, né que hoje ele é professor da Universidade de São Paulo, de Campinas, na verdade de Campinas. A gente tem essa parceria com a... quando a gente precisa de voluntárias assim pra fazer algum projeto, desenvolver alguma coisa, a gente tem contato com ela. Ela mandou um pessoal, ela mandou seis estudantes na época. E das seis ficaram três. Daí uma teve problemas pessoais, enfim, ficou a Ana e a Hécate. Então, de seis, peneirando assim porque cada um tem seus problemas, outros acho que não acharam o campo interessante, não sei, bom, enfim. E eu sei que a Ana é o nosso tesouro assim. A Ana e a Hécate são nossas pérolas porque são meninas jovens, né.

Porque a gente já vem com pessoal bem de já de antes, assim, lá da UFRGS, entendeu. Tem a Leina Peres do José Miguel, esse que é professor, ele é todo ado, doutorado, mestrado que tem na vida ele fez, entendeu. Então, eu falo que ele é o Miguel Ado, né. Porque não tem o que ele não fez. E tem a Leina, Leina Peres era do Coletivo Feminino Plural, que a gente tem uma parceria também, com o coletivo, né, que é o das feministas.

A gente também tem uma conhecida ali, uma professora, a Dani Caron. Ela é da área de, não tem nada ver, né, Arquitetura, parece que ela é, mas a gente teve uns Podcasts, aí ela juntou um monte de gente e aí tem um projeto ali dum pessoal de um coletivo “Além dos Muros”, não sei se tu já ouviu falar. Daí juntamos as prostitutas de todo Brasil pra fazer Podcasts, o áudio a gente já tem, agora a gente não tem ainda o vídeo que não tá pronto. Mas também foi bem interessante essa coisa online, é porque eu tenho 55 anos, tá então, a minha tecnologia perto da - aprendi muito com gente mais jovem, assim, a questão da tecnologia, né. Que pra nós é meio complicado essa coisa de falar em Podcast. Eu fui, por exemplo, “por que é podcast”, porque eles não falam português, né. Mas no fim deu tudo certo, ficou bem bom assim o podcast que fizeram assim de periferia, pessoas- mulheres negras, mulheres de periferia e tem as travestis e juntaram as prostitutas junto.

Te mando, tem 30 minutos, mas é uma fala bem boa assim, interessante.

Tá bem, complicado, né, Laila. Nós fizemos também uma *live* com prostitutas do Brasil com a Luz Vermelha, essa tem três horas e meia. No YouTube. Luz Vermelha no Dia dos Namorados, foi no Dia dos Namorados que a gente fez, bem na sexta-feira, caiu numa sexta-feira. A gente fez todo um ao vivo assim sabe, bem interessante, assim, porque daí tem

prostituta lá do norte, do nordeste, do sul, do sudeste, enfim. Sei que são quatro prostitutas, daí tem a Soraia, que é lá do Grupo Davida e também a... me escapou o nome da outra, agora, bom mais enfim.

Sim, eu conheço a Fátima. É da AprosBA.

Se tu soubesse quantas falas a gente já fez, e se pra ser assim, vamos botar um número, por exemplo, de 30, foi muito mais, mas se a gente teve cinco de resposta foi muito, entendeu. Conversando com a Lúcia um dia, ainda antes da pandemia, conversando com ela - Lúcia, não adianta, a gente faz porque vai fazer, sem esperar resultado ou então a gente não faz. Eu acho importante a gente fazer mesmo que não tenha resposta, entendeu.

A Ana e a Hécate ainda deram sorte porque pegaram nosso último projeto que a gente teve lá do Fundo Elas, né. Foi o último que a gente conseguiu realizar inteiro antes da pandemia, foi assim tipo, terminou em dezembro, em fevereiro, março, né, já parou tudo, entendeu... pra nós, né. E a gente fez esse projeto e acho que foi bem rico assim pra gurias, porque antes disso mesmo elas também faziam o nosso trabalho que a gente realiza sempre. Eu falo em realiza, porque eu não quero colocar isso no passado, sabe, Laila. Eu falo realiza porque apesar de tá assim tudo meio fechado, as gurias ainda tão trabalhando, né... tão trabalhando. E assim de toda nossa equipe lá, as prostitutas que tem lá, atuantes, são mulheres já da antiga, vamos dizer, que são sócio-fundadoras quando... isso há trinta anos atrás, já tem trinta anos.

Pois é, trinta e três anos. Então é uma coisa bem assim - eu ainda falo no presente porque eu não quero deixar - não quero botar essa fala como “lá foi, aconteceu”. Não, eu acho que é tudo hoje, assim. Eu continuo mesmo que pouco, a gente fazendo agora, a gente tá conseguindo fazer bem pouco, né. O máximo é repasse de material pras gurias que tão ativas e a parte ginecológica. A gente tem uma parceria muito boa com o Presidente Vargas, né, lá do quinto andar, do Setor de DSTs. E nós temos a enfermeira lá Cristina que é nossa parceirona, assim tipo, entende o nosso trabalho, que pra eles também é interessante, entendeu, sabe. Eu consigo fazer alguma coisa de repasse de material e fazendo essa questão de conseguir consultas pras gurias, ginecológicas. Agora, as consultas por telefone, entendeu. Antes tinha que passar lá no NEP, pegar um encaminhamento, ir lá no hospital, marcar, depois consultar. Agora, consigo mais ou menos direto assim, porque eles tão com menos gente lá também pra atender, né. Então, assim, como é que eu posso dizer, não que tenha disposição fácil, mas agora tá bem mais fácil pras gurias consultarem essa parte ginecológica, né.

É, eu falei até nessa *live* que a gente fez no Dia dos Namorados, eu falei, se eu tivesse a idade delas, que no caso são prostitutas, que a gente só trabalha com mulheres acima de 18 anos, né, maior de idade, eu taria na ativa também, entendeu. Como eu tive na época do boom da AIDS, eu tava em Santos, fazendo 30 programas sem preservativo lá na Boca do Lixo em Santos. Então, eu não posso dizer pra elas “ah, vocês não vão porque nós estamos no momento COVID”, não tem como, entendeu. Só quem viveu uma epidemia na rua, sabe que... se fosse nessa época, se tivesse 30 anos, eu taria na ativa também como elas estão. Então, se elas precisam - do que elas estão precisando agora? Orientação? A gente tem um grupo fechado do NEP que a gente passa informações do que pode, entendeu, do que elas precisam e

a gente repassa material, porque elas estão pedindo, se elas estão pedindo é porque elas estão usando, certo. Ninguém vai pedir, ninguém vai pegar uma coisa que não vai usar. Ninguém vai pegar coisa pra botar fora. Isso é fato. Ninguém vai pegar uma caixa de preservativos senão vai usar. Porque ela vai querer um exame ginecológico se elas realmente não tiver com alguma questão e quer tratar. Não tem o menor sentido isso daí, entendeu. Mesmo porque a gente trabalha muito em cima de tempo e tempo pra nós é dinheiro, entendeu. Então, quando elas procuram é porque eu sei que elas realmente tão precisando mesmo. Então, eu acho que essa parte é bem importante, de deixar meio que claro assim, sabe. A gente tá repassando o que pode, mas conforme vem a demanda, sabe. E a demanda de questões de informação de prevenção ao COVID vem bastante lá no nosso grupo que a gente tem, a questão ginecológica... também, eu tô até admirada quanto que - parecem que tão procurando mais, talvez porque tenha - porque tá sobrando um tempo aí que de repente não sobrava lá atrás, entendeu. E a questão do preservativo que estão sempre pedindo, né. E eu como - como o NEP tá fechado, porque a nossa ONG é numa galeria, né, na Malcolm. E a princípio está tudo fechado -fechado não, fechado assim pras prostitutas, né, porque aí na verdade tem uma questão de preconceito. Bom, mas enfim, isso é outra coisa. Quando elas pedem, quando elas precisam, eu vou lá uma vez por mês na ONG e desço com o material e repasso pra elas na rua. Nós marcamos um point ali na Otávio Rocha, ali.

Auxílio Emergencial

Sim, a maioria sim, porque a maioria são mães, né, antes de tudo são mães, enfim, acho que conseguiram o que tinham direito como todo mundo, né. Conseguiram sim e tiveram acesso ao auxílio emergencial. Daí entra também a Márcia Leão que é nossa advogada- a nossa advogada não, uma advogada voluntária que é do Fórum de AIDS, ao qual o NEP é associado. E a Márcia se prontificou, né, a se botar lá no grupo e quando tivesse alguma dúvida lá, ela tirava. E no início tinha bastante dúvida, enfim, a gente conseguiu meio que resolver, assim, então eu sei que todas que tinham direito receberam, entendeu. É uma questão de cidadania, não é por questão de ser prostituta ou não, entendeu.

Ai não quero dizer assim “ai o NEP consegue tudo”. Não é isso. É quem nem eu falo, se tem o direito, não importa a profissão que tu esteja ou a profissão que tu está ou a profissão que tu quer ter, entendeu, se é um direito, se tu correr atrás “ah não entendo, mas tenho uma vizinha que entende, tenho uma amiga de uma vizinha que entende”, eu vou lá correr atrás disso e verifico porque é um direito meu, entendeu. E a gente é bem por aí, sabe, nossa linha é mais ou menos por aí. A gente não se prende só a questão “ah mas somos prostitutas”, é uma cidadã, é um cidadão, que se tu tiver, como cidadã, direito tu vai atrás e consegue.

Trajetória com o NEP

É uma história tão antiga. Eu sou uma das sócias fundadoras da época. Eu tenho um vídeo no YouTube se tu quiser olhar também.

Mando, mando sim, vou mandar... Eu tava vendo agora são três com o vídeo. Nós temos um livro também, que conta a história de quatro prostitutas sócio-fundadoras do NEP, quatro trabalhadoras em locais diferentes, na mesma época, com histórias totalmente diferentes, o nome do livro é Devir Puta. Te mando depois escrito também se tu quiser. Então, essa história é bem longa assim, ela vem de uma longa de história de violência do sistema brigada e polícia

civil, entendeu. Isso começou toda a trajetória do NEP, por causa da violência, não foi por causa de AIDS, não foi por causa de camisinha, não foi por causa de nada disso, entendeu. A nossa demanda na época era muita violência na rua, né. É um fato. Tudo começou aí, entendeu, há 33 anos atrás. Eu tinha - eu comecei a fazer programa com 17 anos, eu tô com 55. Bah eu sou rodada. Não perde, que eu sou rodada. Então, começou tudo aí entendeu, começou com uma história da Tina, né, que a Tina convida, começou todo esse trabalho, porque o marido dela, que é um padre anglicano, escutou uma fala da Gabriela Silva Leite no Rio de Janeiro e trouxe essa fala aqui para o Rio Grande do Sul, que tinha uma mulher, uma prostituta de classe média alta que queria ser prostituta. Ela gostava de ser prostituta, ela gostava de ser programa, ela gostava de... enfim, sabe, não era uma questão econômica. Que tira toda essa questão de “ah faço programa só por causa do dinheiro”, tem gente que gosta de fazer porque gosta de fazer, porque é interessante. Eu, por exemplo, me divirto muito, entendeu, hoje em dia, né... Mas daí vem uma história muito longa, nossa, são 33 anos aí de conhecimento, 35 mais ou menos, que eu conheço a Tina faz uns... ah tô com 55, eu conheci ela com uns 22, 21 por aí. Já faz algum tempo, ela que trouxe- até era interessante tu conversar com ela também, se tu tiver interesse, num outro momento. Pra ela contar um pouquinho dessa história, porque ela melhor do que ninguém conhece essa história né, porque ela que fez todo o trabalho na rua, né.

Claro, com certeza, a Tina é muito acessível, nossa. Ela agora, nesse momento, como ela tem bem mais idade que nós, ela tá com 62, 63, ela tá bem mais isolada, entendeu.

Todo mundo tem que se cuidar, né, mas tem pessoas com mais, acho que é, eu não sei se eu tô vendo errado na televisão, mas parece que as pessoas mais - com mais idade, parece que tão mais propensas.

Nós temos que preservar essas pessoas, mas eu não quero perder a Tina pra pandemia, entendeu. Assim como eu não quero perder nenhum cidadão, ninguém no mundo, por causa dessa pandemia.

E também nesse meio tempo, depois que aconteceu toda essa coisa da função do término do nosso projeto lá do Fundo Elas eu fui convidada pelo Coletivo Feminino Plural a fazer parte lá de um grupo em Canoas, no CRM, Centro de Referência da Mulher, que trabalha com mulheres vítimas de violência, né, doméstica, eu sou motorista lá oficial, eu sou contratada pelo coletivo... Eu tô lá agora, março fez um ano que eu tô lá, oficialmente trabalhando como motorista do CRM de Canoas. Aí eu tô afastada do trabalho lá em Canoas, agora eu vou pra trinta, sessenta... É, eu já fiz sessenta, tô em noventa dias e vou pra mais trinta dias que eu vou só em outubro. Porque aí tem a questão da, não sei se tu ouviu falar, claro que já deve ter ouvido falar, na questão de suspensão de contrato, né. Eu entrei na suspensão, porque lá o setor meio que parou, fechou, voltou, depois fechou de novo, daí veio com dias específicos, com certos horários, enfim.

Daí eu sei que eu tô afastada, daí eu tô em casa, entendeu, tô em casa. Eu não tô - tô atendendo, tenho três clientes fixos, né, mas tive que afastar dois porque eles também são bem idosos, meus clientes são os que envelheceram comigo, né, eu falo isso porque é verdade. Então, só tem um que tô atendendo só. E os outros dois eu botei de quarentena. Até final de setembro, eu botei... Não tem como piorar, entendeu, depois de cem mil mortes não tem como

piorar. Se bem que com esse bolsovírus que nem dizem... é o bolsovírus, eu não chamo nem ele de Bolsonaro, é o bolsovírus, entendeu. Pra mim é isso, não tem, não tem... O cara é um horror, horror, um horror. Mas enfim daí vê se tu quer saber mais alguma coisa...

Violência desde a fundação do NEP e trabalho sexual como qualquer outro trabalho

É, eu acho assim, eu posso te falar uma coisa, duas aliás, três aliás. Primeira coisa a questão da violência, claro a gente parou de apanhar na rua, a palavra certa é essa, se tu ver esse vídeo que eu tenho lá no YouTube, se tu ler um pouquinho do livro, se tu ver a minha história, é uma história toda gerada em cima da violência institucional. Eu não posso falar que eu sofri violência de cliente, eu não posso falar, porque eu não sofri, então eu não tenho como argumentar isso, porque eu não vou dizer “ah os clientes...”, mentira. Se eu falar isso dos clientes, vai ser mentira, entendeu. Então, eu não posso falar, eu posso falar que sofri agressão da polícia civil, da brigada militar, naquela época, do meu ex-cafetão, porque eu era mulher de um cafetão. Eu não sei se tu ouviu falar que teve um, umas mulheres que se prostituíam na Doutor Flores com a General Vitorino, eram seis mulheres. Esse meu gigolô, ex gigolô, ele tinha cinco mulheres, eu era a segunda das cinco, tá. A segunda que veio assim em questão de... botar em número, eu enumero isso porque é uma questão de número, entendeu. No livro eu sou muito prática. Até o Miguel, ele consegue falar uma coisa que nem eu tinha entendido é que eu sou muito prática. Na época, era assim, eu enumerava, eu sou a segunda eu tenho tal direito, eu sou a terceira não tenho tanto direito, sabe, mas isso é outra história. Mas a questão da violência, na época sim, era muito forte, entendeu, muito forte, gente, nossa... Eu vi coisas assim que eu conto lá no livro, e falo um pouquinho dele também, coisas de tortura assim, sabe, tortura psicológica, física, que eu reconheci isso só muitos anos depois, eu reconheci isso só depois de 25 anos depois, sabe. Eu não reconhecia isso como uma violência, eu reconhecia isso como uma coisa que acontecia no dia-a-dia. As primeiras pessoas que ouvi falar que eu era uma cidadã foi a Tina, que falou que eu era uma cidadã, “meu Deus do céu o que era isso”, nome feio porque eu nunca tinha escutado falar na minha vida. Porque é outro mundo quer queira quer não. É um outro mundo a prostituição, é um mundo bem aparte, tem suas regras, tem seu comportamento, é tudo muito diferente, entendeu. É, é bem assim.

E quanto à questão do fluxo em questão de procura, cadastrei tanta prostituta lá no NEP, tem três mil e quinhentas prostitutas cadastradas. Gente, se tem tanta prostituta assim é porque tem demanda, certo? E qual é a melhor parte da prostituição pros homens, é uma questão sem o menor vínculo a não ser financeiro. Se nos ver ele na rua com a família, com os filhos, a gente vai fazer de conta que nem viu, que não sabe... como já me aconteceu várias vezes de ver, enfim, em festas... Eu faço de conta que simplesmente não existe, porque é isso, entendeu, é isso que atrai os homens pra este mundo, também.

Tem algum trabalhador cadastrado?

Tem, tem, claro que tem. Não com nós, né, porque lá a gente só atende mulheres, né, mas existe, claro, que existe, nossa. No Viaduto Conceição... sabe onde é que é o Viaduto Conceição, ali onde tem as salas ali das gurias? Já ouviu falar? Ali tem um prédio que é só sala de prostituição, certo. Ali tinha duas, três salas que era só homens que atendiam mulheres. Agora eu não sei como é que tá, Laila, não sei mesmo. Mas enfim, tem sim, claro.

Sociedade

Sim, com certeza. As pessoas só nos aturam porque a gente vai em alguns lugares e fala alguma coisa e se mostra, entendeu. Preconceito sempre vai existir, sempre existiu. Na verdade, ninguém gosta muito de prostituta, não. Porque elas nos veem como - a sociedade nos vê como um perigo e não é isso, sabe, ninguém entendeu essa parte, sabe. Nós não somos um perigo a ninguém, ao contrário, só que ninguém aceita porque de repente alguém também gostaria de fazer isso e não tem coragem também. Essa é uma questão de, sei lá ... as mulheres parecem que tem medo das prostitutas, e ao contrário, elas deveriam ter medo de mulheres que os homens arrumassem como amantes, nunca de uma prostituta.

Estado e políticas públicas

Ah funciona, porque uma coisa... eu não sei falar bonito, tá, Laila. Eu só sei assim que quando tem algum evento, que acontece alguma coisa que tem que ter a participação das prostitutas seja lá no Palácio ali do Governo, ali no centro, tem que ir numa Prefeitura, tem que ir em algum lugar falar sobre o nosso trabalho, que que a gente desenvolve, todos os nossos direitos, direitos de qualquer outra pessoa, eu vou lá e falo, entendeu. Eu não tenho mais medo disso, eu tinha. Eu tive muito medo, tive. Mas eu não tenho mais medo disso, sabe. E eu acho que sim, que nós temos que, por isso que hoje em dia ainda sobrevivemos todos os dias. Eu sempre falo que eu, a Tina, a Dete e a Lúcia, e tem mais a Nilce. Que agora, Nilce, nesse momento, ela também sofreu um baque lá por questão... de uma violência institucional, questão do Ministério da Saúde, essa é outra história também. A Nilce tá meio afastada, entendeu. Então, nós somos quatro. Sendo que a Tina não é prostituta e nunca foi. Ela é a mulher do padre. É padre anglicano. Mas o que acontece é que nós temos três vozes. E a gente não consegue hoje em dia engajar muito as prostitutas que estão trabalhando agora. Porque? Porque elas já pegaram um território mais livre, livre de violência, porque? porque nós apanhamos lá atrás, entendeu, pra fazer, pra construir isso que tá acontecendo agora. Então, sim, a gente não tem mais problema com isso, sabe.

Sim, existe, claro que existe. Nós temos um apoio grande também do Fórum de AIDS que concentra vários tipos de coletivos e entidades, enfim. Tem um pessoal bacana aí, sabe. Nem tudo é ruim, sabe. Claro que é difícil, é complicado, às vezes tu tá numa situação que tu não quer se expor muito. Eu entendo muito as gurias por causa disso. Eu não tenho filhos, entendeu, porque eu não quis ter. Foi uma opção minha, eu não quis ter filho. Nunca quis ter. Então, é uma questão que eu respeito e acho que todo mundo tem que ser preservado, entendeu. Mas se eu achar que eu posso ir lá fazer uma denúncia, se eu achar que eu posso ir lá defender alguma coisa eu vou, não tem problema com isso. Só que se eu também achar que “não, peraí, só um pouquinho, isso aí pra mim eu acho que eu não concordo com todo o termo”, eu não vou. Também, não vou só enquanto instituição pra meter calo em tudo é quanto que prostituta, porque a questão é toda uma coisa, assim como em todas as profissões, ser prostituta é uma coisa, prostitua que rouba, não é prostitua, ela é ladra, certo, ela tá usufruindo da profissão pra poder roubar. Prostituta que trafica, ela não é prostituta-trafficante, ela é traficante, ela tá usufruindo da prostituição pra traficar, nós temos que separar um pouco isso aí também, sabe. E é isso que a gente começa se revoltar, sabe, que querem botar a gente tudo num buraco só, entendeu. Num bolo só. Tu pode ver nas reportagens que dão na televisão aí “ah porque tem lá um traficante, mas era envolvido com a prostituição”, não, ele não era envolvido com a prostituição, eles usaram a prostituição para se infiltrar no outro mundo pra fazer as coisas que ele tinha que fazer. Eu penso assim, sabe. Então, eu defendo muito essa coisa da prostituta que tem horário pra sair de casa, que vai trabalhar,

vamos supor oito horas por dia, ela tem horário pra entrar, ela tem horário pra sair, ela tem um horário pra tudo, ela tem dois tipos de telefone, um para atender os clientes e outro particular, ela sabe dividir isso, sabe, e não botar tudo num bolo só, num saco só e enfiar goela baixo da televisão que eu acho um horror quando acontece isso, entendeu. Não sei se tu conseguiu pegar o que eu quero dizer. Que às vezes eu falo, falo e às vezes eu fico nervosa que eu quero falar uma coisa que eu não consigo dizer em palavras, sabe. Mas esse tipo de sentimento, sabe.

Leis e direitos

O que eu acho que tem que melhorar é o que a gente já tem, entendeu, no papel. Só que é só papel, né. Não acontece que nem agora com essa pandemia nós tínhamos vários eventos pra ir que são esses que a gente faz de prostituição, a nível Brasil, né, que nós temos uma associação em nível brasileiro que é de norte a sul. O que eu gostaria era isso, se fazer cumprir - cumprir não, se fazer respeitar o que está escrito no papel, sabe. É difícil, é uma luta longa. Ontem mesmo eu tava conversando com um amigo, nosso trabalho é de formiguinha, de formiguinha, não vai terminar nunca... sabe, não vai terminar nunca, por isso, que eu digo sempre lá pras gurias, que eu falei já pra Ana e pra Hécate, usem e abusem do nosso conhecimento, porque a gente já tá num período assim que a gente tem que passar adiante todo esse trabalho que ficou. Deixar morrer, claro a gente não vai tá aqui de repente mais pra ver se esse trabalho vai morrer ou não, mas pelo menos a gente quer que vocês vivam o --, que isso seja falado, que isso seja conhecido, através das universidades e estudantes que tenham interesse que a gente vai começar, vai conseguir repassar todo esse conhecimento, porque é muita história, Laila. É muitos anos, o Miguel pra fazer esse livro, eu acho que ele ficou 15 dias me entrevistando e pegando conversas aqui e conversas dali, entendeu. Vamos colocar 15 dias comigo, foram quatro prostitutas. Esse cara levou seis meses- três meses pra fazer um livro, sabe. E ali, ele especifica bem a atividade de cada uma, como é que cada uma chega com seu pensamento e como é que foi a construção de todo esse movimento, que na verdade, nada foi feito assim “nós vamos se unir, nós vamos fazer o NEP”. Não, foi tudo acontecendo, sabe. E acho que isso que eu gostaria que acontecesse, sabe, que as pessoas conseguissem - claro que, eu vou falar uma coisa que seria utopia, vamos assim, vamos dizer, né, ai, eu gostaria que fosse muito como acontece com negros, com as crianças, enfim, a gente gostaria que todo mundo nos respeitasse, mas nem todo mundo vai nos respeitar, entendeu. Mas a gente vai continuar falando, porque a gente não é muda, sabe. A gente vai tentar falar, sabe, a gente vai tentar passar isso, aí. Só que as pessoas não entendem, por exemplo, assim que - claro que, como em toda profissão, tem a questão de respeito, como tem médicos que fazem horrores por aí, não tem? Fazem horrores por aí, coisas horrorosas por fora da medicina, né. Tem advogados que Deus o livre, assim como tem as prostitutas, porque não elevam a nossa profissão a igual? Porque desmerecem tanto, sendo que a nossa profissão é tão importante quanto. Nós somos psicólogas, nós somos filhas, nós somos mães, a gente escuta, a gente faz um monte trabalho dentro de um atendimento de um cliente que ninguém às vezes tem noção, entendeu. Então, às vezes, pra nós é um programa, o cara só tá pagando, mas o que acontece ali, dentro daquele instante, daqueles quinze, vinte minutos, que seja.... é muito importante, entendeu. Eu acho muito importante, pra uma construção de uma política melhor, de uma sociedade melhor, entendeu. E eu não me ponho num papel de vítima em lugar nenhum, e eu não aceito, assim sabe, quando me falam, começa aquele chororô, que prostituta é coitadinha, coitadinha da prostituta- coitadinha da prostituta do caralho, entendeu. Não tem prostituta coitadinha. Não existe. Só que também a gente usufrui disso praquelas evangélicas quando vem querer converter a gente, tirar a gente da vida, que eu acho um horror, quando vem com aquele papinho. Enfim, desabafei um pouco também, tava precisando eu acho.

Quando vem aquelas evangélicas, que eu acho um horror quando elas vem, esses tempo atrás aconteceu, foi ano passado isso, me aconteceu uma coisa horrorosa lá, um grupo de evangélicas se juntaram e foram lá no quarto andar, lá na Galeria Malcom e resolveram, né, fazer aquela história toda de ‘ai nós vamos tirar vocês dessa vida, porque não sei o que, essa vida que vocês levam...’”

Então é isso que eu tô tentando te dizer existe um mundo horroroso em todos os setores. Existe. A prostituição também, não tô dizendo que é um mar de rosas, entendeu. Só que também tem a parte boa, e essa parte boa ninguém fala. Ninguém mostra, todo mundo acha feio dizer que ser prostituta é bonito. Porque que feio? Porque que não pode ser bom? Porque que não?

Pois é, aí que entra vocês, eu digo vocês, a parte mais jovem, as pessoas que tão na universidade não se calarem, entendeu. Porque o que o bolsovirus tentou fazer também foi isso, né, calar a universidade, os jornalistas e tentar boicotar, tentar boicotar e tentar derrotar, porque por ele tinha terminado com tudo e só tinha militar no poder e nas instituições. Certo? E ele só foi eleito também, porque o povo tem tanto ódio, tem tanto rancor, tem tanto preconceito que se sentiu identificado com o homem, certo? Senão, não receberia tantos votos.... O que que ele falou lá que a Maria do Rosário, aquela vez lá chamando a mulher de vagabunda. Vagabunda é que não trabalha, gente, tá lá no dicionário, até eu que não sou estudada, sei o que que é vagabunda, entendeu.

Eu já passei pela, segunda ditadura militar que eu tô passando, porque como quando eu comecei a trabalhar a gente ainda tava numa ditadura, eu fiquei presa três dias com dezesseis anos no Palácio da Polícia dentro dum porão. Eu tomei choque, eu vi cara apanhando de pau de arara, eu apanhei de palmatória, eu levava jato de mangueira de manhã cedo dentro da cela. Eu fiquei dentro de uma cela, literalmente, uma cela, com dezesseis anos. Então, quer dizer, se falarem pra mim o que que é uma- isso que graças a Deus - graças a Deus, não, que até ateia eu sou acho. Mas assim por um milagre do destino eu consegui sobreviver, entendeu, porque na verdade, se tu ver tudo que as presepadadas que a gente passou, que os brigadianos levavam nós pra Ilha das Flores e deixavam a gente lá amarrada e usavam a gente do jeito que queriam, jogavam gás lacrimogêneo nos nossos olhos pra nós não poder enxergar nada. Senão fosse o destino eu não estaria aqui falando contigo. Porque a propensão naquela época, década de 80, 85, 89 foi muito cruel, entendeu, foi bem cruel. E eu peguei isso tudo na rua. Porque eu sempre gostei muito de trabalhar na rua. Gostei não, eu acho que comecei na rua e sei lá, a rua me dava uma sensação de liberdade muito boa, coisa que eu não tenho em salas. Mas enfim, então se tu for olhar por esse aspecto a gente não pode perder a esperança.

ANEXO IV

ENTREVISTA 4: Tina

Sócio fundadora e atual coordenadora do NEP.

**Entrevista realizada no dia 19 de outubro de 2020.*

***Obs: A transcrição a seguir considera a fala literal da entrevistada. Portanto, não foi feita a revisão segundo a norma ortográfica padrão, e sim manteve-se a linguagem coloquial própria de diálogos informais, como é comum na obtenção de dados via entrevista gravada.*

Como surgiu, por quê que vocês fundaram, qual foi a motivação?

Tina: Assim. Como é que eu vou te dizer? A Marista é uma sociedade anglicana. Uma igreja, da igreja pentecostal. E... e ele T., sempre teve no centro [inaudível 00'25 - 00'27] de igrejas, ele sempre teve esse serviço social. É, ele era meu namorado quando eu comecei a, a... conhecer os trabalhos que ele tinha, entendeu? Já fazem isso 30 e poucos anos. E... e ele conheceu no Rio de Janeiro, não se tu já ouviu falar, Gabriela Silva Leite, uma prostituta ambiciosa que começou o movimento todo. Ele conheceu ela porque ela trabalhava e fazia o serviço e tinha um espaço no, no IVER no Rio de Janeiro pra fazer o trabalho. E esse IVER era um, um espaço... Instituto da Religião, alguma coisa assim. Ele conheceu ela lá e viu o trabalho que ela fazia e chegou em casa um dia de viagem e me falou que gostaria que eu conhecesse. O trabalho que uma prostituta no Rio de Janeiro tava fazendo, eu na época não nunca ouvia nada disso aí, trabalhava no Tribunal de Justiça. E... eu sou da área de saúde, né? E... e daí eu disse “ tá, um dia desses eu vou conhecer então”, “se é tão bom assim eu vou um dia conhecer”. E passou um mês e pouco, 2 meses e teve um encontro que, teria um encontro no Rio. E esse encontro do Rio, ele estava lá na época e disse: “acho que é hora de convidar minha mulher, Gabriela”. “Pra ela conhecer esse trabalho, pra ver se eu consigo fazer alguma coisa lá.” Só que aqui no Rio Grande do Sul, em toda a região sul principalmente, né. No Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina não tinha nada de trabalho desses. E daí ele, ela disse: “ai, então vou convidar”. E eu fui. Só tinha na época aqui era o GAPA – Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS. Que era o Gerson Vinter que começou o movimento e tava trabalhando.

Nesse encontro no Rio eu fui. Foi em 89. Setembro de 89 eu fui, e lá encontrei com o Gerson que também tinha um trabalho com, ãh, soropositivo, tava começando aqui. Em abril ele começou o GAPA. E daí a gente foi, eu fui pra lá, conheci ele lá, e quando voltamos... eu fiquei “então tá, quero ver como é que eu faço aí pra ir pra rua, né?” Fui pra rua, fiquei na rua muito tempo caminhando nos lugares de prostituição mas era, era doideira, né? Porque você não vai sozinha pra um lugar de prostituição se tu não conhece nada, né? E eu pegava um amigo meu, ou uma amiga e ia pra rua conversar com as mulheres e elas diziam pra mim “tá, o quê que tu quer agora?” É igual aquela coisa “a pastoral vai trazer balinha pra nós pra tirar nós do pecado?” Eu disse “não...” eu contava toda a história. E daí elas falavam “tá bom, tá bom”, e daí eu não tinha nada pra oferecer. O quê que eu fazia? Eu comprava camisinha e levava na época. Daí ficou que eu tava fazendo esquema com a AIDS, né?

Mas como eu conhecia o Gerson que tava montando o GAPA e era, ãh, com pessoas soropositivo, a desculpa era essa. Mas aí eu descobri na rua, assim, que era muita violência.

Ãh, a maioria delas que hoje as pessoas dizem “ai porque ela aceitou”, “porque elas têm cafetão”, “porque não sei o quê”. Mas na época elas eram obrigadas a ter alguém que cuidasse delas, porque era muita violência. Da brigada militar, da polícia civil na época, né. Em 89,

ãh, tinha aquelas carteirinhas de costumes. Elas tinham que fazer exame, não sei o quê pra ver se tinham doenças... E era muita agressão. Então eu comecei aí nessa época quando eu descobri que tinha duas ou três que hoje estão no movimento, né. Uma delas é a Lúcia, outra a Soila. Elas diziam assim, que tinha muita violência, que não queriam nada com, com prevenção de AIDS. Daí a gente começou a trabalhar num pilar, em três pilares, que eram: saúde, cidadania e autoestima. Saúde não fica sem cidadania, e cidadania tem que ter autoestima se não você não vai fazer valer nunca. Aí a gente, eu comecei a explicar que elas tinham que pensar nessas três coisas, mas isto demorou uns dois, três meses. Mas como a violência era demais, a gente tem isso escrito e algumas coisas no NEP, só que agora tá fechado, né?

Laila: Sim, tá. Tá tudo fechado.

Tina: É. Então, a gente... Isso levou uns dois, três meses, eu conseguir falar com alguém na rua. Eu ia pra rua, entregava uma camisinha grampeadinha num papelzinho com um bilhete com o telefone. E uma noite aconteceu de a Brigada pegar ela na praça, eu acho, a Lúcia disse: “cadê aquela mulher que vinha aqui e disse que tava pronta pra nos ajudar?”, “vamos chamar ela agora, ver se ela vai...”. E a Lúcia conseguiu fugir da polícia. E, e me ligou. Eram onze e meia, meia noite mais ou menos. Como a gente tinha um contato com a, com a Jussara Cony e a Julieta Balessio que é, já faleceu mas ela era uma advogada feminista, né? E a gente conseguiu ir pra delegacia e liberar todas as gurias sem elas apanharem, sem elas terem que assinar um termo de vadiagem, sem nada. E daí eu dizia que no outro dia. Daí essa noite eu fui, dizia pra elas “amanhã encontro com vocês na praça”. Amanhã encontro com vocês na praça.

E fui, no outro dia cheguei na praça, foram detidas naquela época acho que umas 18 ou 20 mulheres. E no outro dia cheguei na praça, tinha mais de 40. Querendo saber como é que elas, como é que essa, o quê que essa mulher fez que, que elas saíram sem assinar nada e sem apanhar. Porque elas tomavam palmatória nas mãos, ducha de água fria quando era inverno. Elas eram levadas pra Ilha das Flores, tudo isso a gente tem registrado, tá. Então a Ilha das Flores pela Brigada, lá espancadas com cacetete. E elas não podiam denunciar porque tinham problemas. E outra, a, e uma coisa que as pessoas nunca percebem, que o caminhoneiro e a prostituta são um.... É uma coisa de proteção, também. Porque quando elas eram, ãh, jogadas lá na Ilha, que elas conseguiram fugir de lá, elas iam pra estrada e pegavam carona de caminhoneiro. E muitas vezes com pouca roupa, eles davam uma camisa pra elas vestirem, pra poderem chegar na cidade, né? Então foi assim.

Mas isso eu tô te contando assim, um resumo meio geral porque... demorou alguns meses. Em novembro de 89 ainda, foi em agosto, setembro. É, dois meses depois, a gente fez uma reunião. E trouxemos a Gabriela do Rio de Janeiro pra falar. Foi, essa denúncia foi o que a gente fez. Essa denúncia que a gente fez foi... foi de violência. E chamamos a Gabriela pra falar, e ela veio aqui podre de medo, mas a gente fez um contato também pra tudo isso, com os estudantes de Direito da UFRGS. Que é a SAJU, né? E, e eles foram nos ajudar na rua, porque a represália era muito grande porque elas denunciaram. Essa matéria tá no jornal, que diz assim: “Brigada pega, come e até mata”.

Tina: Porque tinha uma matéria...

Laila: Qual jornal?

Tina: No jornal da... Zero Hora.

Laila: Zero Hora.

Tina: Era o, era o Zero Hora de sábado, foi em novembro, parece, de 89. Alguma coisa assim. E teve essa matéria, e... E a gente fez a denúncia, tudo, e a gente passou assim, quase um ano, ãh, fazendo as, fazendo exame e tudo o mais. Quando começou a diminuir a violência em 91, 92, coisa assim, a gente registrou a associação. Daí como, é porque era AGP - Associação Gaúcha de Prostitutas. Mas não foi possível registrar no cartório porque prostituta não era reconhecido como profissão, então não teria como registrar uma associação. Nós mudamos só o nome pra Núcleo de Estudos da Prostituição e registramos como Núcleo de Estudos da Prostituição. É uma associação. De prostitutas, né? Mas o nome bonitinho no, no registro em especial era esse.

Mas... a motivação veio daí, dum trabalho social que meu marido fazia, e a gente foi pra rua e descobriu isso aí. A gente tinha no começo 8, 10, 12 meninas que eram mais engajadas e a gente conseguiu descobrir aí, daí eu já tinha também a Cláudia Fonseca, não sei se tu chegou a conhecer ou não. Mas o, a Cláudia Fonseca, ela era uma pesquisadora na UFRGS, ãh, doutoranda em não sei o quê, que ela fazia, ãh, Antropologia.

Laila: Ah, ela é da Antropologia.

Tina: É da Antropologia. E ela conheceu o nosso trabalho e foi pedir pra fazer uma pesquisa conosco. E a gente aceitou desde que ela doasse um tempo de voluntariado pra nós, que a gente não tinha quase pessoas, né? Tinha poucas pessoas no, de fora assim, no movimento. E ela começou a botar também estudantes dela pra fazer pesquisa conosco, e essas pessoas doavam um dia na semana de voluntariado. Pra ajudar. Mas nós não tinha sede, não tinha nada. Então a gente fazia as reuniões. As nossas primeiras reuniões, essa primeira foi no prédio do INSS ali na Borges. No auditório. A primeira reunião que a gente fez, e depois nós conseguimos a capela da Igreja Luterana na Senhor dos Passos. Então a gente fazia de 15 em 15 dias uma reunião lá, mas era assim: o pastor deixou, porque o pastor Breno era amigo do meu marido, sabia o que ele fazia, então ele achou interessante, porque eles pensavam que a gente tava tirando essas “pobres mulheres” da prostituição. E a gente não dizia nada do que que era, né, a gente só fazia o trabalho. E a gente conseguiu, ele emprestou duas vezes pra nós porque a Associação de Senhoras da Igreja não, não tavam gostando porque ia prostituta, ia travesti, via... outras pessoas e elas tavam achando que era ruim. Então a gente fez uma reunião e convidou a Associação de Senhoras da Igreja. Pra conhecer o quê que nós tava fazendo. E elas foram na, elas foram nessa reunião, e a gente começou a falar sobre amor próprio, cidadania, como se cuidar, como se prevenir, como não sei o quê. E elas acharam muito interessante e nós ficamos um ano fazendo reunião lá. Até... a gente começou... a fazer esse trabalho.

E... depois dali a gente foi na Prefeitura que na época tava mudando também, era época de eleição, em novembro foi... 91 mais ou menos. E a gente foi pedir uma sede. É 95 já, a gente já tinha feito até um ponto de prostituta. Que era na... Tá, tu sabe em frente à delegacia e tal... bem fora da... E nós conseguimos fazer, começar a fazer as reuniões, fizemos uma ficha de cadastro, daí nós já tinha o apoio do Pró-Mulher da LBA, que existia na época também, que hoje não existe mais. E começamos a fazer reunião na LBA, começamos a fazer reunião na rua, até que nós conseguimos uma sede que era na, ali, uma quadra antes da igreja, ãh, na Júlio de Castilhos. Antes da Universal, ali. ãh, em cima, numa garagem onde era um prédio da prefeitura, eles nos deram uma salinha, mas uma salinha muito pequena, cabia três, quatro pessoas. E a gente conseguiu um espaço maiorzinho pra fazer as reuniões, começamos a fazer nossas reuniões.

E foi em 98, nós ganhamos a sede. Até ali a gente fazia reunião em qualquer lugar. Em 98 nós ganhamos a sede, e o Ministério da Saúde nos chamou numa reunião, que tava sabendo que tinha um trabalho de prevenção muito lindo em Porto Alegre, e queria apoiar em cima de projetos. Mas a gente não sabia nem o que era projeto, nem como fazia projeto. E daí a gente chamou uma pessoa pra fazer o projeto, e fizemos o nosso projeto que foi Mulher no Ponto. Nós temos esse cartaz onde a gente conseguiu não dar cara pra mulher, nem negra, nem gorda, nem magra, nem preta, nem branca, a gente fez Mulher no Ponto. Era a silhueta de uma mulher só com pontinhos, toda ela feita de pontinhos. Então era Mulher no Ponto, que era a mulher no ponto da saúde, da cidadania, mulher no ponto do cuidado, e mulher no ponto pra trabalhar. A gente fez um cartaz assim que chamava a atenção de todas elas no local de trabalho delas quando elas tinham que tá. E a partir dali nós começamos a ter projetos e isso já fazem 31 anos, vai fazer.

Tina: Mas daí quando a gente começou, nós chamamos as próprias prostitutas pra trabalhar e executar, ser as monitoras... Buscar as gurias na rua pra ver os nomes e o Dr. Régis Kreitchmann, que era também do Postão da Saúde, do Postão, do Posto 3 lá em... em... o Postão da Saúde da Zona Sul. E ele, a gente, como no projeto previa nós pagar horas-aulas mas é que também, era 40 pila, 50 pila por hora-aula, e a gente chamou ele, e ele gostou muito do projeto porque ele trabalha com pesquisa de AIDS, né. Ele trabalha direto com mulheres soropositivas gestantes. Ele que faz esse trabalho... na Santa Casa também. E daí ele começou a fazer as oficinas pra nós, daí a gente começou a trabalhar. No começo até a gente chamava assim “ah, a invasão tem uma, uma reunião sobre doenças”, coisinhas e as gurias diziam: “ai Tina, doença a gente tá até o top”. A gente não tinha que chamar as gurias pra reunião sobre doença, a gente tem que chamar sobre saúde. Então, aquilo que a gente pleiteava, que tava ensinando pra elas, elas tavam questionando conosco. E daí a gente começou “oficinas de saúde”.

Então a gente começava, ãh, 15, de 15 em 15 dias tinha oficina de saúde. Era para 10, 20 pessoas, chegava a ter 50 na sala de reunião. E o NEP começou a desenvolver esse trabalho, mais tarde nós fomos pra uma sala no Mercado Público e no Santa Marta. Porque daí como nós tinha essa parceria já com a prefeitura, quando eles tiverem que entregar o prédio eles nos passaram pra outro espaço, e assim foram passando até que hoje tá na Galeria Malcon, que é um espaço, que ainda pela prefeitura, e... que era um INSS lá e a prefeitura assumiu, e hoje tem lá o movimento dos gays, das travestis, do NEP. Tinha também a da FAP que era pra pessoas com problemas mentais, e hoje a gente tá nessa sede e quando eles vão ter que entregar, vão nos dar outro espaço que já tá até alugado pra nós e que é aqui na Rua Uruguai. Mas só que a pandemia, era pra ter mudado em... maio, junho e com essa pandemia tudo parou, né? Então, o trabalho se desenvolve assim.

E hoje na frente do trabalho nosso, no NEP, são as prostitutas que coordenam, que administram. Eu faço toda aquela parte burocrática, de, ver a conta dos projetos, os relatórios é a Lúcia que faz. Mas antes disso também, a Lúcia não era, não tinha nem ãh, primeiro grau completo, né? E quando a gente levava pra alguma reunião, ela dizia “ai eu não vou falar, porque eu não vou saber falar”. Sabe falar! É, falar, é falar aquilo que tu sente e não aquilo que seja bonito. Aquilo que tá acontecendo com vocês, vocês têm que falar. E daí isso aconteceu eu disse “por que que tu não...”, assim “ai, eu não tenho estudos”, “então volta, estuda, que tu vai aprender a como se posicionar em relação à questão de vocês”. A Lúcia fez o supletivo. Passou, fez o vestibular, passou e fez faculdade. A Lúcia hoje é uma cientista

social. Ela está graduada em Direitos Humanos, com um projeto do Dr. Paulo Neiva que nos, nos deu uma bolsa pra ela fazer, na UFRGS ela fez. A... de Direitos Humanos. Ela fez um pós em Direitos Humanos. E hoje ela que faz os, os relatórios, os projetos. A Soila e a Mirtes são duas prostitutas de mais de 25 anos na prostituição, e administram e coordenam. E a Bete, a Bete é uma pessoa soropositivo que a gente conheceu ela, ela pegou do companheiro dela, e a gente acompanha ela até hoje. Também é uma prostituta que tá no movimento fazendo trabalhos ãh, conosco. Então o NEP hoje é muito gerido mais pelas prostitutas.

Faz dois anos que nós não temos nenhum projeto. Nem do estado, nem com o Ministério, nem com ninguém. Porque... ele, quando veio aquele, a mudança no governo, que os projetos teriam que ser estaduais e municipais né? E como o estado não tinha essa lei que podia repassar, a gente teve, a partir de um, um convênio com a UNESCO, nós tivemos mais de 20 projetos já nesses anos todos, inclusive com uma agência norte-americana, USAID, a, a na, o USAID foi que, teve um projeto muito grande que a gente desenvolveu nos 3 estados. Então hoje também tem essa questão em Curitiba, no Paraná, e tem um grupo que trabalha também em Santa Catarina. Mas a gente fez esses 3 estados no começo um projeto da, de regional. Que a gente usou a nossa região, são 3 estados e a gente trabalhou nisso. Então nosso trabalho é super reconhecido, e... Não me lembro qual é o ano, a gente foi prêmio Direitos Humanos pela UNESCO, Conselho Britânico e Assembleia Legislativa de Porto Alegre, por desenvolver um trabalho social em prol da comunidade local.

Então a gente tem um trabalho já de tantos anos e o nosso pilar é esse: saúde, cidadania e autoestima. Porque a gente trabalha nessa área, você não vai cuidar da saúde se se não tiver autoestima. Se tu não tem autoestima, tu não, tu não te sente cidadã. Então uma coisa tá ligada à outra. Então a gente trabalha nessa área, e faz com que as gurias saibam. E também foi criado depois, a gente montou a Rede Brasileira de Prostitutas, e onde a gente faz parte dessa rede, onde foi criado junto com o INSS e o Ministério do Trabalho, aquele projeto de, da CBO. É... Onde hoje prostituição não é reconhecida como profissão, mas ela não, ela é uma atividade legal. Ela pode ser exercida, pode contribuir pro INSS e ser prostituta. Como profissional do sexo, prostituta, ãh, garota de programa, acompanhante, qualquer coisa que você use, você pode contribuir pro INSS e pagar o teu INSS autônoma.

Laila: E Tina, tu, ãh, tu nota que mudou alguma coisa no cenário, assim, no contexto de Porto Alegre, lá do ano que foi fundado até hoje, assim, em questão de segurança, de atendimento à saúde?

Tina: Mudou tudo! Mudou tudo, mudou muito. Nós somos, hoje nós temos, ãh, desde 95, que quando a Brigada passava na rua e dizia pra elas circularem e coisa assim, e elas diziam “não, só um pouquinho, nós tamo trabalhando e nós somos cidadãs, nós temos uma associação e se tu quiser mais informação tu passa lá na nossa associação pra se informar”. Hoje a gente tem uma parceria muito legal com a Brigada Militar, com a Polícia Civil, a gente faz denúncias de qualquer tipo de abuso, a gente tem reconhecimento. Fazemos parte hoje do Conselho Municipal de Direitos da Mulher, é o COMDIM, fazemos parte do Fórum de Mulheres e de todos os movimentos.

Mudou em relação a elas ter conhecimento e mudou muito em relação à saúde delas. Porque quando a gente começou, a gente tinha um questionário. 50% delas faziam aborto clandestino, porque não usavam preservativo, engravidavam e era de cliente, acabavam fazendo abortos clandestinos muito horríveis, com agulha de crochê, agulha de tricô, com sonda nasogástrica,

com Cytotec, com esse monte de coisas que tem pra aborto, e eram feitos na, nessa época. E, e hoje, quando uma delas engravida, ela se programou, ou ela vai pro médico, faz acompanhamento. Hoje nós temos uma parceria com o Hospital Presidente Vargas já a mais de oito anos, onde a primeira consulta a gente dá um encaminhamento pra elas [falha] [inaudível 22'14-22'18] e ela mesmo marca, ela mesma vai, porque a gente discutiu assim, que não é privilégio com relação a isso, mas é questão de, de horários. Porque elas não podem ir trabalhar às vezes até tarde da noite, e no outro dia estar lá às cinco horas pra pegar uma ficha pra uma consulta, entendeu? Então, é manter que ela possa ter um horário pra consultar, então ela vai e marca, não precisa ser atendida com prioridade, mas se for caso de urgência sim, se não ela vai e marca sua consulta e no dia certo, no horário que ela marcou, ela vai consultar.

Então tem, tem esse, que foi um projeto, uma parceria que a gente fez também, na época, com o diretor da, da DST do Presidente Vargas, que é um hospital que atende mais mulheres, né. Então nós fizemos essa parceria. E no Postão da Cruzeiro também. E outra, que a gente teve já alguns projetos de pesquisa, com o Ministério da Saúde, sobre hepatite, HIV, AIDS e tuberculose. E isso foi muito legal porque a gente fez parte do Comitê de Ética do Ministério pra tá criando como a gente queria. A gente encaminharia pra teste, pra pesquisa, desde que tivesse qualquer respaldo em relação ao resultado dos exames. O resultado foi positivo? Elas tinham que ter toda sua assistência dentro do lugar onde ela fez os exames, entendeu? Então isso também criou uma confiança delas em relação ao atendimento médico e em relação à instituição, né.

Porque hoje raramente tu conversa com uma prostituta que é, porque a gente também discutiu uma coisa: prostituição pra nós é, é trabalho. Existem pessoas que são usuários de drogas que se prostituem para comprar a droga, essa não é uma profissional do sexo. É uma pessoa que faz qualquer coisa pra sua droga, entendeu? Então, outra coisa é: nós trabalhamos muito em cima de... “Ah, a prostituição de menor, o quê que vocês fazem?”. Menor não se prostitui. Menor é abusada, é prostituída. Então, menor pra nós precisa estudar e brincar. Então não existe prostituição infantil, existe exploração sexual de crianças e adolescentes. Isso a gente discutiu muito, em todas as áreas, até de segurança, quando diz assim: “Ai, vocês dão respaldo pra prostituição infantil”. Não existe prostituição infantil! Criança não se prostitui. Pra nós, o trabalho, profissional do sexo, prostituta é a partir dos seus 18 anos, que já é maior de idade e que sabe o que quer fazer. E avisamos ela também: se vocês estiverem em um lugar trabalhando e tiver menor, vocês não podem aceitar, tem que fazer denúncia. Então se... maior de idade trabalha e cuida dos menores. Então é isso que a gente sempre teve essa parceria com o [falha] Conselho Tutelar, com a Delegacia da Criança e Adolescente, de tá acompanhando essas coisas pra não permitir que a extorsão que sofre a criança e adolescente seja uma coisa muito direta como é, só que a gente sabe que isso existe. Mas se nós tomar conhecimento, a gente comunica aos órgãos de conhecimento, que o nosso trabalho não é com criança e adolescente, nosso trabalho é com mulheres prostitutas adultas. E a mudança foi muito radical, pra hoje você tá conversando com a Soila, que é uma prostituta de rua, que hoje trabalha em um coisa de saúde lá de Canoas como motorista de toda a equipe, e estar fazendo todo o trabalho que a Soila faz, alguma mudança tem que acontecer, né?

Laila: Sim. Eu conversei com a Lúcia também, até eu falei pra ela que assim que retornar ali o a, o atendimento na galeria eu quero ser voluntária também com vocês ali, aí eu conversei com ela também sobre isso.

Tina: Sim, mas é bom porque a gente diz assim, as voluntárias, elas começam indo lá, sentando, olhando, observando, pra ver se é isso que você quer, é isso que você vai fazer. Ótimo, maravilha, porque você tem que conhecer aonde tu tá e o quê que tá acontecendo dentro do movimento pra você saber se tu quer continuar ou se tu não quer, né. Então seria muito legal de ir. Pra nós não tem problema nenhum, assim que a pandemia essa passar, e a gente retomar todas as atividades, quanto mais gente se envolvendo no trabalho, melhor, né. Porque eu já sou uma senhora idosa. Eu já tenho mais de 65, eu já sou bisavó! Então, é, eu sou bisavó, tenho uma bisneta com três aninhos e...

Tina: E nós começamos em 80 e, nós começamos em 89. O registro foi depois, mas de 89 até agora já são mais de trinta anos. Tu não era nascida e eu já tava na rua.

Laila: ...o que tu acha que precisa mudar, assim, ainda? Que precisa melhorar na, em questão de legislação, de leis, de projetos, de políticas públicas?

Tina: Eu acho que assim óh, que já teve um monte de projetos, aí, pra... regular, regulamentação da prostituição. Mas a gente não precisa de lei especial pra regulamentar a prostituição. No momento em que ela sair do Código Penal de 1940, 1900... 1940... ah, não me lembro agora. Mas no momento que sair do Código Penal como uma atividade que, digna de condenação, ela automaticamente é uma profissão, entendeu? Então não adianta botar assim, "ah, pra legalizar as prostitutas, elas têm que ter o seu sindicato, elas têm que cumprir isso, cumprir aquilo". Elas são mulheres cidadãs! Elas são maiores de idade e adultas. Elas podem assumir a profissão que quiser. Crime é a exploração da prostituição. A exploração, a cafetinagem, essas coisa tudo é crime, mas ela, a mulher em si que se prostitui, não. É um direito que ela tem, um direito ao corpo dela. Então eu acho que leis especiais, acho que tem que ter mais é respeito mesmo e acho que conhecimento, porque como diz as gurias, elas não batem na porta, ãh, da tua casa pra levar teu marido pra dormir com elas. O homem que vai lá e paga pra ter o seu prazer. Então, elas sempre existiram e vão continuar existindo, né. Acho que é legal tu falar com as gurias também, tem a Leila que trabalhou conosco um tempo, nós temos bastante, já tiveram estágios com a gente e não sei se tu já entrevistou também o Miguel.

Laila: Sim, o do Miguel eu tô lendo o livro dele, ãh, também que a Soila me indicou, e... eu queria fazer mais algumas entrevistas com algumas trabalhadoras, se tu tiver o contato e puder passar também o meu contato pra elas, eu tenho mais assim uma semana pra fazer aí as entrevistas.

Tina: É, mas daí assim, é, quem pode te passar isso, esses contatos, a Soila te passa.

Laila: Tá. Que aí eu falo com ela, então.

Tina: Ela que fala com as funcionárias. Porque a Soila é que cuida desses, dessa parte dos contatos das gurias. Inclusive ela tem um grupo de Whatsapp das prostitutas, onde combinam quando que vão se encontrar pra conversar, quando tem alguma dificuldade, porque a gente auxilia elas em psicóloga quando precisa. Elas têm problemas com filhos, elas têm problemas com parentes, com mães, né, então a gente tem um acompanhamento. Agora tudo parado, claro, mas um acompanhamento bem grande com, com a família, porque elas são famílias.

Laila: E como tá a situação, assim, da maioria no COVID?

Tina: COVID na família?

Laila: É, financeiramente também, porque atingiu bastante, assim. Como é que tá toda a situação?

Tina: Pois é, a gente vê assim no norte e no nordeste, que tem associação que faz parte dessa rede, que as prostitutas estão muitas dificuldades e que tão com mais idade também. Porque a gente nunca foi assistencialista. Nós, nós temos um trabalho social, não de assistencial, então a gente se aglutinou. E quando ela trabalha, ela ganha, ela tem guardar. Tem que ter a casa dela, ela tem que valorizar a família que ela tem, e outros clientes que ela tem também, porque o cliente não é só no dia que vai fazer o programa. Por exemplo, a Soila tem cliente de mais de quinze anos, a Lúcia tem cliente de mais de vinte anos. Então nessa hora, esses clientes, mesmo que elas não estejam fazendo nada, são pessoas amigas e próximas que tão ajudando. Então a maioria das prostitutas que não têm isso, elas tão no trabalho, mas claro, como a Soila faz máscaras pra doar, a Soila faz doação de máscaras no grupo e a gente entrega o preservativo e um kit álcool gel e elas têm que se cuidar, elas têm que saber que elas têm família e têm que se cuidar. Acho que trabalhar cidadania, é trabalhar isso. Porque assistencialismo eu digo sempre, a gente nunca vai dar o peixe, a gente dá a linha e o anzol e te ensina a pescar.

Laila: E uma dúvida: como vocês conseguem ãh, o, arrecadação, assim, de fundos? Pra os kits...

Tina: Não. Quando nós temos projetos... quando nós temos projetos, nós temos ãh, utensílios pras coisas que a gente precisa. Quando nós estamos agora a dois anos sem projeto, por exemplo, ãh, o telefone agora a gente mandou desligar, a internet e tudo lá, porque nós tamo a um ano sem usar, né? E era muito caro, mas a gente paga a contadora, e as gurias, as próprias prostitutas, durante o ano também, cada vez que elas vão na instituição, buscar seu preservativo ou pra participar das oficinas, das reuniões, elas fazem uma doação de cinco reais. Pra comprar, fazer o frete das camisinhas que a gente busca, comprar água, café, fazer o cafezinho delas, o açúcar, as coisas que elas precisam ali, a embalagem pra levar os preservativos, elas têm uma consciência de contribuição também. Agora que nós tamo parada, não tá entrando nada, quem tá pagando somos nós, fazendo a nossa vaquinha, com ações internas e voluntárias nossas. Ah, doam lá, dez pila, vinte pila, então assim a gente vai juntando pra fazer esses pagamentos. Esse ano agora piorou tudo, então, sem projeto, sem nada, a gente tá assim, a gente pede contribuição, porque a contadora vamo continuar pagando. Ah, embalagem pras camisinhas também, o frete pra buscar as camisinhas também. Então tem coisas que não param. Porque nós não pagamos o espaço da sede, nem luz, nem água, nem condomínio. Então isso é, é uma parceria que a gente tem com a prefeitura e que eles mantêm o nosso trabalho, porque como eu digo: tem muitos que têm que pagar outras contas, instituições que hoje tão fechando, porque não tem condições de pagar. E nós temos essa parceria que a gente construiu ao longo desses anos, né? Então isso nos facilita. Deu pra entender um pouquinho?

Laila: Deu, deu, foi muito bom! Nossa, muito bom! Tô, tô...

Tina: Mas tem, tem muito mais, eu dei um resumo geral, assim.

ANEXO V

ENTREVISTA 5: Dandara, 27 anos

**Entrevista realizada no dia 12 de agosto de 2020.*

*** A pedido da entrevistada, foi adotado nome fictício e omitidas informações que possam identificá-la.*

****Obs: A transcrição a seguir considera a **fala literal da entrevistada**. Portanto, não foi feita a revisão segundo a norma ortográfica padrão, e sim manteve-se a linguagem coloquial própria de diálogos informais, como é comum na obtenção de dados via entrevista gravada.*

Tenho 27 anos, eu trabalho com sexo já a 7, tive umas idas e vindas, e daí uns dois anos atrás, eu falei não vou ficar mais indo e voltando dessa vez eu vou ficar de vez porque é onde, onde eu me sinto feliz, aonde eu me sinto bem, aonde eu me sinto acolhida, por mais que seja um espaço assim meio, meio não né, totalmente, cheio de frestas que acabam machucando a gente. Deixa eu ver, eu sou de São Paulo, só que não fico só na cidade de São Paulo, vou pra outras cidades, também, geralmente vou pro litoral. Quando dá eu vou pra outros estados. Hoje em dia, eu faço parte da NPS, que é a Articulação Nacional de Profissionais do Sexo, faço parte aí acerca de um ano. E estamos aí na luta, né.

Bom, a articulação eu conheci quando eu fui para um congresso no Maranhão no ano passado. E ali eu conheci muitas mulheres e conheci a Fatima Medeiros da Bahia e conheci a Diana que também é do Rio Grande do Norte, e elas me fizeram esse convite pra fazer parte pra ajudar agregar na luta. Digamos que eu faço mais um trabalho de base dentro da ANPS, que é a questão de, vamos dizer assim, por exemplo, da gente estar com uma campanha para arrecadação de fundos, né, essa campanha a gente faz uma *live* que eu sempre tô ali participando, ajudando numa coisa ou outra, essas *lives* servem pra gente divulgar o nosso trabalho e também buscar esse retorno financeiro para que o nosso trabalho continue sendo feito, a gente procura sempre trabalhar com mulheres que estão em situação de vulnerabilidade dentro do trabalho sexual, porque não são todas as mulheres que tem um lugar seguro pra trabalhar, muitas estão trabalhando nas ruas, a gente tem que ficar em cima, questão de preservativo se tá utilizando, gente tem que ficar sempre vendo essa questão dos direitos humanos da mulher trabalhadora sexual, né, os direitos civis, os direitos jurídicos com que a gente sofre bastante, principalmente, quem tá na rua o estigma é muito grande. Então, a gente trabalha com esse papel né, de estar ali ajudando essas mulheres em situação de vulnerabilidade. A ANPS hoje tem muitas colaboradoras de estados diferentes, né, por ser nacional tem colaboradoras de norte a sul do país. E a gente tá aí fazendo esse trabalho lindo e espero que continue assim por muitos anos e a gente cresça muito mais dentro do nosso projeto.

Sim, tem muita dificuldade, né, principalmente agora, que veio a pandemia e acho que deixou muito mais visível as nossas fragilidades enquanto trabalhadoras, porque realmente a gente não tem respaldo nenhum, nem jurídico, nem governamental, nada. A gente tem que tá ali, batalhando, correndo atrás, tem que ficar teclando em cima, sabe, cobrando mesmo, poucas, sabe, poucas coisas que a gente conquistou foi com muita, muita, muita luta, né. Por exemplo, digamos que eu esteja exercendo meu trabalho e eu esteja com um cliente e as minhas regras são, por exemplo, eu não faço sexo anal e eu não transo sem camisinha. E aí o cara vem e me

coage a fazer exatamente o que eu tô falando que eu não faço. Se eu chegar numa delegacia hoje e falar “olha, eu sofri um es- eu sofri um abuso sexual dentro do meu trabalho, um estupro”, eu não vou ser ouvida, eu vou receber piada na minha cara, como se “ah você recebeu pra isso”, sabe. Então, a gente encontra muitas dificuldades, a gente não tem legislações que, que realmente estejam do nosso lado, nem trabalhista, sabe. Por exemplo, uma mulher hoje que trabalha com sexo, ela chegar num banco e ela falar - for preencher os documentos e na hora de falar sobre a profissão dela, aí, ela quiser usar, o código de ocupação brasileira da profissional do sexo, ela encontra dificuldades, por mais que conste na CBO, por mais que tenha sido uma conquista maravilhosa, a gente ainda tem essas dificuldades, sabe. São inúmeras, né, questão de segurança, por exemplo, a gente ficar a mercê.... por exemplo, de casas noturnas, dum privê, de uma casa de massagem, das leis da rua, porque quando a gente trabalha na rua é a lei da rua que a gente tem que seguir e não existe uma lei específica, sabe, é bem complicado, por exemplo, se a gente vai viajar pra outro país, porque é visto como tráfico humano para fins sexuais e poxa só queria viajar um pouquinho e trabalhar em outro país, ou i para outro estado numa boa sem ninguém achar que eu tô sendo vítima de tráfico, sabe. Eu gostaria muito que não fosse confundido os papéis.

Mas é proposital, isso é proposital, ninguém gosta de putas, nós não somos aceitas em lugar algum. Isso é proposital pra que a gente continue na margem, cada vez mais no fundo do poço. É assim que eles querem ver a gente. Assim que a sociedade quer ver a gente. E isso é complicado, porque a própria, a própria trabalhadora sexual acaba se colocando nesse lugar, aceitando esse lugar pra ela, sabe. Isso é muito complicado, muito complicado, a gente vive com medo constante de represálias, de perder amigos, de perder parcerias, e a gente vive com esse medo constante, e eu nem julgo quem aceita esse lugar, porque eu já estivesse nesse, nesse ponto de aceitar aquilo que tinha pra mim ali no momento, sabe.

Sim, é difícil. Sim, olha, eu vejo por experiência própria. Eu comecei a trabalhar nas plataformas digitais depois da pandemia- depois desse, né, desse boom da pandemia e aí o que que acontece, né, meus trabalhos iam muito bem até o momento que eu falei que eu era ativista, nesse momento as portas meio que começaram a se fechar pra mim, a minha venda caiu bastante, as pessoas se afastam, as trabalhadoras também se afastam, sabe, bem complicado assim.... você não precisa colocar a sua cara pra lutar, pra fazer alguma coisa, não é necessário, a gente vive num mundo muito tecnológico, sabe, a gente pode fazer tanta coisa sem dar a nossa cara a tapa realmente. Só que as pessoas ainda tem esse medo de ser relacionada a imagem da puta, aquela estigmatizada, ou aquela que não presta, os piores adjetivos que existem as pessoas, as mulheres que trabalham com sexo, elas ainda tem medo, né, tanto é que, por exemplo, uma garota que vende pack na internet, ela não se considera trabalhadora sexual, porque ela acha esse termo o fim do mundo, sendo que ela é uma trabalhadora sexual, ela não entende isso. Isso é frustrante pra gente que tá do lado de cá, que tá lutando, luta pelos direitos dessas mulheres também e é muito difícil fazerem elas entenderem as necessidades dessa luta, de correr atrás de direitos, de querer respaldo jurídico, político, enfim. É bem complicado.

Nossa é... bom antes, eu pagava minhas contas em dia... Minha família vivia muito bem, porque eu sou mãe e sou esposa. Todos viviam muito bem, meu esposo trabalhava também, tava tudo indo direitinho, tinha plano de comprar minha casa, tava tudo lindo e maravilhoso e aí quando começou a pandemia, eu fui pra minha casa, voltei pra minha cidade, fui pra minha casa, fiquei três meses trancada, tentando aprender a lidar com o virtual, porque até então eu

nunca tinha trabalhado com virtual, foi barra pra mim... demais. Tive que pedir pra diminuir valor de aluguel meu, porque eu não tava conseguindo pagar, sabe, pedir favor emprestado pra parente, dinheiro emprestado pra parente, foi difícilimo. É valor do auxílio, né, que a gente teve esse auxílio aí disponibilizado, mas nem todo mundo recebeu. Recebi minha segunda parcela agora esse mês, fiquei três meses parada dentro de casa, o valor que eu recebo do auxílio não é um valor que cobre as minhas contas, não tem como, sabe. E tive que voltar a trabalhar, tem cerca de um mês, menos de um mês eu voltei pro trabalho presencial, mesmo assim, não tenho o mesmo movimento que eu tinha antes, né. Antes eu tirava por mês um valor legal mesmo. Hoje em dia eu fico pensando como que vai ser, por mais que eu esteja aqui trabalhando, não tem ainda um fluxo legal de clientes, não sei nem se isso é bom, se isso é ruim, é bom, né, pro mundo, mas pra mim é péssimo, é muito ruim. Pra mim, ser humano, pensar dessa forma, porque eu me sinto um lixo de não poder ficar na minha casa, quietinha, e ter que tá aqui, vindo trabalhar, sendo que poderia, sabe, tá na minha casa, sendo que poderia estar me resguardando, também, de um mal que existe, que tá aí, que tá a solta, sabe.

Olha, dentro da articulação se eu não me engano teve uma pessoa que não poderia receber, não foi na articulação, na verdade, foi uma companheira minha, ela tem um filho especial, esse filho especial está com o pai, e ela abriu mão de receber o benefício dela pra que o pai da criança recebesse, porque se ela recebesse a criança não teria esse auxílio, sabe, por parte do pai. E ela tá passando um momento bem barra também, tem que ficar vivendo de vaquinha, e ela é uma pessoa que tá no grupo de risco. Foi bem, bem difícil, mas relatos a gente ouve todo dia, né, tem pessoas que realmente não receberam até hoje esse auxílio. Não só civis comuns, a gente que trabalha aqui como prostitutas também, a gente passou uma barra até receber isso, né, porque fechou tudo, fechou puteiro, fechou massagem, boate, fechou tudo. Então, daonde a gente vai tirar dinheiro? sabe, muitas vezes a gente sustenta nossa família inteira. Esse momento, por exemplo, eu sou a única pessoa que tá trabalhando em casa, e eu tenho aluguel, e eu tenho que pagar internet pro meu filho estudar, tem alimentação, tem remédio, sabe, são várias coisas, aí a gente que é mãe se preocupa, porque chega o frio aí você tem que comprar roupa de frio pro seu filho porque as do ano passado já não serve mais, sabe, é várias coisinhas assim, várias dificuldades que com essa pandemia, sabe, tá, três vezes pior.

Não é nem questão das pessoas, a gente entra na questão do governo, também. Que governo é esse? Principalmente. Por exemplo, se tivesse sido pontual desde o começo, tivesse sido pontual essa ajuda, se fosse um valor que a gente realmente consegue viver numa boa, se tivesse trancado tudo, logo que teve - o paciente número um, se tivesse trancado, todo mundo ficado em casa e tivesse tido ajuda efetiva do governo a gente estaria numa situação muito melhor agora. A gente nem precisava ficar numa meia quarentena durante quatro, cinco, seis ou quantos meses vão vir por aí, sabe, a gente já teria resolvido isso de começo.

Eu mesma vejo, só o meu aluguel é 650 reais. Olha... tudo aumentou, na verdade, nessa pandemia, tudo. Tudo... foi comida, foi serviços...

Eu contribuí um tempo, e depois eu larguei mão e aí foi um deslize muito grande meu. Depois de um tempo eu peguei e abri mão... nem sei porquê.

Assim é, querendo não é uma coisa que fecha muitas portas pra gente, quando a gente se estabelece como profissional do sexo, sim eu sou, fecham diversas portas pra gente, muito. Por exemplo... digamos que tenha um congresso, sei lá, em outro país e a gente precisa ir e isso tá nos nossos registros. Se é um país, por exemplo, os Estados Unidos, a gente não pode entrar, porque claramente, nós somos profissionais do sexo, sabe. E fica difícil até pra gente fazer o nosso próprio ativismo, né, é - é um, como é que eu vou colocar assim, é uma ambiguidade muito grande, muito grande mesmo. São coisas que a gente conquistou, mas que a gente tem medo de utilizar, por conta de represálias, sabe... estigma, preconceito. Por exemplo, uma mulher casada que trabalhe com isso, que ela trabalha ali, né, escondida, ou ela trabalha escondida da família, pra ela já não é viável esse é, esse CBO, sabe.

Sim, por exemplo, eu vou ao ginecologista e daí eu preciso fazer qualquer tratamento a partir do momento que eu falo que preciso daquilo porque eu sou uma trabalhadora sexual ou eu sofro algum tipo de violência, algum abuso sexual, perguntas desnecessárias, cantada ou alguma coisa do tipo. Ou tratam muito mal porque a gente é trabalhadora sexual, sabe.

É a mesma coisa, como eu disse pra você, se eu sofro um estupro hoje dentro do meu ambiente de trabalho, e eu vou denunciar eu não tenho nenhum respaldo, nenhum, sabe. Vão dizer “ah, mas você tá recebendo pra isso”, ou vão fazer piada, ou vão querer meu número pra fazer programa, ou vão ficar olhando meu corpo... a instituição polícia militar, é uma instituição machista pra caramba, sabe, nojenta.

Demais, eu costumo falar assim, que os homens têm raiva de mulheres que cobram por aquilo que eles acreditam que são deles por direito, sabe. A partir do momento que uma mulher é livre, e ela é tão livre a ponto de cobrar por aquilo que eles acham que é deles, isso já causa um ódio ali instantâneo, sabe. Já é instantâneo. Eu não sei porque tanto tabu com sexo, é uma coisa tão natural, todo mundo transa, todo mundo tem desejos. Quer dizer, a gente sabe o porque né, mas é tão longo pra explicar isso.

Sim, sim. Eu acho que – assim as pessoas acham que sexo deve ser ensinado em casa, mas sabe, eu sou mãe, eu tenho uma filha de dez anos, eu e a minha filha, a gente conversa super abertamente sobre sexo. Eu sempre falo- sabe- se tem uma dúvida pergunta pra mim, sabe, conversa normalmente, não é - em casa isso não é um assunto, sabe “oh meu Deus, sexo, ui um bicho de sete cabeças”, mas as pessoas acreditam que a escola não deve ensinar isso, não sei porque, porque vai ter uma pessoa ali especializada pra ensinar aquilo, ninguém vai ensinar como vai colocar o pipi no popo, sabe, não vai ser dessa forma, sabe, coisas básicas, ensinas usar um preservativo, falar sobre anticoncepcional, a saúde da mulher, do homem, também. Porque a gente precisa falar da saúde do homem, a saúde sexual do homem. Tem homem que poh não sabe nem como que lava o pinto. Sabe, coisas básicas. E a família tem medo de ensinar isso, não fala sobre isso, muitas vezes não teve isso na, sabe, com os pais, e não sabe passar isso pros filhos. E a gente cria, sabe, uma geração que tá ali tentando aprender por conta própria errando horrores. E aquela coisa também, né, a mulher não pode fazer nada, tem que ser uma bela, recatada e do lar, ela não pode fazer nada, se ela fizer alguma coisa, se ela usar um short, ela é puta, vagabunda, o pior ser humano. É complicado.

Olha, eu imponho limites, mas vou falar pra você, quando eu entrei na noite, eu acreditava que o homem podia fazer o que ele quisesse. Só que aí eu tenho os meus limites, e aí eu tentava burlar aquilo e tentava sabe, conversar, colocando panos quentes, pisando em ovos. Hoje em dia não, hoje em dia eu falo, é do meu jeito não é, quem está prestando serviço aqui sou eu, cabe a você aceitar a forma que eu estou trabalhando ou você vai procurar outra pessoa. Vai procurar alguém que faça o que eu não faço, sabe. A gente sente isso, sim, é uma profissão que a gente convive diariamente, constantemente com machismo, sabe, com brutalidade. Ai por exemplo, o cliente - sabe, eu cobro tanto e aí o cliente quer a todo custo que eu abaixe aquele valor. Ou ele chega no quarto quer fazer o que quiser. E não é assim que funciona. A gente tá prestando um serviço. A gente já fala de antemão como é o nosso serviço, o que a gente aceita ou não, e aí ele tem que, cabe ele falar, tá isso aqui é pra mim ou não, não ficar me perturbando pra eu fazer o que ele quer.

Olha, logo que eu voltei eu fui conhecer uma boate pra trabalhar, logo que abriu aqui eu fui pra trabalhar, não, não vou falar pra você que tá sendo bonitinho, porque não tá. A coisa tá feia. Ninguém usa máscara, ninguém usa álcool em gel, os quartos não estão tendo higienização. É gente dividindo copo, quem usa droga tá dividindo canudo, sabe, cigarro passando de uma boca pra outra. Gente conversando muito próximo. Não tá tendo cuidado nenhum. Hoje, eu atendo só eu e uma amiga numa casa, que a casa é dela, e eu venho pra cá, passo a quinzena aqui com ela trabalhando e volto pra minha casa. Aqui a gente ainda tem o controle né. Chega, manda o cliente, a primeira coisa que vai fazer é "olha, vai lá tomar um banho". Só que fora dessa esfera não tem controle nenhum. Aqui em São Paulo que deveria ser um lugar que as lideranças deveriam ser fortes e sabe tá em cima mesmo, deveria ser exemplo aqui, não tem nada, não tem ninguém, fazendo nada, sabe, a gente tá realmente a mercê da- a mercê, porque a casa pra tá aberta, ela tá lá pagando uma propina pra polícia ou a própria casa é de um policial ou de um delegado ou um sargento, alguma coisa assim, e aquilo ali passa despercebido, porque realmente pra essas pessoas a vida da gente não importa. Se eu aparecer hoje na boate com uma máscara, ninguém vai chegar perto de mim, sabe, eu vou ser alvo de piadas das minhas próprias companheiras de trabalho e dos clientes. Como eu vi esses dias num grupo, é... é postaram, é um grupo de clientes falando assim "olha, fulana de tal lugar tá pedindo pra ir de máscara", "fui fazer o atendimento lá, ela tava de luva", aí pega e fala assim "mas puta, pedindo máscara, mas quem é essa daí pra pedir isso", sabe, como se a gente não tivesse ter direito a saúde, a segurança no nosso trabalho. É uma falta de respeito muito grande.

É, mas é aquela coisa, né, as casas existem e existe uma política de não estou vendo, não estou ouvindo, não vou falar nada. Existe essa política, as pessoas sabem que existe, o Estado sabe que existe, mas ninguém faz nada. Sabe, casas muito famosas que estão aí, tão traba- tá todo mundo trabalhando e ninguém faz nada, porque tem uma convivência, porque tem a convivência de setores públicos pra que esses lugares continuem funcionando.

Com certeza. Meu, dentro dos próprios movimentos, vai, vamo colocar a esquerda que é tão politizada, né, tão social, a gente é excluída desses movimentos, ninguém quer falar da puta. Ninguém quer falar assim "olha, essa mulher se ela quiser trabalhar com isso, ela merece, pelo menos ter direitos", sabe, as pessoas - ou então quando vai ser se falar sobre políticas públicas para nós não querem colocar a gente falando, querem colocar outras pessoas falando, sabe, ocupando o nosso local de fala pra falar sobre a nossa vivência, sobre o que nós precisamos, as nossas necessidades. E isso é algo muito sério, porque não dão espaço de voz e

ainda mais agora depois, depois do Governo Temer, que aí desandou tudo mesmo, porque antes disso, a gente ainda conseguia ter um diálogo com secretarias de saúde, de segurança e tudo mais. E depois do Governo Temer a gente acabou perdendo totalmente o diálogo, depois o Bolsonaro piorou. Se tinha algum diálogo, agora, não tem mais. É tudo na base da pedrada. Que é assim que funciona nesse governo pra você ter alguma coisa, ou então para ser pelo menos ouvida, que pra você alguma coisa nesse governo. é difícil, sabe, tanto é que porra, quantos coletivos tem, associações, articulações e a gente não, não recebe nada do governo, sabe, tá todo mundo se virando pra conseguir cesta básica, pra entregar pra trabalhadora sexual, tá todo mundo se virando nos trinta pra conseguir máscara, produtos de limpeza, lugares pra elas ficarem, porque muitas não estão nos seus estados, vão ter que pagar aluguel pra ficar no local, e se não tá trabalhando paga o hotel como, sabe. E a gente tem que se virar, e aqui é realmente a política do nosso por nós, é a gente que faz, a gente que corre atrás, a gente que luta, a gente que grita, a gente que faz a porra toda, porque ninguém tá nem aí.

Olha, eu vou falar pra você, discriminar não é a palavra correta, porque o trabalho sexual não é um crime. A palavra certa é legalizar, ter legalidade, sabe, ter políticas públicas para que o trabalho sexual seja exercido de uma forma correta, de uma forma ética e tudo mais. E eu acredito sim, que se for legalizado, se houver legislações, tiver uma legislação ali falando vai ser assim, assim, assado, vai melhorar muita coisa. É claro que o estigma não vai acabar no momento, no mesmo momento que tiver uma lei, a gente não vai passar a ser ouvida com tanta facilidade, mas já vai ajudar em muita coisa. Por exemplo, quando a gente passar por uma situação de violência a gente vai ter pra onde correr, a gente vai poder falar assim “opa, per aí, tá na lei, aqui, que não é desse jeito, o jeito certo é esse”, sabe.

Sim, por exemplo, se prostituir, eu me prostituir não é um crime, o crime de pagar por sexo aqui no Brasil não é um crime, mas se tem uma casa, ou uma pessoa que leva vantagem em cima do meu trabalho aí sim passa a ser um crime. É totalmente diferente.

O Brasil é conservador sim, e moralista, né. Mas eu acho que a gente é mais moralista do que conservador, sabia. Porque todo mundo procura por sexo, né. Os pais querem trazer seus filhos pra aprender com uma prostituta como é que transa, né, tem essa cultura em alguns lugares. O homem, ele procura, às vezes ele tá estressado, ele vai lá e procura. Tem casais que procuram a profissional do sexo. Só que ninguém quer admitir, sabe, todo mundo prefere jogar pedra com medo do julgamento alheio. E esse é um problema assim no Brasil. O Brasil teria, sabe, seria um país nota dez se fosse legalizado, se todo mundo fosse adulto e tratasse isso de uma forma mais aberta. Só que as pessoas ainda preferem tapar o sol com a peneira. mesmo procurando por sexo falar que é uma coisa terrível pagar por sexo. Então, o problema no Brasil, pra mim, ao meu ver é mais moralismo, do que conservadorismo.

Sim, acredito, porque o brasileiro, ele tem assim, né, uma ideologia estranha de que a política tem que ser feita ali parece que é um ambiente totalmente diferente, num lugar totalmente diferente do que é o Brasil, né, a gente acredita que legislações é só pra rico e a gente não pensa em minorias. E a gente tá vivendo isso de uma forma muito mais pesada agora com esses governos, por que as minorias, elas... o projeto do governo é acabar com as minorias, né, é todo mundo ser um padrão, todo mundo ser igual. Então, quando o brasileiro começar a pensar sim em minorias, sabe, de que cada, cada grupo tem ali o seu recorte, a sua necessidade, muita coisa vai mudar, sabe, porque as pessoas vão parar e pensar “pow,

realmente, a situação que uma prostituta sofre, ela precisa de direitos trabalhistas, ou ela precisa de mais segurança, né”. Bah, você vê questões de negros, de pessoas de classes sociais diferentes, essas minorias sofrem. Embora, eu não acredite, por exemplo, que classe social, né, uma pessoa pobre, ela não é minoria no Brasil, ela é maioria, e a gente não enxerga a pessoa pobre, o pobre é maioria no Brasil, né, é a gente que alavanca o país, é a gente que faz a economia girar, a gente que faz tudo isso. Enquanto as pessoas não entenderem tudo isso e trazer isso para dentro da esfera política, as coisas não vão mudar.

Muito trabalho, mas é possível sim, poxa, a gente tem, tem aí, né, exemplos de outros países que conseguiram chegar em algum lugar, não é ainda, o lugar que a gente quer, mas... já teve mudanças, mas porque teve muito diálogo. E as pessoas, elas precisam começar a ouvir as pessoas que... que, sabe, tão ali, que elas tão querendo julgar, elas têm que ouvir essas pessoas que elas estão julgando. É muito fácil falar que meu trabalho é fácil, mas ninguém tá aqui comigo pra saber como é que é meu trabalho. Quais são os percalços, os desafios, o que que eu passo, o que que é bom, o que é ruim, o que eu preciso, o que eu não preciso. Né, todo mundo quer dar um pitaco. Todo mundo quer falar, mas ninguém quer tá no nosso local de fala aqui, sabe, ver o que a gente passa realmente, ninguém quer dar voz pra gente. Então, de primeira assim.

Sim, olha eu tenho uma amiga, ela tá fazendo também o mestrado nessa área de trabalho sexual e eu acho bem bacana, porque quando – quando, mesmo que ela esteja fazendo um trabalho sobre isso, um trabalho acadêmico, ela chega até nós pra falar assim “olha, isso que eu falei tá legal, né, tá dentro do contexto, eu não falei nenhuma besteira”.

E é isso, né, a gente precisa de local de fala, realmente. Por mais que tenham pessoas estudando, sabe, que quer agregar na luta, mas essas precisam entender que a nossa voz também é importante. Que não adianta falar que é A ou B, sendo que a gente acha que é C, sabe. Então, é importante sim, o trabalho acadêmico, sabe, as universidades estarem mediando essa, esse bate-papo entre prostituta e sociedade, é muito importante, porque aí talvez dessa forma as pessoas passem a entender o que realmente é, sabe. Poxa, tem uma universidade fazendo trabalho sobre prostituição, será que eu não tenho que olhar isso com mais carinho? Acredito que esse seja um caminho muito, muito, muito bom.

Mas é complicado, a gente passa também por, alguém convida a gente pra fazer alguma coisa daí é uma rad doída que acha que o trabalho sexual tem que ser extinguido e a puta não ter mais onde trabalhar, basicamente.

Eu adoeci por causa disso no começo do ativismo. Logo, quando eu comecei, eu comecei tem uns cinco anos. Aí eu comecei a discutir muito na internet, me abrir “ai sou puta mesmo, entendeu, minha vida é assim, assim, assado, não quero ninguém falando da minha profissão, se você não trabalha com isso não fala”. E aí eu arrumei muita encrenca, e aí eu cheguei a adoecer, eu tive que me afastar um tempo do ativismo, porque eu não tava fazendo aquilo da forma certa, porque não adianta eu entrar no ativismo, basicamente, pra atacar pessoas que são contra mim, né. Hoje em dia eu tenho uma outra visão. Eu acho que, eu posso sim exercer o ativismo, sabe, buscar direitos, mas necessariamente sem tá ali, viver pra atacar pessoas,

sabe. Deixa a pessoa lá, atacar, morre com o próprio veneno. Mas a minha parte tô fazendo, tô correndo atrás do meu, sabe.

Pra você ver, pra tu ver como o estigma afeta até quem não tá no trabalho sexual.

E entra nesse mérito também, de as pessoas acharem que a prostituta não pode crescer dentro da profissão dela, ela não pode ser referência, ela não pode enriquecer. Gente, eu entrei pra prostituição pra que então, pra mendigar? Sabe. As pessoas não aceitam uma prostituta que tá ganhando a vida, que tá, sabe, crescendo, financeiramente, principalmente. Ninguém aceita.

Eu tenho uma amiga que é trabalhadora sexual, e aí uns dois, três anos atrás, ela deu uma entrevista pra uol, e ela é da mesma cidade que eu, né, e ela deu uma entrevista pra falar sobre trabalho sexual. E essa entrevista ficou muito famosa na minha cidade. Muito, muito, as pessoas iam na página da uol, na matéria dela pra, sabe, ir lá e colocar todo o ódio delas. E ela tem uma filhinha hoje em dia, a filha dela, acho que tem sete anos. Deixa eu ver, e um ano e meio atrás mais ou menos, ela ia fazer a festa da filha dela de aniversário e falou assim pra mãe dela “olha, chama as crianças das salas da M. pra ir na festinha tal”, aí a mãe dela pegou falou assim “olha, eu não vou fazer isso porque eu fui chamada na diretoria”, porque é a mãe dela que cuida da criança, “eu fui chamada na diretoria, porque as mães estão falando pros filhos que não é pra brincar com a M. Não é pra brincar com ela e justamente por causa da sua profissão”, sabe, pra você ver onde o estigma chega. Onde que isso tá chegando?, sabe. Quais são – não afeta só a mim, uma pessoa que vem destilar ódio dela, não tá afetando só a mim, tá afetando toda a minha família, sabe, tá afetando meu convívio, o meu carinho com a minha família.

Principalmente, porque aí você fica pensando, caramba, só tô ganhando meu dinheiro e tipo isso, sabe, tô sustentando minha família, tô pagando minhas contas, não tô fazendo mal pra ninguém, porque que tão atacando até minha família. Sabe, uma criança que não tem, sabe, não tem maldade nenhuma, porque que tu vai... Aí começa, pra você ver onde que começa, dentro da própria família começa esse preconceito, e é passado de pai pra filho. Porque a criança tá lá na escola, só tá brincando, não vai fazer nada demais, gente. Porque você vai falar pro teu filho não brincar com filho de fulana, porque a fulana é puta, sabe. Não sabem separar as coisas, não sabem. E isso acaba com a nossa vida de uma forma, sabe, nossa. Oh, o que a gente tem que gastar com psiquiatra, com psicólogo não tá contado não.

Eu tenho muita vontade de fazer um curso, sabe. Entrar pra uma universidade, fazer um curso bonitinho, eu morro de vontade, mas assim... o lugar que eu venho e onde eu tô hoje me impossibilita totalmente de estar nesses espaços de certa forma. Eu já imagino o tanto de problema psicológico que eu ia ter, porque provavelmente eu ia fazer um TCC, algo do tipo, eu ia fazer voltado pro que eu conheço, que é o trabalho sexual, sabe. E aí eu teria que falar “sou trabalhadora sexual”, e aí eu já imagino, o tanto de problema que isso ia me trazer. É uma coisa que um dia eu pretendo, mas é uma coisa que eu tenho que me fortalecer muito, porque eu não sei se eu ia aguentar tantos anos dentro de uma instituição que não ia querer eu ali, sabe, a figura que eu represento ali.

O grupo da ANPS, ele é majoritariamente, composto por mulheres pobres, sabe, mulheres, que tipo, tão ali buscando melhora pra outras pessoas, mas tão se fudendo ali no dia a dia, faltando comida e os caralhos. Aí pensa... aí você vê outras esferas do ativismo, de pessoas que não sabem nem do que tão falando, tão ganhando edital, tão ganhando dinheiro, tão lucrando à custa do ativismo, tão viajando fazendo um monte de coisa e a gente aqui que tá se fudendo, não tem nem dinheiro pra comer direito, a gnt não consegue fazer quase nada.

Respaldo jurídico e o social, também, questão do governo, sabe, tá com a gente, integralmente. Eu acho que essa questão do governo junto com a gente é o que a gente mais precisa. Isso é essencial. Porque se a gente não tiver o governo junto com a gente, sabe, apoiando as nossas propostas, ouvindo a gente, a gente não vai conseguir sair do lugar, não vai conseguir aprovar leis pra gente. Até os próprios políticos mesmos, tem muito político que vem em grupo da gente, né, de putafeminismo, e fica sabe, é, como é que diz, fica caçando voto, mas na hora que a gente precisa, cadê?

ANEXO VI

ENTREVISTA 6: Ártemis

**Entrevista realizada no dia 24 de agosto de 2020.*

*** A pedido da entrevistada, foi adotado nome fictício e omitidas informações que possam identificá-la.*

****Obs: A transcrição a seguir considera a **fala literal da entrevistada**. Portanto, não foi feita a revisão segundo a norma ortográfica padrão, e sim manteve-se a linguagem coloquial própria de diálogos informais, como é comum na obtenção de dados via entrevista gravada.*

Bom, eu comecei com 18, vou fazer 27, então, vai fazer 9 anos agora esse mês. Eu comecei pela internet, eu só fui começar a frequentar boate mesmo em 2015. Mas sempre fazendo os dois, né, trabalhando tanto particular pela internet quanto nas boates. De lá pra cá já fiz programa de rua, já fiz programa de boate, acho que essa foi as três, esses três modos de trabalho que eu tive até hoje. E agora durante a pandemia eu descobri os sites, né, de streaming, então, eu tô fazendo a câmera também, tá sendo bem legal.

Trabalho sexual na rua

Ah foi diferente, eu aprendi que tem dois modos de trabalho, o pela rotatividade, que é mais o de rua e o de qualidade que é mais pelo site. O de rotatividade geralmente é um valor bem abaixo cobrado, né. É um valor abaixo entre aspas, porque, ela fica mais tempo, a gente fica menos tempo com o cliente, e o giro é muito rápido, né. Então, eu fui observando essas duas formas e percebendo, né. As pessoas tratam muito como o de rua uma forma inferior, né, um modo inferior de trabalho. E na verdade, é a mesma coisa só muda, só muda isso que um é prostituição de rotatividade e outro não.

Segurança

Na rua é complicado. Cê nunca sabe, cê nunca sabe quem você vai atender, cê nunca sabe quem é aquela que tá do seu lado, cê nunca sabe quem- cê não sabe nada de ninguém, entendeu. Então, você pode ser atacada de qualquer lado. É um pouco complicado.

Policia! gosta muito de... de zoar puta. Como é que eu posso dizer... Eu tava escrevendo sobre isso outro dia, que os conservadores e os polícias são os piores. Porque eles acham outras formas de submeter uma mulher, um acha porque tem a bíblia debaixo do braço pode mais e o outro por ter uma arma na cintura. Essa forma que eles veem- olham pra gente, eles não olham pra gente como uma trabalhadora normal. Eles olham como alguém que estivessem fazendo algo ilegal.

Estado tem que se responsabilizar por essas atitudes?

Acho que sim... Acho que sim. Porque eles usam do cargo que eles têm, né. Acho sim que o Estado tinha que se responsabilizar por isso.

Problemas que enfrentou como trabalhadora e cidadã / Relação com o Estado

Bom, deixa eu pensar, deixar eu formular aqui mentalmente. Eu acho que devia ser garantidos direitos básicos, sabe... tanto socialmente quanto politicamente. A gente não tem direito de prestar uma queixa assim como a gente não tem direito de levar os filhos na porta da escola em paz. Ser mulher e ser prostituta é muito, é muito diferente de qualquer outra mulher, entendeu. Então, eu acho que tinha que haver mais atenção do Estado, tinha que ter mais recorte, né, principalmente dentro do campo do ativismo, dentro do feminismo, pra entender que nós somos mulheres, também, mas nós não passamos exatamente pelas mesmas coisas, né. Há muitas coisas que é normal pra qualquer mulher, não é pra gente.

Regulamentação

Eu acho que deve haver mais regulamentação, sim, mas uma nova regulamentação, não a proposta, né, pelo Jean. Se bem que uma regulamentação que já fosse aprovada, já tava de bom tamanho, mas eu acho que a do Jean dava para dar uma aprofundada a mais, sabe.

Tá tudo mundo básico, tudo muito superficial. Tem que pensar nas meninas que fazem e trabalham na boate, tem que pensar nas que fazem pelo site, que trabalha de forma particular. Tem que sentar todo mundo, algo que seja feita pela gente mesmo, com a nossa opinião, contando a nossa vivência.

Falta isso na elaboração das Políticas Públicas?

Falta. Só lembram da gente na parte de falar sobre prevenção, né, quando parte do Ministério da Saúde. Nenhum outro ministério, além do Ministério da Saúde, lida com as prostitutas.

SUS

Olha, não tenho o que reclamar. Pouquíssimas vezes que eu procurei eu não fui atendida. Uma delas uma amiga minha precisou tomar a PrEP e quando eu cheguei na unidade pra perguntar eles não sabiam nem o que era. Mas assim, isso foi uma vez só. De resto, eu não tenho o que reclamar do SUS. Nessa parte, pelo menos eles dão apoio, eles fornecem camisinha tudo.

Ativismo

Eu sou afiliada a ANPS, mas ultimamente eu ando meio fora disso tudo. Como eu posso te dizer, não é que eu tô focada nisso, mas eu venho me dedicando bem mais aos grupos que eu faço parte, sabe, aqui eu administro um grupo no whatsapp das meninas que trabalham no Guarujá. Então, sempre quando acontece alguma coisa a gente se comunica, coloquei uma advogada lá também pras meninas tirarem dúvidas. E vire e mexe acontece alguma coisa estou nessa correria de tentar resolver, sabe. Andei meio, andei um pouquinho distante, mas eu pretendo retornar também.

Participação na ANPROSEX

Eu entro como Jovem Liderança, né, a ANPS, eu aceitei entrar desde que a Monique entrasse também. E eu acho mais tranquilo assim pra quem tá chegando agora, sabe. Porque é um movimento que já tá algumas décadas já, né, então, tem aquele grupo de mulheres que fizeram parte dessa história, que começaram tudo, e é meio complicado pra quem tá chegando. Porque ou você grita ou passa batido. E é importante que ouçam o que a gente tem a dizer, porque afinal a realidade delas foram de décadas atrás, não é mais o que tá acontecendo hoje, não é mais como que tá agora, entendeu. E ANPS escuta bastante a gente.

Tudo pelo grupo de whats, porque afinal a gente tá espalhada por aí... E agora tá começando a engrenar, porque eu vi que a Dandara está assumindo, nesse tempo que eu tava meio afastada a Dandara assumiu, e agora parece que tá começando a rodar, né, as *lives* estão acontecendo da ANPS, as redes sociais da articulação tá funcionando, sabe, tá tendo mais movimentação, agora, então é provável que eu me aproxime do movimento. Mas é assim, é o que eu falei eu tô meio absorvida aqui nas, no cotidiano daqui, porque eu me sinto um pouco responsável... pelas meninas, sabe, tipo eu tenho todo esse contato com ativismo, com tudo relacionado a saúde. Então, é como se eu tipo assim, a mais bem informada, sabe, então eu me sinto responsável por elas.

Durante o COVID aumentou a sensação de responsabilidade?

Aumentou, aumentou. A gente se preocupa de saber como é que são as outras, né.

Auxílio Emergencial

A maioria, eu fui uma das últimas a conseguir, mas elas conseguiram. E assim a gente ficou parada pouco tempo, né, porque a gente ficou aqueles dois meses que a gente achou que ia ser resolvido, depois disso não deu mais pra ficar parada. Então, as meninas voltaram a trabalhar, parece que nesse período também aumentou o número de... de gente louca por aí, sabe. Então, vira e mexe eu tô acompanhando algum relato das meninas e correndo atrás de alguma ajuda jurídica ou psicológica.

Financeiro (antes e depois da pandemia)

Olha, tem semanas e semanas, né, mas eu vou te falar, é o primeiro mês que eu tô sentindo diferença entre as duas quinzenas, sabe. Durante a pandemia não tinha semana boa e semana ruim, todas as semanas eram muito boas. Esse é o primeiro mês que foi muito bom na primeira quinzena e que foi muito ruim agora na segunda, mas é o primeiro mês da pandemia, o resto foi tudo muito bom. No caso, as outras meninas que trabalham aqui comigo também. Sobre INSS eu contribuo como autônoma.

Trabalho sexual e sociedade, conservadorismo, relações diárias

Não, não, até porque as pessoas com quem eu convivo, eu passei a me priorizar, a priorizar muito meu psicológico. Então, as pessoas com quem eu convivo, se forem pessoas que não são tolerantes não faz parte do meu círculo, entende. Foi complicado com a minha família. Agora com amigos, relacionamento, não.

Sociedade atrasada / Questão da moralidade

Claro. Eu percebo, eu percebo o Brasil como resto do mundo. Eles querem botar que a prostituição é o pior lugar do mundo pra uma mulher tá e que o casamento é a melhor opção, no entanto a gente vê na TV, né, só sobe o número de feminicídio, então... eu me sinto mais segura dentro da prostituição. Falta as pessoas enxergarem isso, sabe. Falta as mulheres enxergarem isso. Não só a gente que trabalha, acho que a dona de casa ela tinha que ter também um salário pelo trabalho que ela exerce dentro da casa, doméstico, sexual, reprodutivo. Então, eu acho que tem que evoluir nesse ponto, pra mulher começar a se reconhecer mais... e cobrar, né.

Pós-pandemia

É que é complicado, porque não tem nada assim que vai se resolver assim. Que poderia começar a resolver é abrir mais o diálogo, entende. Tem muita gente que me procura e fala “nossa, cê tem material sobre isso, porque eu nunca vi”, mas poh a gente tá nas livrarias, a gente... tá nos debates, né. O material tá na internet, então, porque que as pessoas não tão tendo esse contato. Acho que falta mais a interação, começar pelo diálogo pra ir desmistificando, as coisas começarem a serem assimiladas na cabeça das pessoas.

Papel do Estado

Ah seria o de reconhecer a gente como trabalhadora, né. Mas é, num governo conservador, fundamentalista, o que que a gente pode esperar? Muito complicado.

Universidades

Então, eu não tenho muito que reclamar nesse aspecto, até porque a maioria dos diálogos que, que eu pude fazer foi promovido pelas universidades, o meu TCC, ele foi muito bem aceito dentro da universidade, mesmo sendo uma universidade católica... tradicional, da baixada santista, aceitaram o tema numa boa... com até certa empolgação. Então, eu não tenho muito que reclamar, entendeu. Só acho que deviam, as universidades deviam seguir esse trabalho mais massivamente, sabe, de servir de palco pra esses diálogos.

Formação acadêmica

Eu tô me formando em Letras. É que eu fiz o TCC antes de terminar as matérias... Eu tô me formando em Letras, eu espero que esse seja o último semestre.

Gostaria de acrescentar algo? Quais recortes?

Então... dentro do feminismo, eu acho que, acho que tinha que se parar de ser objetificada, porque eu acredito que é dessa forma, né, quando você enxerga o outro como alguém que não tem opinião própria, que não tem voz, você tá objetificando. Então, então eu gostaria que, sabe, a gente fosse entendida não como vítimas de algum problema, mas como pessoas, né, como trabalhadoras, que tem voz e precisam falar, porque se você for pegar uma mulher branca e uma mulher negra, as prioridades não são as mesmas. A mulher branca teve que lutar pra trabalhar fora, a mulher negra sempre trabalhou fora. A mulher branca lutou pela liberdade sexual, a mulher negra ela luta para não ser objetificada sexualmente. Então, a gente

já viu que tem que haver recortes, porque a realidade de uma, é diferente da realidade da outra. Então, eu acho que isso deveria ser levado em conta. E acho que do Estado era deixar mais claro isso que eu falei, reconhecer a gente como trabalhadoras, porque não adianta nada a profissão estar lá na CBO, mas até hoje eu leio pessoas falando que prostituição é crime. Entendeu, então, eu acho que o Estado devia intervir aí na questão de segurança e na questão de políticas públicas. Quanto a saúde eu acho que já tá bom, né, porque já tá chegando a informação pra gente, a gente sabe o que tem que fazer, a gente sabe como tem que se cuidar. Não dá pra ficar se observando prostituta só como uma pessoa que merece direitos de saúde, em relação à saúde.

ONGS / Diálogos entre gerações

Deve, viu, porque eu vou te falar como uma das que chegou agora tá sendo bem difícil. Eu mesmo já fui hostilizada em alguns eventos, né, e não tem motivo. Eu procuro ouvir quem tá chegando agora, eu tô há nove anos quase e já não é a mesma coisa, é completamente diferente. Elas viveram, elas começaram o movimento e viveram naquela época de boemia, as pessoas iam pras ruas, as pessoas dialogavam mais, né, não tinha influência da tecnologia. Então, era muito boate bombava, sabe, programa de rua bombava, porque as pessoas sabiam que tinham aquele lugar pra ir só. Hoje em dia, já com essa questão da internet, de whatsapp, tudo fica mais fácil, né. Em vez do cara se expor dentro de uma boate, ele entra no site, entendeu. Então, é bem, é bem diferente... é bem diferente.

Experiência com streaming

Eu tô adorando. Eu tô adorando, eu achei que eu não ia dar conta “falei meu, como é que eu vou fazer isso, porque eu tô acostumada com interação, olho no olho, toque, e agora?” E aí quando comecei a entrar, comecei a trocar ideia com as pessoas, então, eu converso sobre tudo, né, eu falo sobre tudo e ganho dinheiro também. Tenho que fazer quando tô chapada, sabe quando tu tá chapada a libido aumenta, então.

Ah eu queria, mas eu não sei, eu ainda acho que eu não levo jeito. Negócio de fazer pack de foto, também, sabe. Eu amo tirar foto, mas aí, não sei, não sei se seria a minha praia isso de tirar e montar, sabe, packzinho e tal. Não sei, pode mudar isso também. Eu tenho falado a mesma coisa do streaming, mas... A questão não é mais se você gosta ou não, né.

O que te levou ao trabalho sexual?

Foi bullying. Todo mundo fala “o que levou você a trabalhar assim”, e eu falo foi o bullying. Mas foi, eu sofria bullying na escola. Aí eu falava assim, “será que tem alguma coisa de errado comigo?” Quando eu comecei a cobrar, que tinha gente que tava pagando, eu falei “não, não tem nada de errado comigo, não”. Foi isso.

ANEXO VII

ENTREVISTA 7: Hécate

**Entrevista realizada no dia 18 de agosto de 2020.*

*** A pedido da entrevistada, foi adotado nome fictício e omitidas informações que possam identificá-la.*

****Obs: A transcrição a seguir considera a **fala literal da entrevistada**. Portanto, não foi feita a revisão segundo a norma ortográfica padrão, e sim manteve-se a linguagem coloquial própria de diálogos informais, como é comum na obtenção de dados via entrevista gravada.*

Então, quando o cinto começa a apertar a gente começa a dividir o valor, agora em época de pandemia, a gente tá cobrando um pouco mais barato. Quando a economia volta, quando as coisas começam a ficar mais tranquilas assim, a gente volta a cobrar o valor que era antes. E às vezes a gente tem que, ficar observando “ah fulano ali, a cidade do lado cobra..” quando eu trabalhava no Guarujá, que são bairros, né, mais fácil de explicar, “a fulana que trabalha no bairro tal ela cobra valor X, eu tô cobrando valor X mais dez, talvez ela esteja trabalhando melhor que eu, por causa disso, então vou descer meu valor pra X também pra ficar homogêneo, aí daqui a pouco a mesma fulana desce pra X menos dez aí vai...” Eu acho que devia ter algum tipo de regulamentação, porque a gente fica a mercê disso, sabe. Não existe nem um parâmetro que vá segurar a nossa mão caso aconteça alguma coisa. Eu, por exemplo, tava meio quebrada a perna, eu vou ficar sem trabalhar, eu vou ficar sem receber, eu vou ficar sem pagar minhas contas. Não é porque ah você pode guardar uma parte do que você ganha, pra guardar ou pra juntar ou pra colocar num fundo de emergência... Ai gente não dá, se a gente trabalha pra receber hoje, é porque a gente tem conta pra hoje, não consigo nesse momento, trabalho pra comer, não trabalho pra guardar, as minhas contas não vão esperar.

Ficou muito pior, muito pior, porque o movimento caiu drasticamente, eu não ganho o mesmo valor que eu ganhava antigamente, diminui assim, acho que 50%, acho que 50%, 60% do que eu ganhava e aí tive que ir para um apartamento menor, tive que apertar minhas coisas, eu vendi notebook, vendi celular, eu vendi monte coisa pra cobrir que é uma situação muito complicada.

Consegui, consegui porque eu sou MEI. Eu entendi que eu precisava pagar o INSS pra se caso tivesse alguma coisa, mas como MEI eu tô como autônoma, não dá pra colocar MEI como garota de programa, por mais que exista o... a ocupação de profissional do sexo no Ministério do Trabalho, mas você não consegue se cadastrar como MEI como profissional do sexo.

Foi fácil. Eu recebi na primeira chamada.

Tinha muita menina que tava acontecendo isso, porque às vezes elas tinham filhos e aí mães delas estavam pegando os nomes dos filhos delas e colocando como se elas tivessem - fossem, tivessem a guarda das crianças e pegando o auxílio pra elas.

Ai eu sou super defensora do SUS... não faz o menor sentido fazer convênio. Eu defendo o SUS pra tudo, eu sou uma pessoa que já precisou - ah óbvio nasci dentro SUS, tive que fazer uma cirurgia quando era bebê e foi dentro do SUS. Tive uma situação com um cliente que eu

precisei do SUS, eu precisei tomar a PReP, fui super bem recebida, super bem orientada, foi tranquilo, o teste antes, tomei a PReP durante 28 dias. Peguei no SUS, tomei o remedinho depois fiz o teste de novo. A cada três meses eu tenho que fazer o teste de novo, foi super tranquilo. Sou super defensora do SUS, por favor, não acabem com o SUS.

Ai menina, nos meus 7 anos de trabalho, os únicos clientes que me deram trabalho de ter... de comer e não pagar foram policiais.... Então, os únicos que me deram trabalho de querer fazer o programa e não pagar foi policial. Nunca tive problema com nenhum outro tipo de cliente, só policial mesmo. Quando eu tive problema com cliente que eu tive que tomar a PReP, que eu fui pra prestar queixa porque ele tirou preservativo na hora e ejaculou dentro de mim mesmo eu falando que não e saiu correndo, me deixou. Eu fui prestar queixa e eles disseram que a única coisa que eu podia fazer era abrir um processo na vara cível porque na verdade foi só quebra de contrato, o que deveria ser considerado um estupro, pra eles foi considerado quebra de contato porque eu era garota de prostituição.

Não, não, porque a maioria das minhas colegas ficaram paradas em casas... em boates também, a violência policial é sempre combatida com cafezinho, se você me entende.

Eu acho que se o governo começar a ver a gente, o nosso trabalho como trabalho mesmo, eu acho que as outras pessoas também podem começar a ver um lugar diferente sobre isso. O que mais complica o meu trabalho sexual eu acho que é a estigmatização, sabe. A gente se vira com problema de saúde, a gente se vira, a gente faz o que pode e rebola, se quebrar um braço tu trabalha com o braço quebrado, não tem problema, o que eu não admito é o julgamento das outras pessoas. Mas se tiver um auxílio... se tiver um problema pode recorrer, se quer pagar a aposentadoria, o INSS, o fundo de garantia, o seguro, seria muito melhor.

A gente vê notícias como essa da menina que foi estuprada... as pessoas vão pra frente do hospital reclamar do aborto em uma criança que foi estuprada.... Se elas não sentem empatia por uma criança, imagina por mim que sou uma mulher adulta.

Porque os homens são assim dentro dos quartos eles são uns anjinhos, fora daqui, dentro da sociedade eles são uns demônios, há muita hipocrisia.

A gente é uma sociedade hipócrita demais. Eu sou muito... às vezes aparece um idiota e começa a falar merdinha “ah mas você não tem vontade de arrumar um emprego?”, mas eu já tenho, eu trabalho. Eu vou arrumar outro emprego pra quê? Pra ficar sobrecarregada? isso aqui já me toma tanto tempo. Mas aí ele fala “não, mas isso aqui não é trabalho”. “Ah não é trabalho?, mas eu tô te cobrando pelo serviço, então porque não é um trabalho?”. As pessoas têm dificuldade para relacionar trabalho e prazer, o trabalho tem que ser sofrido, sabe, ele tem que ser chato... Principalmente com prazer sexual, né. Tem que ser trabalho mesmo, tem que dar trabalho.

Eu fico mais exausta mentalmente, do que fisicamente, porque lidar com homem, lidar com cliente em si, no comércio em geral já é um saco, lidar com homem é muito pior. Lidar com mulher também, porque tem muita mulher que é fora da casinha.

Quando eu não era garota de programa, eu falava também, eu sempre falei muito sobre sexo, muito abertamente, perdi a virgindade super cedo e sempre falei abertamente, nunca tive problema pra falar nada sobre isso. Eu sou uma criança dos anos 90, eu fui uma criança dos anos 90, e nos anos 2000 eu era uma adolescente que falava abertamente sobre sexo, e todo mundo ficava “meu Deus, ela tá falando sobre sexo, que piranha”, sabe. Tinha quinze anos e o povo já falava no colégio que eu era garota de programa, e eu nem pensava nisso ainda, só porque eu falava abertamente sobre sexo. Antes de virar garota eu tinha vários amigos, mas quando começava falar sobre sexo já torciam o nariz, a menina já olhava torto. Hoje em dia a maioria das pessoas que eu conheço, do meu ciclo de amizade, todos de dentro do puteiro, então cê fala de sexo mais abertamente. É tão gostoso juntar roda de puta e começar a falar dos clientes, e falar merda, nossa, uma delícia.

Ano passado, eu fiz acompanhamento psicológico, mas foi particular. Fiz terapia durante um ano, quando eu tava lá no Guarujá, mas foi particular.

tem algumas coisas dentro do tráfico sexual que são meio complicadas para o meio que a gente trabalha porque assim, por exemplo, eu moro em Brasília, daí se for para São Paulo e trabalhar numa casa clandestina mesmo que eu vá porque eu já sou uma trabalhadora sexual, se alguém entrar lá dentro e souber que eu sou daqui e estou indo lá trabalhar, é considerado tráfico sexual.

E por mais que eu não esteja trabalhando cinquenta por cento, por mais que não seja uma cafetina, se eu tiver só alugando uma vaga, mesmo assim, a dona do local, pode ser indiciada como rufianismo e tráfico de pessoas e tráfico sexual.

Racismo no trabalho

Sim, isso acontece. É muito engraçado porque quando a gente fala de trabalho sexual e quando do fato da gente falar porque precisa, não é porque quer, ninguém quer trabalhar, ninguém gosta de trabalhar, trabalha porque precisa. E aí sempre vem alguém, principalmente as feministas radicais puxar a carta negra favelada “ah porque a maioria das prostitutas são pretas, são faveladas, são isso, são aquilo”, sendo que, na verdade, não é.

Aqui no Brasil a gente não faz um balanço sobre trabalho sexual, não existe nenhum dado sobre que fala sobre etnias, que fala sobre classe social, que fala sobre etariedade, não existe nenhum estudo sobre isso. E daí elas pegam o global, que acontece fora daqui, que acontece em outros países e querem aplicar aqui. Primeiro que se você for olhar em todos os sites do mais popular ao mais de luxo, é muito raro, você encontrar, aliás, muito raro não, você vai encontrar, mas a maioria e a grande maioria são brancas e pardas... são negras de pele clara, é muito difícil de você achar uma preta de pele escura, uma retinta, nesses sites, do mais alto nível ao mais popular. E sim tem muita discriminação dentro, eu já ouvi tanta coisa absurda de cliente, já ouvi piadinha de colega de trabalho, mas são coisas que a gente ouve no dia a

dia também, e a gente acaba relevando, sabe. Por mais que seja uma coisa meio chata, eu já tô acostumada.

Acho, acho não dá pra colocar no mesmo saco, a gente tem uma cultura diferente, nós somos pessoas diferentes, não dá pra comparar, não dá pra colocar tudo no mesmo saco, não.

Sim, quando a gente fala de regulamentação, o único modelo que tem é do PL Gabriela Leite, né, que se eu não me engano é inspirado no modelo sueco, ele é inspirado nele, que não é ideal pra gente. Nenhuma ativista, nenhuma pessoa que tá nesse meio, é 100% favorável a esse modelo, nenhuma de nós é. Mas é o que chega mais perto do que a gente quer.

Eu acho que se o Estado se afastar totalmente não é legal, porque, querendo ou não, nesse momento ele já é afastado, é muito difícil você ouvir falar que alguém foi preso por causa de cafetinagem, mesmo cafetinagem sendo crime. E mesmo assim, fica o que? alguns dias se tiver dinheiro pra pagar fiança ou no máximo alguns meses. Então, já existe a ausência do Estado e o Estado só garante os direitos básicos, que são os direitos básicos universais que a gente já tem aqui no Brasil, né. Direito à segurança, educação e saúde. Então, não diferencia muita coisa pelo jeito. Precisa de regulamentação. É utópico. O nosso tem que ser feito pra gente, olhando pra gente, no que a gente precisa, não dá pra copiar.

Então, eu acho que sim, porém, todavia, contudo, entretanto, é muito complicado cê pensar nesse lado porque o Estado já não funciona- o Estado em questão de segurança já não funciona, se você for prestar atenção numa biqueira, numa boca de fumo, pode viver durante anos, mesmo com a segurança ali, mesmo com os policiais ali que fazem vista grossa, mesmo que houvesse uma lei, que o Estado diz que você não pode ter o que você precisa, agir de uma forma em algumas casas, vão haver policiais que não vão agir dessa forma porque eles são beneficiados, eles se beneficiam daquilo. Eu acho que não vai mudar muita coisa, na verdade, eu não sou muito esperançosa, não com essas coisas sabia. Por mais que eu queira, por mais que eu acredite na ideia, eu não sou muito esperançosa sobre.

A única coisa que me incomoda de verdade é só o estigma mesmo.

O governo não iria interferir porque o estigma é mais moral do que qualquer outra coisa, e aí por mais que sei lá, o governo fosse se intrometer não ia mudar muita coisa, por mais que a gente viva num país que se diz laico, não é laico de verdade. A gente teria que mudar a base religiosa pra poder acabar com o estigma.

Muitas meninas começando porque vai tá muita gente desempregada, muita gente desesperada precisando de dinheiro, então, eu acho que o número de garotas de programa vai aumentar.

ANEXO VIII

ENTREVISTA 8: Epona, 37 anos

**Entrevista realizada no dia 12 de agosto de 2020.*

*** A pedido da entrevistada, foi adotado nome fictício e omitidas informações que possam identificá-la.*

****Obs: A transcrição a seguir considera a **fala literal da entrevistada**. Portanto, não foi feita a revisão segundo a norma ortográfica padrão, e sim manteve-se a linguagem coloquial própria de diálogos informais, como é comum na obtenção de dados via entrevista gravada.*

Desde os 18 anos que o trabalho sexual é minha principal fonte de renda. Eu já falei anteriormente com pessoas chegadas sobre a minha mãe ter sido a minha primeira cafetina, né. E eu sou filha de uma sugar baby, de uma relação de sugar daddy. A minha mãe não trabalhou como eu trabalho, assim de modo mais no sentido do trabalho sexual mesmo, de ser prostituta. A minha mãe preferiu é, tratar dessa relação afetiva sexual econômica de modo mais digamos mais liberal no sentido político. A minha vó foi vítima de abuso de um cliente da minha bisavó. A minha bisavó atendia na Praça da Alfândega, não sei precisar em qual década, é uma coisa que eu tenho que averiguar com a minha mãe, que é quem me conta essa história... que ela inclusive botava uma panela na porta, do lado de fora, uma frigideira pendurada para sinalizar quando ela estava ocupada em atendimento.

Sobre a minha mãe ter sido minha primeira cafetina, tem um lado bom e um lado que... que não foi tão bom, que me gerou revolta, mas isso não é o que eu quero falar agora.

Sobre contribuir pro INSS, quando eu fui pra... fazer, o - enfim, a mão de pagar, de pegar o boleto, pagar, eu fui, eu perguntei pra pessoa que atendia sobre a questão de pagar como profissional do sexo, e a informação que eu recebi e é também a informação que a Carmén Lúcia do NEP fala numa entrevista que tem no YouTube, que a gente paga, quando paga não é como profissional do sexo, né, é como autônoma, ou não é nem isso, um lance de eletivo, lá, não sei muito bem, também.

Sobre a questão da segurança do trabalho... é eu, percebo que se formam redes de proteção na clandestinidade... e eu... posso dizer que até hoje as experiências que eu tive foram relações de confiança, né... aquela ideia de que, aquela ideia... de que a gente encara os piores caras, ela é falsa, né. A gente se dá mal mesmo é com cara de Tinder, essas coisas, marido. O cliente não quer se incomodar, ao meu ver, né, ele quer relaxar e... ele também, devido a clandestinidade e muitos serem casados, eles também não querem se expor, então, eu vejo que, o cliente talvez seja mais inseguro que a prostituta. Sobre segurança do trabalho na questão da saúde... tem a questão da saúde, digamos emocional, né, que ela é bem pesada, uma das grandes problemáticas da atividade, o estigma. O estigma dificulta as coisas, né, o estigma né, tudo tem que fazer de um jeito pra que não provoque... não provoque as pessoas, né... A sexualidade pode ser muito provocativa. Aí a saúde, sobre DSTs, que eu penso que é fundamental essa questão. Nesse ponto, nesse ponto eu vejo o NEP como um grande trabalho realizado... É ele... é isso. O acesso à saúde também tem relação com as outras coisas que tu coloca depois, né, sobre governo, sociedade, políticas públicas e... No meu caso, sim, às vezes que eu me posicionei, me coloquei como profissional do sexo, quando me perguntaram, a minha profissão em consultas médicas... normalmente é uma reação normal, eu não sei agora

precisar alguma coisa que eu tenha notado, assim, saltado mais aos olhos, com relação ao estigma e ideias falsas sobre a profissão, mas já deve ter acontecido provavelmente. Ai nesse sentido, eu penso que a sociedade, ela, a sociedade padrão, a sociedade que valoriza os valores da sociedade brasileira, eles são, assim, interessante de se pensar, né, eu faço - não é que eu faço, eu gosto da estética da pornochanchada, né, então, isso me ajuda pensar, né, agora também, sobre o Estado brasileiro, então eu diria assim, que a sociedade em si seria contra prostituição e o governo como é conservador, então liberal, ele... deixa assim como tá, né. Não é bom, porque ter que ficar sempre no jeitinho brasileiro é uma coisa desgastante. Ao mesmo tempo que, eu não sou uma simpatizante do Estado e pensar em... pensar em legalização é uma coisa que eu teria que pensar muito seriamente, né, então em um primeiro momento eu me vejo defendendo a descriminalização total né.

Sobre as associações de trabalhadoras, eu penso que é um movimento que tá desde que eu conheço em constante dinamismo de... de questões que vem trazendo... pra sociedade, eu sou bem fã do movimento, né. Sobre participar, já participei em alguns acontecimentos aqui na cidade. Com relação ao Vila Flores, cine debate.... Eu conheci o movimento na Redenção, Fórum das Resistências em 2017, e foi ali que tudo mudou pra mim, né, eu sou acadêmica, hoje eu faço curso bacharelado em Ciências Sociais, então o que eu gostaria é de ver... eu gostaria de ver não, cara, é que eu vejo a universidade como um espaço possível de ação, né. Vejo como um meio, então, tu falastes em mediar, ainda é um caminho né, até porque a universidade é um local de poder, né, onde concentra poder, então é válido pensar nas alianças possíveis.

ANEXO IX

ENTREVISTA 9: Olimpe, 55 anos

**Entrevista realizada no dia 25 de agosto de 2020.*

*** A pedido da entrevistada, foi adotado nome fictício e omitidas informações que possam identificá-la.*

****Obs: A transcrição a seguir considera a **fala literal da entrevistada**. Portanto, não foi feita a revisão segundo a norma ortográfica padrão, e sim manteve-se a linguagem coloquial própria de diálogos informais, como é comum na obtenção de dados via entrevista gravada.*

Eu comecei na prostituição por ser mãe solteira, tá entendendo. Então, eu tive um filho, minha mãe teve muitos filhos, não teve condições de sustentar todos. E mais os netos... então, eu tive um filho e fiquei sem opção de trabalho e uma amiga me convidou pra conhecer uma casa de programa. Hoje, eu estou com 55 anos, mas na época, eu tinha 25 anos, então tem trinta anos já. Eu fui lá conheci e gostei... na época, na década de 80, era muito tranquilo a prostituição, mas também um pouco difícil porque a concorrência era muito grande, até hoje é, mas naquela época também já era muito. Aí eu nunca tive coragem de falar pra minha família que eu fazia esse tipo de trabalho. Chegava em casa com dinheiro, não faltava nada pro meu filho, ajudava também em casa. Mas assim, na prostituição eu nunca tive como garota de programa, eu tinha mais assim pra cliente fixo... conhecia aquele cliente, muitos contatos, ele ficava saindo comigo sempre que ele ia na casa e... até hoje eu tô com esse cliente, sendo sustentada por ele. Que a prostituição pra mim hoje em dia, ela já foi de muita necessidade, porque eu precisava, precisava criar meu filho, meu filho já é criado e ajuda a minha família. Mas hoje é mais por gostar, de tá lá, de tá vivendo, de ver minhas amigas, minhas colegas, não por muita necessidade mais. Então, eu continuo com esse cliente, né, que já tá idoso, mais velho do que eu. Mas é uma pessoa muito bacana, que vem me ajudando sempre, tá sempre junto. E também assim me fez chegar ao movimento, movimento de prostituta, a Apros, né, foi dentro da prostituição que eu e um grupo de amigas fundamos a Associação de Prostitutas do Ceará, AprosCE. E a AprosCE viveu de 1990 até 2017 atuando, foi quando a presidente, uma das presidentes faleceu e a gente não teve mais como dar seguimento com a instituição por... algumas coisas que ficou pendentes, né, como CNPJ da instituição, ficou na receita federal sem a gente poder dar continuidade por uma dívida grande. Aí eu comecei a fazer o trabalho individualmente, até hoje eu faço, né. Em várias casas, tenho contato com várias prostitutas... pra distribuir vários preservativos, ou conversas corpo a corpo... entendeu.

ANPS

Então assim... quando a presidente da associação faleceu, nós ainda pensamos o grupo que ficou, né, pensamos em dar seguimento, mas é como eu te falei devido essas coisas... a gente continua com a sede que era a sede da associação e ficou difícil pra gente fazer o trabalho sem recurso nenhum. Aí foi quando eu me filiei a Articulação Nacional das Trabalhadoras do Sexo, através de encontros, que a gente fazia, que eu era convidada a participar, nesses lugares do Nordeste, Recife, Maranhão, e lá eu contei minha história daqui, da dificuldade que a gente tava tendo de continuar o trabalho, e surgiu três redes né, é três? A Rede de Prostitutas, a CUTS que é a Central de Trabalhadoras do Sexo e a Articulação Nacional do Sexo. Aí eu optei por ficar pela articulação que era mais nordeste, né. Eu vou ficar na articulação porque tem gente muito forte, como tinha a Fatima, a Diana, a Monique, a Dandara, todas fortes, tem que se apoiar a elas. Aí eu disse “não, a gente vai ficar visitando,

eu vou ficar fazendo as visitas às mulheres em vez de deixar morrer mesmo esse movimento das prostitutas com o apoio da articulação”. Aí ficou tudo bem, me deram muita força, muito feliz com esse trabalho. E agora graças a Deus, a gente vai ter mais, como se diz, força pra continuar devido a um projeto ONU Mulheres que a gente, não sei se você tá sabendo, se alguém comentou com você... É um projeto que a articulação foi contemplada, né, com esse projeto pra Norte-Nordeste, aqui no Ceará, graças a Deus, que eles me incluíram, né, nesse trabalho... que é pra reforçar mais a nossa militância, o movimento da prostituta, então a gente vai receber uma bolsa, uma ajuda de custo que vai dar pra gente tá visitando mais vezes as mulheres, né, nas praças, onde eu atuo e outras casas fechadas e assim a gente vai levando o trabalho. Então, esse projeto é muito importante para a gente vencer os movimentos menores, né, que aqui pelo Brasil a gente não tá conseguindo nada. Então, as meninas foram buscar longe esse trabalho de fazer o projeto, o projeto foi aprovado, graças a Deus, e assim a gente vai fazendo dando a continuidade o trabalho.

Pois é, né, eu tive que fazer- logo no início, foi uma coisa mais assustadora pra nós trabalhadoras sexuais, a gente ficou com medo de mesmo de ter algum contato, de ficar mais ou menos, trinta, quarenta dias sem poder fazer qualquer coisa. Nem eu podia falar com elas, né, tava confinada em casa, e nem elas estavam saindo, porque ficou fechado tudo, tudo fechado, não podia abrir nada. E quando eu tive a oportunidade de me encontrar com elas, depois dos meses, perguntei tudo. Então assim, a maioria, as de rua, as prostitutas na praça, elas me contaram que recebiam a Bolsa-Família, que o Auxílio Emergencial veio em boa hora. Muitas delas ficaram recebendo, né, esse auxílio, mas que não dava pra suprir todas as necessidades devido todas morarem de aluguel, de aluguel, outras moram com os pais, as que moram que com os pais tudo bem, dava pra aguentar, mas as que tinham aluguel pra pagar, tava muito difícil, então elas tavam indo buscar ajuda na rua, atrás de fazer algum programa. E cesta básica eu não tive muito apoio assim com elas, pra conseguir essas cestas, então, alguma pessoa assim da Prefeitura, as que recebem bolsa família, tinham acesso a uma cesta todo mês, né... mas quem não recebe bolsa- família, como eu, que não tem filho pequeno essas coisas, ficava meio só esperando auxílio ou buscava o programa... arriscar, arriscar de qualquer jeito. Então, e hoje elas continuam já, todas já tão na rua, já tão saindo, mas no início foi muito difícil pra elas.

Na saúde, porque na segurança, a gente não tem muito apoio não. Essa assessoria não, não tem uma assessoria jurídica voltada pra nós diretamente, não... não tem. Então, é um pouco complicado. É um pouco complicado... a polícia, eles continuam não dando, não dando oportunidade pra gente, assim, se defender... se a gente precisar de segurança a gente não tem, por ser prostituta, ainda é... ainda é complicado, ainda, essa parte. Agora na saúde, na saúde tudo bem, a saúde tá tendo, a gente sempre conversa sobre como - os exames, sobre pegar preservativos. Onde faz a distribuição aqui no município é onde eu tenho mais acesso, pegar insumos pra fazer a distribuição e... assim... sobre transmitir doença sexualmente transmissível a gente quase não ouve falar, sabe, quase não tem, quase não ouve falar sobre isso, elas sempre tão usando preservativos direto, tão sempre levando direto, eu distribuo quando ou algumas pegam posto de saúde, posto de saúde também distribui, a campanha, às vezes faz campanha do dia internacional da mulher, faz no carnaval, aí elas tem mais acesso a preservativo.

Pois é, em relação ao Estado eles não procuram a gente, eles não procuram - até alguns eventos que acontecem, que a gente poderia participar, via alguma coisa, pra dedicar alguma coisa também, a gente não tem acesso, o Estado é muito falho assim nessa situação..., se bem que uma vez a gente foi atrás de carteirinha e eles disseram pronto pra ajudar tudo, mas deixa a desejar.

Eu acho, acho assim, meio complicado, né... porque assim, se a gente quer fazer um projeto reivindicando recursos pra fazer um trabalho..., aí é uma coisa muito complicada, já fica sem... como é que se diz, sem... a gente não tem essa segurança do governo do Estado, porque depois que mudou o governo, algumas coisas que a gente tinha antes, a gente tinha um apoio muito grande por parte do Ministério da Saúde, que era o tal do Departamento de DSTs e AIDS... a gente tinha um apoio muito grande, aí depois mudaram, a gestão lá as pessoas, aí ficou mais complicado pra gente, ficou um pouco mais complicado... a ter acesso algum recurso, algum benefício, alguma coisa.

Eu acho assim que deveria melhorar. Deveria melhorar, né, porque é como eu te falei, essas pessoas que quando foram instituídas eles estão meio distantes, né, da nossa realidade, da nossa questão das profissionais do sexo. E a gente tem até batido assim na - conversado, buscado, mas é sempre o resto, é um pouco complicado.

Assim, eu... pela minha idade, assim que não tem mais - concorrer com as meninas mais jovens, né, porque hoje em dia- quer dizer sempre né, os homens preferem - se você for na área de prostituição aqui e em qualquer lugar você vai ver muita mulher madura, muita mulher de 50, 60, 70, sabe, ainda, você vai muita. Mas a chance de a gente fazer programa é mínima, é mínima mesmo. Então assim, quando eu vi que não tava mais dando pra mim, apesar do meu fixo companheiro, mas nunca supre a necessidade da gente, né, daí eu passei a trabalhar com afazeres domésticos gerais, a fazer faxina, aí contribui pro INSS, mas eu ainda não contribuo assim, mas eu pago uma parte, né, pago uma parte com meu trabalho, uma parte e o INSS, assim... eu pago 160 reais por mês, né, aí em caso de doença ou alguma coisa eu poder ficar de benefício, né, do governo. E a gente já tentou muito encaixar isso na prostituição, essa questão de aposentadoria, mas nunca deu certo, nem no outro governo, imagina nesse, foi complicado.

Olha, antigamente, já foi mais complicado o contexto... em relação a trabalhadora sexual, mas depois da Apros a gente trabalhou muito em cima disso, né, de preconceito, discriminação aí deu uma melhorada boa, melhorou muito. A gente não é mais discriminada, a gente vai no posto de saúde diz que é prostituta ele não diferencia. Sabe, assim... não tem mais isso, graças a Deus, pelo menos na saúde... A gente tem um hospital aqui que é de doença infecto contagiosa, às vezes eu levava as mulheres e tudo e elas eram muito bem atendidas, atendidas até mais rápido que as outras, sabe. Acho que melhorou muito em relação ao preconceito e discriminação melhorou muito, mas tem ainda, mas pouco.

A segurança e a saúde, porque esses dois pontos aí, eu creio que deveria melhorar mais em cima dessa questão. Também, da segurança quanto as trabalhadoras do sexo. E a saúde, porque, assim na vida financeira não muda nada não, mesma coisa.

Olha, a gente tem muito apoio das universidades, muito apoio, aqui a gente já tem um bom trabalho com pessoal da UFC, fizeram um bom trabalho com a gente, já chamaram a gente pra um monte de.. assim, tinha até projetos com remuneração, eu já acompanhei várias... pessoas assim da universidade em questão de melhorar, de fazer um trabalho, de melhorar as condições das trabalhadoras sexual, né, pelo menos com a saúde. E a situação, tem várias pessoas também já engajadas pra ajudar na... no que precisar, eles ajudam com a elaboração de projeto, ajudam com palestras, com muitas coisas, a gente tem um bom apoio das universidades.

ANEXO X

Quadro Informativo – Movimentos Sociais das Profissionais do Sexo no Brasil.

Adaptado de: Mapa do Coletivo Puta Davida (Abril de 2021).

<u>MOVIMENTO SOCIAL DAS PROFISSIONAIS DO SEXO NO BRASIL</u>				
<u>Redes em Nível Nacional</u>				
RBP	Rede Brasileira de Prostitutas	Fundadoras: Gabriela Leite, Lourdes Barreto	1987, Rio de Janeiro, RJ	
CUTS	Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais	Santuzza Souza, Secretária de Comunicação	Segundo semestre de 2015	Instagram: @cutsbrasil
ANPROSEX	Articulação Nacional de Profissionais do Sexo	Coordenação: Monique Prada, Maria Elias	Instagram: @anprosex YouTube: www.youtube.com/c/anprosex	
<u>Associações em Nível Estadual e Municipal</u>				
APROSBA	Associação das Profissionais do Sexo da Bahia	Fundadoras: Maria de Fátima Medeiros e Marilene Silva	1998, Salvador, BA	Instagram: @aprosbahia Email: aprosbahia@gmail.com
APROS	Associação das Prostitutas da Paraíba	Coordenação: Luza Maria	2001, João Pessoa, PB	Instagram: @aprospb Email: apros_pb@yahoo.com.br
APROSMIG	Associação das Prostitutas de Minas Gerais	Diretora Geral: Cida Vieira	2009, Minas Gerais	Instagram: @aprosmig Email: aprosmig@gmail.com
APROSPI	Associação das Prostitutas do Piauí	Presidenta: Célia Gomes	2009, Teresina, PI	Instagram: @aprospiteresina2 Email: aprospi@hotmail.com
ASPRORN	Associação dos e das Profissionais do Sexo e Congêneres do Estado do Rio Grande do Norte	Coordenadora: Diana Soares	2003, Natal, RN	Email: asprornmulherconsciente@bol.com.br
ASTRASSE	Associação das Trabalhadoras do Sexo de Sergipe	Fundadora e Coordenadora: Irenilde Santos	2016, Aracajú, SE	Instagram: @astrasse_2016
ASPAP	Associação de Putas do Amapá	Coordenadora: Edna Maciel	Amapá	

APPS	Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo	Coordenadora: Vânia Rezende	2002, Pernambuco, RE	Facebook: https://www.facebook.com/appspe/
AMOCAVIM	Associação de Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa	Diretora, Cleide Almeida	Rio de Janeiro, RJ	Instagram: @vilamimosainsta Email: associacaovilamimosa@gmail.com
Associação Mulheres Guerreiras		Presidenta: Betânia Santos	Campinas, SP	
Estrela Guia		Fundadora: Ana Paula Coordenação Geral: Kelly Vieira Meira	2002, Florianópolis SC	Instagram: @estrelaguia.sc Email: estrelaguiasc@gmail.com Site: http://estrelaguiasc.com/
NEPOA	Núcleo de Estudos da Prostituição	Coordenadoras: Tina, Soila Mar	1989, Porto Alegre, RS	Instagram: @neppoa Email: neppoa@portoweb.com
<u>Coletivos</u>				
Coletivo Puta Davida		Antiga ONG Davida, fundada por Gabriela Leite	1992, Rio de Janeiro, RJ	Instagram: @coletivoputadavida Email: coletivoputadavida@gmail.com
Coletivo Rebu		Coordenadora: Santuzza Santos	Minas Gerais	Instagram: @coletivorebu Site: https://coletivorebu.wordpress.com/
Clã das Lobas		Fundadora: Fátima Muniz	2018, Belo Horizonte, MG	Instagram: @lobascladas Email: cladaslobas@hotmail.com
Mulheres da Luz		Fundadora: Cleone Santos	2013, São Paulo, SP	Instagram: @ongmulheresdaluz Email: coletivomulheresdaluz@gmail.com Site: https://www.mulheresdaluz.com.br/
Por Elas Empoderadas		Responsável: Maria de Jesus Almeida	São Luís, MA	Instagram: @porelasempoderadas Email: porelasempoderadas@gmail.com

Tulipas do Cerrado		Responsável: Juma Santos	Brasília, DF	Instagram: @tulipasdocerrado Email: tulipasdocerrado@gmail.com Site: https://tulipasdocerrado.com.br/
Coletivo Coisa de Puta +		Belém, PA		Instagram: @coletivocoisadeputa Email: coisadeputa@hotmail.com Site: https://coisadeputa.wixsite.com/website
<u>Grupos</u>				
GEMPAC	Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará	Coordenadora: Lourdes Barreto	1990, Belém, PA	Facebook: https://www.facebook.com/gempacpa Email: gempac@yahoo.com.br
Grupo Liberdade		1994, Curitiba, PR		Facebook: https://www.facebook.com/grupoliberdadecuritiba/ Email: grupoliberdade1992@hotmail.com
<u>Organizações</u>				
Núcleo Rosa Vermelha		Coordenadora: Denise Mara	Estado do Amazonas	Site: http://nucleorosavermelha.blogspot.com/
CIPMAC	Centro Informativo de Prevenção Mobilização e Aconselhamento aos Profissionais do Sexo de Campina Grande	Coordenadora: Milene Ferreira	1989, Campina Grande, PB	Instagram: @cipmac.porelas Email: cipmacpb@bol.com.br Site: http://cipmac.blogspot.com/
DASSC	Dignidade, Ação, Saúde, Sexualidade e Cidadania	2003, Corumbá MS		Facebook: https://www.facebook.com/dassc.dignidade
Ong Vitória Régia		Ribeirão Preto, SP		Instagram: @ongvitoriaregia Email: ongvitoriaregia@yahoo.com.br Site: https://www.ongvitoriaregia.org/

<u>Projetos de Extensão</u>		
Observatório da Prostituição Projeto de extensão do Laboratório de Etnografia Metropolitana	LeMetro Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Facebook: https://www.facebook.com/observatoriodaprostituicao/ Email: observatoriodaprostituicao@gmail.com Site: https://observatoriodaprostituicao.wordpress.com/
Memória da Vida: Organização e disseminação do acervo do movimento brasileiro de prostitutas	Parceria entre Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – (APERJ) e Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Coletivo Puta Davida	Mais informações: http://www.nepp-dh.ufrj.br/index.html
<u>Mídias</u>		
Mundo Invisível org. Mídia	Mídia Livre, 2012. Coordenação: Monique Prada	Site: https://mundoinvisivel.org/
<u>Cultural</u>		
DASPU Brasil	2005, Direção e Produção: Elaine Bortolanza e Coletivo Puta Davida	Instagram: @daspubrasil Email: daspubrasil@gmail.com YouTube: https://www.youtube.com/channel/UC9YpUwtVtwC39o0XsziRag

ANEXO XI

Orientações e proposta de entrevistas não-estruturadas para Dissertação de Mestrado

Título do trabalho: “A Descriminalização Total do Trabalho Sexual: Entraves legislativos e novas perspectivas normativas na conjuntura socioeconômica brasileira (2000 - 2020)”

Instituição: Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

As entrevistas têm por objetivo compreender algumas das experiências e trajetórias das trabalhadoras do sexo no Brasil. As entrevistas podem explorar e analisar com precisão a relação do trabalho sexual com a desigualdade social e o sistema econômico-político. Outro ponto que elas irão aprofundar é o caso brasileiro, com a sua legislação sobre trabalho sexual, se tem progredido ou marcado um retrocesso na questão do acesso a direitos fundamentais. É de extrema importância para o continuante desta pesquisa que consigamos fazer essas entrevistas. Não há um roteiro estruturado de perguntas para que as entrevistas não sejam limitadas por respostas fechadas, dando liberdade às entrevistadas de falar sobre a realidade que enfrentam. Conforme a entrevista for se desenvolvendo iremos interpor algumas questões ou pedir para que verse mais sobre algum tópico mencionado. Tentaremos levantar alguns pontos de discussão, tais como: origens, fatores econômicos, de organização social e associativa, de segurança e saúde, legislativos, etc. As entrevistas serão gravadas para que possamos fazer a análise e coleta de dados e não serão divulgadas quaisquer informações pessoais assegurando-se o anonimato da entrevistada. Qualquer dúvida, estamos à disposição através do e-mail lailashams77@gmail.com e do whatsapp (51) 9 99332-7578.

Ficamos gratos a quem se dispôr ser entrevistada.